



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE  
JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE.**

----- No dia vinte e nove de junho de dois mil e quinze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas do Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha (Justificada), do Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes (Justificada), do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa Carlos Manuel Martins Correia (Justificada) e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France Fernando Martins Machado (Justificada).-----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Escola Grão Vasco remeteu email relativo à atividade Laço Azul que alerta para os maus tratos na infância.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues remeteu via correio eletrónico pedido de substituição por um período inferior a 30 dias de 22-04-2015 a 20-05-2015.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro remeteu via correio eletrónico pedido de substituição por um período de oito dias a contar de 22-04-2015.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes, remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril.-----

– O Exmo. Sr. José António Marques Seabra Figueiredo Presidente da Junta da União de Freguesias Fail e Vila Chã de Sá remeteu via correio eletrónico solicitação de justificação da falta na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no passado dia 20 de abril de 2015.-----

– O Exmo. Sr. Adérito Pais Cardoso Presidente da Junta de Freguesia de Orgens remeteu via correio eletrónico solicitação de justificação da falta na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no passado dia 20 de abril de 2015.-----

– O Agrupamento de Escolas de Mundão remeteu via postal o Jornal Magia da Escrita.----

– Os Alunos da turma A do 5º ano do Agrupamento de Escolas Zona Urbana de Viseu, enviaram via correio eletrónico informação sobre a atividade o laço azul para ser divulgada pelos Exmos Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu.-----

– O Exmo. Sr. Adérito Pais Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Orgens

remeteu via correio eletrónico solicitação de justificação da falta na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no passado dia 25 de abril de 2015.-----

– O Gabinete de Sua Excelência O Primeiro Ministro remeteu via postal ofício relativo à confirmação da receção da Moção “Combate à Corrupção”.-----

– A Assembleia Municipal de Campo Maior informa bem como remete Certidão de que que Moção “Combate à Corrupção” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de Campo Maior de 29 de abril.-----

– O Gabinete de Sua Excelência O Primeiro Ministro remeteu via postal ofício relativo à confirmação da receção da Moção “Reforço de Meios Humanos, Equipamentos e Instalações no Centro Hospitalar Tondela Viseu”.-----

– O Gabinete de Sua Excelência O Primeiro Ministro remeteu via postal ofício relativo à confirmação da receção da Moção referente ao reconhecimento e estatuto oficial atribuído ao Museu Grão-Vasco.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remeteu via correio eletrónico aditamento à mensagem eletrónica de 7 de janeiro, relativa à pergunta dirigida ao Governo pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia referente ao tempo de espera excessivo pela primeira consulta de especialidade no Hospital de São Teotónio.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remeteu via EDOC documentos referentes à solicitação de suspensão de mandato do Exmo. Sr. Vereador José Junqueiro por um período de 3 meses.-----

– A Câmara Municipal de Viseu, remeteu via EDOC documentos referentes à impossibilidade do Exmo. Sr. Vereador José Adelino Aido em substituir o Exmo. Sr. Vereador José Junqueiro.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins remeteu no dia 25 de maio de 2015 via correio eletrónico pedido de interrupção da suspensão de mandato.-----

– A Assembleia Municipal de Alijó, remeteu via postal comunicação de que a Moção “Combate à Corrupção” esteve presente na sessão ordinária da AM de Alijó realizada em 30 de abril de 2015.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email referente à Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo às Apreciações Parlamentares aos DL92-2015- DL93-2015- DL94-2015 (Criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água saneamento).-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete email relativo à Apreciação Parlamentar ao D/L n.º 80-2015 - A prova a revisão do Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----

– A Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D’Eça Canto Moniz remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se realizará em 29-06-2015.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu resposta ao Requerimento do Grupo Municipal da CDU sobre a composição da Comissão de Acompanhamento do Viseu Viva apresentado na sessão de 20-04-2015.-----

– A Exma. Sra. Coordenadora do Gabinete de Educação da CMV remeteu via correio eletrónico convite e respetiva Ordem de Trabalhos para a próxima reunião do Conselho Municipal de Educação.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 29-06-2015.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão remeteu email solicitando a sua suspensão do mandato por um prazo de 30 dias.-----

– A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados”, remeteu Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório de Parecer do Município de Viseu respeitantes ao exercício económico de 2014.-----

- A Exma. Sra. Dra. Clara Pombeiro Coordenadora do Gabinete de Educação da CMV remete via correio eletrónico a Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação de Viseu realizado no passado dia 05-03-2015, bem como projetos do CME.-----
- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----
- A Exma. Sra. Dra. Clara Pombeiro Coordenadora do Gabinete de Educação da CMV remete via correio eletrónico a Ata retificada da Reunião do Conselho Municipal de Educação de Viseu realizado no passado dia 05-03-2015.-----
- O Exmo. Sr. Armando Nuno dos Santos Gomes Presidente da Junta de Freguesia de Mundão, remete email no qual informa que em virtude de não poder estar presente, se fará substituir pelo Secretário da Junta, Sr. António de Oliveira Carragoso na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se realizará em 29-06-2015.-----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foram remetidas ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária da AM do dia 20 de abril de 2015.-----
- Foi enviada via Edoc à Câmara Municipal de Viseu a Ata da Sessão Ordinária da AM de 27-02-2015, aprovada na Sessão Ordinária da AM de 20-04-2015.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, para o período de 22 de abril de 2015 a 20 de maio de 2015, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, para o período de 22 de abril de 2015 a 20 de maio de 2015, foi comunicado via postal ao Partido Bloco de Esquerda que a Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves, para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe dos Santos Alves, para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que a Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro, para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes, para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25

de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal António José Coelho Lopes para a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril da Assembleia Municipal de Viseu, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do Partido Social Democrata que o Exmo. Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Exmos Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu informação dos Alunos da turma A do 5º ano do Agrupamento de Escolas Zona Urbana de Viseu, relativa à atividade o laço azul.-----

– Foi remetido para conhecimento a todos os Grupos Municipais Conferência da Universidade Católica referente a “Empreendedorismo Estratégico e Desenvolvimento Local.-----

– Foi remetido para conhecimento via correio eletrónico aos Exmos Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu convite do Exmo. Sr. Santana-Maia Lourenço para apresentação do livro “A Terra de Ninguém”.-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara via EDOC, requerimento do Grupo Municipal da CDU relativo ao esclarecimento de questões sobre a “Comissão de Acompanhamento do Viseu Viva” apresentado na Sessão Ordinária da AM de 20 de abril de 2015.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá informação de que a falta do Exmo. Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União de freguesias de Fail e Vila Chã de Sá à Sessão Ordinária do dia 20-04-2015 foi considerada justificada.-----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Orgens informação de que as faltas do Exmo. Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Orgens à Sessão Ordinária de 20-04-2015 e à Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril foram consideradas justificadas.-----

– Foi remetido Via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu Recomendação “Centro de Convívio Comunitário no Centro Histórico” apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Sessão Ordinária da AM de 20-04-2015.-----

– Foram remetidos Via Edoc devidamente assinados e rubricados os documentos de prestação de contas da CMV e SMAS (4 volumes), que foram submetidos a apreciação e votação na sessão ordinária da AM do dia 20/04/2015. Os documentos originais foram entregues no gabinete do Exmo. Sr. Diretor de Departamento Dr. Adelino Costa.-----

– Foi divulgado aos Grupos Municipais o Jornal Magia da Escrita remetido via postal pelo Agrupamento de Escolas de Mundão.-----

– Foram remetidos Via Edoc devidamente assinados e rubricados os documentos referentes às Revisões Orçamentais Nº1 da CMV e dos SMAS.-----

– Foi remetido Via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu pedido de esclarecimento quanto ao funcionamento da estação de tratamento de águas residuais, situada no lugar da Igreja em Cepões apresentado no período de audiência do público no passado dia 4 de maio pelo Senhor Manuel António de Oliveira Pereira.-----

– Foi remetido Via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu pedido de clarificação das divergências existentes no que respeita à área territorial da União das Freguesias de Barreiros e Cepões apresentado no período de audiência de público do passado dia 4 de maio pelo Senhor Manuel António de Oliveira Pereira.-----

– Foi enviado via correio eletrónico para conhecimento dos Grupos Municipais, o email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” referente ao aditamento à mensagem eletrónica de 7 de janeiro, no qual os Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia questionam o

**Governo relativamente ao tempo de espera excessivo pela primeira consulta de especialidade no Hospital de São Teotónio.-----**

**– Foi solicitado Via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, que, nos dias das Sessões da Assembleia Municipal seja destacado mais um funcionário da autarquia para reforço do apoio necessário ao acompanhamento dos trabalhos.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, para o dia 29-06-2015, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, para o dia 29-06-2015, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros foi informado para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Foi remetido para conhecimento ao Grupo Municipal da CDU, resposta da Câmara Municipal de Viseu ao Requerimento sobre a composição da Comissão de Acompanhamento do Viseu Viva apresentado na Sessão de 20-04-2015.-----**

**– Foi enviado via correio eletrónico para conhecimento dos Grupos Municipais, o email do Grupo Parlamentar do PCP relativo às Apreciações Parlamentares aos DL92-2015- DL93-2015- DL94-2015 (Criação de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento).-----**

**– Foi enviado via correio eletrónico para conhecimento dos Grupos Municipais, o email do Grupo Parlamentar do PCP relativo à Apreciação Parlamentar ao D/L n.º 80-2015 - A prova a revisão do Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial.-----**

**– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015.-----**

**– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015.-----**

**– Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----**

**– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal Via Rápida, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2015.-----**

**– Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão por um período de 30 dias, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão por um período de 30 dias, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Foi enviado para conhecimento ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a todos os Grupos Municipais da AM de Viseu e a todos os Membros da AM de Viseu, Certificação Legal de Contas Consolidadas e o Relatório de Parecer do Município de Viseu respeitantes ao exercício económico de 2014 enviado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Fonseca, Paiva, Carvalho & Associados”.-----**

**– Foi enviado para conhecimento a todos os Grupos Municipais da AM de Viseu e ao Município Senhor Manuel António Oliveira Pereira resposta do Município de Viseu ao**



pedido de esclarecimento quanto ao funcionamento da estação de tratamento de águas residuais, situada no lugar da Igreja em Cepões.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, todos os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Penso que já temos quórum e por isso iríamos iniciar a Sessão. Informava a Assembleia que o Deputado Carlos do Vale Martins do Grupo Parlamentar do Partido Socialista retomou as funções a partir de 25 de maio, que a Dra. Graça Canto Moniz do CDS/PP solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Deputado Gonçalo Calheiros, que o Deputado Alberto Ascensão também solicitou a suspensão do mandato por 30 dias, sendo substituído pela Deputada Adelaide Modesto, que o Presidente de Junta da Freguesia de Mundão pediu a substituição nesta sessão pelo Secretário da Junta o Senhor António Oliveira Carragoso, informava também os Senhores Deputados que a Mesa convocou uma reunião com todos os Grupos Municipais, tendo em vista entre outras situações a análise do funcionamento das sessões, incluindo os tempos de intervenção, tendo-se solicitado propostas para a melhoria do funcionamento das sessões. A Mesa apresentou alguns procedimentos que iria adotar na condução dos trabalhos e que mereceram também a concordância de todos os Grupos Municipais. Como esta sessão é a primeira que se realiza após a Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril não posso deixar e a Mesa não pode deixar de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo Camarário, a todos os Grupos Municipais, ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Povolide e a todos os Autarcas da Freguesia, ao Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº14 de Viseu, também à população, da Freguesia de Povolide o contributo dado às Comemorações do 25 de Abril que se realizaram, penso que de uma forma muito participada e com a dignidade que todos esperávamos. Uma palavra final também de reconhecimento pela disponibilidade e também pelo trabalho realizado a todos os funcionários da Assembleia Municipal e Câmara Municipal que nos ajudaram na organização. Informamos também que a Moção aprovada nesta Assembleia Municipal sobre o tema “Combate à Corrupção” que foi enviada como sabem para todos os órgãos de soberania, Assembleias Municipais, foi também aprovada na Assembleia Intermunicipal Dão Lafões, é de realçar e para nós, sentimo-nos muito satisfeitos que algumas Assembleias Municipais não só elogiaram a iniciativa como inclusivamente elas próprias aprovaram na íntegra a Moção que foi enviada. Informava também a Assembleia da realização de uma exposição que foi aqui feita dos cartazes e visita dos alunos do 4ºano do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana de Viseu. Nós temos as Atas da Sessão Ordinária de 20 de abril e da Sessão Extraordinária do 25 de Abril para apreciar e votar e por isso em relação à Ata de 20 de abril algum dos senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Tem a palavra o Senhor Deputado.-----

- O Senhor Deputado Municipal António Augusto Espinho Ribeiro de Carvalho intervém dizendo o seguinte: É simples, esqueceram-se de um “l”, está escrito “chamar à coação” em vez de chamar à colação, desde que tenha esse “l” está tudo perfeito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Há mais alguma questão? Não havendo nenhuma mais nenhuma solicitação, colocava à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com uma (1) abstenção. Em relação à Ata do 25 de Abril, perguntavam também se há alguma questão a colocar? Não havendo, colocava também à votação. Quem vota Contra? Quem se abstém? Aprovada com três (3) abstenções.-----

Íamos iniciar o período de Antes da Ordem do Dia, já aqui tenho de dois Grupos Municipais, todos apresentam a listagem das intervenções e todos também já apresentaram com a referência aos tempos de intervenção e por isso aquilo que ficou combinado, foi proposta da Mesa, eu irei referir o tempo que cada Deputado tem na sua

intervenção. Ao iniciar este período propunha um Voto de Pesar e por isso iria apresentar esse Voto de Pesar.-----

**- O Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao parlatório apresentando o seguinte Voto de Pesar:-----**

*“ Foi com consternação que tivemos conhecimento do falecimento do Senhor Professor Doutor João Luís Inês Vaz, nascido em 1951, no Soito, Concelho de Sabugal.----- Professor ilustre, era Doutorado em Pré-História e Arqueologia pela Universidade de Coimbra, tendo sido professor do ensino secundário e também do Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa.-----*

*Homem de Cultura, presidia ao Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, arqueólogo e investigador de excelência, organizou vários colóquios arqueológicos e participou e coordenou várias campanhas de escavação, sendo membro da Comissão Científica do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, sempre naquilo que foi uma luta permanente dele, na primeira linha da defesa do património cultural.-----*

*Homem Político, desempenhou funções quer como Vereador da Câmara Municipal de Viseu mas foi também Governador Civil do Distrito de Viseu.-----*

*Pela postura e conduta ao longo da sua vida, pela amizade e o respeito que teve de todos com quem se relacionou e a forma elevada como desempenhou os vários cargos públicos, propõe-se que a Assembleia Municipal de Viseu delibere:-----*

*1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Doutor João Luís Inês Vaz, guardando um minuto de silêncio em sua memória.-----*

*2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.-----*

*3. Recomendar à Câmara Municipal que perpétue o seu nome na Toponímia da Cidade de Viseu”.-----*

Está em discussão a proposta deste Voto de Pesar. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

**----- UM – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas Deputados da Assembleia Municipal e Comunicação Social. Apenas e em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata dizer que com toda a naturalidade nos associamos aquilo que o Senhor Presidente aqui disse e a este Voto de Pesar por esta perda que o Concelho de Viseu acabou de ter de uma forma perfeitamente inesperada. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

**----- DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Era intenção do Partido Socialista trazer hoje um voto semelhante, foi também combinado entre nós que perguntaríamos ao Senhor Presidente da Mesa se se associava a isso, passou-se foi o contrário, o Senhor Presidente da Mesa já trazia um voto escrito ao qual nós nos associamos com todo o gosto, porque efetivamente o Doutor João Inês Vaz para além de todas essas qualidades que vêm referidas e que nós subscrevemos foi um distinto militante do Partido Socialista e nós nessa medida quereríamos também deixar aqui o nosso preito de homenagem. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Gonçalo Calheiros.-----

**----- TRÊS – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS (CDS/PP):** Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui presente.

É com muita satisfação que nós vimos e assistimos à comunicação do Senhor Dr. Mota Faria à qual nos associamos totalmente. Eu pessoalmente fico muito satisfeito com isso, já fazia intenções de também apresentar algo análogo, não só por todas as qualidades que Senhor diz, mas sobretudo, porque primeiro era amigo do João Inês e segundo, o João Inês era uma pessoa excelente, e como tal o “Partido Social Democrata” associa-se totalmente a esta manifestação. Peço desculpa, peço desculpa, o Partido CDS. Pronto, peço desculpa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. O Bloco de Esquerda também traz um Voto de Pesar e porque tem algumas *nuances* permitam-me lê-lo muito rapidamente.-----

Faleceu no passado 23 de junho aos 63 anos de idade, vítima de doença súbita, João Luís Inês Vaz, doutorado em Pré-História e Arqueologia pela Universidade de Coimbra, m-Membro do Conselho Científico do Curso de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, da Universidade de Coimbra, membro do Conselho de Redação da revista “Hispania Epigraphica”, da Universidade Complutense de Madrid, organizador de vários colóquios e congressos nacionais e internacionais, no âmbito da Arqueologia, História Antiga e Epigrafia, nomeadamente dois colóquios arqueológicos de Viseu, em 1988 e 1990. João Luís Inês Vaz foi também um homem interventivo, cívica, cultural e politicamente, tendo exercido funções de Vereador durante dois anos na Câmara Municipal de Viseu e de Governador Civil do Distrito de Viseu de 18 de novembro de 1995 a 30 de abril 2002.-----

Apesar dos cargos prestigiantes que exerceu, (e era isto que eu queria sublinhar) foi sempre um homem honesto simples e prático, de reconhecida seriedade, que deixou uma pegada forte na cultura viseense e nacional.-----

Como pedagogo (foi professor do ensino secundário e do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa) sempre ajudou e incentivou os jovens académicos a desenvolverem as suas pesquisas, tendo até ao fim efetuado trabalhos de campo, como arqueólogo e, isto acho que é talvez o pormenor mais fascinante na figura de João Luís Inês Vaz, é que ele não se acomodou, não ficou na sua zona de conforto depois de todos aqueles cargos e continuou até ao fim a exercer o seu “*metier*”, o seu ofício de arqueólogo.- Era o atual Presidente do Centro de Estudos Aquilino Ribeiro. O resto, portanto, era no mesmo sentido, o Voto de Pesar, e um minuto de silêncio, e associo-me também à proposta. Já agora, só uma nota pessoal, eu não fui um amigo íntimo do João Luís Inês Vaz, não convivi com ele muitas vezes mas, cruzámo-nos na defesa do património da cidade, nomeadamente defendemos os dois artigos que publicámos quase ao mesmo tempo no Jornal de Notícias sobre a muralha romana da Rua Formosa que o IPAR queria enterrar e que ambos defendemos portanto, o rebaixamento do piso que seria muito mais eficaz do que aquela placa de vidro que obrigou até à inauguração de noite porque de dia não se vê nada e também a defesa da Cava de Viriato, que ele também considerava que foi uma intervenção que adulterou, subverteu o carácter islâmico da Cava. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Naturalmente em nome da CDU, não repetirei aqui todos os argumentos apresentados e que subscrevo, quer naquilo que foi a referência à pessoa que foi o Dr. Inês Vaz, mas simultaneamente a todos os contributos que de facto deu para o município. Vir aqui apenas dizer que nos solidarizamos com este Voto de Pesar, a homenagem possível que esta Assembleia pode de facto fazer a uma



figura de mérito do Concelho. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. O Senhor Presidente da Câmara também pediu a palavra. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Muito bom dia a todas e a todos. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores e todos os elementos a presentes e obviamente não deixar de me associar, não só pelas razões institucionais, enquanto Presidente da Câmara, o reconhecimento de um trabalho dedicado à causa pública do Professor Inês Vaz, mas também por razões de amizade que me uniram ao Professor Inês Vaz ao longo da vida, independentemente de momentos em que tivemos posições divergentes, mas isso é resultado do convívio democrático. Gostava de enaltecer a sua figura nas suas diferentes vertentes, o académico, de facto um académico que deixa uma obra publicada de grande valor e reconhecida por os principais especialistas nacionais e internacionais, gostava também de realçar o homem de cultura que efetivamente foi nas suas diferentes facetas e designadamente neste percurso que o entusiasmava muito, do Prémio Aquilino Ribeiro que tinha sido lançado há bem pouco tempo e que ele era um dos principais entusiastas e portanto, seguramente que evocaremos a memória dele na continuidade deste projeto e também no político porque efetivamente foi um homem que nas diferentes funções que exerceu o fez sempre com elevação e com um alto sentido democrático aliás, recordo e deixem-me que faça aqui um confidência que no dia da reunião pública que temos vindo a fazer em S. João de Lourosa ele me dizia no final da reunião que gostava de ser Vereador neste mandato nem que fosse da oposição, o que foi um gesto de simpatia e da bonomia que normalmente ele punha nas suas... enfim, era uma pessoa genuína, isso acho que é importante, em política também termos pessoas que sejam genuínas é fundamental. Obviamente que gostava de, para além de realçar o rasto, porque acho que efetivamente na nossa vida o mais importante que podemos deixar é um rasto de um percurso coerente e apaixonado, porque ele também era uma pessoa muito apaixonada por aquilo que fazia nas diferentes vertentes, para além disso, obviamente que já tive a oportunidade de transmitir a toda a sua família, à sua filha, ao seu filho, à mulher e à companheira atual as condolências e tinha tido a oportunidade também de dizer à família, associando-me à proposta que a Assembleia Municipal faz na pessoa do Senhor Presidente e estou certo que vai merecer a unanimidade da votação, já tinha transmitido à família que eu próprio na quinta-feira na Reunião de Câmara iria tomar a iniciativa de apresentação de um Voto de Pesar e mais do que um Voto de Pesar, a perpetuação do seu nome numa artéria da cidade e uma justa homenagem que a cidade lhe deverá pelo percurso efetuado e portanto felicitar o Senhor Presidente da Mesa pela proposta e dizer-lhe que estamos em perfeita sintonia e era já intenção do Presidente da Câmara levar essa proposta que por sinal já na próxima quinta-feira haverá Reunião de Câmara onde seguramente ficará aprovada essa proposta e uma homenagem à sua figura. Portanto, obviamente endereçar aqui os meus pêsames à família e também ao Partido Socialista porque efetivamente era seu militante e estas coisas têm que ser também colocadas no seu devido lugar. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Embora sinta que há uma unanimidade em termos do Voto de Pesar, nós gostaríamos de colocar como é óbvio à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Foi aprovado por unanimidade.* Iriamos agora guardar um minuto de silêncio.-----  
**Guardou-se um minuto de silêncio.**-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então continuar o Período de Antes da Ordem do Dia. Tem a palavra o Deputado João Cotta.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO**

**COTTA (PPD/PSD):** Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Colega da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público Presente. O investimento produtivo é reconhecidamente a forma sustentável de criar riqueza, de atrair e de fixar pessoas, de ter uma natalidade demograficamente positiva. Atrair investimento é um caminho de longo prazo que exige confiança, envolvente adequada, persistência, trabalho árduo e argumentos que sejam diferenciadores. É um trabalho muitas vezes discreto, mesmo secreto, de formiguinha, lento a mostrar resultados. Face à competição dos territórios por investimento e à lógica empresarial de rentabilidade, atrair investimento, exige aos autarcas preparação técnica, planeamento, pesca à linha, diplomacia económica, criação de ofertas atrativas e muita persistência. A perspetiva dos autarcas face ao desenvolvimento dos seus territórios mudou, hoje, estão conscientes da importância das empresas, do seu investimento para o presente e futuro dos seus territórios. Muitos concelhos do nosso país e muitas regiões da Europa estão na nesta jornada sedução dos investidores, criando uma atmosfera muito competitiva e dinâmica. A Região de Viseu tem sido exemplar neste domínio, com investimentos relevantes em diversos concelhos. Temos que estar todos contentes com os investimentos em Viseu, Nelas, Tondela, S. Pedro do Sul, Mangualde ou em todos os outros concelhos pois são benéficos para todos. Estamos a iniciar um novo ciclo de dinamismo económico que irá frutificar. Esta mudança de prioridade é no entanto muito evidente no Concelho de Viseu, para isso contribuiu o foco empresarial do Senhor Presidente do seu Executivo, a sua preparação e experiência e as políticas que definiu. Esta tarefa tão exigente para obter resultados exigiu seguramente muito trabalho, grande disponibilidade, humildade, trabalho de equipa e uma estratégia concertada. O Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Agricultor, os sistemas de incentivos ao investimento com criação de emprego, o estabelecimento de regras claras e transparentes para os mesmos, a oferta de novas zonas de localização industrial estão a começar a dar resultados. O Conselho da Diáspora, o nosso AICEP dos afetos irá também dar os seus frutos, os nossos conterrâneos na Diáspora são apóstolos da nossa terra e são motores a puxar pelo investimento para a nossa região. As melhorias do contexto económico e os novos fundos comunitários são ainda incipientes, mas, apesar disso, os sinais em Viseu já são muito positivos. Os investimentos recentes em Viseu são relevantes, realizados em diversas freguesias, em setores económicos diversificados como a construção, a indústria, a qualificação profissional, a saúde, o comércio e os serviços. No ano de 2014 foram constituídas em Viseu Dão Lafões 568 novas empresas das quais 298, 52,4% no Concelho de Viseu. Acolhemos de braços abertos os investimentos da TCS, da Pampilar, da Visabeira, da Casa de Saúde S. Mateus, do Hospital da CUF, do AKI, do Pingo Doce e a reabilitação do Fórum Viseu. Existem novas áreas para instalação empresarial em Mundão e Coimbrões. Outro sinal muito evidente basta andar a pé pelo Centro Histórico é o elevado número de casas em recuperação onde já estão a abrir também novas lojas. Investir em Viseu é a consequência de uma análise cuidada de quem investe, traduz a confiança no presente e no futuro, a qualidade de vida, o ensino, a centralidade regional, as boas infraestruturas, mas sobretudo porque temos políticas corretas e temos capital humano, nada acontece por acaso. Viseu tem uma estratégia e um caminho definido, Viseu tem gente, Viseu tem mão-de-obra qualificada, Viseu tem juventude, tem consumo e tem atratividade. Os bons resultados são muito motivadores, mas estou confiante que estamos apenas no início, temos de atrair mais, mas temos que continuar atentos às necessidades das empresas que cá estão. O empreendedorismo é uma semente que tem que continuar a ser regada, a qualificação dos empresários e dos seus colaboradores é indispensável para o aumento da produtividade regional. A dimensão reduzida das nossas empresas torna-as mais frágeis e a agregação empresarial é uma necessidade, mas temos também que atuar rapidamente noutra dimensão social, o desenvolvimento económico vai trazer a curto médio prazo criação de emprego, bem-

estar, confiança no futuro e mais investimento, o nosso país e a nossa região estão no entanto com uma evolução demográfica alarmante, sabemos que a natalidade é uma consequência do clima económico, do emprego mas não só, depende das prioridades individuais, dos casais, da valorização do papel da família, ser pai ou mãe. Temos que dar sinais claros que favoreçam a nossa natalidade e acelerar a inversão da sua evolução negativa, é o passo seguinte e indispensável e para isso Senhor Presidente temos que atuar já. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Eu esqueci-me de dizer que tinha nove minutos, utilizou quatro minutos e meio. Eu ia agora propor uma situação que tem a ver com o Período de Antes da Ordem do Dia e também com a Ordem de trabalhos, tem a ver com aprovação em minuta e por isso, propunha que para efeitos de execução imediata todas as deliberações sejam aprovadas em minuta conforme o preceituado nos nº3 e nº4 do Art.º57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação consubstanciado pelo nº4 do Art.º 58 do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal, quer as deliberações da Ordem de Trabalhos, quer as deliberações do Período de Antes da Ordem do Dia, por isso propunha que fossem aprovadas em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

Íamos então continuar o Período de Antes da Ordem do Dia, tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto, três minutos.-----

----- **OITO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimas Senhoras e Senhores da Comunicação Social e Público em Geral. No fim de semana passado a 21-06-2015 noticiava o JN que família com quatro casos de cancro pode perder casa. Noticiava ainda que a Câmara Municipal de Viseu tinha o caso sinalizado, estando a aguardar a conclusão de um bloco de apartamentos no Bairro Municipal para atribuir casa à família. No mesmo artigo o JN referia que já em 2014 o município havia pago rendas à família. Em função do alarme social rapidamente gerado e tendo tido o Partido Socialista conhecimento desta dramática situação de despejo por falta de recursos em que alegadamente quatro elementos do agregado familiar se encontravam com doença oncológica, os Vereadores do PS pediram ao município os seguintes esclarecimentos a 22-06-2015:-----  
Quando tomou a Câmara Municipal e o seu Departamento de Ação Social conhecimento desta situação?-----

Que diligências foram já tomadas no sentido de conhecer detalhadamente a situação e desencadear todas as diligências de prestação de auxílio urgente no âmbito de programas como o “Viseu Solidário”?-----

Que plano de acompanhamento e que medidas de apoio estão previstas para esta família a curto e a médio prazo tendo em conta a elevada exposição de três crianças a fortes vulnerabilidades físicas sociais e emocionais?-----

Gostaríamos hoje também de conhecer que diligências foram feitas junto das restantes entidades competentes, nomeadamente os Serviços de Saúde, a Segurança Social, o CLAS, as instituições da Rede Solidária contratualizada com vista à articulação de respostas que minorem o sofrimento desta família, mas não só desta família, desta e de outras, porque repudiamos a acusação da demagogia feita pelo Senhor Presidente da Câmara, lembrando que porventura será demasiado lassa a malha na identificação de situações e insuficiente o diálogo institucional na sinalização e acompanhamento, porque mais importante do que o carácter assistencialista do município será a sua dimensão social e a eficiência das suas respostas de acompanhamento e medidas de apoio. O meu antecessor falou aqui também que é preciso atuar já no âmbito da natalidade, curiosamente a minha intervenção também vai nesse sentido. Na última reunião desta Assembleia Municipal a propósito das

vinte medidas de apoio à natalidade proclamadas pelo município, sublinhei a importância das medidas de conciliação, quero hoje novamente fazê-lo deixando um repto ao município para a vigésima primeira medida a adotar, a tal atuação já. Para quando a assinatura pelo município do acordo coletivo de entidade empregadora pública o ACEP, prevendo as trinta e cinco horas de trabalho? Quererá o Município de Viseu manter-se na vanguarda das medidas de conciliação ou pretenderá ser uma ilha no Distrito de Viseu não seguindo o exemplo das Câmaras de Castro Daire, Lamego, Mortágua e Resende?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Teodósio que estava inscrito.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente o assunto que me trazia mais de aqui a pouco, está na inscrição, tem a ver com um assunto que foi agora levantado aqui pelo Partido Socialista e eu penso que só ganharemos na discussão se falarmos consecutivamente e não intercaladamente. Tem a ver efetivamente com esta questão da família de Vildemoinhos que tem sido uma notícia que tem passado na comunicação social inclusive nas televisões e obviamente que nos preocupa a todos e a minha razão de estar aqui, era no fundo pôr uma questão à Câmara e de alguma forma um esclarecimento relativamente a esta matéria. Sabemos que há, de há longo tempo a esta parte, nesta questão do apoio social um cuidado muito grande por parte da autarquia em termos de manter essa atuação no maior sigilo possível, no preservar as pessoas que efetivamente são carenciadas, lembro até que em mandato anterior houve aquele protocolo em termos das refeições, em que as pessoas levantavam uma senha num sítio completamente diferente para que ninguém soubesse que estavam a ser ajudadas e esta questão agora desta família, de alguma forma chocou-nos o facto de como estão a ser expostas todas as pessoas daquele agregado familiar, não tem havido, porque a comunicação social obviamente vive e percebemos a forma de atuar, tem que vender, mas a exposição de que têm sido alvo pensem que não é nada benéfico para ninguém e, mais complicado são as notícias que parecem um pouco contraditórias e aqui também uma questão que não percebo por parte do Partido Socialista, porque as indicações que nós temos é que esta família já está a ser acompanhada desde 2009 pela autarquia de Viseu de uma forma não pública obviamente, porque este tipo de apoio necessita de toda essa reserva, preservando as pessoas, sabemos também que mais recentemente tem tido outros apoios muito mais concretos da Câmara em vertentes diferentes daquelas que foram de 2009, portanto, parece-nos a nós que está sinalizada, que há um acompanhamento, que obviamente que há aqui a interligação da autarquia com as outras instituições que nós todos conhecemos quais são, e que obviamente que as coisas a partir do momento que estão aí, estão sinalizadas e obviamente que deverão estar bem tratadas, mas os apoios que são dados pela autarquia, são apoios que são aprovados em Reunião de Câmara, e aqui o que me parece um pouco estranho e é um esclarecimento que peço à Câmara, é se efetivamente o apoio não passou pela Câmara porque se passou, os Senhores Vereadores do Partido Socialista, ou não estavam na reunião, ou estavam distraídos, parece um pouco estranho estando lá virem aqui colocar as questões, parece-me que aqui, é tentar fazer um aproveitamento político e que obviamente para esse peditório nós damos, para esse peditório nós entendemos que ninguém deve contribuir, estamos a falar de um assunto muito sério, estamos a falar de um assunto muito pessoal, que nos deve merecer o máximo respeito. Portanto, Senhor Presidente, para terminar o esclarecimento era efetivamente se há este apoio, se este apoio é ou não é um apoio aprovado em Reuniões de Câmara, porque se assim for não percebo esta atuação do Partido Socialista. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Elsa Lemos.-----

----- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores

Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui presente. O que me traz aqui é um Voto de louvor: Viseu 2001 – Equipa de futebol feminino.-----

*No passado dia 31 de maio, a equipa de Futebol Feminino do Viseu 2001 sagrou-se campeã nacional da segunda fase do Campeonato de Promoção, feito que muito honra o desporto, o futebol e a Cidade de Viseu.*-----

*Este projeto tem três anos de existência e apresenta resultados desportivos absolutamente notáveis, uma vez que são escassos os clubes que, em tão curto período de tempo, conseguiram ascender ao patamar mais elevado do futebol feminino de onze.*-----

*Na próxima época desportiva, Viseu terá assim uma equipa a competir na principal categoria de futebol feminino, algo que já não acontecia há doze anos.*-----

*A equipa do Viseu 2001 é constituída por atletas amadoras, trabalhadoras ou estudantes, sendo, por isso, um exemplo de superação em que muitas das jovens da nossa cidade se reveem, sendo um exemplo a seguir pelas mais novas.*-----

*Estão, portanto, de parabéns a equipa técnica liderada por Francisca Martins, as jogadoras e demais staff da secção de futebol feminino do Viseu 2001, bem como o seu anterior Presidente, Paulo Lopes, que no fim de catorze anos à frente do clube, sai com o sentido do dever cumprido.*-----

*Pela conquista do Campeonato Nacional de Promoção e pelo facto de Viseu contar, passada mais de uma década, com um representante no campeonato primodivisionário, considera o Grupo Municipal do CDS-PP o seguinte:*-----

*Propor que esta Assembleia Municipal conceda um voto de louvor à secção de futebol feminino do Viseu 2001 pela conquista alcançada e pela divulgação que o clube fará de Viseu no plano nacional.*-----

Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Está em apreciação e para votação este Voto de Louvor à Equipe de Futebol Feminino Viseu 2001. Alguém quer intervir? Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- ONZE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Membros, Público presente e Comunicação Social. Nós obviamente que nos associamos a esta proposta, a este Voto, e é também com muita satisfação que vemos uma equipa do Concelho de Viseu a representar Viseu na primeira divisão nacional, ainda para mais no futebol feminino o que é obviamente de louvar. Queremos portanto, associar-nos a este voto e queríamos propor também uma adenda digamos assim, porque tivemos ontem o Nuno Bico que foi Campeão de Ciclismo na categoria de Sub23 e portanto, gostaríamos também de deixar esta adenda a este Voto porque foi mais uma vitória para uma pessoa proveniente do nosso concelho e portanto que muito nos prestigia certamente. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Em primeiro lugar perguntava se aceitam a adenda? Pronto. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- DOZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Reiterar os cumprimentos a todas as pessoas presentes e dizer que é com grande satisfação que vemos chegar aqui aquilo que esteve na nossa cabeça, de facto a CDU pensou em trazer aqui este louvor mais que merecido, a questão que nos, enfim, surgiu foi, pois está bem, grande mérito desta equipa, mas outros atletas também do nosso concelho têm desempenhos de grande mérito e daí que de facto não tenhamos tomado essa iniciativa. Dizer que estamos de acordo naturalmente com a adenda, mas também informar que justamente na sequência desta nossa apreciação à possibilidade de trazer



esse louvor, alargámos o âmbito de um louvor que trouxemos e que poderíamos se a Mesa assim entender pôr já à consideração.-----

A todas as Associações e Grupos Culturais e Desportivos do Concelho de Viseu-----

Considerando:-----

1. O papel inestimável que estas associações e os seus agentes dinamizadores desenvolvem na preservação e dinamização culturais e desportivas;-----
2. A relevância do contributo prestado para o bem-estar social que a prática desportiva bem como a dinamização cultural que realizam promovem;-----
3. A formação desportiva e cultural que disponibilizam e incrementam;-----
4. O modo empenhado e construtivo como contribuíram para o enriquecimento de iniciativas promovidas pelo Município;-----
5. Que a sua ação é uma inquestionável mais-valia para o nosso concelho;-----

O Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Viseu na sua reunião de 29 de Junho de 2015, delibere:-----

1. Reconhecer e louvar o mérito das associações culturais e desportivas do concelho, aprovando um voto de louvor a todas elas;-----
2. Dar a conhecer este louvor a todas as associações que têm colaborado com o município neste contexto.-----

De resto em relação às atletas do 2001, no âmbito do movimento de mulheres que integro temos parcerias concretizadas, uma excelente relação e portanto é uma grande satisfação.-  
Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Agradecemos então o Voto. Mais alguma intervenção? Está em apreciação e não havendo mais nenhuma intervenção iríamos então pôr à votação, como são três Votos de Louvor fazíamos de um modo separado. Por isso em relação ao Voto de Louvor à Secção de Futebol Feminino do Viseu 2001, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.-----

Em relação ao Voto de Louvor ao Ciclista Nuno Bico Campeão Nacional de estrada na categoria de Sub 23, quem Vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.-----

Em relação ao Voto de Louvor às Associações e Grupos e Desportivos do Concelho de Viseu, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.-----

Irá usar da palavra a Deputada Filomena Pires da CDU, tem quatro minutos-----

----- TREZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Senhor Presidente da Câmara, antes de mais congratular-me pelo facto decorrido mais de um ano após a chamada de atenção que aqui fizemos para o estado da estrada entre Pascoal e Orgens, o seu executivo ter deliberado, e sito “... aceitar a cedência gratuita da parcela de terreno indispensável para a execução da empreitada”. A questão que colocamos é se a adjudicação recentemente celebrada contempla apenas a construção do muro ou podemos esperar para breve a regularização da circulação naquela via. Espero que brevemente mereçam a sua atenção, outras situações que aqui trouxemos, nomeadamente em Abraveses e Rio de Loba.-----

Trago também um Requerimento relativo ao Pavilhão Desportivo do Fontelo e ao Judo Clube de Viseu, poupando o meu tempo não lerei os considerandos, penso que a Assembleia conhece a situação. A partir do momento em que foram iniciadas as obras no Pavilhão Desportivo do Fontelo, o Judo Clube teve que procurar um espaço para a prática desportiva, neste momento encontra-se numa situação que não é a melhor, não tem balneários, pratica com alguma insegurança porque qualquer projeção de facto é de risco para os atletas e portanto na sequência de um contacto que tivemos venho aqui colocar o pedido de esclarecimento seguinte:-----

Quando se prevê que venham a ser concluídas as obras no Pavilhão Desportivo do Fontelo?-----

Pode o Judo Clube de Viseu contar com um espaço exclusivo nessas instalações, que garanta as exigências da prática do judo e onde possa ser retomada a atividade que ali era desenvolvida à data do início das obras?-----

Um segundo Requerimento que vou entregar à Mesa e na sequência também do contacto de um munícipe, diz respeito a um Placard de Publicidade, um Outdoor colocado em Cabanões, esta situação arrasta-se desde 10 de novembro de 2010, muitas têm sido as diligências desenvolvidas por este munícipe mas efetivamente ainda não conseguiu resolver a situação para a qual pediu a intervenção da Câmara. Disse naturalmente ao munícipe que poderia dirigir-se à Assembleia Municipal na primeira segunda-feira de cada mês, mas ele entendeu que efetivamente a intervenção devia aqui ser trazida por mim. As questões que eu coloco são:-----

Confirma o Executivo Camarário a informação prestada ao munícipe a 07 de janeiro de 2011?-----

A segunda, a ser assim, qual a razão que justifica a permanência do placard naquele local?

Um terceiro conjunto de questões que também aqui trago, e mais uma vez vou apenas ler as questões para poupar o tempo, diz respeito aos incentivos atribuídos a empresas pelo Executivo Camarário, pelo Município e as questões que eu coloco são as seguintes:-----

A totalidade das empresas até agora beneficiárias pelos apoios referidos constam... retiro a pergunta porque de facto ela está mal formada, peço imensa desculpa. Objetivamente aquilo que pretendíamos saber é:-----

Quais são os valores de que foram beneficiárias as empresas apoiadas, portanto, isto no âmbito daquilo que já hoje aqui foi trazido, portanto, os incentivos à criação de empresas no concelho?-----

Que contrapartidas foram exigidas pelo município para a concessão dos apoios?-----

Quantos postos de trabalho foram criados por essas empresas, ou quantos se comprometem a criar e por quanto tempo serão mantidos esses postos de trabalho?-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira. Senhor Deputado tem quatro minutos-----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social presente. Eu trago aqui uma Moção, que em parte é uma preocupação que já tenho de há muito, mas que é também uma homenagem ao João Luís Inês Vaz.-----

**MOÇÃO: PARA MAIOR VALORIZAÇÃO DA CAVA DE VIRIATO COM MELHORAMENTO DA SINALÉTICA E INFORMAÇÃO TURÍSTICA:**-----

Considerando que:-----

1. É hoje consensual entre a maioria dos historiadores a origem muçulmana da Cava de Viriato, sem prejuízo de poder ter existido, no seu espaço interior, um acampamento militar romano, como pode ler-se no *site* da Direcção-Geral do Património Cultural.-----

Cito: “Tradicionalmente atribuído a um tão glorioso quanto lendário período de resistência lusitana à conquista romana, e depois aos próprios romanos, só muito recentemente estas catalogações foram postas em causa para o monumento conhecido como “Cava de Viriato”. (...) Nos últimos anos, todavia, o grande impulso dado à arqueologia medieval islâmica permitiu o aparecimento de uma perspetiva alternativa, que confere ao período muçulmano a construção deste complexo sistema militar. As primeiras dúvidas foram avançadas por Vasco Mantas, que estranhou a inexistência de qualquer paralelo planimétrico romano (...).-----

Ocupando uma área de cerca de 30 hectares, a fortificação é um imenso octógono, “com muros de terra rodeados por um fosso, cujo diâmetro interior é de 640 metros”, tendo os muros uma largura, na base, da ordem dos 30 a 35 metros. Uma tal configuração, que não

encontra qualquer semelhança a nível peninsular, parece ter melhor explicação nas "cidades-acampamentos" muçulmanas, de que o melhor exemplo conservado é a de Samarrã, no atual Iraque, local já intervencionado arqueologicamente e sede do poder califal abássida entre 836 e 892. (...) Ao que tudo indica, ela possuía um relativamente complexo sistema de engenharia hidráulica, na medida em que o seu interior e os fossos em redor estavam ligados ao rio Pavia e à ribeira de Santiago e dentro do recinto existiam diversos poços e cisternas de armazenamento de água.-----

Helena Catarino sugere tratar-se de "uma qal'a, ou cidade acampamento, do mesmo tipo dos outros qila' que as fontes árabes indicam para a primeira época islâmica", mas não exclui outras hipóteses posteriores, nomeadamente durante o poder emiral e, sobretudo, na época de Almansor (Al-Mansur).-----

2. Também o arqueólogo João Inês Vaz defendia: "Os muçulmanos escolheram Viseu para construir um acampamento, no mesmo sítio onde, mil anos antes, os romanos fizeram o mesmo para uma legião de 4 a 5 mil homens". O arqueólogo Pedro Sobral, no cromo nº 1 da Viseupédia, desmistifica a ligação de Viriato à "Cava" (simples designação porque era citada até ao séc. XVI) e acrescenta:-----

"Podemos afirmar com alguma certeza que este monumento deve corresponder a uma cidade-acampamento, (qal'a) de época islâmica, seja da conquista do séc. VIII ou do período de Almansor. Entre os séculos VIII e XI, Viseu foi uma típica cidade de fronteira, ora disputada por cristãos, ora por muçulmanos. Aproveitando a localização estratégica desta cidade, na retaguarda das terras do Douro, Almansor tornou Viseu num enclave militar por excelência tendo-se reunido aqui com os condes moçárabes que estavam sob a sua soberania em 977. Foi de Viseu que este general partiu para as suas campanhas militares, em 988 para Leão, em 995 para Astorga, e em 997 para Santiago de Compostela, o baluarte da cristandade de então. No regresso de Santiago de Compostela, foi em Viseu que Almansor se despediu e agradeceu aos condes moçárabes que o haviam acompanhado tendo distribuído o saque.-----

Viseu terá, assim, servido de retaguarda ao exército de Almansor que, em campanha, podia reunir até 25000 homens a cavalo, regressando das campanhas com um número elevado de cativos".-----

3. A origem muçulmana da Cava está explícita em folhetos do Turismo Centro de Portugal ou na Wikipédia, bem como nas placas de identificação existentes em três pontos do monumento, da responsabilidade da Archeoje onde se diz: "Se até aqui a importância deste monumento era por ser um dos poucos acampamentos romanos do país, agora, como cidade-acampamento islâmica, a Cava de Viriato assume um relevo acrescido, não havendo paralelo tão bem conservado conhecido no resto da Europa".-----

4. Qualquer outra tese sobre a origem da Cava, não se conhecendo prova ou artigo científico que a sustente, não poderá ser invocada de forma séria;-----

5. No site da Câmara Municipal de Viseu, certamente por lapso, apenas continua a ser referida a tese da origem romana da Cava e no Mapa Turístico da cidade, editado pelo Município, a Cava de Viriato surge como um dos 50 pontos de interesse, sem qualquer referência à sua importância histórica e nem sequer está assinalada como monumento. Os guias do comboio turístico também só referem a origem romana.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, em sessão de 29 de Junho de 2015, delibera recomendar ao executivo o seguinte:-----

1. Uma maior valorização da Cava de Viriato, assinalando no *site* da Câmara e em todos os materiais de informação turística municipal, que se trata do maior monumento nacional, em dimensão, único exemplar na Europa em tão bom estado de conservação, das cidades-acampamento islâmicas;-----

2. A colocação de sinalética que indique aos visitantes os acessos ao cimo dos taludes, pelo menos junto à estátua de Viriato;-----

3. A construção, logo que possível, do Centro de Interpretação da Cava, previsto no Programa Pólis para Viseu, mas que ficou no papel, e uma das propostas que mais votos teve no primeiro orçamento participativo de Viseu. Obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, quatro minutos, já passou um bocadinho. Por isso estamos perante uma Proposta de Recomendação certo? Será enviada então ao Executivo Camarário. Muito obrigado. Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes. Seis minutos.-----

----- **QUINZE – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Público presente. É inegável a presença da cultura nos mais diversos eventos da cidade de Viseu quer por apoio e organização total do executivo camarário quer através de parcerias bem-sucedidas com as mais diversas instituições.-----

Essas atividades culturais além da quantidade, marcam pela sua qualidade tanto a nível local como a nível nacional sendo igualmente apreciadas e amplamente reconhecidas.----- De entre muitos destaco o Festival de Teatro Jovem que teve lugar entre 30 de abril e 7 de junho com 26 peças, muito interessantes e apelativas como eu própria tive oportunidade de assistir.-----

Destaco também o evento Tons de Primavera que decorreu entre 20 e 24 de maio com a Academia Dão Petiz, as diversas iniciativas no Mercado 2 de maio e o tão inovador evento Street Art.-----

Entre 19 e 21 de junho as Festas Populares deram a conhecer as freguesias com as suas ofertas empresariais culturais e gastronómicas nas Festas das Freguesias que tiveram lugar no Parque Aquilino Ribeiro. Da mesma forma, incluídas nas festas populares estiveram as Cavalhadas de Teivas e as Cavalhadas de Vildemoinhos bem como as Marchas Populares que encheram as ruas de alegria e cor envolvendo miúdos e graúdos na troca de tradições e saberes antigos e novos.-----

Não podia deixar de fazer também aqui referência aos Jardins efémeros que terão início no dia 3 de julho e se prolongam até dia 12. Ficámos habituados à vanguarda cultural e diversificada deste evento, que atrai diversos tipos de público e visitantes de várias zonas do país. Esperamos com curiosidade as novidades que irão ser introduzidas este ano.-----

De referir que este conjunto de ofertas culturais realizadas na nossa cidade correspondem aos mais variados gostos e faixas etárias do concelho de Viseu. Este é um trabalho de continuidade no qual se deve apostar. É assim que se deve governar e decidir para todos e a pensar em todos.-----

Não se deve esquecer o mérito devido tanto aos intervenientes como ao executivo camarário na pessoa da Dra. Odete Paiva, vereadora da cultura, pelo sucesso alcançado e que certamente terá futuro. A exigência será elevada pois Viseu habitou-se a uma panóplia cultural rica e acima de tudo vai continuar a querer uma cultura de qualidade.----- Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Gonçalves Ribeiro, tem dois minutos.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Há já algum tempo que estão a decorrer alguns eventos e atividades culturais que têm animado a cidade e a região.-----

Nos próximos meses, Julho e Agosto, outros eventos importantes irão ocorrer, nomeadamente mais uma edição dos Jardins Efémeros, uma Etapa da Volta a Portugal e a Feira de S. Mateus.-----

É expectável por isso que sejam muitos os visitantes e que estejam presentes alguns milhares de pessoas, no entanto para que sejam um sucesso, e isso é o que pretendemos todos, a segurança é fator prioritário e deve estar em primeiro lugar.----- Para isso, é fundamental, segundo a nossa opinião, que para cada um dos eventos atrás referidos seja elaborado um plano de contingência, que deve contemplar as medidas a tomar, em caso de necessidade. Como sabem estes planos são diferentes dos planos de emergência, na medida que estão mais orientados para estas situações esporádicas e pontuais.-----

A zona histórica vai ser um dos palcos dos Jardins Efémeros e da Volta a Portugal e não havendo um plano de emergência atualizado para esta zona, é mais uma razão para que existam estes planos de contingência específicos e se façam exercícios envolvendo os diversos agentes de proteção civil, para verificar a sua operacionalidade. Ainda recentemente se verificou ali um incêndio e apesar do combate rápido e eficaz registaram-se, no entanto, alguns constrangimentos pelo menos no que diz ao respeito ao estacionamento.-----

Quanto à Feira de S. Mateus o princípio é o mesmo. No ano passado houve aquele episódio do incêndio, foram tomadas de imediato algumas medidas, nomeadamente reforço de meios, fez-se uma auditoria e houve a garantia de haver maior cuidado com a segurança.-- Por isso, gostaríamos de conhecer, sendo possível, algumas medidas que neste momento já tenham sido tomadas ou que estejam a ser estudadas para estes eventos.----- Finalmente, o Senhor Presidente anunciou na última Assembleia que já havia um novo Plano Operacional Municipal, mas infelizmente é apenas do conhecimento de alguns, porque na página da internet da Câmara Municipal, continua a existir apenas aquele que foi elaborado pelo anterior executivo. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Repeses e S. Salvador. Tem quatro minutos. -----

----- **DEZASSETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REPESES E S. SALVADOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PPD/PSD):** Bom dia a todos e a todas. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssima Senhora Secretária e Senhor Secretário da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos e Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

Antes de proceder à leitura deste documento que aqui trago para colocar à apreciação e aprovação desta Assembleia, queria enquanto cidadão viseense e em particular residente em Vildemoinhos manifestar a minha alegria e satisfação pelo acontecimento ocorrido no passado dia 24 que trouxe de Vildemoinhos à cidade de Viseu um cortejo com uma qualidade excelente. Queria também felicitar enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador as gentes “Trambelas” pelo seu trabalho, pelo seu esforço, pelo seu empenho e pela sua dedicação que ao longo de 363 anos e de uma forma ininterrupta traz à cidade de Viseu um cortejo que se inicia pelo agradecimento ao seu santo padroeiro, S. João Baptista na Capelinha de S. João da Carreira e que depois com esse seu cortejo passando pelas ruas, avenidas e praças, faz de facto vibrar as pessoas que se dirigem a Viseu para assistir a essa passagem.-----

A vitória dos moleiros de Vildemoinhos sobre os agricultores, e a histórica cavalgada à capela de S. João da Carreira, são relembrados, religiosamente, todos os 24 de junho no cortejo das Cavalcadas de Vildemoinhos e constitui um cartaz cultural e turístico de relevância local, regional, que, seguramente merece ser mais apoiado por todos os viseenses, para também se tornar definitivamente de âmbito nacional. As Cavalcadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, tem orgulhosamente sabido



preservar esta importante tradição da nossa cidade região, envolver as gentes “Trambelas” no cumprimento da “promessa” e agradecimento ao seu santo padroeiro S. João Batista pela graça obtida no longínquo ano de 1652, repito, 1652.-----

As Cavalhadas de Vildemoinhos recriam as lutas entre os moleiros e os agricultores. A alegria da vitória sobre os agricultores está materializada na festa que envolve toda a comunidade “Trambela”, na véspera e no dia de S. João.-----

A promessa foi efetuada há 363 anos e anualmente é renovada com o feliz esforço e a tenacidade das gentes “Trambelas”. Adornam-se os cavalos e vestem-se os trajos de festa. Os moleiros rumam à capela de S. João da Carreira para agradecerem.-----

Naquela maravilhosa manhã de verão, no passado dia 24 de junho, Viseu esteve em festa, com música, colorido de imaginação, criatividade, coreografia variada, capacidade de desempenho e muito trabalho, concretizado numa confluência de gerações.-----

Graciosamente a romagem é acompanhada do cortejo de carros alegóricos com muita arte, bandas de música, ranchos, grupo de bombos, fanfarras, gigantones, cabeçudos, majorettes, que com carinho, muita arte e intenso trabalho, são minuciosamente enfeitados. As principais Ruas, Avenidas e Praças da Cidade de Viseu, enchem-se de dezenas de milhares de pessoas, muitas delas vindas de pontos vários da região e do País, que, com muita alegria, aplaudem e agitam extraordinariamente a urbe.-----

O cortejo trazido à cidade foi excelente. Para que tal fosse possível, um agradecimento especial às equipas de trabalho, que empenhadamente deram o seu melhor, meses a fio, na feitura dos carros alegóricos postos a concurso. A Associação das Cavalhadas e a população de Vildemoinhos, garantem capacidade de execução e de organização. Para ser possível fazer mais e melhor, falta a capacidade financeira Senhor Presidente que, possa permitir dar o salto, e logicamente, ser também de âmbito nacional.-----

As entidades oficiais, e em nome da comunidade “Trambela”, apelo para que se envolvam e continuem a apoiar as Cavalhadas de Vildemoinhos, quer financeiramente quer em termos logísticos.-----

Mais uma vez realço o nosso lamento pela obrigação do pagamento à PSP pelo trabalho na segurança e regulação do trânsito, nesta festa graciosa, repito, nesta festa graciosa.-----

Um agradecimento sincero, aos empresários, comerciantes, industriais, membros do júri, anónimos e aos que de uma forma ou de outra, desinteressadamente ajudaram a construir esta festa única.-----

Finalizando, em nome da comunidade “Trambela”, deixo aqui o meu profundo agradecimento ao Município de Viseu, ao seu Presidente Senhor Doutor Almeida Henriques, pelo incondicional apoio financeiro, logístico, todo o carinho e confiança que transmitiu, sem o qual a realização deste evento não seria possível com este elevado padrão de qualidade.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto Presidente do Órgão Executivo da Freguesia de Repeses e São Salvador, governo mais próximo desta comunidade “Trambela”, não poderia deixar de registar o desagrado que me foi manifestado pela generalidade daquela gente, pela proximidade de dois eventos, com as mesmas características, realizados na cidade com um intervalo de pouco mais de 2 dias, com o manifesto prejuízo, para as Cavalhadas de Vildemoinhos, que como Vossa Excelência sabe, tem como tradição secular a data de 24 de junho, pelo que apelo a Vossa Excelência para que futuramente, tal não volte acontecer. Desde já sugiro, não querendo menosprezar ninguém, tal como já o referi em diversas ocasiões, que os dois eventos se realizem com um intervalo mínimo de 10 dias.-----

Pelo trabalho, esforço, a dedicação e o amor de todos os envolvidos na produção deste acontecimento, com colorido de inovação, imaginação e tradição, de tanta importância cultural e turística, para a região de Viseu, pela multidão de pessoas que se deslocaram à nossa cidade, proponho um voto de louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, e às gentes “Trambelas”.-----

Muito Obrigado! Até para o ano!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. A Mesa também esteve com tolerância por serem as Cavalcadas de Vildemoinhos. Por isso está em apreciação e votação este Voto de Louvor. Há alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- **DEZOITO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito bom dia a todos. Cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Público em geral e Senhores Funcionários. É evidente que o Partido Socialista não pode deixar de se associar a este evento, mas, também queríamos aqui deixar um pequeno desafio porque percebemos que este evento só é possível graças ao empenho e à dedicação de muitos cidadãos e cidadãs anónimos e anónimas e sem eles não era possível vir para a rua neste dia tão emblemático do concelho, contudo e também atendendo a umas declarações feitas pelo Senhor Presidente do Executivo da Associação das Cavalcadas de Vildemoinhos, é ambição dele, é o pressuposto dele, é objetivo que as Cavalcadas se transformem num projeto, numa marca nacional e o nosso desafio que queremos deixar aqui ao executivo é precisamente para que o executivo com os mecanismos que tem à sua inteira disponibilidade e disposição para que se associe a esta Associação de modo que assim e de uma vez por todas Viseu crie aqui uma marca, esta marca que representa a nossa cultura e como nós bem sabemos a cultura é cada vez menos local e regional para ser cada vez mais nacional e uma vez também que percebemos que o Senhor Presidente gosta muito de festas e festinhas, agora há que aproveitar este momento para transformar este evento regional ou concelhio num evento nacional. Era mesmo este propósito e este desafio que o Partido Socialista aqui deixava. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Está em apreciação o Voto de Louvor. Não havendo mais nenhuma intervenção, quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----  
Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **DEZANOVE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias, Minhas Senhoras e Meus Senhores e Comunicação Social. A Escola Básica Grão Vasco, localizada aqui bem no centro da nossa Cidade de Viseu, uma escola cuja construção remonta aos anos 60 do século XX, será talvez um dos casos mais paradigmáticos da falta de querer e de empenhamento dos poderes públicos instituídos, sejam eles municipais ou sejam eles nacionais. Com efeito, falamos de uma escola, um espaço onde acontece educação, onde acontece ensino e aprendizagem de crianças, dos nossos filhos, que há muito não reúne as mínimas condições para tal função, e, se há atividades que devem merecer da sociedade, de todos nós um olhar mais atento, uma atenção redobrada a educação não sendo a única tem de ser uma das principais. Ninguém, repito, ninguém, pode aqui dizer hoje que desconhece este problema, o da degradação física do edifício e do pavimento exterior, do recreio, é um problema muito conhecido e visível a olho nu, mas se quisermos ir aos pormenores dos problemas, eles estão nas instalações sanitárias, cujo compromisso por exemplo na construção de instalações sanitárias no bar dos alunos já foi um compromisso assumido por esta autarquia junto à Associação de Pais, nas janelas, nas gastas escadarias que são o único acesso aos diferentes pisos, nas portas, no pavimento, enfim, um pouco por todo o lado, como não podia deixar de ser num edifício que foi construído à meio século atrás, e os resultados desta degradação estão à vista infelizmente, estão à vista pelos piores motivos, desde logo imagine-se, à vista dos serviços de saúde que já tiveram de intervir ante graves acidentes sobretudo frequentes quedas, frequentes entorses que aconteceram com membros da comunidade escolar e aqui destaco, professores, alunos, alguns alunos

com deficiência, fruto da degradação e dos buracos, mas também estão à vista na relação pedagógica que já muitas vezes foi interrompida pela chuva que entrou nas salas e neste caso se se exige um maior esforço aos profissionais são os alunos que principalmente sofrem as consequências. Este é portanto o quadro, o quadro negro de uma realidade que nos circunda, que nos inunda, devia inundar mesmo de vergonha ante a incapacidade de sermos uma verdadeira comunidade interventiva e cuidadora do nosso parque escolar, mas sobretudo cuidadora dos espaços frequentados pelos nossos concidadãos mais jovens, pelos nossos filhos. Repito, todos conhecemos o problema, este drama com que estão confrontados os encarregados de educação, os alunos, mas também todos os profissionais que ali prestam dignamente funções e, quando digo todos, é mesmo todos, é o Senhor Presidente da Câmara, são os Senhores Vereadores, somos nós Deputados desta Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia da República e os Dirigentes Partidários em geral, mas, se digo todos, também quero dizer que nem todos com as mesmas responsabilidades na resolução do problema como é facilmente perceptível. Embora mais do que acusar seja quem for, o que quero aqui é alertar, é consciencializar para a urgência de uma intervenção na Escola Grão Vasco e, se há duas entidades públicas centrais que estão a ser chamadas a este debate, a este problema, elas são o Ministério de Educação e Ciência e a Câmara Municipal de Viseu, e cabe-nos a nós, e por isso o faço, investida nas funções de Membro desta Assembleia Municipal, com a declaração de interesses que me ligam laços profissionais aquela comunidade educativa há vários anos, cabe-nos a nós como dizia, interpelar o Senhor Presidente da Câmara de Viseu e esta Assembleia Municipal para esta situação, com certeza que o faço como Membro do Partido Socialista que nunca deixou cair este assunto no esquecimento, mas, deixem-me dizer-vos que este tem que ser um tema acima das nossas agendas partidárias, um tema que transvase todas as fronteiras e se resolva, é que, a comunidade educativa da Escola Grão Vasco está cansada de palavras, de reuniões, de agendas partidárias, de reuniões meramente circunstanciais, diligências vazias e uma verdadeira vontade de fazer, ou já nos esquecemos que no início de há dois anos letivos atrás, em setembro de 2013 os pais estiveram aqui nesta Assembleia Municipal a dizer de sua justiça, a cumprir-se enquanto cidadãos, trazendo-nos na primeira pessoa este problema, e o que fizemos nós volvidos que estão quase dois anos, que palavra tem o Senhor Presidente da Câmara para dar através desta Assembleia? E, que palavra temos nós para dar aos pais, aos viseenses sobre o projeto e sobre o cronograma de execução das obras?-----  
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, aqui vos deixo o meu repto com a certeza de que tão bem como eu também sabem que dignificar as nossas funções, dignificar a política se não começa e acaba neste problema, passa também e muito pela forma como cada um de nós se posicionar na sua resolução. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Calheiros.-----

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS (CDS/PP):** Reiterando as minhas saudações à Mesa, à Câmara e aos restantes elementos que aqui estão, queria fazer a seguinte comunicação:-----

A ERS (Entidade Reguladora da Saúde) tem como função principal proceder à avaliação do Sistema Nacional de Saúde (Hospitais e Unidades de Saúde locais) e ainda dos setores privado e social.-----

A avaliação das entidades prestadoras de cuidados de saúde é efetuada através do sistema SINAS (Sistema Nacional de Avaliação em Saúde), responsável pela avaliação de 163 hospitais em Portugal Continental e Insular.-----

Uma das dimensões avaliadas é a da excelência clínica, cuja avaliação é efetuada semestralmente, enquanto que as restantes dimensões são avaliadas anualmente, tendo a última avaliação sido realizada em dezembro de 2014.-----

O parâmetro em que iremos centrar a nossa intervenção é o da Excelência Clínica, através do qual se avaliam episódios de alta ocorridos entre o período de julho de 2013 a 30 de junho de 2014. A escala utilizada apresenta três intervalos de medida: nível básico, intermédio e superior. As áreas medidas foram as seguintes: cuidados prestados na Cardiologia (na valência de enfarte agudo do miocárdio; classificação obtida: nível superior), Cirurgia Geral (valência da intervenção do colón: resultado: nível superior); Cirurgia Vascular (nível intermédio); Cuidados intensivos (nível superior); Ginecologia (valência de histerectomia: nível superior); Neurologia (valência AVC'S: nível intermédio); Obstetrícia (Partos e cuidados pré-natais: nível intermédio); Ortopedia (nível intermédio); Pediatria (nível intermédio).-----

Das oito áreas avaliadas no parâmetro da Excelência Clínica, quatro obtiveram nível superior e as restantes nível intermédio, o que nos permite concluir que o Hospital de S. Teotónio, para além de cumprir com todos os parâmetros de qualidade exigidos desempenha meritoriamente a sua função, prestando um serviço de confiança a quem a ele recorre.-----

Esta avaliação agora publicada pela ERS, assenta em instrumentos de medida confiáveis e, por isso, leva-nos a crer que os episódios ocorridos no mês de fevereiro foram passageiros e jamais poderão beliscar o profissionalismo e a dedicação de todos quantos ali exercem funções.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de S. João de Lourosa.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Excelentíssimos Senhores Membros da Comunicação Social, Público presente.-----

Em primeiro lugar permitam-me felicitar na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, todo o executivo, com particular enfoque na Sra. Vereadora da Cultura, pelo sucesso alcançado com as festas populares deste ano.-----

Apesar da necessidade de serem adiadas, a festa das freguesias e as marchas dos Santos populares devido ao mau tempo, e fazendo-as coincidir com as cavalhadas de Teivas e logo de seguida as de Vildemoinhos, foi uma aposta ganha. Penso não correr o risco de ser desmentido, se afirmar que foram as maiores festas deste tipo de sempre, quer em número de visitantes, quer na qualidade dos próprios eventos.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a cidade e o concelho de Viseu só têm a ganhar com estas manifestações centenárias da nossa cultura popular. Por isso felicito a disponibilidade demonstrada pelo Município a que Vossa Excelência preside, não só pelo apoio financeiro, porventura o mais importante, mas também por todo o apoio logístico, de promoção e divulgação.-----

A alteração proposta á Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas, para realização do seu cortejo das Cavalhadas no período da tarde, era vista como uma incerteza sobretudo pelos danos que o calor poderia causar nos figurantes e principalmente nos bailarinos da Dança da Morgadinha, mas até nisso o São Pedro foi amigo e de vez em quando apareciam umas nuvens para impedir o aumento da temperatura, ajudando até o Senhor Presidente a participar, diga-se, que até tem jeito para a Dança da Morgadinha.---

Em segundo lugar queria destacar o trabalho desenvolvido na Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas na organização e realização de mais um cortejo das Cavalhadas. Só com muito sacrifício, boa gestão e os imprescindíveis apoios institucionais, nomeadamente o do Município de Viseu, e que, sem o qual não seria possível atingir a qualidade e a dimensão atual, é possível fazer tanto com tão pouco.-----

Esta manifestação da nossa cultura popular conta já com 362 anos.-----  
Os milhares de visitantes, que se deslocam à nossa Cidade de Viseu para ver e apreciar o cortejo das cavalcadas de Teivas e a originalidade da colorida Dança da Morgadinha, são a prova que se trata de um evento singular que enriquece o cartaz das festas populares de Viseu.-----

Pelo exposto, pela qualidade do cortejo, pela alegria proporcionada aos milhares de pessoas que encheram a Ruas de Viseu, gostaria de propor a esta Assembleia um voto de louvor á Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas, pela realização das Cavalcadas número 362.-----

Já agora também, gostaria de felicitar as Cavalcadas de Vildemoinhos pelo excelente cortejo que também trouxeram à nossa cidade.-----

Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Íamos então pôr este Voto de Louvor à apreciação e votação. Há alguma intervenção? Por isso, quem vota contra? Quem se abstém. *Foi aprovado por unanimidade.* Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS): Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. Eu venho apenas relatar um facto insólito.-----  
Como se recordarão já duas vezes intervim nesta Assembleia, desde logo fazendo questão de frisar que havia declaração de interesses no assunto, relativamente ao encerramento de um curso no Instituto Piaget, dois cursos aliás. Eu tinha pedido aqui à Câmara Municipal que colaborasse para resolver o problema, nada sucedeu, a Câmara não colaborou, foi pena porque de facto a cidade perdeu coisas, mas, agora insolitamente e nestas coisas como dizia o poeta “há sempre alguém que resiste”, houve um aluno que resistiu e foi para os tribunais e o Instituto Piaget foi condenado a reabrir o curso e reabriu, o ano letivo 2014/2015 de motricidade humana foi reaberto, não foi aberto com quatro alunos, o último ano, mas foi reaberto agora em junho, atenção, 2014/2015, foi reaberto em junho de 2015 para funcionar com dois alunos, é um bocado pasmante não é? Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves, cinco minutos-----

----- VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, eu não vou demorar cinco minutos, nem sabia se deveria ou não fazer esta intervenção, mas, motivado também pelo Deputado Gonçalo Calheiros, gostaria também de trazer aqui novamente a questão do Centro Hospitalar Tondela Viseu uma vez que tem havido por parte de alguns Membros desta Assembleia uma recorrência na utilização deste tema da saúde nomeadamente o do Centro Hospitalar Tondela Viseu e, procuram sempre criar junto das populações sentimentos ou sensações de insegurança por algum cuidado ou alguma situação que possa ter corrido não tão bem quanto o desejado e a verdade é que sempre confiámos nos profissionais e nos serviços prestados pelo Centro Hospitalar Tondela Viseu e, o que se veio a verificar pela avaliação feita pela Entidade Reguladora da Saúde e era aqui que eu queria deixar, ou queria sinalizar este aspeto, não apenas pelos resultados de excelência que foram obtidos na avaliação, não de oito mas de doze dos catorze parâmetros que foram avaliados e dizer que do ponto de vista clínico os viseenses podem estar perfeitamente tranquilos quanto à qualidade dos serviços prestados. Mais, sendo esta avaliação no final de um período que foi de grande ajustamento para esses mesmos profissionais, reconhecer que é com grande satisfação que verificamos que apesar de todas as dificuldades porque passaram estes profissionais e por todas as medidas difíceis que foram obrigadas a serem implementadas por parte do Conselho de



Administração e por parte deste Governo, as respostas foram positivas e é sinal de que também com menos se pode fazer bem, também com menos podemos ambicionar a excelência. Reconhecer aqui então, o trabalho de todos estes profissionais e não deixar também de dizer que, se estas valências nos dão aqui as garantias de que há excelência nos cuidados prestados, nós não estamos satisfeitos com as valências que existem e lembrar que desde há quase duas décadas que reivindicamos a criação de uma Unidade de Oncologia para o Centro Hospitalar Tondela Viseu. Estamos certos que o período que ultrapassámos de ajustamento nas contas públicas, nos permitirão em breve, uma vez que está a ser feita a revisão da rede de referência dos cuidados de oncologia, em breve poderemos ter boas notícias para Viseu e, da nossa parte, porque penso que também é comungado por parte desta Assembleia no seu todo, estaremos todos unidos em volta deste mesmo objetivo. Não querendo partidarizar, não querendo fulanizar as questões da saúde, julgo que instituições como o Centro Hospitalar Tondela Viseu não devem ser objeto de argumentação político partidária, devemos salvaguardar a prestação dos cuidados que é feita por parte desses mesmos profissionais e não vir para aqui com habilidades como agora e recentemente o fizeram nesta questão da Grão Vasco, que eu nem quero classificar, nem quero classificar, porque dar-nos-ia aqui pano para mangas para discutirmos as questões da parque escolar e um conjunto de compromissos e um conjunto de habilidades de festas que foram feitas. Da nossa parte preocupa-nos sempre o serviço público que cada uma das instituições presta, neste caso o hospital e aqui é reconhecido por parte dos utentes que o serviço é bem prestado, e o serviço é bem prestado porque há organização e há políticas corretas neste momento implementadas no setor da área da saúde, Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Terminámos assim este período, dava a palavra então ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos ao Senhor Presidente e à Mesa, a todas as Senhoras e Senhores, a todos os presentes, Público e Comunicação Social. Gostava de dar só duas notas prévias. Por um lado, justificar a ausência da Senhora Vereadora da Cultura que está neste momento num programa de televisão a promover a cultura de Viseu e portanto, juntar-se-á a nós à tarde, para que não fiquem quaisquer dúvidas, e por outro lado dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Junta de Povos, felicita-los pela elevação das comemorações do 25 de Abril o que prova bem como a proximidade também traz mobilização e como tivemos de facto uma sessão muito participada com os populares, como deve ser comemorado o 25 Abril, e provar que efetivamente esta boa articulação entre a Assembleia Municipal e o Executivo dão de facto bons frutos porque transformam todas as realizações em coisas mais fáceis. Gostava de comentar a intervenção do Senhor Deputado João Cotta, melhor que ninguém, na sua qualidade também de empresário, que não o é aqui, aqui é eleito, mas melhor do que ninguém sabe do que fala e sabe enfim, do trabalho de facto de formiguinha como aqui referiu, eu por acaso admirei-me hoje não ver aqui o Senhor Deputado do Partido Socialista que tanto me tem criticado no percurso que temos vindo a fazer, sereno, tranquilo e muito de formiguinha nesta questão da captação de investimento, gostava de o ter visto hoje ali a corroborar a intervenção do Senhor Deputado João Cotta, porque devemos estar cá para criticar, mas também devemos estar cá quando as coisas estão efetivamente a correr bem e dizer que de facto isto é o resultado de um novo paradigma que estamos a procurar instalar, de facto com a tal serenidade, com trabalho diário, com uma convicção de que a captação de investimento é algo muito trabalhoso, muito difícil, porque sempre que há um investimento há sempre muitas cidades, primeiro há vários países interessados depois a seguir há várias cidades interessadas e até chegarmos a uma conclusão e à assinatura do contrato, e tem havido da parte deste executivo a serenidade

de só falar nos investimentos quando os contratos estão assinados. Isto tem sido algo que todos têm que reconhecer, eu tenho várias coisas em negociações neste momento como é normal, felizmente, mas só quando de facto um contrato é assinado é que ele aparece à luz do dia e obviamente que com orgulho e já respondendo diretamente também à Senhora Deputada do Partido Comunista, obviamente que os Senhores Deputados conhecem que há um regulamento transparente que foi aprovado por esta Assembleia Municipal que obviamente é o regulamento que está a ser aplicado nos apoios a estes investimentos, portanto, não é preciso perguntar-se de que maneira é que são feitos os apoios porque os protocolos são públicos e são feitos nos termos exatamente daquilo que é assinado aqui e como sabem a somar, posso-vos dizer com orgulho que os vários contratos e isso é tratado depois no Período da Ordem do Dia, e depois aí desenvolverei um pouco mais para não estar a ocupar muito o tempo do período de informação, mas com orgulho, também direi, que este trabalho continuado que estamos a fazer, já produziu 700 novos postos de trabalho do ponto de vista de contratação, que eu acho que é um resultado extremamente interessante do ponto de vista do trabalho que tem sido feito e é também interessante verificar como por exemplo o ressuscitar da Pextrafil, a ex-Pextrafil, agora Papeleira de S. Mateus que não só garante os postos de trabalho atuais como algum crescimento, estava previsto para outro concelho que não propriamente Viseu, e tivemos o engenho e a arte para o captar para cá como foi reconhecido pelo próprio empresário na sessão da assinatura. Referir também que por exemplo este investimento da TCS, passo a publicidade, estava previsto para as Ilhas Canárias e que veio parar a Viseu fruto de um trabalho abnegado e diário, do tal trabalho de formiguinha que temos vindo a fazer e portanto, dizer ao Senhor Deputado que apreciei a sua intervenção, mas também é importante sentirmos que em determinado momento que o trabalho que estamos a fazer é seriamente avaliado. Gostava também de aproveitar para hoje mesmo aqui na Assembleia e aproveitando este palco, porque não é noutro, anunciar a requalificação do Parque Industrial de Coimbrões, portanto, o projeto está concluído, foi apresentado aos empresários do Parque, nesta preocupação que o executivo tem sempre de primeiro falar com os destinatários, foi apresentado na passada quinta-feira aos empresários que estão no Parque Industrial de Coimbrões, não só a perspetiva da requalificação do Parque que de facto não é um espaço que nos orgulhe, do ponto de vista do seu “*layout*” do seu arranjo, e portanto, foi assumido o compromisso numa reunião conjunta com a AIRV de que iremos requalificar o parque e ampliá-lo, portanto, ele vai ter mais trinta lotes, um investimento de cerca de 4 milhões de euros que irá ser feito no Parque Industrial de Coimbrões e portanto, dentro da política que o município tem vindo a seguir, de alargar a oferta, desde terrenos infraestruturados a um preço competitivo até terrenos menos infraestruturados e até terrenos sem infraestruturção nenhuma exatamente para podermos responder às várias solicitações que nos vêm sendo feitas. Portanto, anuncio aqui em primeira mão de que o executivo irá candidatar ao Portugal 2020 a reabilitação/requalificação, ampliação do Parque Industrial de Coimbrões, para além de um outro elemento que será conhecido amanhã na visita do Senhor Primeiro Ministro e quero aproveitar também para convidar as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados a associarem-se a toda a visita que hoje começará com um encontro com empresários e que amanhã terá vários momentos inclusive às nove da manhã como já foram convidados na sessão de boas vindas na Câmara Municipal com algumas assinaturas relevantes para o concelho, que me reservo para amanhã do ponto de vista da sua apresentação, mas, portanto, gostava de referir que estes trinta novos lotes que serão criados no PIC, no Parque Industrial de Coimbrões irão seguramente beneficiar a oferta, irá haver uma sinalética no parque, uma sinalética moderna de acordo com os padrões que hoje são usados noutro tipo de espaços destes e vai haver também, como foi acordado com os proprietários uma lógica de responsabilização também dos utentes do parque, porque algum do estado em que ele está também se deve a falta de assunção de responsabilidades

por parte de alguns proprietários. Portanto, o que foi dito é que a Autarquia irá limpar o Parque todo irá fazer com as duas Juntas de Freguesia, de Fragosela e S. João de Lourosa contratos contínuos de manutenção do Parque, mas irá responsabilizar cada uma das empresas, isto é, depois de limpo cada uma das empresas terá que assumir a responsabilidade da limpeza à frente do seu espaço, porque existe também a responsabilidade social e portanto, quem não o fizer, para além das notificações e dos meios que a Autarquia tiver, também terá a vergonha de verificar que tudo o resto está bem e que aquela parte não está bem, e que efetivamente todos reconhecemos que hoje levar um cliente ou um visitante ao PIC não é um exercício muito adequado e não está de acordo com os padrões que a própria cidade e o concelho têm, portanto, não queria deixar também de anunciar aqui esta iniciativa que vem, enfim, depois de termos resolvido o Parque Empresarial de Mundão com a cedência, enfim, da participação que a Câmara, deixará de ter, ainda não foi operacionalizado mas está já contratado em contrato promessa, portanto, não deixaremos também de, tendo esse aspeto resolvido de ficar, digamos que, com uma oferta qualificada que nos permite neste momento poder estar a captar investimento porque temos efetivamente espaços para o poder captar. Senhora Deputada Adelaide Modesto, eu queria dizer-lhe o seguinte, a caridadezinha, a demagogia, o assistencialismo foi o tom da intervenção que foi ali fazer, eu devolvo-lhe, isso faz ricochete, porque o que é lamentável é que efetivamente se utilize a fotografia daquelas crianças e daquela família para as fazer girar pela internet, expondo um caso que todos nós conhecemos e que portanto devemos acompanhá-lo da forma recatada que devemos, enfim, o princípio Cristão diz que “a mão esquerda não deve ver aquilo que a mão direita dá” e portanto, acho que a forma como Partido Socialista tem vindo a abordar esta matéria não abona nada, por dois motivos, pela postura que a Senhora Deputada aqui demonstrou, mais preocupada em apontar o dedo, mais preocupada com os holofotes do que com a situação da família em concreto, e então, mais interessante é verificar neste requerimento do Partido Socialista, dos Senhores Vereadores e permitam-me, com toda a amizade que lhes diga “porque razão não foi ainda esta família beneficiária de um apoio financeiro para o pagamento das rendas em atraso”, isto só significa muita distração porque efetivamente se nós formos percorrer, enfim, todo o histórico desta família, ela está sinalizada pela Autarquia desde 2009. Já em 2009 foram prestados apoios à saúde desta família ainda no domínio do anterior executivo e, em outubro de 2014 há uma deliberação no município aprovada por unanimidade, portanto, os Senhores Vereadores do Partido Socialista também participaram nesta votação em que foram aprovados apoios, exatamente o apoio económico de duzentos e sessenta e cinco euros por dois meses março e abril para pagamento das rendas e o apoio económico de trezentos euros por três meses agosto, setembro e outubro para apoio de medicação e transporte para o jovem da família. Portanto, não fica bem, não fica bem tentar-se tirar partido, fazer-se um requerimento e, sobretudo fica mal ignorar, enfim, quando nós votamos um dossiê, temos que ter consciência daquilo que estamos a votar, passado uns meses vimos perguntar, então o que é que foi feito sobre isso? Era melhor ter ido aos arquivos da sua casa e verificar que já tinham votado um apoio direto a esta família. Por outro lado referir que efetivamente não é de agora, desde que iniciámos a construção do bloco lá em baixo, enfim, não vou tecer qualquer juízo de valor, mas a verdade é que o bloco está pronto, a receção da obra vai-se verificar nos próximos dias e obviamente que a Habisolvis no seu trabalho de acompanhamento da habitação social já definiu prioridades que estão definidas algumas delas na Lei e esta família foi sinalizada como uma das prioridades. Portanto, a primeira prioridade foi o alojamento de pessoas do Bairro Municipal que voluntariamente queiram ir para este novo bloco, portanto foi a primeira prioridade e a segunda prioridade é para famílias deste tipo, portanto, esta família vai ter uma casa nova, exatamente no novo bloco lá de baixo, portanto, que fique entendido e obviamente que a atitude fica com quem a pratica, porque de facto o pilar social está bem e recomenda-se, o CLASS está a funcionar

muito bem Senhora Deputada, nunca houve uma concertação tão grande entre instituições ligadas à área social como existe hoje em Viseu, não é por acaso que a Resposta Alzheimer apareceu, não é por acaso que hoje temos resposta na área dos surdos-mudos, não é por acaso que em sede desta comissão, portanto do CLASS as várias vertentes ligadas à vertente social têm sido adotadas com um envolvimento direto, a Câmara não se quer substituir a ninguém, quer cada vez mais que a rede funcione, que seja atuante e concerta-se diariamente designadamente com a Segurança Social. Portanto, se há algum momento em que estou aqui, enfim, sem receio de ser desmentido em circunstância alguma é também neste, porque de facto na área social temos tido um comportamento irrepreensível e não assistencialista, aliás, procuram por vezes desvalorizar programas como o “Viseu Habita” é um esforço de 250 mil euros que todos os anos é feito para apoiar exatamente famílias necessitadas, enfim, para resolverem o problema do telhado, da cozinha, da casa de banho, etc., isto não é assistencialista, isto é substancial, isto é política social da Autarquia. O Senhor Deputado Manuel Teodósio, muito oportuna a sua intervenção e portanto, queria aqui assinalá-la como enfim, muito relevante. A Senhora Deputada Elsa Lemos, veio aqui e muito bem, trazer um Voto de Louvor às nossas atletas do futebol feminino do Viseu 2001, atletas que eu tive o cuidado e oportunidade também de felicitá-las, não só a elas mas também ao seu treinador e à equipa dirigente pelo excelente trabalho que efetivamente este clube tem vindo a fazer. Gostava de relevar aqui o seguinte: Para além do Voto de Louvor que podemos dar a estas atletas que muito merecedoras são, está programado, eu irei recebê-las no Salão Nobre da Câmara Municipal, fora já do momento da festa, exatamente para fazer o reconhecimento público, está marcado já o dia, acerca de um mês, quase um mês em que irei receber estas atletas, até porque há pormenores agora a discutir, elas vão precisar ainda mais apoio do que aquilo que têm designadamente em termos de instalações para os seus treinos porque uma primeira divisão será mais exigente. Já agora, gostava também de referir o Nuno Bico que este fim de semana se sagrou Campeão Nacional de Sub 23 na área do ciclismo, e realçar aqui dois atletas que nós apoiamos de uma forma individual que é o Tiago Ferreira e a Ana Tomás, são de facto dois atletas jovens que na área do ciclismo se têm vindo a destacar e é justo reconhecer que a política desportiva que temos vindo a seguir está a dar os seus frutos, temos que o reconhecer, é um milhão de euros, mais de um milhão de euros que a autarquia está a alocar ao apoio às associações, às instituições, responsabilizando-as, não é um apoio gratuito, é criando exatamente a obrigatoriedade exigindo que tenham seguro desportivo, com orgulho o digo, hoje temos 3600 atletas federados no nosso concelho, é difícil encontrar uma proporção tão elevada, diria que 25% dos nossos jovens praticam hoje desporto enquadrados nestas magníficas instituições que temos no concelho, mais uma vez, não sendo o município a substituir-se, mas, estimulando-as e ao mesmo tempo procurando criar condições, ainda há dias assinámos a construção do novo relvado do Ranhados que foi estimulado por nós, apoiado também pelo Estado Central, mas em que o grosso deste investimento é suportado pela autarquia para aumentar o leque de oferta do ponto de vista de campos relvados e portanto, vamos seguramente continuar a fazer este percurso, também não queria deixar até porque esta é uma Assembleia pública, de felicitar o Desportivo de Tondela, eu acho que a subida do Tondela à primeira divisão é também um motivo que nos deve orgulhar a todos porque no âmbito da cidade região é uma mais-valia e seguramente que a cidade de Viseu também ganhará como toda a região ganha e portanto, também não queria deixar de fazer algo que já fiz particularmente que foi endereçar os meus parabéns ao Presidente do Clube e também ao Presidente da Câmara porque acho que é um momento também que nos deve enriquecer e que devemos enaltecer. Senhora Deputada Filomena Pires, em relação por exemplo à estrada Pascoal Orgens, eu penso que a Senhora Deputada às vezes não percebe que o trabalho tem que ser bem feito, programado, estruturado, as obras para serem feitas têm que ser objeto de estudos no terreno, depois é preciso fazer projetos, depois de fazer projetos é preciso

contratualizá-las e depois então a obra surge e é bom que surja bem que é para não gastarmos o dinheiro duas vezes e portanto, o trabalho está feito, programado, adjudicado e portanto, seguramente que brevemente teremos esta obra feita, como muitas outras, eu até estava a fazer o levantamento dos contratos programa com as Juntas de Freguesia e nós neste momento temos já mais de dois milhões de euros de contratos programa celebrados com as Juntas de Freguesia, eu acho que diz bem do percurso que temos vindo a fazer e que efetivamente no caso concreto a proximidade traz celeridade, rapidez e muitas vezes economia de meios. Esta filosofia que definimos com os Senhores Presidentes de Junta que são aqui de facto grandes trabalhadores de proximidade com as populações, o facto de terem o contrato de delegação de competências perfeitamente definido, a contratualização e outras fórmulas que temos vindo a adotar nos permite que nós, e possa dizer sem receio de ser desmentido que este talvez seja, será seguramente um dos maiores anos de investimento nas freguesias, estamos a falar de mais de 5 milhões de euros que estão neste momento a ser investidos nas freguesias e digo isto sem receio nenhum de ser desmentido, em todas as freguesias Senhores Deputados designadamente da oposição, o Presidente da Câmara não discrimina freguesias em função da sigla partidária que as elegeu e perguntem aos Senhores Presidentes de Junta que não foram eleitos pelo meu partido se efetivamente é assim ou não, portanto, o tratamento é igual para todos os Presidentes de Junta. Em relação à questão do Pavilhão Desportivo do Fontelo está em fase quase terminal, esta obra, enfim, é de facto uma obra com muitos percalços mas que vamos “levar a carta a garcia” portanto, seguramente que, vamos conseguir finalizar a obra, vamos conseguir finalizá-la com apoios comunitários e queria aqui realçar o empenhamento dos serviços e designadamente do Senhor Vereador do Desporto e do Senhor Vice-Presidente que têm acompanhado muito de perto uma situação que era complexa mas que lentamente se aproxima do fim. Em relação ao Judo, eu penso que o Judo não precisa de nenhuma mediação do Partido Comunista porque já tem um diálogo direto com a autarquia, da forma como os enquadrámos no Pavilhão Multiusos, nunca o Judo deixará de ter da parte da autarquia como as outras modalidades que estamos a apoiar um diálogo franco e aberto e a resolução a contento dos seus problemas e portanto, ó Senhora Deputada Filomena Pires não procure agora, enfim, elevar-se a um patamar de porta-voz de quem não precisa, porque têm um relacionamento direto com a autarquia, portanto, estamos conversados sobre isso. Caro amigo e Deputado Carlos Vieira, muito oportuno, de facto a Cava de Viriato para além da vertente científica e de estudo que está ligado a este monumento, único na Europa como disse e bem, provavelmente só existem dois monumentos destes no mundo, ele está a ser estudado, aliás, pela primeira vez neste verão vai ser feita uma perfuração de carbono 14 exatamente para nos ajudar a datar as várias fases daquele monumento, por outro lado o grupo de trabalho que nomeei para o levantamento de todo o património material e imaterial do nosso concelho está-se a focalizar muito na vertente da Cava e tenho especialistas, designadamente a Professora Catarina Tente que está muito empenhada neste processo, procurámos ir buscar as pessoas que mais se destacam, portanto, obviamente que a valorização da Cava acho que até é visível, olhe, desde logo na comunicação, adotámos o octógono da Cava como elemento de comunicação do próprio município, a importância que tem, vai ter uma surpresa muito agradável este ano na Feira, vai verificar que o Viriato também vai à Feira e vai de uma forma mesmo física, portanto, ele vai estar presente e portanto, estamos a valorizar muito aquele espaço, sinalética também e obviamente que, eu também já o tinha dito publicamente independentemente da recomendação que o Senhor Deputado traz, já tinha afirmado publicamente que entendia que o Centro Interpretativo seria um elemento fundamental para podermos valorizar efetivamente um monumento que é classificado de nacional e que deverá ser mais potenciado do que aquilo que tem sido, portanto, estamos em sintonia em relação a essa questão. A Senhora Deputada Filipa Mendes, falou e bem na questão da cultura e já agora deixe-me anotar aqui, fazer aqui uma notazinha, eu registo



que a Senhora Deputada do Partido Socialista que aqui veio e que vem sempre com vontade de mostrar trabalho e mostra-o de uma forma pouco elegante e registei que acha que as Cavalhadas são uma festinha, portanto, que fique registado Senhor Presidente da Junta de Repeses e S. Salvador que a Senhora Deputada do Partido Socialista acha que as Cavalhadas de Vildemoinhos são uma festinha, portanto, registre lá e transmita às populações, enfim, da minha freguesia também, porque eu também tenho uma costela “trambela” transmita lá às populações que é visto como uma festinha, eu gosto muito das Cavalhadas de Vildemoinhos, gosto há muitos anos e se aquilo é uma festinha, eu gosto muito de festinhas, gosto, gosto sim senhor, até carinhosas se for o caso, não é Senhora, até carinhosas se for o caso Senhora Deputada. Portanto, que fique bem assinalado, enfim, agora vos garanto o seguinte, o município não vai vacilar no apoio à cultura e ao desígnio de Viseu ser transformada numa cidade de cultura e de eventos, não vai vacilar, quero referir que há aqui aspetos muito relevantes, é que para além do orçamento da Câmara, para além da parceria que está a ser estabelecida com as diferentes instituições, há aqui também uma grande preocupação de trazer mecenas para Viseu, e hoje começam a ver que alguns destes eventos são patrocinados também por empresas que tradicionalmente não vinham a Viseu, elas não aparecem cá por acaso Senhores Deputados, elas aparecem porque ao projetos são credíveis e portanto, ninguém investe num projeto que não seja credível e provavelmente porque o Presidente da Câmara também se envolve, como me envolvi por exemplo nos Jardins Efémeros junto de uma empresa nacional, da Galp, para que a Galp desse um patrocínio de 20 mil euros a este evento. Portanto, o envolvimento do Presidente da Câmara enquanto Presidente da Câmara e enquanto cidadão na vertente cultural não vai vacilar, porque de facto é por convicção que o faço, é por convicção que este executivo aposta na vertente cultural e por mais que procurem desvirtuar, chamar a isto festinhas, chamar ao Festival de Música da Primavera uma festinha, chamar aos Jardins Efémeros uma festinha, chamar á Feira de S. Mateus uma festinha, um evento que traz mais de um milhão de pessoas a Viseu, chamar enfim, ao Festival de Teatro, ao Festival de Jazz, enfim, chamar festinhas a isto, então vamos continuar a fazer festinhas Senhora Deputada, esteja segura e olhe, gostava mais de a ver também a participar, porque há muitos que criticam e não os vejo lá. Olhe, eu gosto de ir, porque muitas vezes digo, eu enquanto Presidente da Câmara não posso deixar também de participar e usufruir daquilo que está a ser feito na minha cidade e portanto, há pessoas que criticam aquilo que não veem, isto é, como não vão lá, não se apercebem do nível qualitativo que estes eventos estão a atingir, não se apercebem das pessoas que estão a vir a Viseu para estes eventos e portanto, esse é um trabalho de toda a gente, agora, quem quiser estar comodamente sentada no sofá e depois criticar coisas que não conhece, dirá asneiras seguramente sobre isto e portanto, que fique bem claro e agradeço à Deputada Filipa Mendes o ter trazido este tema aqui porque me permite também de uma vez por todas clarificar esta questão. Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves, a segurança é algo que nós prezamos muito em todos os patamares, olhe, pessoas do seu partido mal viram as obras lá em baixo na Feira de S. Mateus apressaram-se a vir para o *facebook* dizer, vejam lá que este “desgraçado” deste Presidente da Câmara anda a escavar a Feira de S. Mateus toda, olhe, um tiro no pé, diria mesmo um tiro profundo no pé, o pé ficou completamente escavado, porque, sabe o que é que nós estamos lá a fazer? A enterrar toda a iluminação da Feira de S. Mateus entre outras coisas, porque repare, aquele aviso que tivemos no ano passado independentemente de todas as reuniões que fazemos com as diferentes pessoas ligadas à segurança das vistorias todas que são feitas, aquele aviso levou-me a dar uma orientação ao serviço depois de ponderada com o restante executivo, de imediato avance-se para enterrar a iluminação, e portanto, este ano na Feira de S. Mateus vamos ter a iluminação toda enterrada e os tais quadros em que as pessoas se ligam de uma forma em que o risco é muito menor, obviamente que direi, há riscos? Há sempre riscos Senhor Deputado, por mais cuidados, por mais regras de segurança que se cumpram, estamos a

falar de um espaço com muita gente, mas tudo estamos a fazer para minorar. No dia da apresentação dos Jardins Efémeros, dizia exatamente no final da apresentação que iremos fazer uma vistoria com os diferentes atores ao local para nos assegurarmos que tudo correrá da melhor maneira, portanto, esteja descansado que ninguém está mais interessado em garantir a segurança dos eventos do que o Presidente da Câmara, porque efetivamente os eventos só são bons se as pessoas os puderem fruir e em segurança e portanto, fique descansado porque será uma área onde nós não pouparemos esforços, exatamente a vertente da segurança e, para a outra vez em vez de criticarem logo, primeiro vejam e perguntem não é? Como veem eu tenho sempre disponibilidade para explicar tudo, nunca ninguém me faz uma pergunta que não encontre uma resposta, ou quando não sei, também tenho a humildade de reconhecer que não sei, mas antes de criticarem assim de uma forma abrupta, estão sempre à procura de encontrarem um ciscozinho para o fazerem, se me perguntarem eu tenho sempre muito gosto em responder. Gostava também de cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Repeses e S. Salvador e realçar aqui a grande cumplicidade no bom sentido que existe entre a Autarquia e a Organização das Cavalhadas de Vildemoinhos, há de facto uma grande cumplicidade positiva, não só de envolvimento e de fruição, eu frui e gostei muito de mais uma vez estar na véspera e no próprio dia, Vildemoinhos recebe sempre muito bem, de facto recebe muito bem todas as pessoas que lá vão, é um requisito daquela terra e portanto, elogiar o trabalho de 363 anos das gentes “trambelas” que lá participam e dizer que de facto a autarquia envolve-se com alma e coração não só no apoio financeiro mas em tudo o que pode ajudar, abrir portas, resolver um problema na PSP, tudo aquilo que é possível, nós procuramos fazer porque gostamos muito deste evento e de facto não é uma festinha, é um evento marcante que traz uma carga cultural, uma tradição, é um evento que já não é não preciso dizer vamos transformá-lo em nacional, ele já é nacional, há muitos anos, não é só de agora, as Cavalhadas de Vildemoinhos já são um evento marcante nacional, internacionalizá-lo? Sim, sim, é o próximo passo, se a Senhora Deputada que aqui veio criticar dissesse assim, vamos internacionalizar o evento, aí sim, aí podemos estar de acordo, agora, nacional já ele é, olhe, as televisões estiveram cá todas, é porque o evento vale e também é porque nós também nos envolvemos a ajudar as instituições a chegarem aonde têm que chegar, na verdade, a maior parte das pessoas que vi a fazer declarações na televisão não eram de Viseu, eu vim daqui, eu vim de acolá, isso é que é importante, porque estes eventos são para nós mas também sobretudo para trazer pessoas e portanto obviamente que me associo ao Voto de Louvor e acho que ele é muito, muito merecido, e portanto, nem vou falar dos valores porque acho que isso é de somenos importância, agora, que a Câmara paga uma parte substancial paga, mas paga por convicção, não é por favor, e sei que os cidadãos estarão de acordo quanto ao envolvimento que temos neste evento. Senhora Deputada Cristina Fonseca, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu simpatizo muito consigo e acho que até é uma pessoa séria nas suas avaliações, mas gostava de a ter visto começar esta intervenção a fazer “mea culpa” a dizer assim: Eu como Deputada do Partido Socialista quero dizer aqui que tenho grandes responsabilidades também nesta situação porque o meu Partido já várias vezes que assumiu compromissos em relação à Escola Grão Vasco e não os cumpriu e portanto, ficava-lhe bem ter vindo cá falar sobre isso, agora, quero-lhe dizer que, dificilmente encontrará um Executivo Municipal que se tivesse envolvido tanto neste processo como este e designadamente este Presidente de Câmara, que nunca virou a cara a esta situação e em todos os momentos a tem colocado na primeira linha das suas prioridades, não só na remoção das placas de amianto que felizmente foi feita, na feitura do projeto e da orçamentação das casas de banho, dissemos à Direção Geral, é pá por amor de Deus avancem pelo menos com as casas de banho, porque aquela situação daquelas crianças é aflitiva, quer dizer, os mais pequeninos chegam ao fim do intervalo e não chegam a ir ao quarto de banho porque os mais velhos não os deixam ir, e de facto isto toca, toca qualquer pai e qualquer cidadão, a Câmara de

Viseu já se disponibilizou perante o Ministério de Educação para ser protocolada para construir, para fazer a reabilitação do espaço, portanto, estamos disponíveis para assumir esse compromisso e estamos muito atentos ao mapeamento, ao tal mapeamento que eu tenho criticado, porque esta é uma obra do Estado Central, tem que ser mapeada, tem que ser feita neste quadro comunitário de apoio, mas não tem que penalizar o Município de Viseu porque é uma obra do Estado Central, agora, estamos de facto muito em cima e repare, já agora, deixe-me dar-lhe aqui nota, olhe para o trabalho que está a ser feito nos outros estabelecimentos da nossa responsabilidade, olhe, a requalificação da Escola de S. João de Lourosa, adjudicada com contrato, estamos a falar de mais de 50 mil euros mais IVA, a requalificação da Escola da Póvoa de Abraveses, quase 20 mil euros, adjudicado com contrato, a segunda fase da requalificação da Escola da Ribeira, adjudicada na sexta-feira, portanto, a fase seguinte, dos capotos e da parte mais da eficiência energética, portanto, cumprindo as promessas que fiz com os pais, com os alunos e com os professores daquela escola, a Escola Básica de Jogueiros, a eliminação de patologias, 49 mil mais IVA em fase de receção de propostas, a requalificação do Pavilhão da Escola Secundária de Viriato aqui em parceria, e olhe, podia continuar porque tenho mais duas páginas, olhe, são tudo coisas que estão em curso que dispenso-me agora também de as ler todas, mas só para ver a preocupação com que nós olhamos para as condições das nossas escolas e como assumimos um compromisso, todos os anos antes da abertura do ano escolar, não prejudicando o ano escolar, vamos sempre aproveitar as férias para melhorar. Em relação à Grão Vasco também lhe quero dizer, é um exercício de fé, estou convicto que estamos a poucos passos de conseguirmos resolver aquele assunto, estou convicto, pelas conversas que tenho mantido com o Senhor Ministro da Educação, com o Senhor Diretor Geral, com as várias entidades com quem já reuni, posso-lhe dizer, umas dezenas de vezes, entre mim e o Senhor Vice-Presidente, seguramente que este assunto já nos mereceu dezenas de reuniões para o resolver. Senhor Deputado Gonçalo Calheiros, trouxe e muito bem aqui um ponto, nós devemos-nos orgulhar do que temos, não devemos estar constantemente a atirar pedras aquilo que nós temos, se temos uma coisa boa, obviamente que a crítica é relevante e ajuda-nos a melhorar, quando os Senhores Deputados da oposição ou do PSD, fazem sugestões ou críticas elas são bem-vindas, porque se de facto forem por bem, nós estamos sempre disponíveis para melhorar, mas quando temos uma instituição como o nosso Hospital de S. Teotónio, perdoem-me, eu não o consigo tratar de outra maneira, para mim é sempre o Hospital de S. Teotónio de Viseu, quando temos um hospital e vemos com orgulho como aparece no segundo lugar no ranking nacional dos hospitais, só temos que felicitar o corpo clínico, portanto, os médicos e os enfermeiros, temos que felicitar todo o pessoal auxiliar, todos os trabalhadores que estão naquele estabelecimento pelas competências, pela capacidade que tiveram para instalar e temos também que cumprimentar e felicitar a direção, porque efetivamente uma instituição também funciona quando tem uma direção que no dia-a-dia lhe dedica a sua atenção, portanto, estamos de parabéns e mais uma vez aqui da parte da autarquia, não descoramos as nossas atribuições indo até mais à frente, está praticamente concluído e feito o acesso às urgências, pago pela Autarquia de Viseu, diremos que, a Autarquia de Viseu tinha que fazer este trabalho? Não, não está nas suas competências, é claramente Administração Central, mas como já o expliquei e não vou voltar a explicar aqui, entendemos que isto era uma prioridade e resolvemos alocar meios financeiros para resolver um problema do hospital mas também da circulação do trânsito da cidade, porque passamos a ter as ambulâncias a circular de uma forma mais direta para as urgências, portanto, fez muito bem o Senhor Deputado em trazer aqui este tema pela positiva, dizendo assim, esta instituição é uma referência e projeta o nome de Viseu positivamente e faz com que esta Cidade Região preste também neste domínio da saúde um excelente trabalho a todo este território da sua abrangência que anda ali, entre os 350 mil a 500 mil utentes dependendo das questões e obviamente que também não nos esquecemos do que nos falta, a

radioterapia é fundamental, é fundamental que fique definido e de preferência ainda por este Governo, eu até percebo que em algumas matérias o Governo diga assim, agora não posso decidir porque vai entrar um Governo novo e não lhe vamos tirar a legitimidade, agora, esta questão da radioterapia devia ser decidida ainda no exercício deste Governo, porque está identificado que é uma prioridade por todos reconhecida está identificado o universo das pessoas que serve e não são poucas, estamos a falar de um universo de 350 mil pessoas potenciais e está identificado que a melhor localização é Viseu, então seja, é o que eu tenho dito, público ou privado não me importa desde que sejam salvaguardado o acesso à saúde, desde que seja salvaguardado o acesso à saúde de todos os cidadãos e sei que ficará, e sei que ficará numa modalidade ou outra, porque não pode ser de outra maneira e portanto, se o Estado entender fazer no hospital por investimento próprio, o Presidente da Câmara estará a aplaudir, se entender fazer isto por parceria com algum privado, o Presidente da Câmara também aplaudirá, o importante é criar o serviço que chegue efetivamente à população e portanto, desta forma também estou aqui a realçar a intervenção que o Senhor Deputado Pedro Alves fez sobre esta matéria. Por último, gostava também de dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, meu querido amigo acima de tudo que também acompanho estas questões do Piaget com preocupação e diariamente, ouça, o Piaget não tem uma única razão de queixa da Câmara, tudo o que estava pendente está resolvido neste momento, licenciamentos, isenções para ajudarmos a viabilizar a instituição, presença permanente junto da instituição a exigir que eles cumpram os seus desígnios, se foi preciso o Tribunal definir, olhe, é pena, porque de facto não foi por falta de insistência do Presidente da Câmara e da Autarquia, também eu, acho que é preciso honrar digamos assim, todos os compromissos que cada um assume. Portanto, era basicamente estas questões, falta-me só aqui uma matéria que também foi trazida aqui por mais do que um Deputado, pelo Senhor Deputado João Cotta e também pela Senhora Deputada do Partido Socialista, que tem a ver com o apoio às famílias. Tenho reafirmado aqui a questão da desertificação dos territórios, já agora queria também deixar-vos aqui uma informação que penso que não têm ainda, é que, aquela minha luta dos territórios de baixa densidade teve sucesso, isto é, neste momento o Governo adotou já o mapa da baixa densidade com seis Freguesias do Concelho de Viseu inseridas na baixa densidade, acho que valeu a pena este compasso de espera e sobretudo esta tenacidade de não aceitar tudo o que nos entregam, de facto há seis Freguesias que passarão a fazer parte da baixa densidade, este é um aspeto do problema. O segundo aspeto é a questão da desertificação, nós todos lemos os relatórios e sabemos que Portugal corre o risco de ter menos 2,5 milhões de pessoas num espaço até 2050/2060 e isto é uma situação que nos deve mobilizar a todos, com políticas nacionais e também com políticas autárquicas, das vinte medidas que lançámos, posso dizer que já estão todas em curso, porque por exemplo a redução do IMI, terá efeitos no próximo orçamento de 2017, a questão da Habisolvis e da atribuição de benesses a famílias numerosas e de baixos rendimentos é já uma política que está a ser seguida na atribuição das casas da Habisolvis, o apoio á recuperação de habitações degradadas para famílias com três ou mais filhos também já está em preparação, o desconto nas taxas municipais está a ser previsto no novo regulamento que viremos trazer aqui à Assembleia sobre esta matéria, a afetação de 10% do parque habitacional do município a famílias numerosas praticamente o objetivo deste ano já está cumprido, a criação de serviços de apoio, enfim, por aí fora, todas estas medidas obviamente, se nós não tivéssemos intenção de as implantar também não as apresentávamos e há um princípio que tenho, eu tenho sempre na minha secretária todas as coisas que estão em curso, com bola amarela, bola vermelha e bola verde, exatamente para eu ter uma visão imediata de tudo o que está a ser executado inclusivamente o programa que apresentei ao eleitorado, é uma preocupação diária, é uma preocupação séria não é? Portanto, quando às vezes vejo aqui ao Senhores Deputados, sobretudo enfim, alguns, a virem aqui tentar denegrir trabalho sério, continuado, de segunda a domingo,

peessoas que às vezes não chegam a ter a participação que nós gostaríamos, porque os Deputados da oposição também podem fazer propostas, se elas forem feitas e forem por bem até podem ser acolhidas, mas, vejo-os pouco preocupados com isso, vejo-os muito mais preocupados em encontrar o aspetozinho que permita denegrir a ação e muito menos o aspeto que possa valorizar o nosso território, porque Viseu acima de tudo é algo de que nós todos gostamos, eu acho que nenhum de nós está aqui se não tiver, enfim, um grande amor à terra, porque ninguém se disponibiliza para o combate político e para o trabalho cívico no terreno se não gostar da sua terra e, gostar da terra também não é andar constantemente a tentar procurar denegrir a imagem da terra, antes pelo contrário, olhe, é com exemplos como o do Hospital de S. Teotónio, uma atuação diligente como nós tivemos em relação à família de Vildemoinhos, serena, não andámos nos jornais, repare, nunca ninguém nos viu pôr este assunto nos jornais e mesmo agora as minhas declarações foram prudentes e a dizer, espero que não se aproveite, que não se tire tanto partido desta situação, porque eu digo-vos, ver a fotografia daquelas crianças pespegada no facebook, acho que nenhum cidadão devia fazer isso, aliás, e já agora, realçar também o papel da Junta de Freguesia que abriu uma conta a favor da família exatamente para evitar aproveitamentos. O Senhor Presidente da Junta ligou-me a dizer assim, olhe, vou abrir uma conta e eu disse-lhe, faz muito bem porque é a maneira de sabermos que estas ajudas vão parar diretamente à família porque às vezes sabemos que “há filhos de muitas mães” e sabemos que nestas situações de desgraça às vezes há quem se aproveite da situação de desgraça, portanto, deixar bem presente, obviamente que pode-nos passar algum caso ao lado, mas eu acho que é muito difícil com a rede que temos, com os Senhores Presidentes de Junta em cada uma das Freguesias, com as instituições, eu diria que hoje é difícil nós não sinalizarmos um caso preocupante, e o que é que procuramos? Atuar, atuar de uma forma discreta apoiando naquilo, que pudermos e mais uma vez não perguntando se é do Estado Central ou não é, nós sabemos que muitas vezes estamos a dar apoios a algumas famílias, que se fossemos a ver bem devia ser o Estado Central através da Segurança Social a apoiar, mas se vamos estar à espera de discutir, quando o apoio chegar à família já vai tarde, então, ok, avançamos e apoiamos, também se chegarmos ao final de um ano e se fizermos menos uma obra para podermos alocar mais apoio às famílias necessitadas, nós nunca hesitaremos em fazer um percurso desses. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Defesa da honra? Está bem. Tem a palavra.-----

----- **VINTE E CINCO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Ora, reitero os cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente, restantes Membros, Deputados da Assembleia Municipal. Eu apenas queria esclarecer aqui um ponto relativamente a um equívoco ou vontade de equivocar do Senhor Presidente da Câmara. Quem chamou as Cavalhadas de Vildemoinhos festinhas, foi o Senhor, foi Sua Excelência, não fui eu, nós, o Partido Socialista, apenas se associou a uma reivindicação, a um propósito, a um objetivo que o Presidente do Executivo Associação das Cavalhadas de Vildemoinhos tem, em transformar este evento numa marca nacional e nós pedimos aqui para que o Senhor Presidente através dos seus mecanismos se juntasse a este propósito e que tomasse as diligências todas para colaborar com aquilo que nós temos de bom no Concelho de Viseu. Festinhas Senhor Presidente, foi o senhor que as chamou, é bom que fique bem esclarecido, foi o senhor que chamou e, já agora quero-lhe dizer que festinhas é aquilo que o Senhor tem feito, porque as Cavalhadas já existiam antes de o Senhor assumir a presidência, os Jardins Efémeros já existiam antes do Senhor assumir a presidência, portanto, aquelas festinhas têm a ver com aquilo que realmente o Senhor Presidente tem feito no seu mandato, as Cavalhadas são um momento já histórico. Depois, também lhe queria responder aqui a outra questão muito importante. O Senhor Presidente disse que as minhas declarações são pouco elegantes e, eu aproveito para dizer o seguinte: As suas respostas tocam sempre a brejeirice e que eu saiba eu estou na Casa da



Democracia e é bom Senhor Presidente se quer ser respeitado que se dê ao respeito. Relativamente à outra questão...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada.-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue dizendo: Desculpe, eu estou em Defesa da Honra.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Está, mas tem tempo.-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: Relativamente à outra questão, em que o Senhor Presidente afirmou que não me tem visto, eu apenas queria dizer que eu não vivo da política, tenho profissão e como o Senhor Presidente se lembra em setembro de 2011 declarou que os professores têm que estar nas escolas, portanto, eu não posso prejudicar a minha profissão em prol daquilo que eu também gostaria de fazer. Era só isso.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. É a mesma situação? Protesto? Tem a palavra a Senhora Deputada Adelaide Modesto.-----

----- VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS): Reitero os cumprimentos já aqui anteriormente apresentados. Estou aqui na questão da Defesa da Honra porque o Senhor Presidente da Câmara falou na postura e nos holofotes. Dizer-lhe Senhor Presidente da Câmara o seguinte: É a própria família quem pede ajuda, portanto, é a própria família que vai publicamente junto da Comunicação Social dizer que sofre de um problema e eu só tenho que valorizar aqui a ação dos meus Vereadores, dos Vereadores do Partido Socialista e, dizer-lhe mais ainda, tenho que sublinhar que se a resposta foi unânime nesse apoio concedido fizeram eles muito bem em votar a favor, a questão é que Vossa Excelência é do Executivo e as soluções integradas passam, na sinalização destas problemáticas e no seu acompanhamento, porque duzentos e sessenta e cinco euros por dois meses de renda ou trezentos para apoio de medicação são, quer se queira quer se não queira atitudes assistencialistas e pontuais, há aqui claramente a ausência de uma resposta integrada, substancial de acompanhamento, esta família necessitou de ir junto da Comunicação Social. Depois, dizer-lhe outra coisa, Vossa Excelência que vê tanto o Facebook, dizer-lhe que não viu do Partido Socialista a utilização da imagem pública desta família em momento algum, o que viu foi um requerimento articulado questionando e, eu reitero a questão que lhe fiz há pouco. Gostaríamos hoje também de conhecer que diligências foram feitas junto das restantes entidades competentes nomeadamente Serviços de Saúde, Segurança Social, CLAS, Instituições de Rede Solidária Contratualizada? Isto são questões, não são Senhor Presidente, agarrar na fotografia da família e andar aqui a mostrá-la, aliás, em momento algum identifiquei eu sequer o nome dessa família. Vossa Excelência disse também “que nunca fazem uma pergunta que não tenha uma resposta, se perguntarem eu terei muito gosto em responder”, então, pergunto-lhe eu Senhor Presidente e lamentou a minha postura...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, é que nós estávamos na Defesa da Honra está bem? Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto prossegue dizendo:... para quando as 35 horas na Câmara Municipal de Viseu?-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- VINTE E SETE – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS): Eu também vinha aqui manifestar o meu desagrado porque foi aqui dito nesta Assembleia que nem havia palavras para qualificar a minha intervenção e, por outro lado também em resposta aquela tentativa de dizer que vimos aqui apenas apontar o erro sem assumirmos as nossas responsabilidades e de facto aquilo que eu aqui quis fazer foi uma intervenção cívica, política, de envolvimento de todos de um grave problema, não o único que assola uma das nossas comunidades educativas, mas não venham falar-nos do

passado, pois o PS já foi julgado em 2011, agora quem tem que explicar.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Atenção, Defesa da Honra está bem?-----

- A Senhora Deputada Cristina Maria Nunes Fonseca prossegue dizendo:... sim, sim, Defesa da Honra, mas desculpem, quem tem que dizer aos pais que aqui estiveram em Setembro, é o Governo e nós, sobretudo a Câmara Municipal que foi interpelada na primeira pessoa, isto é, sobre o facto de que, se eu não viesse cá acima efetivamente defender a minha honra, pela legitimidade desta intervenção, o errado era eu calar-me, o errado era ver o que se estava a passar exatamente ao meu lado e não vir falar. Portanto, a melhor forma de lidarmos com um problema nunca foi nem é um ataque ao mensageiro, é resolvê-lo para que o mensageiro e neste caso os pais e alunos deixem de ter razões para falar e sobretudo também nós os professores.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Eu só agradecia que no futuro, muitas vezes não se desvirtuassem as figuras regimentais. Há as figuras de Protesto e da Honra, mas que não se desvirtuassem as figuras regimentais.-----  
Sim Senhor Deputado é um Protesto? Defesa da Honra ou o quê? Protesto. Tem a palavra o Senhor Deputado.-----

----- VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. É para dizer que quando se utiliza a figura de Defesa da Honra, e quero protestar isto em relação à Mesa aceitar, eu acho que deve questionar sempre os Senhores Deputados aonde é que a honra foi ofendida. Primeiro, em circunstância alguma foi visado o nome da pessoa, a partir do momento em que não é visado o nome da pessoa, eu peço imensa desculpa, eu peço à sala que me deixe falar, em circunstância alguma foi visado o nome da pessoa, em primeiro lugar é essa a questão. Quanto ao assunto que aqui foi trazido, relativamente à necessidade da intervenção ser feita, de serem feitas obras na Escola Grão Vasco estamos todos de acordo, há solidariedade e não é de hoje, o problema é o modo como se colocam as questões aqui, é nós sermos sérios na abordagem das questões e dizer que, ao saber ao dizer às pessoas, dizer aos pais, dizer à comunidade e agora peço aqui a tolerância da Mesa porque também permitiu que se fizesse uma intervenção, política durante o período de Defesa da Honra e dizer que deveria ser a Senhora Deputada que as verbas disponíveis no Orçamento de Estado para fazer requalificação das escolas, para fazer intervenções nas escolas, está toda ela cativa para pagar as rendas da Parque Escolar, a Senhora Deputada sabia disso? Sabia disso? Sabia que não é possível fazer obras na Grão Vasco porque as verbas disponíveis em sede de orçamento são todas elas para pagar a Parque Escolar, do mesmo modo que as rendas das PPP rodoviárias, todo o Orçamento de Estado das Estradas de Portugal, agora Instituto das Infraestruturas de Portugal estão todas elas disponíveis para esse pagamento, por isso, não é uma questão de estar de acordo ou não com a necessidade de fazer a intervenção....-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, já fez o seu protesto e a figura regimental está correta, que é a do protesto e agora agradecia que terminasse está bem?-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue dizendo:...e por isso mesmo, eu só queria e gostava que as coisas fossem feitas de uma forma séria, é só isto que eu queria dizer, muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada, vai-me desculpar, já fez a sua intervenção, senão não terminávamos. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Ó Senhor Presidente, eu gostava de cumprimentar de novo Vossa Excelência e todos os presentes. Eu, quando acusam o Presidente da Câmara de falta de elegância no discurso político, eu fico assim um bocadinho, enfim, surpreendido porque acho que se há marca que eu tenho na minha atividade política ao longo da já longa carreira pública que levo, como profissão Senhora,

como profissão Senhora Deputada, a Senhora é que às vezes não é tão correta como devia ser, mas enfim, mas não vamos falar sobre isso. Olhe, enquanto eu estiver no exercício desta função enquanto Presidente da Câmara, há dois princípios que me nortearão como bom democrata que sou e não feito à pressa, sou um democrata nascido e formado no pós 25 de Abril e que acho que a democracia é a melhor forma de organização que existe ainda, eu acho que, a democracia e a economia de mercado são duas coisas que se complementam e portanto, são dois princípios que eu prezo muito em todas as circunstâncias e estão aqui duas Vereadoras que não me deixam mentir, nunca deixo, seja numa reunião à porta fechada, seja numa reunião pública, nenhuma pergunta sem resposta, isto é um princípio que eu acho que é normal em democracia, se me fazem uma pergunta procuro responder, agora não queiram também vir aqui com agressividade e depois esperar que o Presidente da Câmara vos dê beijinhos, não dou, não dou, podemos dar ao fim, quando me despedir, agora, no discurso político “quem semeia ventos colhe tempestades” agora, Senhor Presidente da Mesa, não vi que tivesse ofendido a honra em nenhuma circunstância de nenhum dos intervenientes e longe de mim ofender a honra de três senhoras que eu prezo muito e portanto, dizer que, prezo muito também a intervenção política na igualdade de género e portanto, nunca me passaria pela cabeça ser deselegante, brejeiro ou o que quer que fosse, que até fiquei assim um bocadinho incomodado com os termos utilizados e garanto-vos que continuarei a pautar-me pelos valores que tenho, pela minha forma de estar na vida e pela minha forma de me dirigir às pessoas e nunca será com má educação, estejam descansados. Já agora, referir que em relação às matérias, há que chamar o nome às coisas, as responsabilidades têm que ser assumidas, uma eleição não apaga as responsabilidades, o facto de ter ido a votos e dizer assim, olhe, a partir de agora já não tem responsabilidade nenhuma, não, quando vamos fazer o histórico dos dossiês, se há responsabilidades elas têm que ser apontadas, eu se tiver que assumir as minhas responsabilidades assumo, mas também não deixarei de apontar a responsabilidade de outros, isto não tem nada a ver com eleições, tem a ver com o histórico do processo e na Grão Vasco, é um longo histórico, tem 15 anos, ora, se tem 15 anos tem que ter muita gente com responsabilidades, não é o Presidente da Câmara, olhe, este Presidente da Câmara até tem sido a pessoa que mais se tem envolvido para resolver o assunto e tem colocado o pescoço todos os dias na resolução desta questão, agora, como disse ali o Senhor Deputado Pedro Alves, há neste momento um quadro comunitário de apoio, essa é que é a batalha que nós temos que ganhar, essa é que é a batalha, porque só temos a reabilitação da Escola Grão Vasco se conseguirmos que esta escola fique no mapeamento nacional das escolas a serem reabilitadas, não tenhamos ilusões, porque o Estado Central não tem dinheiro para investir, nós sabemos, isto está na cara, portanto, esta é que é a verdadeira batalha. Em relação à Família Galega, não é preciso fazer requerimentos sobre coisas que se votaram, primeiro aspeto. Segundo aspeto, os apoios foram sempre apreciados e aprovados em sede do Núcleo Local de Inserção, foram coordenados sempre pela Segurança Social onde têm assento os diferentes parceiros sociais designadamente o Município de Viseu e, sendo esta família beneficiária do Rendimento Social de Inserção obviamente que é acompanhada pela técnica do Centro Comunitário de Paradinha, isto também não é preciso fazer requerimentos para se saber que estas coisas são assim, porque é a prática seguida e que está na Lei, isto deriva da Lei Senhora Deputada, portanto, não venha fazer perguntas, eu sei qual era a sua intenção, eu sei qual era a sua intenção, era passar para o exterior que a Câmara de Viseu não estava a fazer o que devia ter feito, mas olhe, mais uma vez um tiro no pé. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, cumprindo as regras regimentais e agradecia a colaboração de todos até pela celeridade que todos tivemos neste período. Vamos iniciar já o Período da Ordem do Dia e dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do Ponto Número um da Ordem de Trabalhos, Informação Municipal.-----

----- **TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou seguir a mesma metodologia que tenho seguido, portanto, a intervenção está na mão dos Senhores Deputados e portanto, obviamente disponível para todas as questões que queiram colocar. Gostava desde logo reafirmar que cada uma destas informações nunca é exaustiva, porque obviamente estou sempre disponível para abordar outros temas, vou tendo a preocupação de elencar os temas que em cada um dos momentos me parecem mais adequados e sempre com o sentido de responsabilidade de prestação de contas permanente e ao mesmo tempo de verificar o acompanhamento do programa que estamos a desenvolver no terreno, o “Viseu Primeiro 2013/2017”.----- Coloquei nesta informação à cabeça a questão da promoção do investimento produtivo, que também já foi abordada na minha anterior intervenção e de facto a agenda política económica ganhou neste novo ciclo um novo relevo no Município de Viseu, com o acompanhamento dos seus órgãos e também dos serviços camarários. Os recentes contratos assinados com a TCS, com a PAMPILAR (líder no mercado do papel para lar “tissue”) com a VISABEIRA Global são apenas a consequência natural e parcial de uma intensa agenda política e institucional e do tal trabalho de formiguinha que foi aqui falado pelo Senhor Deputado João Cotta, aliás, mais do que isso são investimentos produtivos geradores de postos de trabalho, é muito importante, pensou-se em determinado momento que esta cidade e este concelho se podia desenvolver só na base dos serviços e do comércio ou que podia ser até só uma cidade que iria acolher os quadros que vivem à volta, este é um pensamento com 40 anos no nosso concelho, não é o entendimento deste executivo, obviamente que nós temos que ser uma cidade atrativa para acolher quem quer vir para cá viver e obviamente que continuaremos a seguir uma política de atração de pessoas na perspetiva de uma cidade com forte qualidade de vida, mas não nos vamos furtar a esforços para captar investimento como o temos feito nestes últimos tempos e com outra preocupação, é que, esse investimento não se concentre todo à volta da cidade, por exemplo, o facto de a Academia Visabeira pela qual vão passar 4 mil pessoas por ano do ponto de vista de formação ficar na Freguesia dos Coutos, seguramente que dá uma grande importância do ponto de vista desta Freguesia. O facto de a Pampilar investir na antiga fábrica da Pextrafil permitirá a Povolide também ter aqui a sua âncora bastante mais consolidada. O facto da TCS se localizar em Mundão está dentro da dinâmica que estamos a dar ao Parque de Mundão e também Freguesias designadamente Mundão e Cavernães que tiram um grande benefício também desta questão, o que significa que tem havido aqui uma política que é por um lado estarmos atentos a tudo o que se passa nas diferentes empresas, podia relatar aqui várias situações de empresários que já são do nosso concelho que estão a reinvestir e coíbo-me de falar desses investimentos porque de facto são investimentos que nós acompanhámos mas que não foi propriamente uma captação de novos investimentos, houve essa preocupação e há várias empresas neste momento a fazerem investimento que têm sido acompanhadas por nós de uma forma paulatina, há outros investimentos que resultam muito do nosso esforço, eu sei que por vezes há tendência para desvalorizar o trabalho que nós fazemos, mas enfim, vamos desculpar isso, quer dizer, quando a CUF se instala em Viseu e está neste momento a recrutar 160 pessoas, não tentem desvirtuar o papel do Executivo que teve neste investimento e designadamente no ajudar a encontrar um parceiro para podermos ter aqui um hospital privado que vai criar 160 postos qualificados e que se presume que esteja concluído no primeiro semestre do próximo ano, quando a Casa de Saúde de São Mateus está neste momento também a fazer um investimento superior a vinte milhões de euros com criação de 100 postos de trabalho, não queiram também desvirtuar o esforço que o Município tem feito para acompanhar este investimento e a influência que teve nele, assim como a nova unidade do Pingo Doce que criará 80 postos de trabalho, o AKI de Viseu com 25 postos de trabalho, a BIZ Direct que está a desenvolver a sua atividade de uma forma consistente lá em cima no Politécnico e valorizando o próprio Politécnico, para além de



muitas lojas que têm vindo a abrir e de outro tipo de investimentos o que felizmente posiciona hoje Viseu na rota do investimento e é essa a nossa função, não nos queremos substituir aos empresários mas criar condições para que efetivamente isso possa acontecer. Temos muita expectativa no PORTUGAL 2020, há muitas empresas da nossa região que já foram a esta primeira fase do PORTUGAL 2020, portanto, o facto deste quadro comunitário de apoio estar muito focalizado no apoio às empresas é algo que para nós também é importante, que rapidamente sejam operacionalizados esses apoios, porque significa também andar mais depressa do ponto de vista do investimento. Também referir a importância do Gabinete do Investidor, até ao momento nós acompanhámos já 265 processos empresariais, dos quais 254 estão concluídos, designadamente assuntos que vinham enfim, marcando algum passo e que nós procuramos pegar neles e resolvê-los e não se tem resumido a ser só na área do comércio e na área industrial, também na vertente agrícola, ainda na semana passada adotámos o sistema municipal de incentivos financeiros aos agricultores, neste caso aos produtores de gado que enfim, que resulta também de uma parceria com a Associação de Criadores de Gado, para além de termos adotado mecanismos transparentes, esta Assembleia aprovou aqui o regulamento que hoje é a nossa base para esse aspeto e que tanto beneficia o pequeno investimento como o investimento de maior dimensão. Gostava também de referir aqui dois aspetos que já referi na minha intervenção, este avanço para a reestruturação e crescimento do PIC, o trabalho que está a ser feito no Parque de Mundão que permitiu que com a GestinViseu ultrapassássemos um constrangimento que tínhamos e isso já se traduziu em 3 lotes de 3 empresas a instalarem-se no Parque de Mundão, esta é uma boa mais-valia para a Freguesia e para o nosso concelho. Gostava Também de referir aqui o Conselho da Diáspora, estes membros do Conselho da Diáspora têm sido preciosíssimos no trabalho com a autarquia designadamente na colocação de produtos daqui da nossa região noutros mercados e isso, enfim, a seu tempo não deixarei de realçar e homenagear estas pessoas que bem sucedidas na nossa Diáspora também estão a ajudar Viseu a colocar-se no caminho do desenvolvimento económico e da procura de novos investidores. O Viseu Rural incluído também na vertente económica, para além do Gabinete de Apoio ao Agricultor nós aprovámos agora um apoio municipal à criação de 345 bovinos e de 6136 pequenos ruminantes, num total de 11.200 euros, também numa área que não é da nossa competência mas que achamos que é importante que o município esteja presente no apoio também ao setor primário. O Centro Histórico de facto está a fazer o seu curso, o estímulo ao investimento económico tem passado também pelo Centro Histórico, pelo desígnio da sua revitalização social e patrimonial e temos também feito esforços muito grandes e com resultados felizmente já visíveis, desde logo o alargamento da ARU que hoje coloca o nosso município numa posição confortável até para a preparação da candidatura para a área urbana, mas que permite também que neste momento noutras áreas da cidade onde não havia incentivos à própria reabilitação ela está a ocorrer, para além de uma medida que hoje virá aqui, da isenção das taxas e licenças de reabilitação no Centro Histórico, na área da ARU e da redução noutros casos de 50% mas como depois iremos tratar disso autonomamente eu depois escarpelizarei esta vertente. Estamos a dar passos também muito concretos em âncoras que são fundamentais para o Centro Histórico, à cabeça o estacionamento, já celebrámos dois contratos programa com a nossa SRU, um para a Capitão Silva Pereira e outro para o Largo do Funicular, exatamente parques de proximidade para os habitantes do Centro Histórico e portanto, a verdade é que toda esta estratégia que temos vindo a seguir, também tem tido do tecido empresarial acolhimento desde o início de funções 55 edifícios e propriedades foram transacionados, revelando uma nova dinâmica de procura que ronda os 5 milhões de euros, é disto que estamos a falar nestes 55 edifícios transacionados, portanto, temos estimulado ainda uma recuperação do urbanismo comercial com a abertura de novas lojas para além dos incentivos às fachadas e também agora o próximo regulamento de apoio à insonorização de casas. Referir



também que as obras do “Reabilitar para Arrendar” estão a seguir o seu curso dentro dos prazos determinados, com o objetivo de fixar os jovens casais no Centro Histórico e também dar nota que o processo de transferência da Escola Profissional Mariana Seixas para a rua Direita, está a seguir o seu percurso, designadamente com as obras que permitirão a reabilitação daquele solar para a instalação desta infraestrutura.-----

A revitalização do Mercado 2 de maio recebeu 33 propostas, é público, e está a decorrer o seu trabalho com a assessoria da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos, seguramente que a seu tempo eu também tomarei contacto destas propostas e haverá seguramente ali situações interessantes que possam ser potenciadas para este passo que também queremos fazer. De facto, o Centro Histórico é uma peça sensível, é um espaço muito sensível do nosso território em que nós estamos muito atentos diariamente, a questão do incêndio que também alguns procuraram puxar, eu só tenho que realçar uma coisa, a intervenção rápida das nossas forças, numa hora o assunto ficou resolvido, podia ter sido pior? Podia, os centros históricos têm sempre estas contingências que é preciso acautelar e lá estamos nós exatamente para acautelar e para prevenir os riscos que possam eventualmente existir. Também a reflexão sobre o nosso Centro Histórico e sobre a vertente histórica do nosso concelho está em curso designadamente com todos os trâmites para a eventual classificação como Património da Unesco, o grupo de trabalho designadamente do património vai ter a sua próxima reunião no dia três e está a fazê-lo de uma forma muito paulatina e constante e portanto, a fazer também o seu percurso.-----

Gostava também de referenciar a lógica intermunicipal que se tem colocado na nossa estratégia, a cooperação entre cidades, mais do que nunca é fundamental a cooperação entre cidades. Tive há pouco tempo cá a visita do meu colega Presidente da Câmara Municipal do Porto em que trocámos várias impressões e traçámos alguns objetivos de entendimento comum, a questão da ferrovia esteve à cabeça do nosso debate, o intercâmbio cultural entre as duas cidades, que está neste momento já enfim, já há muitos aspetos que estão a ser desenvolvidos para além da vertente da criação da tal linha direta na vertente turística, até porque o Porto precisa hoje de ter algumas cidades com capacidades de atração também para receber alguns dos seus turistas. Gostava de realçar também a aproximação a Coimbra com o meu colega Manuel Machado com quem comungo de muitas ideias sobre o desenvolvimento e que efetivamente tivemos também um encontro muito profícuo em Coimbra designadamente sobre a ligação Viseu/Coimbra e sobre aspetos que são muito comuns no que sustenta a reabilitação urbana, o facto de Coimbra ter sido classificada como Património da Unesco e a experiência que estamos a recolher, aliás há pessoas do projeto de Coimbra que estão envolvidas no nosso grupo de trabalho a promoção turística, as trocas culturais, realçar aqui também o trabalho que se tem vindo a fazer como eixo da A25, portanto com a plataforma da A25 e à cabeça todo o trabalho que temos vindo a desenvolver em conjunto na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. Também no pilar social que aqui hoje já foi muito falado, para além das apostas já conhecidas no apoio à habitação a famílias mais carenciadas e na regular atribuição e apoio a essas famílias, temos dado passos muito inovadores na inclusão de grupos e cidadãos de maior risco, é o caso dos seniores do concelho, o nosso projeto é hoje visitado por quase todos os municípios do país que nos pedem informação sobre ele, o Viseu Sénior é hoje um caso de sucesso, de boa integração dos nossos seniores, um projeto que permite um envelhecimento ativo dos nossos cidadãos e portanto, referir que este projeto este ano cumpriu os objetivos que tínhamos definidos, cobre as 25 freguesias, dos 2023 seniores inscritos nesta edição isentámos, por comprovada insuficiência económica, o pagamento da taxa única de inscrição a 652, porque de facto o importante é que seja universal o acesso e quando não há condições não hesitamos em isentar e será a mais alargada de sempre portanto de 2 de fevereiro a 13 de dezembro e com maior número de aulas, aproximadamente 7150 horas de aulas com a ginástica e também com a hidroginástica que está a ser promovida para além desta vertente da colaboração com o

IPV no acompanhamento médico dos seniores, no início, no meio e no fim para que os vários indicadores possam ser avaliados. Gostava também de destacar aqui um trabalho muito meritório das Obras Sociais do Município, o Café Memória na cidade, portanto, na esteira de um protocolo de assinado com as Obras Sociais, a Sonae Sierra e a Escola Superior de Educação de Viseu, este obviamente que é um projeto que também estamos a acarinhar muito no nosso município e que está neste momento já a caminhar em velocidade cruzeiro. Um outro aspeto que também gostava de enfatizar, que já foi enfatizado aqui, prende-se com a dinamização cultural do concelho e a afirmação de Viseu como uma cidade com uma oferta artística e cultural e diferenciadora que continua claramente a marcar a política municipal, e com bons frutos e nesta perspetiva que muito me agrada, que é, suscitarmos os atores a serem os principais protagonistas, tenham dito isto várias vezes, que serei um Presidente da Câmara ainda mais feliz no dia em que toda a atividade cultural seja praticamente desenvolvida por entidades, das muitas e ricas entidades que temos e portanto, como vejo desvalorizar e chamar à atividade cultural “festas e festinha”, acho que isso também é um insulto às próprias entidades que promovem a atividade cultural. Destacar também aqui a Quinta da Cruz que tem sido uma referência do ponto de vista das exposições, depois do Júlio Quaresma, temos lá a Cristina Borborea, destacar também aqui o Festival de Teatro, conheceu uma nova edição, com qualidade reforçada, mais público, numa programação que somou mais de 20 produções com participação de grupos profissionais que também deram, enfim, fizeram, *ateliers* para elevar o nível qualitativo dos nossos participantes assim como outras experiências realizadas na Casa da Ribeira e na Antiga Papelaria Dias que temos procurado desenvolver. Destacava aqui também o nosso Festival de Arte Urbana, de facto o tema “Cidade-Jardim” com 80 anos que iremos celebrar no próximo ano, esta designação é uma designação que muito nos honra e muito nos identifica e com 80 anos, e portanto, temos que a saber valorizar e foi também esse tema e o tema da “Cidade Vinhateira” que nós convidámos o AKA Corleone, o Draw, o Fidel Évora, o Marco Mendes, a “Mariana, a Miserável”, o Martinho Costa e o Mesk, que fizeram, enfim, as obras que hoje são visíveis e acho que todos nos orgulhamos do bom trabalho desenvolvido por estes artistas. Para além disto gostava também de destacar toda a dinâmica do Mercado 2 de Maio que temos procurado ter, de facto aquele fim de semana que o S. Pedro levou a que tudo se concentrasse num fim de semana, mas eu diria que nunca vi a cidade tão dinâmica e mais, foi um fim de semana em que decorreram as Cavalhadas, as Cavalhadas de Teivas e as Cavalhadas de Vildemoinhos logo a seguir, decorreram a Festa das Freguesias, as Marchas Populares, tivemos as boas vindas ao verão, tivemos também o concerto da nossa Infantuna, eu diria que dificilmente se encontrará um fim de semana que tivesse movimentado tanta gente e com prata da casa, isto é, a esmagadora, eu diria que não é a totalidade porque houve um ou outro grupo que desfilaram nas Cavalhadas que não são de Viseu, mas diria que 98 ou 99% de todos os grupos que estiveram envolvidos em todas essas atividades, foram das nossas associações o que é de realçar, significa que as nossas associações estão dinâmicas e que o estímulo que lhes procuramos dar tem sido acertado e tem tocado exatamente no ponto certo. Não queria deixar também de realçar, nunca me canso de realçar o papel que os Senhores Presidentes de Junta têm tido nestas diferentes iniciativas porque de facto, percebem bem hoje que a sua função não é só cuidar daquilo que são os aspetos essenciais, dos jardins, do saneamento, e das obras necessárias, perceberam e bem que hoje a cultura, o apoio social, a participação neste tipo de eventos é fundamental, levar o Rossio às aldeias e trazer também as aldeias ao Rossio e muitos desses sucessos que tivemos devem-se também muito ao envolvimento dos Senhores Presidentes de Junta. Gostava também de realçar, nos próximos dias os Jardins Efémeros, um evento de referência da nossa cidade, um festival urbano já com marca nacional, também de um produtor que não é a Câmara mas que não deixa de ser a iniciativa mais apoiada no âmbito do “Viseu Terceiro” com 125 mil euros dos 400 mil que foram alocados

a esta iniciativa, para além das facilidades que a própria autarquia vai dando a este tipo de iniciativas e o compromisso, o compromisso que temos, sei que alguns procuram encontrar aqui pontos de litígio, não há pontos de litígio, pode às vezes haver diferentes conceções de organização, agora, este é um evento que eu acarinho, que nós acarinhámos e que achamos extremamente importante, a par de outros que estão a ser desenvolvidos na cidade para a promoção da nossa cidade, portanto, esta é uma organização que nós muito apreciamos. Da mesma maneira gostava de vos chamar já à atenção do Festival de Jazz de Viseu que regressa com uma nova programação, workshops e concertos para todos os públicos, entre os dias 23 e 27 de julho, serão nomes nacionais e internacionais que darão som a vários palcos da cidade, gostava também de realçar que no dia 28 de julho arranca o “Cinema na Cidade”, com o nosso Cineclube que se prolongará até 31 de julho, trazendo novamente à Praça D. Duarte o imaginário e a experiência do cinema de qualidade ao ar livre e julho terminará e abrirá as portas a Agosto e traz consigo obviamente a grande Feira de São Mateus, renovada, com cartaz e com uma nova dinâmica. Enfim, se isto são festas e festinhas então, chamem-lhe o que entenderem, mas é atividade cultural genuína promovida pelas nossas instituições com aceitação, porque todas estas iniciativas estão cheias de público e se estão cheias de público é porque as pessoas gostas e porque valorizam a atividade que está a ser feita, quando se procura desvirtuar, está-se a desvirtuar a própria sociedade, porque estas instituições que promovem estas iniciativas, a Câmara Municipal hoje poucas iniciativas promove diretamente, fá-lo através das próprias instituições e cada vez mais será esta a nossa política, que é, deixar respirar a sociedade, deixar que seja a sociedade a assumir as suas vertentes, com regras, obviamente com regras, o “Viseu Terceiro”, é um programa lançado, não haverá muitos mais municípios que tenham um “Viseu Terceiro” para poder por um lado aprovar projetos que estejam consolidados e por outro lado fazer despontar novos projetos, aliás, evocávamos a figura do Professor Inês Vaz, que foi um dos projetos apresentados para a criação do Prémio Aquilino Ribeiro, que nós apoiámos pelo mérito do próprio projeto, com um júri independente e a própria autarquia, onde estão aqui os Senhores Vereadores da oposição, limitou-se a aprovar aquilo que o júri nos trouxe do ponto de vista das prioridades, podemos dizer assim, não pudemos aprovar todos? Não, o orçamento estava definido e portanto, não se pode aprovar todos, agora regras claras ajudam também os promotores a saberem com aquilo que podem contar. Obviamente que agradeço a vossa atenção e estou disponível para as questões que quiserem colocar. -----

**TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 29 DE JUNHO DE 2015.**-----

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*-----

*Exmos. Senhores Deputados,*-----

*Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.*

*1. Os sentidos de missão e de responsabilidade são indissociáveis do bom e competente exercício dos cargos públicos, sendo acompanhados, em democracia, pelo exercício da transparência, do debate, e do escrutínio público e das instituições democráticas. São esses sentidos e esses deveres que também aqui se cumprem. A sua relevância é reforçada pelos progressos positivos e assinaláveis na execução dos compromissos assumidos junto da comunidade viseense, expressos no programa “Viseu Primeiro 2013/2017”.-----*

*2. A promoção do investimento produtivo, da atração e fixação de atividades económicas e da criação, por essa via, de emprego sustentável constitui um dos pilares do tripé programático do Executivo Municipal. A agenda da política económica ganhou, por conseguinte, um novo relevo no exercício municipal, dos seus órgãos e do desempenho camarário.-----*

*Os compromissos de investimento recentemente celebrados pelo Município com o grupo empresarial da indústria da construção TCS, a PAMPILAR (líder no mercado do papel para lar “tissue”) e a VISABEIRA Global são apenas a consequência natural e parcial de uma intensa agenda política e institucional de promoção de Viseu como destino amigo do investimento, das empresas e do emprego, e de reforma dos instrumentos municipais que concorrem para esse objetivo estruturante do desenvolvimento local e regional.-----*

*Mais: estes são investimentos produtivos e geradores de postos de trabalho em freguesias fora da Cidade, sendo também um fator de coesão local e de competitividade em freguesias periurbanas ou de fundo rural. Estes investimentos têm lugar na Freguesia do Mundão (TCS), na União das Freguesias dos Coutos (Academia Visabeira) e na Freguesia de Povolide (PAMPILAR), onde nascerá a Papeleira de São Mateus.-----*

*Para além dos postos de trabalho que será possível salvar (como no caso do investimento da PAMPILAR que resgata duas operações empresariais muito debilitadas), estão garantidos no concelho, por via dos projetos de investimento assumidos em 2014 e 2015 e de unidades de indústria, comércio e serviços que se estão instalar ou expandir, várias centenas de novos postos de trabalho.-----*

*Nesse sentido contabilizam quer os investimentos já referidos como os dos hospitais privados da CUF Viseu e da Casa de Saúde de São Mateus, da nova unidade do Pingo Doce, da nova unidade da AKI em Viseu, da reabilitação do Fórum Viseu, da BIZ Direct (radicada no Instituto Politécnico de Viseu) e das várias novas lojas abertas no Centro Histórico.-----*

*Espero que a abertura dos financiamentos à economia e às regiões do PORTUGAL 2020, e com a melhoria do clima económico nacional, seja possível continuar a promoção do investimento e da criação de emprego. Mas isto não acontece por acaso. Porque nenhuma empresa investe hoje por acaso.-----*

*Não é de mais lembrar que criámos no Município, e está em pleno funcionamento, o Gabinete do Investidor, que acompanha e gere todos os processos de investimento no concelho. É hoje uma peça estrutural e organizada na interlocução com empresas e investidores. Porque o investimento e o crescimento das empresas, grandes ou pequenas, novas ou já radicadas, não são indiferentes ao Município. Desde a sua criação, esta estrutura acompanhou 265 processos empresariais, dos quais 254 estão concluídos.-----*

*Em complemento, criámos, em parceria com instituições do setor, o Gabinete de Apoio ao Agricultor.-----*

*Nesta agenda económica, adotámos também um sistema municipal de incentivos financeiros ao investimento empresarial e à criação de emprego. De forma transparente, adotámos critérios que rompem com quaisquer discricionariedades ou decisões casuísticas. Introduzimos inovação, atratividade e previsibilidade nesses apoios, que se traduzem numa devolução de parte ou de todos os impostos, licenças e taxas municipais cobrados aos investidores. Neste sistema estão estipulados critérios claros e estáveis para o apoio a investimentos, e de forma proporcional. Quanto maior é o investimento e o número de empregos criados, maior é o volume de apoio. Mas nem por isso os projetos das micro e pequenas empresas deixam de ser apoiados de forma substantiva.-----*

*Todos os investimentos contratualizados em 2015 estão em condições de aceder a estes incentivos.-----*

*O Município isenta ainda de derrama em 2015 as novas micro e pequenas empresas e todas as que criem 5 empregos.-----*

*No início deste mandato autárquico, o Município não tinha qualquer terreno infraestruturado para acolher indústria. Estamos a investir na criação de uma oferta de solo industrial qualificado. Resolvemos a nossa participação na GestinViseu com um resultado favorável aos interesses do Município e do desenvolvimento económico. Nos últimos meses foram feitos acordos para a instalação de empresas em três lotes no Parque Industrial de Mundão, bem como feito o acordo para a fixação de projeto de expansão industrial na zona que estava por lotear.-----*



*Está já concluído o projeto para a expansão do Parque Industrial de Coimbrões, onde várias dezenas de novos lotes permitirão acolher novos investimentos. Temos valorizado institucional e publicamente a urgência e a prioridade dos financiamentos do PORTUGAL 2020 para este objetivo.-----*

*Instituímos ainda o Conselho da Diáspora de Viseu, o primeiro órgão de diplomacia autárquica em Portugal. O Conselho é composto por empresários portugueses destacados em mercados estrangeiros, como a Suíça, França, Luxemburgo, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul e Costa do Marfim. Esta é uma ideia simples e que não custa: fazer da nossa diáspora no mundo uma “embaixada” informal da cidade-região, nomeadamente no mundo dos negócios, mas também do turismo e da cultura. Estes embaixadores estão a abrir portas em diversos mercados aos nossos empresários. Temos recebido testemunhos disso.-----*

*3. Na esteira dos objetivos e eixos de intervenção do programa VISEU RURAL, damos mais um passo no estímulo ao desenvolvimento da pecuária de pequena dimensão no concelho. Aprovámos na passada reunião de Câmara Municipal, um apoio municipal à criação de 345 bovinos e de 6136 pequenos ruminantes, num total de 11.200 euros de investimento municipal. É um sinal com significado na revitalização do setor em Viseu – sinal pouco frequente no país.-----*

*4. A política de estímulo ao investimento económico tem passado ainda pelo Centro Histórico de Viseu e pelo desígnio da sua revitalização social e patrimonial. Temos aqui colocado uma grande prioridade de esforços, felizmente já com resultados visíveis.-----*

*Na passada reunião de Câmara Municipal, e na ausência de um regime de isenção de taxas específico para a ARU de Viseu previsto em Regulamento Municipal, foi aprovado o Programa de Incentivos à Recuperação de Edifícios na ARU de Viseu através da qual se instituirá um regime transitório e excecional de isenção e redução de taxas urbanísticas e outras conexas, tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização nesta área crítica da cidade.-----*

*Estamos também a dar passos firmes e concretos na criação de estacionamento automóvel qualificado para moradores e operadores do centro histórico. Dois contratos-programa celebrados recentemente com a Sociedade de Reabilitação Urbana permitirão brevemente dispor de projetos de construção de um novo parque de estacionamento junto à estação superior do funicular e na qualificação e capacitação da atual área de estacionamento desorganizada na avenida Capitão Silva Pereira.-----*

*Mas a reabilitação do Centro Histórico é já hoje muito mais do que uma promessa. É uma realidade. Desde o início de funções, 55 edifícios e propriedades foram transacionados, revelando uma nova dinâmica de procura que ronda os 5 milhões de euros. Temos estimulado ainda uma recuperação do urbanismo comercial com a abertura de dezenas de novas lojas no coração antigo da cidade. Em curso ou em fase de arranque estão várias intervenções municipais de revitalização de edifícios e espaços públicos. Entre essas, as obras de reabilitação de 7 edifícios no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”, destinadas para habitação e serviços. Criámos as condições para a radicação de âncoras sociais e económicas no coração da cidade. É o caso da transferência da Escola Profissional Mariana Seixas para a rua Direita, que lhe dará um novo pulmão humano e económico.-----*

*O concurso de ideias para a revitalização do Mercado 2 de Maio recebeu 33 propostas e está a decorrer nos seus termos, e com o regular funcionamento do júri instituído, com a assessoria da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos. Havendo como espero resultados positivos desse trabalho independente do júri do concurso, sujeitarei a consulta pública qualquer projeto de intervenção na Praça do 2 de Maio, conforme prática que temos seguido na governação do concelho, numa atitude de envolvimento coletivo e auscultação social aberta e sem preconceitos.-----*

*O centro histórico é uma peça sensível da nossa cidade. Um centro antigo, com arquiteturas e edificados antigos e acessos muitas vezes encaixados e difíceis. O incêndio que deflagrou*



recentemente num imóvel devoluto da rua Direita, felizmente sem danos de maior, é simultaneamente prova disso, prova da importância da prioridade que damos à reabilitação e prova da capacidade de resposta do sistema local de proteção civil. Estamos todavia a trabalhar num plano de prevenção de riscos que capacite ainda mais essa resposta.----- Também na reflexão e no pensamento sobre a defesa do nosso património cultural temos sido diligentes. Na véspera do Dia Internacional dos Monumentos & Sítios, Viseu foi palco de um importante encontro nacional sobre o tema “As práticas de reabilitação de Centros Históricos em Portugal recomendam-se? Que novos desafios se colocam aos centros urbanos antigos”? Juntámos grandes especialistas nacionais e responsáveis de políticas locais e nacionais de reabilitação urbana. Porque este é um debate nacional que importa despertar e fazer no concelho e no país.-----

No mesmo dia instituí um grupo de missão que terá por missão refletir sobre o que poderá constituir uma metodologia de valorização do património cultural, material e imaterial, de Viseu, e do seu reconhecimento em instâncias nacionais e internacionais, de que a inscrição na lista do Património Mundial da UNESCO é referência máxima. No prazo de meio ano é esperado um documento que responda a questões-chave para a definição de uma metodologia - estratégia e plano de ação - para a valorização do património cultural, material e imaterial, de Viseu e identifique as principais mensagens estruturantes neste domínio. A segunda reunião do grupo terá lugar ainda durante o mês de junho.-----

5. A cooperação das cidades no Centro-Norte e a promoção de Viseu em redes territoriais economicamente relevantes têm marcado também a nossa agenda. Recebi no passado mês de Maio o Presidente da Câmara Municipal do Porto, num encontro que teve estes objetivos. Na nossa reunião tivemos oportunidade de insistir publicamente na necessidade de aplicar os fundos comunitários a pensar na coesão territorial. Atendendo à forte dinâmica do turismo no Porto, articulei com o Presidente da Câmara do Porto uma estratégia de cooperação entre as duas cidades que permita trazer para a nossa região benefícios na procura cultural e turística de Viseu.-----

De forma semelhante, realizei um encontro formal com o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Este encontro lança uma nova ponte na história da cooperação das duas cidades-região, que os dois Municípios se comprometem a sustentar e dinamizar em prol do seu desenvolvimento comum. Este novo ciclo no diálogo de Coimbra e Viseu elege como domínios estratégicos e prioritários do desenvolvimento regional comum a mobilidade, a reabilitação urbana, a promoção turística e as trocas culturais.-----

6. O pilar social – estruturante na política e no investimento municipais – tem sido também reforçado. Para além das apostas já conhecidas no apoio à habitação a famílias mais carenciadas e na regular atribuição de subsídios sociais, o Município de Viseu dá também passos inovadores na inclusão de grupos e cidadãos em situação de maior risco.-----

É o caso dos seniores do concelho. O programa Viseu Sénior deste ano bateu recordes de participação no número de freguesias (pela primeira vez, as 25), no número de parceiros e no número de participantes. Dos 2023 seniores inscritos nesta edição isentamos, por comprovada insuficiência económica, o pagamento da taxa única de inscrição a 652, o que representa um apoio do Município de mais de 16.500 euros. Dos 96 grupos formados temos atualmente 9 grupos com 3 aulas por semana, situação que, nos próximos anos, pretendemos generalizar pela maior parte dos grupos. Será também a edição mais alargada no tempo – de 2 de fevereiro a 13 de dezembro – e com maior número de aulas: aproximadamente 7150 horas. Alcançámos todos os objetivos propostos no início do projeto: superar os 2000 inscritos, estar presente nas 25 freguesias e criar grupos com 3 aulas por semana. No âmbito da colaboração protocolada com o IPV demos também início ao programa de formação contínua dos nossos técnicos da Atividade Sénior. Queremos qualificar cada vez mais este projeto e dar respostas às patologias mais comuns deste segmento sénior.-----

De destacar ainda a criação de um CAFÉ MEMÓRIA na cidade de Viseu, na esteira de um protocolo de cooperação assinado com as Obras Sociais do Município, a Sonae Sierra e a

*Escola Superior de Educação de Viseu. O projeto contará ainda com o apoio da Novartis, que contribui financeiramente para a concretização desta iniciativa local. As sessões do CAFÉ MEMÓRIA de Viseu irão funcionar na Biblioteca Municipal, nos quartos sábados de cada mês, entre as 10h00 e as 12h00, sendo que a primeira sessão já se realizou. A iniciativa tem como objetivo proporcionar um local de encontro para a partilha de experiências e suporte mútuo a pessoas com problemas de memória ou demência, seus familiares e cuidadores, com o acompanhamento de profissionais de saúde e de ação social. Viseu, como cidade de referência na promoção da qualidade de vida, é cada vez mais uma comunidade inclusiva e socialmente responsável.*-----

*7. A dinamização cultural do concelho e a afirmação de Viseu como uma cidade com uma oferta artística e cultural atrativa e diferenciadora continuam a marcar a política municipal, e com bons frutos.*-----

*A valorização de equipamentos culturais relevantes como a Quinta da Cruz prossegue com uma programação de qualidade e atrativa. Depois de Júlio Quaresma, Cristina Borborea. O festival de teatro de Viseu conheceu uma nova edição, com qualidade reforçada e mais público, numa programação que somou mais de 20 produções.*-----

*Idêntico esforço de diversificação de conteúdos e experiências tem sido realizado na Casa da Ribeira e na Antiga Papelaria Dias.*-----

*Em Maio, a cidade foi também palco de uma intervenção de arte urbana, com sete artistas convidados a interpretar os temas “Cidade-Jardim” e “Cidade Vinhateira”: AKA Corleone, Draw, Fidel Évora, Marco Mendes, “Mariana, a Miserável”, Martinho Costa e Mesk deixaram uma marca criativa e artística na cidade, valorizando locais icónicos do Centro Histórico e também imóveis com menor atratividade mas socialmente relevantes, como o Bairro Municipal da Balsa. Os artistas realizaram também encontros e conversas com estudantes (alunos de artes) e a comunidade. A intervenção integrou o evento “Tons da Primavera”, programação alusiva à Primavera e aos vinhos do Dão, disseminada pelas ruas da cidade em vários acontecimentos enoturísticos e culturais. A projeção nacional do evento acalenta a sua reedição.*-----

*O Mercado 2 de Maio tem sido também, em permanência, palco de destaque de inúmeros eventos e mercados de proximidade, valorizando aquela praça histórica da cidade e convertendo-a numa local privilegiado de dinamização económica e animação turística e cultural. Mais de cinco dezenas de operadores locais têm aqui adquirido pontos de venda e animação dos seus produtos.*-----

*As Marchas Populares de Viseu e as Cavalhadas de Teivas e de Vildemoinhos são hoje um cartaz marcante na cidade e na região, com um padrão de maior qualidade e atratividade, como é reconhecido e sensível nos públicos que convocam.*-----

*A agenda de eventos intensifica-se e as noites quentes de julho terão programa garantido para todos os habitantes e visitantes de Viseu. Entre os dias 3 e 12 de julho, receberemos mais uma edição dos Jardins Efémeros. Este ano, com o tema “A Luz da Cidade”, promete experiências, espetáculos e atividades para todas as gerações. Este é uma intervenção cultural com organização independente que tem no Município de Viseu o seu principal patrocinador.*-----

*Depois do sucesso da primeira edição, o Festival de Jazz de Viseu regressa com nova programação, workshops e concertos para todos os públicos, entre os dias 23 e 27 de julho. Serão nomes nacionais e internacionais que darão som a vários palcos da cidade, descentralizando o palco da música e animando o verão! A 28 de julho arranca o “Cinema na Cidade”, que se prolongará até 31 de julho, trazendo novamente à Praça D. Duarte o imaginário e a experiência do cinema de qualidade ao ar livre.*-----

*Julho terminará e abrirá as portas a Agosto, que traz consigo a Grande Feira de São Mateus, agora renovada e com investimentos mais robustos de revitalização e qualificação.*-----

*(Anexo 1, página 393).*-----

*----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Eu só*

chamava à atenção que todas as deliberações sejam aprovadas em minuta conforme já deliberámos e que, independentemente da intervenção que eu penso que é dinâmica, do Senhor Presidente da Câmara em termos de resumo, a Informação Municipal foi disponibilizada a todos os Deputados e será transcrita em Ata, independentemente deste resumo. Está aberta a discussão. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES**

**RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Caros Colegas, Comunicação Social, Público Presente. Senhor Presidente, eu vou ter que fazer aqui uma pequena introdução, pela simples razão de que o que eu vou dizer nem sequer estava previsto, ou seja, quando eu li as informações (e digo já que concordo com esta metodologia, ou seja, com a síntese feita), do Senhor Presidente e me propus portanto, depois vir aqui como resposta, eu li as informações e tendo em conta até a informação que é dada, eu disse, ainda bem, não há razão para grandes polémicas e eu fico sempre satisfeito com isso. Acontece que, pelas intervenções que o Senhor Presidente fez antes, eu noto no Senhor Presidente, e se tiver equivocado a gente vai com certeza tirar esse equivoco, um certo nervosismo nas intervenções anteriores, primeiro porque não estava à espera que me interpelasse diretamente por não vir no Período de Antes da Ordem do Dia congratular-me com o investimento produtivo no concelho, isso foi feito pelo Deputado João Cotta que eu também muito aprecio e apreciei aliás, a intervenção que fez e, começo já por dizer que apreciei porque no essencial são factos e eu estou de acordo. Ponto dois, já aqui tive a oportunidade de dizer que, comparativamente, digamos que, aos mandatos anteriores do seu antecessor Dr. Fernando Ruas, que tinha uma conceção para o desenvolvimento do concelho que eu sempre discordei, já aqui tive a oportunidade de dizer que a estratégia que define para o concelho, nomeadamente no que tem a ver com o investimento e o colocar no centro o problema do investimento e do emprego, é algo que eu sempre concordei, aliás, já tive a oportunidade de dizer aqui isso várias vezes e portanto, sempre concordei com isso e não havia outra forma de não concordar, obviamente que atrair investimento, bom investimento, seja ele do setor primário, seja ele do setor secundário, seja ele do setor terciário, seja ele do que for, desde que que crie emprego e seja bom investimento sempre estive de acordo, não percebo portanto, tendo em conta tão boas informações, não percebo de onde é que vem algum nervosismo que eu vou tentar politicamente interpretar, talvez venha de muita informação no Facebook não sei se é de pessoas do Partido Socialista ou se não é, de qualquer forma eu normalmente detenho-me naquilo que é a discussão que aqui se trava e aquilo que nós vamos aqui informando, e, eu estou aqui a dizer isto porque nem sequer era minha intenção entrar por aqui por esta questão do investimento, a minha intenção era dizer aqui, Senhor Presidente, não há dúvida absolutamente nenhuma que a estratégia está à vista e digamos que, estamos a assistir em investimento a uma melhoria e qualquer pessoa que é de Viseu, nem sequer precisa de ser Deputado Municipal, nem do Partido Socialista, nem de qualquer outro partido, se houver aqui alguém que não se congratule com isso, não é correto como é evidente, eu não faço aqui política nem demagogia, aliás, sou contra todo o tipo de demagogia seja ela qual for, venha ela de pessoas ou de setores que me são mais favoráveis, venha ela de outros setores, e portanto, quando eu digo que não faço demagogia significa uma coisa, não é bom também, e agora vem aqui a outra parte que eu não estava sequer interessado em focar, não é bom também, e, tendo em conta, como disse e bem o Deputado João Cotta que o que se trava hoje sem dúvida nenhuma é, para além de toda a competitividade no espaço global ou no espaço europeu, há também uma digamos que, uma competitividade entre cidades, isso é uma coisa já mais do que sabida e portanto, é entre as cidades que nos são concorrentes que Viseu se tem que posicionar e muito bem, então eu vou-lhe dar alguns dados que o Senhor Presidente nunca trouxe, ou seja, para ver que afinal ainda há muito que fazer e não vale a pena arvorarmo-nos aqui

como que se isto já esteja um mar de rosas, eu vou dizer, e posso dizer, que não é culpa do Senhor Presidente, desculpe, não é culpa do Senhor Presidente, é culpa institucional que já vem de há muito e que o Senhor Presidente não vai num mandato nem em dois provavelmente resolver, mas também é bom que nós tenhamos consciência disso para depois não podermos arvorar em arco e pensar que está tudo bem, porque senão eu pergunto: Porque é que Viseu não está nos rankings que são feitos sobre cidades de investimento, nos rankings que são conhecidos, que o Senhor Presidente nunca aqui trouxe, mas que eu então trago, nos rankings que são conhecidos e o Senhor Presidente conhece, porque é que Viseu está atrás de Leiria, Aveiro e Coimbra? Ou seja, na Região Centro só está à frente como sabe, só está à frente da Guarda e de Castelo Branco. Agora eu pergunto, é um desafio, deve ser um desígnio e eu não vou fazer aqui demagogia dizendo que o Senhor Presidente tinha obrigação nestes três anos, ou dois anos, de resolver este problema, porque não vai resolver, é algo mais profundo e já agora, mais profundo e não ajudado, não ajudado por um Poder Central já agora, não ajudado por um Poder Central e o Senhor Presidente está a jogar em contra ciclo, enquanto que o Poder Central está mais preocupado com questões, digamos que, lá saberá porquê do que propriamente com o investimento e com o crescimento, o Senhor Presidente tem que se preocupar com isso no seu concelho e não tem ajuda nesse sentido, não tem tido ajuda, portanto, tudo o que fizer é bom e é bem feito, agora, a verdade é esta, Viseu do ponto de vista, tendo em conta também e é bom também agora dizê-lo, para não o fazer mais uma vez e não gosto de fazer política com isto, ou seja, política estou a fazer, demagogia com isto, que é, os rankings também não são para ser levados à letra, os rankings são aquilo que são, têm vetores que com os quais digamos que, com os quais fazem realmente os seus estudos, obviamente que são indicadores, se calhar se fosse por outros indicadores não iria, a verdade é que, aqueles que eu conheço, todos dão esta medida e o Senhor Presidente sabe isso e portanto, o que eu quero dizer com isto é que, há necessidade de fazer alguma coisa, gostei de ouvir aquilo que é necessário fazer, gostei de ouvir do Senhor Presidente que a estratégia é, estratégia de investimento, setor primário, setor secundário, setor terciário, seja o que for, com tudo isso estou completamente de acordo, agora, não vale a pena é ver digamos que, uma oposição irresponsável em quem nunca lhe fez oposição irresponsável, e portanto, eu não enfio a carapuça de muitas coisas que o Senhor muitas vezes atira para cima do Partido Socialista, eu não sou militante do Partido Socialista como sabem, com cartão, mas já disse muitas vezes que sou Socialista até para além do Partido Socialista, ou seja, o Partido Socialista até pode morrer e eu continuarei Social-Democrata e Socialista e como tal ... isso aí não entro, porque não vale a pena entrarmos em diálogo e portanto, não enfio a carapuça, sinto-me sempre muito contente quando Viseu está bem, sinto-me muito contente quando há investimento, e sinto-me também contente por ter havido investimento, foi isso que o Senhor aqui mostrou.-----

Ponto dois, das informações, um outro ponto que eu queria tratar também com o Senhor Presidente, que é e desculpar-me-á mais uma vez se a interpretação que eu vou fazer não for correta, mas que se estiver de acordo comigo... vejamos isto: Eu vejo e bem que o Senhor Presidente, digamos que, neste conceito de...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado 9 minutos.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: Quanto tempo é que eu tenho? Mais um minuto? Então eu vou resumir isso num minuto se for possível, muito rapidamente. Eu vejo que o Senhor Presidente no que diz respeito à Cidade Região, trata com os vários presidentes e nomeadamente com presidentes de dentro da Região Centro, o que eu vejo nisso, não sei se está de acordo comigo, mas se estiver depois poderá dizer, o que eu vejo nisso é que o Senhor Presidente sente a necessidade de fazer isto porque as Comunidades Intermunicipais digamos que, não têm dimensão nem territorial nem outras dimensões para fazer aquilo que é exigível quer para Viseu, quer para a própria região e portanto, o que eu digo é que, porque não tenho



tempo, só vou dizer: Regionalização urgente sim! De acordo com aquilo que são as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, está feito, está tudo feito, não é preciso inventar nada, é apenas só torná-las em concreto, democratizá-las e provavelmente o Senhor Presidente aqui teria um interlocutor, não pode ter um interlocutor e não estou a acusar o Presidente da Comunidade Intermunicipal, que eu até sou Deputado Intermunicipal e digo lá isso, e sabe que eu digo lá isso, não têm dimensão, não conseguem fazer o papel, estão muito aquém disso, portanto, Regionalização.-----

Terceiro ponto, só para acabar e também é muito rápido.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, agradecia que terminasse.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro prossegue dizendo: Termino muito rápido, dá-me só a tolerância de meio minuto, quero dizer: Discordância absoluta quando o Senhor Presidente fala que, no que diz respeito a oncologia, para ser rápido, tanto faz ser privado como público, discordância absoluta, não tenho nada contra o privado, que venha, que faça as coisas que fizer, agora, se esse mesmo privado impedir que venha para o Hospital de Viseu público, aquilo que depois há no privado, eu sou terminantemente contra, por duas razões, e já agora também para depois não ficar..., ideológica, mas sobretudo por uma questão de saúde, ou seja, ideológica já se sabe porquê, do ponto de vista de uma questão de saúde, é que o privado quando não der lucro sai, o público logo se verá e portanto aí, eu gostaria que o Senhor Presidente neste ponto... -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, agradecia que terminasse.-----

- O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro termina dizendo: Peço desculpa. Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado, tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- TRINTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Reitero os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, Vereadores, Deputados, Comunicação Social, Público em geral e Senhores Funcionários. Há aqui uma questão que nós gostaríamos de perceber e que se prende relativamente à aprovação da atribuição de um apoio municipal à criação de bovinos e pequenos ruminantes. Para que fique bem claro e para que não haja dúvidas, que não haja equívocos, queremos dizer que concordamos, é evidente que nós concordamos com esta medida desde que seja para apoiar os agricultores, é evidente que nós achamos sempre pertinente, só que há aqui questões que ultrapassam a atribuição de apoios, porque isto é uma questão que tem que ser vista de numa perspetiva holística e a questão é assim, não basta dar subsídios, é preciso perceber também um problema com o qual se debatem os agricultores, que tem a ver com o escoamento do produto, porque, como é que está a ser feito depois ou qual é a função ou a colaboração que o Poder Local, o poder de proximidade tem nesta ação com os agricultores nomeadamente nas questões do leite, no escoamento do leite, não sei se o Senhor Presidente sabe, mas deve saber que não existe em Viseu uma recolha de leite coletivo por exemplo, uma outra questão que também se prende com uma resposta que é necessária a estas questões, tem a ver com a questão também, onde os agricultores vão depois matar os seus animais e aqui nós sabemos que eles têm que se deslocar para a Guarda e, aqui também queria fazer um parentese porque muitas vezes o Senhor Presidente, quando se fala ou quando se procura assumir a paternidade de alguns projetos, o Senhor Presidente de imediato diz portanto que, a paternidade não interessa, agora o que interessa é que o Senhor Presidente está a executar, e aqui, também queria relembrar o seguinte, não vale a pena pensarmos no passado ou responsabilizar o passado porque agora também tem que ser aqui, neste momento o Senhor Presidente é que é o responsável pelo seu executivo e portanto também tem que dar resposta ou pelo menos procurar resposta a uma questão que nos preocupa que tem a ver se o Senhor Presidente



tem na sua agenda ou tem intenção de colocar na sua agenda esta questão do matadouro, por que não basta e aqui termino, não basta apenas atribuir subsídios, também preciso olhar depois para o futuro, porque não podemos viver apenas de uma economia de subsídios, é preciso também criar desenvolvimento e o desenvolvimento também se prende aí. Portanto, era só mesmo isto que nós lhe queríamos transmitir e que fique claro, não somos contra o subsídio.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada, tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **TRINTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Os meus cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em Geral. O Partido Socialista revela aqui alguma preocupação do ponto de vista mais uma vez da atividade social e, não estamos aqui a fazer um papel de descrença na atividade do município contrariamente aquilo que às vezes o Senhor Presidente quer dar a entender, e sublinhamos as iniciativas positivas, mas também nos compete a nós elencar novos caminhos, questionar e apontar novas soluções. Bom, no que toca à questão do “Viseu Social” Senhor Presidente, eu peço desculpa de voltar à questão, no seu ponto seis da informação “O pilar social – estruturante na política e no investimento municipais – tem sido também reforçado. Para além das apostas já conhecidas no apoio à habitação a famílias mais carenciadas e na regular atribuição de subsídios sociais, o Município de Viseu dá também passos inovadores na inclusão de grupos e cidadãos em situação de maior risco”. Bom, quando faz essa análise do ponto de vista social, nós voltamos aqui também à análise do ponto de vista social e o Senhor Presidente já tocou aqui nesta questão, dos territórios de baixa densidade, das preocupações que o município tem com as suas políticas de natalidade e eu já por duas vezes fiz aqui esta questão hoje, que ainda não vi respondida e vou voltar a reiterá-la, por que é uma questão social, é uma questão de justiça social nas políticas de conciliação, nós sabemos que foram assinados os ACEPs nos territórios envolventes a Viseu e eu já os aqui mencionei hoje, já falei em Castro Daire, já falei em Resende, em Lamego, e portanto, nós continuamos preocupados no que toca às políticas de conciliação, são políticas sociais, para quando a assinatura pelo Município de Viseu do ACEP a prever a redução para as 35 horas em Viseu? Eu creio que os funcionários deste município têm interesse em saber essa resposta, em saber essa decisão por parte do Senhor Presidente da Câmara e portanto, eu não poderia deixar de vir uma vez mais tocar neste assunto porque Vossa Excelência já aqui disse que não deixa nenhuma resposta por dar e portanto, eu creio que à terceira será de facto de vez.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada, tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social. Bem, antes de mais permitam-me que responda, uma vez que não pude fazê-lo antes à Deputada Cristina Fonseca que na sua intervenção de há pouco interpelou não só o Senhor Presidente da Câmara como também a Assembleia, perguntando o que é que nós tínhamos feito pela Escola Grão Vasco? Eu já trouxe aqui esse problema várias vezes, até conheço a escola pessoalmente e como a Deputada Cristina sabe estive lá por muito pouco tempo a dar aulas, e portanto, apercebi-me das condições deploráveis de ensino e aprendizagem e que só de facto o esforço do corpo docente e da direção é que faz com que, enfim, sejam ultrapassadas e, ainda por cima uma escola que tem ainda lusalite, portanto um telhado com amianto, mas o Bloco de Esquerda já trouxe aqui uma Moção nesse sentido que foi aprovada por unanimidade. Depois, relativamente agora à questão em apreço, à intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Presidente fala nos investimentos, nas novas unidades do Pingo Doce, da unidade

do AKI, e disse que quer pôr Viseu na rota do investimento, eu acho que o Senhor Presidente quer é pôr Viseu na rota das falências das micro, pequenas e médias empresas, numa altura em que a austeridade imposta até de forma terrorista, entre aspas, pela troika e aplicada pelo governo colaboracionista que temos, reduz o consumo abaixo da linha de água. O Senhor Presidente sabe certamente que em Espanha, em qualquer cidade de Espanha os centros das cidades e não só os centros históricos estão vivos porque há comércio, e vêem-se as pessoas até às tantas da noite a fazer compras, porque eles têm um horário diferente portanto, abrem mais tarde, fazem a “siesta” e estão as cidades vivas, com gente nas ruas, porquê? Porque eles tiveram a preocupação, se não na maioria, na maior parte das cidades, naquelas em que eu conheço, de não deixar instalar grandes superfícies como se vê no nosso país e agora, só autorizam até a dezenas de quilómetros como se vê nas cidades espanholas. Por outro lado, claro que quando o Senhor Presidente e já foi aqui abordado, alarga o horário dos funcionários do município para as quarenta horas, certamente que está a empurrá-los de facto para a grande superfície, porque trabalhando mais horas, vêem-se obrigados a ir fora de horas às grandes superfícies e contrariando até o parecer da Associação Nacional de Municípios que ainda recentemente reuniu com o Bloco de Esquerda e o Senhor Presidente da Associação Nacional Manuel Machado, disse que a Associação se opôs à fusão dos sistemas multinacionais de tratamento de água e resíduos que preparam privatizações escandalosas e exige o fim do bloqueio do Governo aos acordos firmados entre a grande maioria dos municípios e o sindicatos para a reposição para as 35 horas semanais na Administração Local, porque repare, o Senhor Engenheiro Belmiro de Azevedo quando começou a investir nos hipermercados fez uma premonição em jeito de ameaça, disse que, dentro de poucos anos, ele iria levar à falência uns milhares largos de mercearias e pequenos mercados, e conseguiu, no entanto, a própria DECO e as Associações de Defesa do Consumidor, opuseram-se e estou-me a referir por exemplo a Associação de Defesa do Consumo do Dr. Mário Frota que disse que estava em absoluta sintonia com a Igreja e com a Federação de Comércio e Serviços e com as Federações das micro, pequenas e médias empresas quando rejeitaram a abertura das grandes superfícies aos domingos e aos feriados e a Associação Portuguesa de Direito do Consumo que diz que não nos esqueçamos que as lojas de conveniência com horário de abertura alargado surgiram para manter uma alternativa de acessibilidade para fazer face às necessidades pontuais dos consumidores com base num quadro em que os supermercados e hipermercados estariam encerrados ao fim de semana. Como o Senhor Presidente na proposta que vamos abordar de aqui a pouco, mantém o prolongamento, portanto, a manutenção desses horários alargados das grandes superfícies, parece-me que de facto é uma atitude abusiva permitir que sejam instalados mais grandes superfícies. Por outro lado, o Senhor Presidente também fala nos Hospitais Privados da CUF e da Casa de Saúde S. Mateus, o Bloco de Esquerda já tomou posição sobre isso, mas lembraria que é quase um insulto aos viseenses e até ao espírito do 25 de Abril o anúncio que o Senhor Presidente fez recentemente acerca da Unidade de Radioterapia e que ainda agora voltou a fazer à pouco, da Unidade de Radioterapia que há muito é reivindicada pelos viseenses poder vir para o Hospital da CUF, o Senhor disse privado, não disse qual deles é mas presume-se que sim uma vez que esteve na cerimónia de inauguração daquele hospital, ora, esta reivindicação da Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela Viseu foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal em 2012 sustentada num estudo da Entidade Reguladora para a Saúde que apontava o Centro Hospitalar Tondela Viseu como o local que permite maior eficácia no aproveitamento do investimento num Centro de Radioterapia e Medicina Nuclear, chamo portanto, a atenção desta Assembleia e dos viseenses em geral para a criação de mais uma PPP para beneficiar provavelmente o Hospital da CUF, de qualquer modo é um hospital privado que está a ser construído em Viseu, o Hospital da CUF em espaço da Visabeira em frente ao Palácio do Gelo, propriedade daquele grupo viseense que parece continuar a

exercer demasiada influência sobre o poder autárquico. Sobre a referência que o Senhor Presidente fez no documento, à cultura, enfim, aos graffitis, ao Street Art, eu aconselhava, porque parece que há aí uma crispação com alguns graffitis mais naifs, o graffiter é sempre naif quando começa, e aconselhava a tomar atenção, naquilo que os artistas, os artistas de rua que foram convidados pelo município para fazer os murais e que de facto estão muito bonitos, alguns deles chamaram à atenção, eu lembro-me de um suplemento que veio no Jornal do Centro, para a necessidade de não se perseguir e não se proibir a atividade dos graffitis locais, porque foi efetivamente o aspeto ilegal de marginalização quase subversivo antissistema desta forma, da cultura Hip Hop que levou de facto a que aqueles grandes artistas que nós temos hoje nos murais da cidade tivessem crescido e se tivessem implantado e digo isto porque em Portugal entrou em vigor uma Lei que criminaliza de facto ao graffitis sem licença prévia camarária e portanto, eu apelava ao Senhor Presidente para ter em conta essa recomendação dos artistas de rua, porque a consequência daquela Lei é de facto marginalizar os artistas que criam segundo este cânone subversivo repito, no aspeto critico, político e social. Neste último minuto gostava de perguntar ao Senhor Presidente, de facto até enfim, eu já elogiei algumas medidas no aspeto da cultura, mas acho que não faz mais de facto do que a obrigação do município, de qualquer município é de facto apoiar a cultura e o património, mas fiquei surpreendido com as declarações da Historiadora Dalila Rodrigues, quando disse que afinal estávamos todos enganados e que parece que fomos induzidos em erro, não sei se o Senhor Presidente também foi, que ela nem faz parte do Conselho Consultivo da Cultura da Câmara Municipal, nem faz parte do Grupo de Reflexão constituído pelo Presidente da Câmara para a elaboração da candidatura a Património Mundial. Portanto, parece que aqui foram mais nozes do que as vozes, mais parra do que uva. Por último para acabar gostava de abordar ainda um outro problema, os moradores do Bairro Municipal receberam cartas a anunciar o aumento das rendas e com novos contratos, e nessas cartas que a Câmara lhes enviou, é dito que os aumentos não entram em vigor desde já porque as habitações não têm condições de habitabilidade, nós já sabíamos disso, agora, o que acontece é que o Senhor Presidente na última sessão disse que as obras de reabilitação, estava-se a referir às que ganharam o concurso do Orçamento Participativo, iriam começar dentro de dias, já lá vão dois meses, gostava de saber quando é que de facto irão começar e gostava que também dissesse quando é que irão começar porque as pessoas não podem estar eternamente à espera que venham os fundos da União Europeia, as obras de reabilitação de todo o Bairro, porque essa é uma obrigação de uma Câmara, de um Município que durante décadas deixou aqueles moradores votados ao mais profundo desprezo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Duas notinhas prévias, uma dirigida a Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara para lhe dizer que considero que de facto as questões que coloquei e justamente por isso deixei ficar em requerimento não foram respondidas portanto, eu aguardo que dentro dos prazos da Lei de facto eu venha a ter resposta às perguntas que efetivamente coloquei nos requerimentos.-----

A segunda nota muitíssimo breve mesmo, é para o Partido Socialista, espero sinceramente que no programa eleitoral o matadouro seja de facto uma causa para o vosso partido.-----  
Relativamente à Informação que o Senhor Presidente da Câmara nos trouxe, da leitura integral da Informação, resulta uma conclusão imediata em nosso parecer. Nesta gestão municipal, não há insuficiências, pontos negros, obras em atraso, incumprimento de promessas. Até algumas “maças podres” entre os funcionários a que em tempos aludiu o Senhor Presidente, desapareceram. Mesmo que em cada “informação” constataremos a repetição de iniciativas, gabinetes, projetos que parecem novos, tudo aqui é bom e funciona às mil maravilhas. Desde as dinâmicas empresarias, à promoção do Concelho

através da excelência dos seus vinhos, passando pela oferta cultural e os eventos desportivos comprados em pacotes. Qualquer iniciativa, seja ela pública, municipal, associativa ou privada, tem sempre o dedo onnipresente, amigo e multiplicador da Câmara. É um laudatório infindável de competências, estratégias brilhantes, dinâmicas de sucesso. Se não estamos no paraíso social e na presença da melhor gestão municipal do mundo é porque não está provado que o paraíso seja terreno e porque em muitas partes do mundo não há municípios.-----

Daí que, perante este triunfalismo militante, este rol avassalador de bem-aventuranças, confesso o meu constrangimento para falar de coisas mais terrenas, mais terra a terra, da minha visão das coisas por outro prisma. Temo até que, se o fizer, me aconteça como no passado e seja acusada de “falta de seriedade”, de “ignorância”, de “cegueira política”, até de ser “comunista”, à maneira de Viseu, é preciso diferenciar, que é uma coisa feia e perigosa.-----

Indo ao conteúdo do documento, diria apenas que compilei dos jornais declarações dos administradores da “Natura”, antiga “Pextrafil”, que apontavam como causa direta de muitas das suas dificuldades atuais, a introdução de portagens na A25 pelo governo de que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> fez parte. Ao que parece, os principais clientes da “Natura” são espanhóis e o papel higiénico o seu principal produto de exportação. Pelo volume, tal requer muitos veículos para o transporte. Com preços baixos e o pagamento das portagens a atividade tornou-se inviável. Felizmente apareceu a “Pampilar”. Nisto dos negócios, há sempre um “anjo salvador”.-----

E lá vem outra vez a criação do Gabinete do Agricultor, que não passa de um mero entreposto da CAP em espaço cedido pelo Município. Um pouco ao jeito deste badalado apoio aos produtores de gado. Tanto quanto nos foi informado, do que se trata é de um subsídio atribuído à Associação de Criadores de Gado da Beira Alta, para que esta possa sustentar o imprescindível rastreio sanitário do efetivo pecuário dos seus associados, dado que até há bem pouco tempo o Ministério da Agricultura tinha em atraso o pagamento de vários meses desta atividade aos antigos Agrupamentos de Defesa Sanitária (ADS).-----

Neste sector, apoio efetivo e sustentado à produção pecuária era a construção no Concelho de Viseu do Matadouro Público. Não um matadouro de faz de conta, como foi noticiado, mas uma infraestrutura de raiz que irradie para toda a região e seja estímulo determinante à produção e à atividade económica pecuária. É que, segundo dados da própria Associação de Criadores de Gado, que nos foram transmitidos diretamente, curiosamente no dia em que o Senhor, então candidato, passou pelo “Leilão de Gado”, desde o encerramento do Matadouro desapareceram da região quase trinta mil cabeças de gado.-----

Sem local onde abater diretamente as suas reses e sem apoios efetivos quando acontecem acidentes, como foi o caso dos produtores dos Coutos, que viram as suas ovelhas e cabras mortas por ataques de cães selvagens (ou lobos) e que até hoje não viram um cêntimo do prometido apoio municipal, para a reposição do efetivo, é natural que os criadores desistam.-----

A informação de que irá sujeitar a consulta pública qualquer projeto de intervenção no Mercado 2 de Maio é um recuo que saúdo, mas que não apaga a nódoa de querer destruir uma obra de Sisa Vieira, Arquiteto disputado pelas mais importantes cidades do mundo, que querem sobressair a partir da edificação dos seus projetos. Entretanto, talvez para adiantar trabalho com vista à demolição, já se foi arrancando o sistema de irrigação gota a gota que alimentava cada uma das magnólias.-----

Convidou a SRU sete artistas para pintarem, através da chamada arte urbana, vários locais da cidade. Não importa quanto lhes pagou. O importante é que o trabalho ficou verdadeiramente bonito. Nas paredes estão impressas verdadeiras obras de arte. A propósito deste evento, fui procurada por alguns jovens graffítters do Concelho, que fizeram questão de que eu transmitisse a esta Assembleia o seu profundo

descontentamento por não terem sido chamados pela Câmara a participar nesta iniciativa. Estes jovens, com idades entre os 15 e os 20 anos, não têm o curriculum dos artistas que convidou, é bom de ver, mas nunca o terão se não lhes forem dadas oportunidades para mostrarem o seu talento e poderem evoluir, aprendendo com os mestres. Eu sei que alguns dos artistas convidados estiveram nas escolas a falar da sua arte. Mas não é a mesma coisa. Deixo a proposta, para que na próxima edição do Street Art seja criado um espaço onde os jovens que praticam esta arte no Concelho de forma espontânea, sejam desafiados a criar obras originais, em total liberdade.-----

Por último e ainda relacionado com o Street Art, queria perguntar por que razão esta iniciativa saiu da programação dos Jardins Efémeros, como aconteceu em 2014, para aparecer numa iniciativa autónoma promovida pela SRU/Câmara Municipal? Obviamente que todas são bem-vindas mas? Esta alteração foi acordada com a promotora dos Jardins ou foi decidida unilateralmente pela Câmara?-----

Ainda a propósito dos Jardins, para um evento que o Senhor anuncia ir transformar Viseu na “capital da criatividade”, com um programa “muito contagiante e promissor” é estranho merecer na sua informação um tão curto parágrafo, com uma descrição tão contida e sumária, sem adjetivação eloquente, a condizer com a grandiosidade do que havia anunciado. Provavelmente, porque a informação já ia longa, guardará V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> os justos encómios para a Informação à próxima Assembleia.-----

Ou talvez o citado parágrafo anuncie uma mudança de paradigma. Dizem os entendidos, e eu subscrevo, que moderação e realismo emprestam mais credibilidade à propaganda. Os excessos no autoconceito, acabam, regra geral, por banalizar os êxitos.-----

Só uma nota final se ainda tiver tempo Senhor Presidente,...-----

- O Senhor Presidente da Mesa informa: 8 minutos e 15 segundos, tem mais dois minutos.---

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue dizendo: Muito bem! Muito breve, não vou gastar certamente os dois minutos, é uma nota que aqui queria trazer relativamente ao estacionamento para os moradores do Centro Histórico. Declaração de interesses, eu sou moradora no Centro Histórico, mas isso não me impede de defender os interesses de quem lá mora para além de mim. Quando o Senhor fala em criação, de facto, os lugares de estacionamento existem, não estão a ser criados, eles são é absolutamente insuficientes ou quase inexistentes para os moradores, o que o Senhor vai fazer, é uma remodelação, vai provavelmente disponibilizá-los de forma diferente relativamente aquilo que está a acontecer, agora, não é propriamente uma criação, e mais uma vez estranhará o Senhor Presidente que eu seja tão procurada pelos municípios, mas garanto-lhe que é verdade, não minto quando digo que as pessoas vêm ter comigo a pedir para trazer a esta Assembleia os assuntos que aqui trago, ando muito na rua e falo com as pessoas, elas dirigem-se a mim e, até sabem o meu nome e, até sabem que eu sou Deputada do Partido Comunista contrariamente aquilo que o Senhor já aqui disse, que se calhar as pessoas não sabem que eu sou do Partido Comunista. Dizer-lhe que me foi colocada uma questão que eu considero extremamente pertinente, sei disto apenas pela comunicação social, o parque de estacionamento de Santa Cristina será amigo da noite, as pessoas que pagam para lá ter os seus carros e nomeadamente durante a noite, porque não têm garagens e é o local onde efetivamente acabam por guardar as suas viaturas durante a noite, pagando, manifestaram uma séria preocupação com a preservação das suas viaturas no caso de efetivamente aquele parque vir a ser disponibilizado para o estacionamento noturno dos frequentadores dos bares do Centro Histórico. Nós sabemos toda a dificuldade que existe no Centro Histórico neste momento de preservação dos bens que estão na rua e portanto, é uma recomendação Senhor Presidente, é uma recomendação que lhe faço Senhor Presidente, tenha esta preocupação das pessoas em consideração.-----

Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada, tem a palavra o Deputado Teodósio. -----



**----- TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados da Assembleia, já agora aqui uma nota, sempre que me refiro aos Colegas Deputados da Assembleia Municipal, obviamente que estão incluídos os Senhores Presidentes de Junta que estão aqui na qualidade de Deputados da Assembleia Municipal, são eleitos de uma forma diferente dos outros mas têm rigorosamente o mesmo estatuto que entendemos como iguais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----  
O Senhor Presidente da Câmara, deixou-nos aqui demonstrada na sua intervenção, apenas uma parte significativa da atividade municipal e não necessariamente toda a atividade municipal.-----  
Para alguns, a intervenção peca por não se focalizar apenas num tema, enquanto outros apontam um número elevado de assuntos que não foram abordados.-----  
Para nós, fez um excelente apanhado do trabalho desenvolvido, procurando não ser demasiado exaustivo nem excessivamente sintético.-----  
Aliás estas abordagens à sua Informação Municipal, vêm-se repetindo em todas as Assembleias Municipais, pelo que as comparo à velha história por todos nós conhecida “do Velho, do Rapaz e do Burro”. Qualquer que fosse a opção feita, haveria sempre quem a criticasse. Mas como diz o provérbio “a frases loucas, orelhas moucas”.-----  
Nesta sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara abordou um conjunto de áreas importantes para o desenvolvimento do concelho, começou pelo investimento económico que só ele criará os tão desejados novos postos de trabalho, falou-nos da reabilitação que está a ser feita no nosso Centro Histórico, deu-nos a conhecer resultados práticos do Viseu Rural, acentuou a importância das parcerias que está a fazer com outras cidades-região, no caso concreto com o Porto e com Coimbra, apresentou-nos um conjunto de dados que nos devem orgulhar, na vertente da Área Social e em particular na Atividade Sénior e no apoio a grupos mais fragilizados e por vezes diminuídos da sociedade, em que o Café Memória é sem dúvida alguma um bom exemplo, terminando com uma abordagem bastante pormenorizada sobre toda a grande atividade cultural que hoje se assiste em Viseu.-----  
De todas estas abordagens, permitam-me que selecione apenas 4 e lhes dê aqui uma maior visibilidade, pois pelo impacto que têm, bem o merecem.-----  
Seguindo apenas a sequência cronológica dos assuntos na intervenção do Senhor Presidente da Câmara e não a graduação da sua importância, iria então referir-me à criação de emprego, à reabilitação do Centro Histórico, à Atividade Sénior e à dinâmica cultural.-----  
Nestas últimas semanas, não tem havido nenhuma em que não seja anunciado mais um grande investimento económico no concelho, a que estão normalmente associados largos milhares e noutros milhões de euros de investimento, alguns até de consórcios internacionais que irão criar centenas de novos postos de trabalho. Alguns correrão logo a afirmar que é investimento privado, e que a autarquia não tem nada a ver com isso. Nós aqui dentro, e lá fora, aqueles que se preocupam em perceber, sabem muito bem que as coisas não são assim, não caem do céu.-----  
Se dúvidas existissem sobre o papel primordial da Câmara de Viseu na captação destes investimentos, elas ficariam desfeitas rapidamente, porquanto que todos os protocolos ou são assinados publicamente no Salão Nobre da Câmara Municipal, ou não o sendo, contam com a presença e assinatura do Senhor Presidente da Câmara.-----  
Mas, se mesmo assim ainda houver incrédulos, como explicariam o facto de todos estes investimentos anunciados, estarem a ser feitos de uma forma harmoniosa pelo concelho e não apenas numa determinada freguesia ou área empresarial.-----  
Relembro que o enorme investimento do complexo aquático do Almargem e que criará várias dezenas de postos de trabalho, situa-se na Freguesia de Calde a Norte da cidade.----

A Academia Visabeira, grande investimento que também vai criar dezenas de novos postos de trabalho, vai localizar-se na Freguesia dos Coutos de Viseu a Este da cidade.-----  
O investimento do grupo empresarial da Indústria da Construção TCS, consórcio internacional que escolheu Portugal e optou por Viseu, para investir milhões de euros numa unidade fabril virada em exclusivo para a exportação dos produtos produzidos e que irá criar logo de início várias dezenas de novos postos de trabalho, vai ficar na Freguesia de Mundão a Oeste da cidade.-----

O forte investimento da Pampilar, na aquisição e transformação da grande empresa que já o foi nos anos 70 e 80, estou a referir-me em concreto à antiga Pextrafil, vai permitir a manutenção dos atuais postos de trabalho e a forte possibilidade de serem ainda ampliados, situa-se na Freguesia de Povolide a Sul da cidade.-----

Já agora permitam-me acentuar a importância da alteração no nome desta empresa que irá denominar-se de “Papeleira de S. Mateus”.-----

Senhor Presidente da Câmara, que não subsistam dúvidas sobre o seu excelente trabalho de captação de grandes investimentos económicos que só eles combatem o grande problema do país e de Viseu, o elevado número de trabalhadores desempregados.-----

Importa referir e reconhecer que a Região Centro de Portugal, é a região onde a taxa de desemprego é mais baixa, e nesta, Viseu é dos concelhos mas bem posicionados, e ainda na semana passada um estudo de um semanário de Viseu, apontava o concelho de Viseu como o concelho do nosso distrito onde mais tinha diminuído o número de desempregados e onde tinham sido criados mais postos de trabalho no último ano.-----

Passando agora ao nosso Centro Histórico, mais concretamente à sua reabilitação e à sua regeneração, reconhecemos o enorme esforço que a autarquia tem dedicado ao mesmo, mas mais importante mesmo são os resultados práticos. Assim nada melhor do que um passeio pedonal pela mesma para se constatar “in loco”, no número elevado de reabilitações de prédios que neste momento está a ser feito.-----

Alguns dirão, que são ainda muitos os prédios a necessitar de obras, e nisso estamos plenamente de acordo. Muito está a ser feito, mas muito ainda está por fazer, e nesse sentido realço aqui as últimas deliberações da Câmara Municipal que visam a promoção da recuperação dos edifícios, isentando ou diminuindo de taxas municipais num curto e determinado espaço temporal.-----

A dinâmica comercial está já a renascer, dezenas de novos estabelecimentos comerciais estão a laborar no Centro Histórico, a qualidade dos mesmos também tem vindo a aumentar, pelo que cada dia que passa esta zona da cidade está mais atrativa e com mais vida, apesar de reconhecermos que ainda há um longo caminho a percorrer para fazer.----  
Não poderia de deixar de referir e realçar o enorme trabalho que diariamente é feito no programa “Viseu Sénior”.-----

Ter mais de 2 mil pessoas seniores a praticar regularmente uma atividade desportiva, ao longo de praticamente o ano inteiro, duas ou três vezes por semana, e agora pela primeira vez com grupos constituídos em todas as freguesias do concelho, é um excelente trabalho que está a ser feito na área social, desta forma tornando-os mais proactivos, tornando-os mais saudáveis e tornando-os muito mais felizes.-----

Importa também enfatizar que ninguém fica de fora deste projeto por problemas económicos, assim, cerca de um terço destes participantes estão dispensados do respetivo pagamento.-----

Por fim a dinâmica cultural, e como muito bem disse o Senhor Vice-Presidente da Câmara no encerramento do concerto da Banda da GNR no passado sábado nas escadas da Igreja da Misericórdia, e passo a citar, “os viseenses hoje não necessitam de consultar uma agenda para saber quando há atividades culturais, sabem que saindo de casa encontram quase sempre pelo menos uma atividade em Viseu”, fim da citação.-----

Se não for no Adro da Sé, será no Mercado 2 de Maio, senão no Parque da cidade, senão na Aula Magna do IPV, ou então no Teatro Viriato, ou no IPDJ, ou no Auditório Mirita

Casimiro, ou no Solar do Vinho do Dão, ou no Pavilhão Multiusos, ou na Quinta da Cruz, ou na Casa da Ribeira, ou na Avenida 25 de Abril, ou na Associação X, ou na Junta de Freguesia Y, ou no Rossio ou na Feira de S. Mateus.-----

A dinamização cultural no concelho, é um exemplar trabalho em rede que envolve todas as coletividades culturais do concelho e todos os agentes culturais da região, fomentando a criatividade e preservando as tradições, elevando constantemente os níveis de qualidade e de excelência que só eles permitem angariar novos públicos e aumentar as audiências.-----

Como bons e recentes exemplos do referido anteriormente, temos as duas excelentes exposições da Quinta da Cruz, as vinte e cinco produções teatrais do Festival de Teatro de Viseu, a dinâmica expositiva da Casa da Ribeira e da antiga Papelaria Dias, as Marchas Populares de Viseu, as Cavalhadas de Vildemoinhos as Cavalhadas de Teivas, o Festival de Música da Primavera e os Tons da Primavera que incluíram o festival de Arte Urbana. Fica-nos ainda a elevada expectativa para os próximos meses, em que a itinerância da peça de teatro “Volfrâmio”, os Jardins Efêmeros, o Festival de Jazz, o “Cinema na Cidade” e a Feira de S. Mateus irão absorver grande parte da atividade cultural do concelho.-----  
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o PSD o os Viseenses, sentem-se cada vez mais orgulhosos de todo o trabalho que está a ser desenvolvido pela autarquia em prol deste Concelho. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Iriamos então suspender os trabalhos, recomencávamos às duas e meia.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Penso que já temos quórum, podemos começar os trabalhos está bem? Estamos no ponto um, tema palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Gostava de iniciar este período de resposta a questões que me foram colocadas, tenho pena que não esteja o Senhor Deputado Rafael Amaro, mas não deixarei de começar por aí, e antes de mais, fazer daqui uma intervenção de princípio. Nunca ninguém está convicto de que tudo está feito, aliás, se as coisas estivessem todas feitas nós eramos perfeitamente prescindíveis, quando me apresentei ao eleitorado com um programa e com esta equipa, apresentei um programa para dez anos, sabemos bem que há aqui matérias que demorarão se calhar muito mais que dez anos até se atingirem resultados palpáveis, portanto, ninguém embandeira em arco neste executivo, obviamente que não podemos deixar de enfatizar o trabalho que temos vindo a fazer, mas não deixando de ter a noção do percurso que ainda temos a fazer e portanto Senhor Deputado Rafael Amaro, nós não embandeiramos em arco nem achamos que está tudo resolvido, antes pelo contrário, nós só estamos ainda no início do percurso, a verdade é que as condições estão criadas e folgo em ver na sua intervenção enfim, sintonia, sintonia em relação à estratégia que está a ser vista, se viu algum nervosismo ele não existe, de facto eu não sou uma pessoa nervosa, antes pelo contrário, sou muito tranquilo e portanto, não costumo, até porque enfim, quando sinto que estou a trilhar um caminho que está de acordo com a minha consciência, e de acordo com aquilo que é o pensamento de uma equipa, não temos qualquer dificuldade em estar tranquilos, agora, a verdade é que, se nós olharmos, digamos que, nunca estaremos tranquilos enquanto houver desemprego, eu acho que este é um lugar comum mas que reflete bem, eu sou um Social-Democrata reformista não é? Já vi que também somos os dois Social-Democratas, portanto, é bom sabê-lo, mas, nunca ninguém fica tranquilo enquanto vê pessoas numa situação de desemprego e muito menos quando como eu, porque repare, todos os dias quando estaciono o meu carro às oito e meia à porta da câmara, quase todos os dias tenho pessoas à minha espera, invariavelmente as pessoas abordam-me exatamente por questões de emprego, portanto, ninguém fica tranquilo quando sabe que há cidadãos que não conseguem aceder ao mercado de trabalho, agora, também é verdade que se nós olharmos para a evolução do concelho, nós verificamos que partimos de uma situação de

quase 6200 desempregados para uma situação de menos 5200, o que significa que ao longo deste ano e tal, ano e meio, houve uma evolução positiva de mais de 1000 postos de trabalho criados, diz assim, isto foi um trabalho do Presidente da Câmara? Não, seguramente que não, foi um trabalho dos empresários porque ao contrário do que o Partido Comunista possa pensar, não é possível criar empregos se não houver empresas, mas seguramente que há aqui também alguma dose de mérito da própria autarquia na política que está a seguir, porque se não tivéssemos uma política amiga do investidor, também não conseguíamos atrair investimento e portanto, aquilo que eu lhe quero dizer é que seguramente nós vamos continuar a fazer este percurso e verificar que o trabalho não está feito, mas estará seguramente à medida que o formos fazendo. Referir também que, não é pelo facto de as CIM terem mais ou menos poder que tenho feito estas pontes com outros colegas, eu acho que Viseu está-se a reposicionar do ponto de vista da sua estratégia, e esta estratégia de uma cidade região, é uma estratégia que acarinha os concelhos que estão à volta, e portanto, são parte integrante, e portanto, nós não hostilizamos ninguém, antes pelo contrário, procuramos estabelecer pontes como fazemos no domínio das águas em temos parcerias com os municípios vizinhos, como agora até num prémio de ciclismo que era da Cidade de Viseu, passa a ser do Dão como envolvimento de mais três municípios, vai continuar a ser esta a política com o nosso envolvimento na CIM, agora, obviamente que Viseu historicamente tem uma ligação ao norte que é preciso potenciar e aproveitar também a dinâmica que o norte está a ter do ponto de vista turístico e portanto, esta aproximação natural ao Porto, é uma aproximação que resulta também do benefício que podemos tirar. A aproximação que foi feita também a Coimbra, não vale a pena andarmos aqui a digladiar, hoje os objetivos são muito próximos, designadamente esta ligação Viseu Coimbra, é um objetivo tanto de Viseu como de Coimbra e portanto, é muito importante que o defendamos, mesmo quando noutras matérias possamos ter posições diferentes, mas é importante este diálogo e o procurar fazermos um percurso em comum, agora, também lhe digo, eu sou regionalista e assumo-o desde sempre, nos artigos que escrevo, nas posições que sempre tomei, acho que este país seria muito mais equilibrado se a regionalização tivesse ido feita, independentemente do modelo, agora, seria seguramente muito mais equilibrado e provavelmente eu não teria que me deslocar tantas vezes a Lisboa, há vezes tenho semanas de ir duas ou três vezes a Lisboa, ir e vir, o que é um sintoma do centralismo que infelizmente existe. Em relação à radioterapia, obviamente que estamos nos antípodas mas repare, um contrato de serviço público salvaguardará os interesses que o Senhor Deputado refere, terá sempre que ser uma lógica de um concurso, que salvide o serviço público, a mim o que me interessa é que esteja salvaguardado o serviço público e que todos os cidadãos em igualdade de circunstâncias tenham acesso, agora, para mim, é-me indiferente se o investimento é feito diretamente pelo Hospital S. Teotónio de Viseu ou se é feito através de um concurso que é lançado, desde que o objetivo seja cumprido e que esteja salvaguardado o interesse público e o acesso dos cidadãos à saúde, eu por mim fico satisfeito e já agora também dizer que quando se faz o ataque, já passando a outros Deputados que o fizeram, quando se faz o ataque aos hospitais privados, eu prefiro ter um Hospital da CUF em Viseu e deixar de ver diariamente camionetas a irem para o Porto para fazerem consultas das pessoas que são beneficiárias dos SAMS e de outras situações porque é uma polaridade que está a ser criada em Viseu que vai trazer pessoas cá e que evitará que as pessoas se desloquem, não deixa de ser uma dinâmica que eu chamo mesmo um pequeno Cluster da saúde que se vai fixar na cidade, cria empregos qualificados estamos a falar de 263 empregos qualificados nos dois projetos e ao mesmo tempo traz pessoas à cidade, portanto, eu acho que isto merece ser visto com bons olhos. Em relação às questões do “Viseu Rural”, esta é das poucas autarquias no país que assume a questão do desenvolvimento rural como uma prioridade, não é por acaso que tenho no executivo um Vereador das Freguesias e do Desenvolvimento Rural, isto diz da prioridade que damos a esta temática e também não é

por acaso que aprovámos um programa, o “Viseu Rural” e que o estamos a implantar no terreno, nas suas diferentes vertentes onde aparece também este apoio aos criadores de gado, eu sei que o Partido Comunista gostava mais que eu fizesse protocolos com uma associação ou com uma confederação comunista porque enfim, aí estaria tudo muito bem mas como faço com a CAP e com a Associação de Criadores de Gado da Beira Alta, já está tudo mal, mas enfim, nós também sabemos escolher os nossos parceiros e não deixaremos de os continuar a escolher e portanto, isso para dizer que o apoio ao setor primário é também uma prioridade nossa que iremos continuar a desenvolver. Em relação ao matadouro, obviamente que não vai ser a Câmara a fazer qualquer matadouro, isto não é uma infraestrutura da autarquia, mas estará sempre disponível para apoiar a iniciativa privada para o fazer embora também esta medida que nós estamos a tomar agora também visa ganhar massa crítica, este apoio que estamos a dar neste momento à produção de gado, também tem como objetivo estimular a produção para criar condições para o resto, para além, também lhe posso dizer que nós vamos dar também um apoio a alguns aspetos de melhoramento do parque leilão de gado, também está previsto no trabalho que temos vindo a fazer com a Associação dos Criadores de Gado e portanto seguramente que a questão da agricultura vai continuar a ser uma prioridade com várias iniciativas e, vai ter oportunidade de o ver, já agora, dizer à Senhora Deputada Lúcia Silva que esteve apoio aos bovinos foi aprovado por unanimidade no executivo, não sei se sabia disso mas fica com esta informação. Depois, em relação ao “Viseu Social” eu prefiro atuar do que fazer grandes documentos a verdade é que abre agora uma candidatura para uma CLDS no âmbito dos fundos comunitários e o CLAS está já a preparar uma candidatura que resulta do trabalho que tem vindo a fazer para ir aos fundos comunitários para atuar do ponto de vista junto dos cidadãos e junto daqueles que efetivamente precisam, isto é que é trabalho, agora andar aí, vamos lá fazer e criar aí não sei quantos cargos para o fulano, para o sicrano e beltrano e fazer um grande documento e depois isso não passar à prática, eu prefiro ter uma atuação prática com caminhos muito bem definidos e estar a fazer este trabalho sabe com quem? Exatamente com as instituições que estão no terreno, é que são com as instituições que estão no CLAS que nós estamos exatamente a fazer este nosso trabalho no dia-a-dia, bem, tanto assim que amanhã se inaugurará a segunda Unidade de Cuidados Continuados na Acredita, portanto, isto é trabalho de rede, não somos nós os promotores, mas não deixa de ser uma entidade que contou com o apoio muito direto da Câmara para poder atingir estes seus objetivos, isto é que é estar atento à realidade social e a criar as condições que efetivamente Viseu precisa. As 35 horas para mim não é uma questão, nós estamos a cumprir a Lei, quem não está a cumprir a Lei são os municípios que não estão a aplicar as 40 horas, quando chegar o momento, se chegar, cá estaremos também para a discutir. Em relação à questão do Centro Histórico que é uma questão que é muito cara ao Senhor Deputado Carlos Vieira e que também me é muito cara a mim, aliás, eu tenho felizmente a minha mãe ainda viva a viver lá e essa ligação afetiva muito forte, eu sei que é uma batalha que vai durar para aí uma década, mas estou convicto que o caminho que estamos a seguir, vai ser um caminho que nos vai permitir voltar outra vez a redinamizar o Centro Histórico nas suas diferentes vertentes, não há um remédio milagroso, mas há um somatório de coisas que estamos a fazer e estou convicto que com o apoio dos investidores como estamos a ter na área da reabilitação e também com o apoio dos comerciantes que não deixarão de desenvolver a sua ação da abertura que vamos ter também da incubadora, para ser uma incubadora de dinamização de proximidade ao Centro Histórico, estamos a fazer aquilo que nos compete, agora, é bom também que o tecido económico o faça e no que diz respeito à reabilitação urbana felizmente temos visto e só de facto como dizia hoje de manhã o Senhor Deputado Manuel Teodósio, só quem não andar pelo Centro Histórico é que não verifica o que está a acontecer, é pouco? Não, eu acho que se tem dado passos muito significativos, consegue-se fazer num ano? Seguramente que não, demorará vários anos até nós conseguirmos readquirir a dinâmica



que tínhamos. Depois também trouxe aqui uma questão que é pouco importante, estamos a falar de uma grande amiga minha, a Dalila, de facto ela nunca foi anunciada publicamente na versão definitiva na comissão, estava convidada para ser oradora, depois não pode estar como oradora, e disse que não estaria disponível para fazer parte desta comissão, enfim, está-nos a ajudar noutras matérias e é bom saber que ela está de regresso a Viseu e que será seguramente mais uma mais-valia para o nosso trabalho de todos nós enquanto viseenses. Bairro Municipal, também é uma questão que me é muito cara, a verdade é que nós temos concursos públicos não é? Se eu não abrisse concursos públicos era o Senhor o primeiro a dizer, então, não honrou? O que lhe posso dizer é que neste momento está praticamente concluído todo o concurso público que vai permitir a adjudicação daquilo que estava no Orçamento Participativo e também dizer-lhe que estamos a trabalhar de uma forma acelerada no projeto definitivo do Bairro para exatamente o candidatar a fundos comunitários, porque estamos a falar de um investimento demasiado elevado e que tem que ser feito com o apoio dos fundos comunitários, e o próprio alargamento da ARU acolhendo o Bairro Municipal, o Bairro da Cadeia, tem como objetivo que esteja dentro da área da intervenção da ARU exatamente para a candidatura aos fundos comunitários e obviamente que eu não poderia aplicar os aumentos, os aumentos na área da Habitação Social são ditados por Lei, isto é: É uma orientação nacional que é dada e portanto, nós quando fizemos as contas tomámos logo uma decisão, tudo o que diminuía comunicamos logo, das que aumentaram, a fixação dos rendimentos tem a ver com o aumento ou diminuição do rendimento da família, se há um aumento aumenta a renda, se há uma diminuição diminui, portanto, nós aplicámos foi logo fazer a modificação das rendas que baixavam no âmbito dos quatrocentos e tal inquilinos que temos na área da Habitação Social e, comunicar só com efeitos a janeiro aqueles em que havia um aumento e no caso concreto do Bairro da Cadeia não fazia sentido fazer esta comunicação quando nós vamos fazer uma intervenção alargada em todo o Bairro, e portanto dissemos assim: Não, só vamos comunicar depois, quando o Bairro estiver requalificado, portanto acho que foi também aqui uma preocupação, lá está, a tal preocupação social que não se anda aí a apregoar mas que se pratica no dia-a-dia. ---- Sobre triunfalismos estamos conversados, nunca ninguém me viu aqui com atitudes triunfalistas, antes pelo contrário, uma atitude formiga de trabalho abnegado de segunda a domingo e é assim que vamos continuar, a seguir o nosso caminho com a certeza que todos os dias, com algo mais que possamos fazer estamos a atingir os objetivos que nos propusemos, e estamos de facto a fazer aquilo que entendemos que devemos fazer e para isso é que depois servem as eleições, para avaliar, eu cá estarei daqui a dois anos e pouco para ser avaliado juntamente com as equipas sobre o trabalho que fizemos e o povo depois dirá, agora, nós não podemos criar empregos, como diz a Senhora Deputada Filomena Pires, quer empregos mas não quer empresas, quer apoios ao agricultores mas só se for através de determinada entidade porque as outras não são representativas, enfim, nós também já estamos habituados a este tipo de discurso. Já agora referir que o 2 Maio, nós também podíamos optar por fazer um projeto e entrar em obra, não, optámos por fazer um acordo com a Ordem dos Arquitetos, não é nova esta história do debate público, é muito antiga, desde início que foi assumido por este executivo que a cobertura do Mercado 2 de Maio seria precedida sempre de um concurso de ideias como foi, 33 propostas que deram entrada que estão a ser avaliadas pela Ordem dos Arquitetos, portanto, se isto não é participação pública, acordámos agora? Não Senhora Deputada, não acordámos nada agora para isto, há muito tempo que estava assumido que esta questão do Mercado 2 de Maio seria sempre precedida de um debate público. Gostei de ver um trabalhador aqui, o Senhor Deputado Manuel Teodósio, um trabalhador dirigente sindical a defender uma perspetiva nos antípodas, de facto achar que o emprego é criado pelas empresas não é? Portanto, se não houver investimento não há criação de emprego, é bom ter aqui um sindicalista com outra vertente e com uma mente arejada, que acha que de facto que o

emprego se cria através das empresas e portanto, assinalar exatamente esse facto, bem como as outras questões que trouxe, quer no âmbito da reabilitação do Centro Histórico, a dinâmica cultural, enfim, também é importante, estava muito bem informado sobre a questão cultural, portanto, gostei de ouvir e quero-lhe dizer que de facto acho que é uma área onde nós também temos procurado dar o melhor de nós, obviamente que estava a brincar, estava aqui a introduzir uma ponta de humor porque acho que ela também é importante na nossa vida, e portanto, penso que respondi cabalmente a todos os Senhores Deputados, agradecendo a vossa atenção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Penso que estamos esclarecidos, não há mais nenhum pedido, passamos ao Ponto Numero Dois **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DE VISEU.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, obviamente que com gosto apresentarei os vários pontos que agora estão na Ordem de Trabalhos, realçando que esta Ordem de Trabalhos é claramente um reflexo de muito trabalho que tem vindo a ser feito e obviamente que a prestação das contas consolidadas que nós agora apresentamos reflete de uma forma verdadeira e apropriada todos os aspetos que são materialmente relevantes e também a situação financeira de todo o universo da autarquia as quais foram objeto de certificação por auditor externo, aliás, designado por esta Assembleia e de acordo com a Lei que nos rege, designadamente a Lei 75/2013 de 12 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as diferentes entidades em que participam e aqui no nosso perímetro de consolidação estamos a falar dos Serviços Municipalizados, da Habisolvis, do Viseu Novo, SRU, da Expovis e também do ViseuPolis, o balanço consolidado apresenta um total do Ativo Líquido superior a 378 milhões de euros, verificou-se um aumento face ao ano anterior em mais de 19 milhões de euros decorrente do aumento do imobilizado do município de Viseu, Depósitos Bancários e também Acréscimos e Deferimentos, e por outro lado registou-se também uma diminuição do passivo de curto prazo e de médio e longo prazo em mais de 3 milhões de euros que aliás, são informações que o Senhores Deputados já tinham do momento em que fizemos a apresentação das contas. As contas individuais do município obviamente que refletem que este é responsável por cerca de 65% do Ativo do Grupo, seguindo-se os SMAS com 21% e o ViseuPolis com 13% perfazendo a quase totalidade do Ativo, o Resultado Líquido do Exercício de 2014 também já era conhecido, portanto 9.138.616 tendo-se registado um aumento face ao ano anterior em mais de 6 milhões de euros e contribuíram para este resultado a diminuição de custos com o fornecimento de serviços externos, custos com o pessoal, amortizações e provisões e custos e perdas extraordinárias, por lado as contas individuais do Município de Viseu são responsáveis por cerca de 88% do resultado líquido seguindo-se os SMAS com cerca de 11,7%, portanto, acabam por ser estas as duas áreas que mais contributos dão para os resultados líquidos. Portanto, em conclusão a situação económica e financeira da autarquia e do universo da autarquia continua a evidenciar uma elevada solidez que aliás, já era conhecida traduzida no resultado líquido alcançado e também no aumento dos seus ativos e património líquido que no fundo também nos posiciona entre os municípios com melhor saúde financeira do país, entre os municípios que paga a um prazo mais reduzido e também nos permite estar a encarar o futuro com a tranquilidade de quem sabe que pode ir aos fundos comunitários porque tem uma estrutura financeira que lhe permite fazê-lo e também poder assumir responsabilidades como já assumimos neste primeiro semestre do ano em larga medida praticamente para o ano inteiro com a certeza de que vamos honrar os nossos compromissos e que não estamos enfim, a fazer qualquer percurso menos consolidado e portanto referir que podem os cidadãos os Cidadãos e os Senhores Deputados estar tranquilos de que vamos manter esta rota de uma gestão muito rigorosa,

muito equilibrada, procurando maximizar os resultados para obviamente os investir na melhoria do bem comum que é disso que estamos a falar e sobretudo numa fase em que temos que estar preparados para os investimentos que se aproximam designadamente no âmbito do quadro comunitário de apoio que agora está a começar a ver a luz do dia e portanto, era esta a apresentação que se me oferecia dizer.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, demais pessoas presentes.-----

Na sequência da análise económico-financeira relativa ao ano de 2014, são aqui apresentadas as contas consolidadas relativas a esse mesmo ano. De acordo com o referido pelo subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, a Lei das Finanças Locais prevê a obrigatoriedade de os Municípios elaborarem contas consolidadas, em determinadas circunstâncias. Uma vez que os municípios utilizam diferentes e diversas formas organizacionais para a prossecução das suas atribuições e competências, a prestação de contas individualizada não permite uma visão global da situação económico-financeira.----

Assim sendo, a consolidação de contas nos municípios é uma forma de melhorar a informação contabilística, o que facilita a tomada de decisão e a avaliação integrada das atividades desenvolvidas pelo conjunto de entidades participadas pelas autarquias.-----

Desta forma, as demonstrações económicas e financeiras associadas à apresentação de contas consolidadas fornecem uma imagem global da situação do grupo municipal, integrando entidades com interesses comuns. Como vantagens desta metodologia, além de melhorar a informação contabilística, a avaliação do risco financeiro e o controlo e coordenação, podemos acrescentar ainda que permite desagregar informações por sector de atividade.-----

Ora, o Executivo Municipal apresenta a esta Assembleia a Consolidação de Contas Relativas ao ano de 2014. Como o Senhor Presidente já referiu, as contas do município correspondem a perto de dois terços do valor global, o SMAS é responsável por perto de um quinto das contas e a ViseuPolis tem associado perto de 13% das contas, ficando o total destas três entidades com valores muito perto dos 100%. Globalmente e comparativamente com o ano anterior verificamos uma diminuição de mais de 6 milhões de euros no total dos custos e um aumento ligeiro de 500 mil euros no total de proveitos, o que se traduz na verificação de um *superavit* de mais de 8 milhões de euros para as contas do município em particular e de perto de um milhão de euros para o SMAS. Para o mesmo período de tempo, também em termos comparativos entre 2013 e 2014, os resultados mostram ainda que o passivo de médio/longo prazo sofreu uma redução neste caso de mais de 2 milhões de euros e o de curto prazo em perto de um milhão de euros, totalizando os 3 milhões que já foram referidos na apresentação do senhor Presidente. Ora, o que importa aqui frisar é que estas contas demonstram novamente a confortável saúde financeira das entidades integradas no perímetro do consolidado, demonstram que as despesas correntes têm vindo a sofrer uma diminuição e ilustram a continuidade das boas contas do consolidado municipal.-----

Tal como referi neste âmbito na última sessão da Assembleia Municipal, apenas a gestão criteriosa do Município pelos executivos sucessivamente eleitos pelo Partido Social Democrata possibilita a existência deste equilíbrio e desta folga financeira. Apenas desta forma o município pode equacionar o aumento da sua massa salarial e dos seus recursos humanos através da contratação de novos colaboradores, recorrer a fundos comunitários de apoio como também já foi referido aqui. Apenas desta forma, o *superavit* pode ser aproveitado para novas oportunidades de investimento. Apenas desta forma se torna

desnecessário gerir o executivo em função quase exclusivamente da preocupação com o *deficit*. Pensamos que esta estratégia pode continuar a traduzir-se no desenvolvimento da comunidade do concelho de Viseu, com benefícios diretos para os viseenses e com o reforço do nível global de qualidade de vida dos nossos cidadãos.-----

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD aprova a Consolidação de Contas Relativas ao ano de 2014, pelo que esta será por nós votada favoravelmente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputado Rafael Amaro.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Caros Colegas, Comunicação Social, Público Presente. Senhor Presidente, a minha questão é muito simples e não tem segundas intenções nem primeiras, é apenas uma questão de informação que é, é óbvio que, eu pelo menos não sou especialista em contabilidade e portanto, quando nos deparamos com estas contas, obviamente que vemos que do ponto de vista financeiro, como aqui foi dito não há nada, digamos que, a dizer, mas, apenas uma questão muito direta quanto a uma reserva que é colocada até para que o Senhor Presidente possa explicar isto um bocadinho melhor, uma reserva que é colocada pela sociedade de oficiais de contas, que é a reserva que vem no ponto... portanto, são colocadas três reservas, mas aquela que eu gostaria de ouvir a explicação do Senhor Presidente era sobre, digamos que, a reserva do Ponto 7.1 que diz assim e eu vou ler: “O Município não concluiu a inventariação integral dos bens móveis de domínio público e privado e encontra-se por concluir o processo de partilha da sociedade ViseuPolis, pelo que não nos podemos pronunciar e não nos pronunciamos quanto aos efeitos destas situações sobre as demonstrações financeiras”. Portanto, a questão é muito direta quanto a isto, é que quanto a este último ponto, os efeitos destas situações sobre as demonstrações financeiras, ou seja, eu gostaria que o Senhor Presidente se pronunciasse sobre isso, sobretudo para, digamos que, explicar um pouco melhor, digamos que, quanto a esta reserva. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde a todos os presentes, reiterar os cumprimentos e muito, muito, muito brevemente minha questão que trazia ainda antes do Deputado Amaro aqui vir, é justamente procurar justificar aquilo que será o nosso sentido de voto, vamos abster-nos e justamente em função desta reserva que aqui encontramos da parte dos ROCs e que nos leva de facto a tomar essa posição. Apenas isto. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, para que não fique qualquer dúvida, há um esforço muito grande que o município está a fazer, designadamente no seu cadastro, na inventariação de tudo aquilo que são os domínios do bem público, temos vindo a fazer um esforço muito grande nesse sentido mas é um trabalho hercúleo, muitas vezes nem se sabe exatamente a quem é que pertence o quê e todos os dias está uma equipa, uma “*task force*” na Câmara a tratar disso, mas com uma certeza que há, cada vez mais nos estamos a aproximar do ponto de uma vez por todas sabermos o que é do domínio porque muitas vezes até há aqui algumas dúvidas se determinado imóvel é da Administração Local se é da Administração Central, só para vos dar um exemplo, o sítio onde está hoje construído o nosso Tribunal o terreno ainda é propriedade da Câmara e isto são coisas que vão se passando com os tempos e que não se resolvem na hora e obviamente que obriga que o Revisor faça estas reservas que são absolutamente normais, eu acho que será difícil

encontrar uma autarquia no país que não tenha uma reserva igual a esta, porque efetivamente as questões do cadastro só agora à muito pouco tempo é que começaram a estar, até com o novo sistema contabilístico que temos, o novo Sistema Contabilístico da Administração Pública obrigou à valorização do imobilizado e isto leva a quê? A um esforço que todas as autarquias estão a fazer e ao próprio estado para se saber de quem é o quê, e isto seguramente que a prazo se resolverá. Em relação à ViseuPolis, também não queria deixar de enfatizar o seguinte, logo que tomámos posse de imediato aprovámos a designação do Senhor Vice-Presidente como o Administrador Liquidatário da sociedade e até hoje estamos à espera que o Ministério das Finanças nomeie o deles, portanto, enquanto não tivermos dois Administradores para fazer a liquidação da sociedade nada se pode fazer, mas estamos expectantes que este assunto um dia venha a ter o seu epílogo, não sendo nada de preocupante, porque em função dos depósitos existentes em nome desta instituição e as responsabilidades assumidas, estamos a falar de algo que será confortável mas que era bom, era bom, não há nada melhor do que pôr um ponto final na situação, mas portanto, da nossa parte, desde uma das primeiras reuniões de Câmara que está nomeado o nosso representante, quando o Ministério das Finanças, o Tesouro o indicar, mas também presumo que deve haver muitas situações para resolver, e também enfim, com o país com as prioridades que teve, também admito que situações destas passem para segundas prioridades quando há coisas tão importantes para resolver. Pronto, penso que basicamente era isto, só reforçar que estes resultados também refletem muito a filosofia, se passarem ao pormenor, refletem muito a filosofia que estamos a seguir em cada uma das entidades do universo do município, por exemplo, na Habisolvis há claramente aqui uma indicação de gestão que é, toda a receita, todos os proveitos gerados pela Habisolvis são para melhoria do parque habitacional, portanto, a intenção é que esta sociedade chegue ao final do ano com saldo zero. A Viseu Novo SRU, será sempre uma sociedade deficitária, até pelo conjunto, enfim, de cometimentos que acabamos por entregar e que seriam custos do município se não fossem desenvolvidos pela própria SRU, mas portanto, será sempre assim e no próprio SMAS, futuras Águas de Viseu, sendo também uma perspetiva de que os proveitos positivos são para ser reinvestidos na melhoria da rede, será esta também uma orientação que continuará a ser dada e portanto, quando se faz uma gestão criteriosa e com resultados como estes, obviamente que ficamos mais disponíveis para poder honrar compromissos e podermos enfim, assumir compromissos para o futuro designadamente do ponto de vista do investimento. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Mais algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, vamos então proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Agradecia o resultado, está bem? Peço imensa desculpa? Íamos repetir a votação e agradecia aos serviços que fizessem a contagem certa. Quem se abstém? Quem vota contra? Quem vota a favor? *Foi aprovado com cinco (5) abstenções. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 394/395).*-----

Íamos ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de compromissos plurianuais, estamos a falar de uma candidatura intermunicipal portanto, no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões que nos vai permitir enfim, avançar já para o terreno com um conjunto de balastos e de leds que vão permitir alguma poupança energética, não se sabe é qual à partida, e portanto, isto é preciso ficar aqui previsto este compromisso plurianual que tem a ver depois também com a eventual poupança que vamos ter, sendo que neste caso concreto estamos a falar de um programa que foi importante aproveitar estes fundos



comunitários, porque aqui ainda temos 50% a fundo perdido nesta candidatura quando futuramente enfim, tudo o que seja eficiência energética estamos a falar de fundos reembolsáveis, isto é, o que for poupado tem que ser reembolsado ao fundo, neste caso concreto é mais para estabelecermos aqui o compromisso plurianual e saberem que ainda está a ser desenvolvido este projeto na vertente da eficiência energética, num município como o nosso, como eu tenho afirmado que tem um consumo anual de cinco milhões e meio de euros na energia e que tem aqui claramente um campo de progressão enorme, quer na iluminação pública quer na eficiência energética dos próprios edifícios, aproveitaremos ainda este dinheiro, deste quadro comunitário de apoio e seguramente que não deixaremos também de aproveitar no próximo quadro comunitário de apoio, é também um desígnio pouparmos na fatura energética o que nos permite com esse dinheiro que poupamos investir noutras áreas. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra aos Senhores Deputados, quem quer intervir? Não há nenhuma intervenção, íamos proceder de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 396/397).*-----

Íamos passar ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE INCENTIVOS À RECUPERAÇÃO DE EDIFÍCIOS NA ARU DE VISEU.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Só referir que nós estamos neste momento a rever, a fazer uma revisão profunda do nosso Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, só que este regulamento que está a ser neste momento revisto, mais o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras receitas do Município de Viseu, estão muito condicionados também por muita legislação que está a ser produzida neste momento em termos nacionais e portanto, não faz sentido estar a fazer uma alteração sem ter enfim, todo o cenário nacional salvaguardado e portanto, a curto prazo traremos aqui estes dois regulamentos para serem devidamente avaliados pela Assembleia. Face à importância que o Centro Histórico tem designadamente com o alargamento da ARU, entendemos que não deveríamos esperar por ter este regulamento aprovado e criar aqui uma medida transitória que depois terminará quando entrar em vigor o novo regulamento com o que vier aí salvaguardado e portanto, esta medida tem obviamente como objetivo incentivar e estimular a salvaguarda da revitalização da nossa ARU, nomeadamente através da realização de operações urbanísticas que promovam a salvaguarda e a reabilitação do edificado e propõe-se a criação de um programa de incentivos também à recuperação de edifícios da ARU de Viseu através do qual se institua aqui no fundo um regime extraordinário excecional e transitório de isenção e redução de taxas urbanísticas e outras conexas. Portanto, no fundo o que se está aqui é, a aprovar uma redução que poderá ir a 100%, quando estivermos a falar em reabilitação que não traz aumento de volume isto é, aumento de área dos edifícios e esta é uma forma de incentivar aqui também à mais rápida reabilitação de edifícios e por outro lado de poder ir até 50% de isenção quando estivermos a falar de edifícios que venham a ter aumento de área. Portanto, o que é que esperamos com esta medida? De facto, isto trata-se de um incentivo à reabilitação urbana designadamente na área da ARU e é um regime que estamos convictos que vai ter um impacto positivo no acelerar destes procedimentos se o entrosarmos também com o licenciamento acelerado que estamos a fazer na área da ARU, portanto, rápido, e ao mesmo tempo com a nova legislação que permite hoje que a reabilitação urbana nestas áreas, nas ARUs, possa ser com um regime mais simplificado, mais célere e também com um custo mais baixo, e portanto, esta é claramente uma medida inserida na estratégia que estamos a desenvolver para o Centro Histórico, que estamos convictos que vai ter um impacto muito positivo no acelerar de algumas reabilitações designadamente estes cinquenta e tal edifícios que já mudaram de mãos e que aqui também veem mais um

motivo para rapidamente poderem levantar as suas licenças e entrarem em fase de obra, portanto, é mais uma medida no âmbito da estratégia global para reabilitação e revitalização do Centro Histórico da nossa cidade, nesta nova formulação da ARU mais alargada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos? Tem a palavra o Professor José Ernesto.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores do Público em geral. Vou fazer esta intervenção relacionada com aquilo que acabámos de ouvir da boca do Senhor Presidente da Câmara da seguinte forma:-----

Consagrou Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara uma candidatura “Viseu Primeiro” três grandes prioridades, sendo uma delas a requalificação do Centro Histórico. Desenvolveu-se um plano de ação estratégico para a sua reabilitação que foi profundamente participado e debatido pelas populações locais.-----

Em lugar dinâmico do debate gerado, determinou um conjunto de ajustamentos aquele plano de ação justificativo da grande disponibilidade democrática desde sempre patenteada por Vossa Excelência Senhor Presidente.-----

Paralelamente o Centro Histórico foi o palco central de uma intenção de realização de eventos de natureza diversificada determinante para a sua animação e visibilidade. Tudo isto contribui inequivocamente de uma forma decisiva para o despertar do seu processo de revitalização.-----

Foram também desenvolvidas ações de sensibilização junto dos potenciais investidores no processo de reabilitação. Realço a este propósito a decisão de retirar a Viseu Novo – SRU do papel de operador imobiliário, deixando, deste modo, de concorrer com a iniciativa privada e conquistando a sua confiança necessária. O reflexo desta atitude teve de facto resultados surpreendentes. Em cerca de 18 meses já foram transacionados no Centro Histórico mais de 50 edifícios, o que reflete uma extraordinária e inequívoca adesão no processo de reabilitação, revitalização e de regeneração do Centro Histórico de Viseu.-----

Importa também realçar o intenso recurso ao incentivo financeiro concedido pela Câmara Municipal de Viseu, para a reabilitação e pintura das fachadas dos edifícios fenómeno visível como se pode verificar em várias intervenções efetuadas no Centro Histórico deixando os edifícios com um aspeto renovado melhorando o bem-estar e a autoestima de quem lá vive, contribuindo decisivamente para a valorização patrimonial da nossa cidade.-

As diversas obras em curso de iniciativa municipal ou promovidas por privados, demonstram que a estratégia desenvolvida pela elevada coragem política e o dinamismo imposto na sua ação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu neste processo, está no sentido correto. Coragem política demonstrou também Vossa Excelência Senhor Presidente na aprovação do novo regulamento de horários dos estabelecimentos comerciais e de restauração, nomeadamente bares, com particular incidência naquela zona da cidade e nas medidas complementares que, conforme têm sido publicitadas, irão ser adotadas, designadamente:-----

- O reforço do policiamento nos dias de extensão do horário de funcionamento dos bares do Centro Histórico.-----

- A obrigatoriedade de os bares que recorrerem ao prolongamento do horário procederem à instalação de um limitador acústico;-----

- Agravamento de penalizações para os incumpridores;-----

- Instalação de um sistema de vídeo vigilância, etc., etc.-----

Gostava também de referir o importante contributo que a medida que hoje iremos debater, relativa a isenção de taxas de licenciamento de obras de reabilitação promovidas

por particulares no Centro Histórico, irá prestar na dinamização do seu processo de revitalização.-----

É pena que esta medida não tenha tido maior ênfase e a sua divulgação não tenha sido de maior amplitude junto da comunicação social. Ela a par de muitas outras desenvolvidas e em desenvolvimento é o reflexo da atitude profundamente dinamizadora que a Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do Sr. Presidente, tem desenvolvido o Centro Histórico da nossa cidade, mas também, e é justo sublinhá-lo, nas Juntas de Freguesia do Concelho.-----

Quero também salientar em nota final a eficácia que teve a Câmara Municipal de Viseu no acompanhamento do calamitoso incêndio que aconteceu na semana passada num edifício da Rua Direita, sendo justo realçar particularmente o empenho da Polícia de Segurança Pública, dos Bombeiros Voluntários e dos Municipais, pelo excelente trabalho e apoio que prestaram durante o incêndio.-----

Por tudo isto, Sr. Presidente, gostaríamos de o incentivar a continuar a desenvolver o seu trabalho, com o empenho e determinação que tem demonstrado, cumprindo as promessas que fez durante a campanha eleitoral, bem como outros projetos que, com certeza, vai implementar ao longo deste seu mandato, para bem da Nossa Terra e das Nossas Gentes. Nós cá estaremos para o ajudar e apoiar nesta árdua mas gratificante tarefa.-----

Não podia também deixar de referir aqui nesta intervenção uma pessoa que hoje elogiámos da parte da manhã, tem a ver também com uma pessoa que se dedicou muito aquele Centro, foi o Dr. João Inês Vaz. Quero aqui sublinhar por a amizade que tinha por ele e porque realmente estive com ele, jantei com ele, e até estávamos para elaborar um projeto interessante e que a ele também e aqui neste palco e neste momento queria referir uma pessoa que ao longo dos anos trabalhou naquele Centro e também dedicou parte da sua vida na Arqueologia naquela zona. É só.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo iríamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 398/399**).-----

Passávamos ao Ponto Cinco **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LISTA DE “JUÍZES SOCIAIS – TRIBUNAIS DE MENORES – ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURA.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é fácil de apresentar este ponto, portanto, estamos a falar da lista de Juizes Sociais para o Tribunal de Menores, organização de candidatura, portanto, há uma Lei que de facto estamos aqui também a honrar, no sentido de aprovar esta lista, estas listas são depois remetidas ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça sendo os Juizes Sociais nomeados por despacho do Ministério da Justiça, publicado no Diário da Republica. Houve aqui uma clara preocupação de constituir como verão na documentação que foi apresentada, por um lado ter aqui um leque de pessoas com provas dadas, embora ligadas a instituições mas é bom que assim seja, são pessoas que estão ligadas ao terreno e portanto, houve aqui a preocupação de equilibrar digamos, esta lista com diferentes experiências, penso que ela reflete muito bem o nosso tecido social, enfim, as diferentes abordagens e portanto, penso que é uma lista, que enfim, também mereceu o consenso no âmbito da Reunião de Câmara e queria também realçar aqui o trabalho de equilíbrio que o Senhor Vice-Presidente fez nesta matéria, obviamente sempre com o meu acompanhamento e este incentivo a que efetivamente esta fosse uma lista onde os cidadãos se revissem nas competências, na idoneidade, enfim, na disponibilidade para o trabalho que comporta depois a fase futura da aprovação desta lista e portanto, estou convicto que ela irá merecer da parte das Senhoras e dos Senhores Deputados uma aprovação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra à Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito obrigada Senhor Presidente. Tinha aqui por intenção solicitar a Vossa Excelência que me esclarecesse sobre o critério na seleção dos nomes agora apresentados, já o apresentou, em todo o caso, deixar aqui muito bem claro que em circunstância alguma está em causa a idoneidade das pessoas, a sua isenção, em circunstância alguma, mas não podemos deixar de estranhar que não se tenha envolvido os partidos aqui representados nesta proposta elencada. É nossa convicção que haverá certamente pessoas igualmente isentas, idóneas, válidas, com provas dadas, relacionadas com instituições que refletem o tecido social e que estão fora do arco do poder. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. O Partido Socialista gostava de se congratular com esta clara escolha das pessoas, porque por exemplo, já tivemos a ocasião de duas vezes manifestarmos o nosso desagrado quando se tratou de escolhas para comissões que Vossa Excelência no início do mandato escolheu, em que a escolha era claramente partidária embora sob a capa de alguma liberdade de pensamento, nesta objetivamente trate-se de pessoas que pertencem a instituições e isso merece a nossa aprovação e queríamos dizê-lo. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo, dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Eu gostava só de clarificar o seguinte: Nós baseamo-nos na Lei, e a própria Lei, diz no seu artigo 34, na preparação das listas, que as Câmaras Municipais podem socorrer-se da cooperação de entidades públicas ou privadas ligadas por qualquer outra forma à assistência, formação e educação de menores nomeadamente associações de pais, estabelecimentos de ensino, associações profissionais ligadas a sectores diretamente implicados na assistência educação e ensino, associações e clubes de jovens e instituições de proteção à infância e à juventude. Propositadamente não há aqui ninguém que tenha sido convidado para esta lista por ser do partido A, B ou C, porque entendemos que esta é uma matéria, obviamente que os partidos são constituídos por gente boa, há também gente má, mas enfim, isso há em todo o lado não é? Mas, aqui houve uma preocupação, de facto, as pessoas estão em representação própria, não estão em representação de instituições, vamos ter aqui um “mix” e fugir completamente à lógica de uma escolha partidária que seguramente que não iria permitir este consenso que está aqui a existir não é? Agora, seguramente que estas pessoas devem ter as suas convicções, mas eu não perguntei a nenhuma delas que convicção é que tem porque isso é me perfeitamente indiferente desde que as pessoas cumpram cabalmente as suas funções. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Iriamos então proceder à votação. Do Ponto Cinco **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LISTA DE “JUÍZES SOCIAIS – TRIBUNAIS DE MENORES – ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURA.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 400/401).*-----

Vamos agora passar ao Ponto Seis **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONIMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DO CONCELHO DE VISEU.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Também de uma forma muito rápida, penso que esta é uma matéria que também não será polémica, a importância da identificação



geográfica dos imóveis e também das localidades, lugares, é por demais evidente, é importante que isso aconteça, há vários processos que estão neste momento pendentes para podermos, por exemplo no Parque Industrial de Coimbrões faz sentido que aquelas ruas sejam identificadas para as pessoas mais facilmente poderem passar por lá e portanto, a escolha, a alteração dos topónimos deve de facto revestir-se de um especial cuidado, rigor e isenção para salvaguardar a memória futura, para assegurar a sua impermeabilidade a influências objetivas ou fatores circunstanciais e portanto, o presente regulamento o que é que visa? Estabelecer um conjunto de normas que no fundo disciplinam o exercício da competência atribuído à Câmara Municipal para estabelecer a denominação das suas praças e das suas ruas das localidades e das povoações, e as regras de numeração dos edifícios, fixando um conjunto de critérios para atribuição e gestão da toponímia e numeração de polícia no Concelho de Viseu. Portanto, este regulamento no fundo o que visa é tornar transparente todo este procedimento e com suporte de ajuda técnica exatamente para em cada momento, e aqui, enfim, não resisto, até porque me emocionou agora pensar nisso, que uma das pessoas a quem tínhamos exatamente pedido para nos dar aqui um contributo era exatamente o Professor Inês Vaz, era uma das pessoas que faria parte desta comissão que nos ajudaria a encontrar o rigor e infelizmente já não nos poderá dar o contributo, mas enfim, não queria deixar de referir isto porque efetivamente, enfim, dá-se esta infeliz coincidência não é? Ou feliz porque é um reconhecimento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra aos Senhores Deputados. Quem quer intervir sobre este tema? Não havendo nenhuma intervenção íamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 402/403**).-----

Íamos passar ao Ponto Sete **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE VISEU**. Dava a palavra ao Senhor Presidente, só com um aspeto, entrou aqui uma proposta de alteração que também vamos discutir, do ponto sete nomeadamente do seu artigo quinto e que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, que depois iremos também apresentar. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Esta é claramente uma matéria muito sensível que levou a uma grande ponderação por parte do executivo e mesmo que a Lei não o definisse seria uma matéria que obrigatoriamente sujeitaríamos sempre a consulta pública e a debate público. De facto na deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23-04 foi efetuada a consulta pública do presente projeto do regulamento, terminada a consulta pública e feita a revisão da proposta, posso-vos dizer que vários aspetos substanciais da proposta resultaram de contributos recebidos de várias entidades e pessoas e acabámos por levar a versão final que é no fundo o resultado de avaliações, nestas coisas ouvimos sempre as partes e obviamente que depois cabe à Câmara decidir, fazendo aqui, no fundo um balanceamento no sentido de encontrar aquelas que sejam as melhores soluções que equilibrem aqui as vontades das várias partes em presença. Durante o processo além dos contributos que recebi dos membros da comissão que criei para o efeito, para o acompanhamento dos assuntos do Centro Histórico e com quem debati o regulamento que aqui apreciamos, recebemos também propostas que foram disponibilizadas na documentação, sendo que fomos de facto sensíveis a algumas das sugestões que foram feitas desde o processo se ter iniciado e que levou como já disse a algumas alterações do próprio regulamento. O regulamento que hoje apreciamos é de horários, convém que fique bem claro que é um Regulamento de Horários e é exatamente neste quadro que tem que ser olhado, outras questões de índole de ruído, urbanismo ou

segurança, serão tratadas fora deste regulamento, mas desde início de uma forma integrada, isto é, desde início que houve uma preocupação da autarquia independentemente desta alteração regulamentar ser o Regulamento dos Horários, trabalhar simultaneamente aspetos fundamentais que têm a ver com esta matéria, de resto o Regulamento de Horários é uma parte de diferentes componentes que queria aqui destacar e consubstanciada perante um quadro de difícil compatibilização de interesses, digamos que, uma resposta integrada e de 360 graus que cobre vários domínios e procurámos aqui exatamente este equilíbrio das várias questões, garantimos e isto está presente noutras medidas tomadas, controle de ruído no interior dos estabelecimentos, portanto, é assumido que haverá um equipamento que será colocado nos edifícios, portanto, os comerciantes vão ter meio ano para se ajustarem a esta medida que faz exatamente a medição, o sonómetro, eu ainda nem conhecia esta expressão, aprendi-a nestes últimos meses, precisamente durante este procedimento, exatamente para regularmos e controlarmos o ruído dentro dos edifícios neste balanceamento que tem que existir entre o direito ao descanso mas também o direito ao divertimento e ao exercício da atividade económica. Por outro lado e num trabalho feito também em conjunto com muita gente reforçamos o policiamento, hoje é um dado adquirido que temos uma brigada permanente no Centro Histórico, designadamente da PSP que será reforçada para duas brigadas nos dias de maior movimento, exatamente para termos a garantia que há aqui uma lógica de reforço de fiscalização, seja dos estabelecimentos mas também do comportamento cívico de quem frequenta o Centro Histórico, embora este regulamento seja de aplicação a todo o concelho mas obviamente que dentro do concelho há pontos mais críticos do que outros e portanto, este reforço do policiamento é claramente uma medida que nos pareceu desde início fundamental para o tal balanceamento que é necessário fazer. Recorreremos também à vigilância e controlo no exterior, isto é, o sistema de videovigilância irá ser colocado para controlo de tráfego debaixo da supervisão como tem que ser da PSP, portanto, nem nos meteríamos numa matéria dessa, exatamente para regulação do tráfego e está iniciado o processo junto da Comissão de Proteção de Dados exatamente para podermos ter esta autorização que só a podemos fazer depois de ela vir. Por outro lado também, melhorar as condições acústicas das próprias habitações nos sítios mais críticos, isto é, um regulamento que permite o município apoiar o isolamento acústico de habitações de moradores que muitas vezes são diretamente afetados pelo ruído, a maior parte das vezes exterior, de rua, porque o ruído dos estabelecimentos há regulamentação exigentes que o controla e portanto, desde que a regulamentação seja devidamente feita as coisas correm bem e portanto, há aqui também que melhorar as condições acústicas das habitações. Concretizando, em primeiro lugar a autorresponsabilização dos operadores, e aqui gostava também de realçar este aspeto porque há uma tendência em Portugal para o legislador desconfiar dos destinatários, é uma tendência natural, desconfia-se sempre, este regulamento tem um princípio de confiar, de confiar mas depois uma mão pesada para quem efetivamente venha a prevaricar e realço aqui que foram os próprios operadores, os bares, os restaurantes, que propuseram a assinatura de um código de ética, de um código de comportamento, portanto, para além da vertente legislativa que aqui está e que hoje aqui será aprovada, foram os próprios bares que nos propuseram, enfim, a assinatura de um código de conduta e procedimentos, o que eu saudei e achei que isto era claramente uma iniciativa cívica da parte destes destinatários e portanto, realçar isso e o tal procedimento que eu já referi da instalação do limitador acústico nos bares, obrigatoriamente ligado a uma central de registos que impedirá a ultrapassagem dos volumes sonoros autorizados. A integração deste regulamento com ruído, verifica-se nomeadamente nas medidas cautelares que vão da redução do horário ao encerramento para incumpridores, portanto, há aqui uma perspetiva de fazer uma fiscalização apertada e mão pesada, isto é, quem prevaricar, obviamente que, numa primeira fase verá reduzido o seu horário, numa

segunda ainda mais reduzido e provavelmente chegando a uma situação de encerramento do próprio estabelecimento porque isto não pode ser de outra maneira, ou seja, reduziremos o horário ou mesmo encerraremos os estabelecimentos que violem estes princípios. Assegurar também o controlo do interior dos estabelecimentos, preocupamo-nos também em garantir a vigilância e manutenção de condições adequadas no exterior, destaco a proibição de descarga de lixo depois das 24 horas, passa a ser uma proibição para todas estas localizações, a proibição de venda de bebidas engarrafadas na rua, para além destas limitações das bebidas alcoólicas com a alteração recente que foi aprovada, portanto, passa a ser proibido a venda de bebidas de garrafa exatamente para não estimular a que essas garrafas possam ser usadas para deteriorar o espaço público, e até para outros motivos que às vezes podem ocorrer e vamos também avançar com o tal licenciamento da instalação do sistema de videovigilância ligada à PSP e o tal turno extra de patrulhamento que vai reforçar a presença nas zonas da chamada “movida”, portanto, nas zonas de maior tráfego de pessoas, a acrescer a isto também, um maior controle no interior e no exterior dos estabelecimentos, preocupámo-nos igualmente com as condições de quem mora junto das zonas sujeitas a maior ruído, associando a este regulamento um conjunto de apoios financeiros diretos para a insonorização das casas. Assim, e resumidamente diria que responsabilizamos os operadores, da mesma maneira que confiamos na sua disponibilidade para ter um comportamento responsável e cumpridor, dotámos o regulamento dos mecanismos que vão permitir enfim, esta intervenção dura se tivermos necessidade, esperemos que nunca seja precisa, e inequívoca e as condições de manutenção da ordem pública e disponibilizamos também apoio financeiro aos moradores para assegurar o seu direito ao descanso. Genericamente para que se fique com uma noção exata do que aqui está nós, acabamos por ter genericamente os seguintes horários: Os cafés e pastelarias estarão abertos das 6 às 2, todos os dias, portanto, basicamente está em linha com o que já vigorava anteriormente, os restaurantes e bares, das 8 às 2 aos domingos, segundas, terças e quartas, e das 8 às 4 às quintas, sextas, sábados e vésperas de feriado, portanto aqui há uma alteração e sobretudo há aqui também uma preocupação de uniformização porque o que temos hoje, são situações muito dispares no nosso concelho, uns estabelecimentos com horários até à meia-noite, outros até à uma, outros até às duas, outros até às quatro, há aqui uma grande dispersão que passa a ter um tratamento igual, as discotecas das 12 às 4, portanto, também aqui há uma alteração para evitar também aquelas aberturas matinais que prejudicam depois o descanso às 6 da manhã, portanto, passa-se a ter a abertura só às 12 e até às 4 ou 6 consoante os dias, e obviamente que depois os chamados estabelecimentos de conveniência, de saúde, hotéis, etc., 24 horas por dia, quanto às esplanadas houve aqui também uma preocupação por um lado o estímulo a que haja espaços exteriores para as pessoas fruírem da bela cidade que temos, as esplanadas encerrarão uma hora antes do limite do estabelecimento mas nunca depois das duas da manhã, ou seja, à uma de segunda à quarta e às duas de quinta a sábado e vésperas de feriado, portanto, este é o equilíbrio que se encontrou neste regulamento que com convicção vos digo, obviamente que não há remédios perfeitos, é impossível encontrar aqui uma solução que vá ao encontro de todos os problemas que podem existir, agora, houve aqui uma preocupação do município que foi uma solução equilibrada que possa conciliar o direito ao descanso com o direito ao divertimento e à atividade económica e ao mesmo tempo esta nova filosofia de mão pesada e um conjunto de medidas que isoladamente só a questão dos horários não seria suficiente, mas penso que com estas medidas que acompanham a implantação desta situação terá um impacto bom. Este regulamento a ser aprovado hoje como eu espero pelas Senhoras e pelos Senhores Deputados, tem como intenção entrar em vigor no dia 1 de julho no que diz respeito aos horários e no que diz respeito às exigências dos estabelecimentos vamos dar aqui um período de seis meses, porque há aqui um investimento que ainda é significativo e que temos que dar aqui algum tempo para que os operadores se possam preparar, portanto, é

exatamente este o regulamento que está a ser trabalhado há um ano e meio sensivelmente e que agora o trazemos aqui resultado de uma grande ponderação, de uma enormíssima ponderação com a consciência de que estaremos aqui a encontrar um equilíbrio que permitirá enfim, que as coisas corram bem e que consigamos continuar a ter um Centro Histórico dinâmico e ao mesmo tempo um Centro Histórico de onde não queremos afastar as pessoas que lá vivem. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Como temos uma proposta de alteração que está de acordo com a Lei, nós vamos... tem que ser apresentada por escrito Senhor Doutor à Mesa, tem que ser por escrito e já agora fundamentada está bem? Tem que ser fundamentada. Temos aqui uma proposta de alteração é em concreto no ponto número cinco, apresentada pelo Bloco de Esquerda, por isso para apresentar a proposta dava a palavra ao Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Já agora peço um esclarecimento à Mesa. Depois terei oportunidade de falar na votação geral ou então faço uma Declaração de Voto? Agora é só sobre a proposta? Pronto, muito bem.-----

Proposta de alteração do artigo 5.º da Proposta de Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Viseu, apresentada pela Câmara Municipal de Viseu, restringindo o horário de funcionamento das grandes superfícies comerciais.-----

Considerando que:-----

1 – A cidade de Viseu sempre se caracterizou pelo comércio de proximidade e de rua, elemento central na dinâmica económica da cidade ao longo de séculos.-----

2 – A par de uma estratégia, a nosso ver errada, da Câmara Municipal de Viseu em promover grandes superfícies comerciais nos últimos anos, o comércio tradicional de Viseu sofre também com as desvantagens competitivas provocadas pelas grandes superfícies comerciais, que vão desde o seu posicionamento face a fornecedores, quer face aos trabalhadores.-----

3 – Trata-se de uma concorrência selvática e que tem arrastado o comércio tradicional da cidade de Viseu para o declínio e ruína, contribuindo para a destruição de tecido económico e postos de trabalho, quase sempre mais bem pagos comparativamente aos salários pagos pelas grandes cadeias do comércio.-----

4 – Aliás, a pressão dessas grandes empresas sobre os trabalhadores tem sido bem visível por todos, seja pelos baixos salários, seja pelo trabalho extraordinário ou pela desconsideração por domingos e feriados, prejudicando até a convivência familiar dos trabalhadores do sector.-----

5 – Entendemos, por isso, que deve ser dado um tratamento diferenciado aos estabelecimentos comerciais com áreas contínuas de vendas superiores a 2 000 metros quadrados, vedando-se a sua abertura aos domingos e feriados.-----

6 - Todas as propostas apresentadas pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal podem por esta ser livremente alteradas, com exceção das previstas no artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, havendo assim para a Assembleia Municipal um “direito de emenda” como bem sublinha o Professor Doutor Cardoso da Costa in "As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local" -Atas do Seminário do dia 26 de Maio de 2012 - Mirandela, Braga, 2013, pp. 87/88, AA. VV .-----

7 - É legalmente admissível, nas matérias previstas no artigo 25.º, n.º 1 alínea g) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, alterar as propostas da Câmara Municipal (artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro a contrário sensu);-----

8 – Tudo, de resto, conforme parecer jurídico já emitido pela CCDDR Centro.-----  
Nestes termos, o Deputado Municipal eleito pelo Bloco de Esquerda para a Assembleia Municipal de Viseu propõe que a Assembleia Municipal de Viseu delibere, ao abrigo artigo



25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro *a contrário sensu*, alterar a proposta da Câmara Municipal de Viseu de Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Viseu, passando o artigo 5.º a ter a seguinte redação:-----

Artigo 5.º-----

1 – (Mantém-se) -----

2 – (Mantém-se) -----

3 – Os estabelecimentos referidos na alínea a) do n.º 1 que tenham uma área de vendas contínuas superior a 2000 metros quadrados, não podem funcionar aos Domingos e Feriados.-----

Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Doutor Ribeiro de Carvalho.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Eu gostava de dizer uma coisa, eu nunca me refiro especificamente aos Presidentes de Junta porque não estão aqui nessa qualidade mas na de Deputados e portanto, não é falta de consideração, antes pelo contrário, é só para explicar o porquê dessa referência. Eu gostava de dizer antes de mais nada o seguinte: Eu tive, posso dizê-lo, o prazer de ter sido convidado pelo Senhor Presidente da Câmara para integrar uma comissão que eu na altura pensava que se referia apenas ao Centro Histórico, e porque eu tenho o meu escritório no Centro Histórico. Eu fui à primeira reunião, dei o meu contributo como o Senhor Presidente da Câmara sabe, honestamente dei a minha opinião, infelizmente por razões estritamente profissionais eu não pude comparecer às duas reuniões seguintes, já tive a ocasião de pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara, não é falta de consideração, antes pelo contrário, gostava de deixar isso bem claro. Relativamente a este regulamento e independentemente da minha posição pessoal sobre o assunto, que eu tive a ocasião de exprimir, mas em nome do Partido Socialista gostava de dizer o seguinte: Entendemos que existe uma eventual contradição no que está escrito no artigo 6º e o que está escrito no artigo 16º, isto é: Não salvaguardando no artigo 16º a situação das esplanadas que vêm previstas no artigo 6º pode haver aqui uma contradição formal neste regulamento, porque, neste regulamento o que se diz é que, é proibida a venda de bebidas na via pública, é proibido aos promotores a venda de bebidas para posterior consumo na via pública, o que portanto, podia entender-se que as esplanadas se poderiam confundir com isso, mas independentemente disso, desde que fique bem explicado que quando se fala em via pública não tem a ver com esplanadas, não temos nenhuma objeção, é apenas porque formalmente pode haver algum problema. Mas, a nossa objeção vai no seguinte sentido: Diz-se que, “é proibida a venda de bebidas na via pública” diz-se no nº 4 e depois diz-se no nº5 “que é proibida aos promotores a venda de bebidas e com a limitação, fornecidas em vasilhame de vidro (garrafa, copo ou outro) para posterior consumo na via pública”. Ora bem, eu penso que, o que devia ser proibido e essa opinião eu disse-a na altura, era qualquer bebida para ser consumida na via pública, ou seja, as pessoas estão na esplanada, são servidas na esplanada e não me consta que seja proibido pelo menos até agora ou em qualquer sítio que eu conheça do país, uma pessoa pede uma Coca-Cola quando está sentada numa esplanada, servem-lha em garrafa naturalmente, não há nenhum inconveniente, mas, o problema que se coloca é, a partir de determinada altura e, estamo-nos a referir especificamente, chamemos-lhe assim para simplificar e sem menosprezo, nos bares da noite, não vejo qual é a diferença entre servir bebidas dentro do estabelecimento para serem consumidas cá fora se for em copo de papel ou se for em copo de vidro, portanto, o problema da segurança não me parece que seja o motivo

determinante, ou seja, na minha opinião pessoal, o que se deve é proibir que dentro dos estabelecimento se vendam bebidas para serem consumidas cá fora, essa é a nossa opinião, era que fosse retirado “o fornecidas em vasilhame de vidro (garrafas, copo ou outro) ” essa é a nossa proposta de alteração e os Senhores Deputados votarão como entenderem melhor. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos já então, já foram apresentadas, íamos... Senhor Deputado Gonçalo Calheiros era em concreto sobre alguma destas duas propostas apresentadas?-----

- ***O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros intervém dizendo o seguinte:*** Era só uma posição geral.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:*** Sobre uma posição geral? Nós íamos então votar já e depois abríamos para a discussão final. Em relação a estas duas propostas de alteração há alguma intervenção sobre as propostas de alteração? Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves em concreto às propostas de alteração. -----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Para ser muito rápido, relativamente às propostas aqui apresentadas, em relação à proposta do Bloco de Esquerda o Grupo Municipal do PSD é contra a proposta apresentada uma vez que também limita o acesso às pessoas que trabalham durante a semana, durante a hora de funcionamento do comércio tradicional para que possam ter acesso a outros espaços comerciais. Relativamente à proposta que é apresentada por parte do Partido Socialista, não nos parece merecer o acolhimento porque penso que é uma restrição também ao próprio consumo em si mesmo, e julgo que ao garantirmos que não haja venda ou circulação de material contundente que são os copos e as garrafas, nos parece que salvaguardamos também aqui, não só a limpeza da via pública como também a integridade física com algum abuso que possa haver no consumo de álcool.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara sobre estas duas propostas de alteração-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Não estando em causa o direito legítimo à formulação de propostas que está consignado enfim, no parecer que o Senhor Presidente da Assembleia solicitou, a fase do debate público é sempre uma fase aberta às instituições e aos partidos, nada impede que qualquer partido político no exercício normal das suas funções, ainda para mais, os que têm assento na Assembleia, que possam fazer a apresentação das suas propostas para na fase de ponderação da formulação elas poderem ser contempladas ou não, como compreenderão, este regulamento, está a ser pensado há um ano e meio, há um ano e meio que andamos a trabalhar sobre ele, com pareceres, com a DECO a ser consultada, com especialistas sobre a matéria, há aqui uma ponderação que é preciso fazer, por exemplo, o Senhor Deputado Carlos Vieira traz uma proposta onde não estudou por exemplo o impacto dessa medida, quantos desempregados é que isso vai trazer? Quantas pessoas a menos é que vão trabalhar? No fundo o que está a dizer, é fechem-se as grandes superfícies ao sábado e ao domingo, é isso que está a dizer? Eu, não me parece que a fundamentação que está ali a ser apresentada municie esta Assembleia com os dados necessários para poder tomar uma decisão tão relevante como esta. Em relação à questão que o Partido Socialista aqui traz, nós entendemos como estabelecimento comercial, o estabelecimento comercial é tudo aquilo que está devidamente autorizado, incluindo as esplanadas, portanto a esplanada é uma parte integrante do estabelecimento que é sujeita a licenciamento, o que nós quisemos foi, nesta ponderação que fizemos foi que o regulamento não permitisse a circulação de vasilhame na praça pública, obviamente que a esplanada está sob a responsabilidade de quem a explora, e portanto, obviamente se servir o vinho como se espera no copo de vidro e com a garrafa, também tem a responsabilidade de o recolher e não permitir que isso possa ser objeto de perturbação, até

porque as esplanadas estão devidamente limitadas, agora, o que se visa limitar é que alguém chegue ao um bar, peça uma cerveja e vá com cerveja para o meio da rua. Não, a cerveja é vertida num copo de plástico e é assim que terá que ser, agora, parece-nos excessivo estar a limitar a possibilidade de alguém poder numa festa que está a decorrer, etc., ou noutras circunstâncias poder consumir cá fora uma bebida “*tout court*”, portanto, só para dizer que não é má vontade, não é nenhuma má vontade, é uma questão de coerência, porque o que aqui está foi muito sopesado e já agora para situações futuras, eu diria que o serviço será muito melhor prestado se por antecipação no debate público essas questões forem colocadas para nós podermos ponderá-las devidamente, porque estamos a fazer e a falar de equilíbrios que às vezes mexer numa vírgula, vai alterar o resto, e já agora realçar publicamente que esta comissão que o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho faz parte, na altura convidei-o e com gosto, convidei-o e faz parte integrante, por ser e por entender também, que era uma pessoa, representando os profissionais liberais que vivem no Centro Histórico que tinha aqui uma palavra a dizer e portanto, deu um contributo válido, infelizmente os seus afazeres profissionais não o permitiram mas, não deixo de realçar o contributo positivo que deu designadamente na reunião em que esteve, e enfim, a boa-fé com que estamos não é? Este, processo, é um processo dos mais difíceis de tratamento, este é um processo daqueles que esgrimir aqui um argumento num sentido ou noutro não ajuda nada, ajuda sim uma ponderação, pés muito assentes na terra, muito bom senso, porque puxar agora por um *bite* neste sentido ou um *bite* naquele sentido estraga tudo, e portanto, dizer que, por princípio não vamos poder enfim, estar de acordo com estas alterações pelas razões que eu acabei de aduzir, aliás, o Deputado Pedro Alves também já tinha deixado bem patente qual seria o sentido de voto, mas só por essa razão, e sugerir que em situações futuras o debate público também serve para isso, os partidos políticos da mesma maneira que a Senhora Deputada à bocado dizia, que devem ser integrados, os partidos políticos têm toda a legitimidade, até acrescida, de participarem nos debates públicos que são promovidos pela autarquia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Esta também foi uma preocupação que na altura foi transmitida aos Grupos Municipais, é óbvio que a Mesa está perante o cumprimento da Lei, não é um mero parecer da Assembleia Municipal, mais, é um parecer vinculativo, é uma leitura da Lei e é um parecer vinculativo da CCDR Centro, por isso, se havia dúvidas na sua aplicabilidade, essa dúvida terminou quando a CCDR Centro se pronuncia, não é um mero parecer, é um parecer mas é vinculativo. Foi também transmitido aos Grupos Municipais que haveria toda a conveniência em darem as suas propostas de alteração atempadamente até para serem distribuídas por todos e não ser um processo em cima da hora, isso foi dito, agora, a Lei permite que os Senhores Deputados apresentem em cima da hora, na discussão do ponto da Ordem de Trabalho, mas pedimos a todos os Senhores Deputados, e a Mesa prontificou-se a fazer uma distribuição atempada das alterações que fossem apresentadas, na discussão da Ordem de Trabalhos fomos colocados perante a apresentação das propostas de alteração e de acordo com o Regimento e de acordo com a Lei somos obrigados a aceitá-las e a discuti-las, por isso vamos a esta proposta de alteração. Proposta de Alteração ao apresentada pelo Bloco de Esquerda em relação ao Ponto Sete, artigo 5º, propõe acrescentar um ponto que é o Ponto 3, “Os estabelecimentos referidos na alínea a) do n.º 1 que tenham uma área de vendas contínuas superior a 2000 metros quadrados, não podem funcionar aos Domingos e Feriados”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, foi rejeitada a proposta de alteração com Dez (10) abstenções e teve um (1) voto a favor, por isso foi rejeitada.* (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 404/405).-----

Passamos então à segunda proposta e é óbvio e pedimos que no futuro haja uma melhor fundamentação, era isso que pedíamos a todos. Em relação à proposta apresentada pelo Partido Socialista que refere que a proposta é do nº5 do artigo 16º que propõe que a

redação é: “É proibido aos promotores da exploração dos estabelecimentos a venda de bebidas para posterior consumo na via pública”. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? *Por isso foi rejeitada, teve quatro (4) abstenções e onze (11) votos a favor. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 406/407).*-----

Estamos na discussão proposta definitiva e tem a palavra o Deputado António Lopes e a seguir o Deputado Gonçalo Calheiros.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas Deputados e Deputadas Municipais, Público, Excelentíssimo Senhores Jornalistas. Viseu é, sem dúvida, um lugar a ter em conta no panorama turístico nacional, é uma evidência. Recordo que há alguns anos atrás discutíamos neste lugar formas de dar vida à cidade em geral e ao seu Centro Histórico em particular.-----

Hoje, fruto do empenho dos viseenses e dos diferentes promotores, sempre apoiados pelo executivo camarário, discutimos formas de regulamentar o funcionamento de vários tipos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em geral.-----

A dinâmica a que temos assistido, a muito variada oferta e a sua interação/integração na vida de cada viseense, é uma premência a que o município está atento e quer resolver. Neste sentido, foram ouvidos todos os intervenientes, através de uma consulta pública, analisadas todas as questões e salvaguardando os interesses e os direitos de cada cidadão, nomeadamente o bem-estar geral, o sossego, a segurança e a economia local, é posta à nossa apreciação e votação, o “Projeto de Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Viseu”.-----

Estamos perante um regulamento, que pretende disciplinar a atividade de cada um dos setores a que se destina, através de procedimentos iguais para cada setor, contribuindo desta forma para uma justa e equitativa oportunidade para todos.-----

A imagem e tudo aquilo que está associado à nossa cidade, fruto de um trabalho permanente e exaustivo no sentido de manter “Viseu como – A Melhor Cidade Para Se Viver”, foi o objetivo orientador deste regulamento.-----

Efetivamente, todos aqueles, os locais e os que nos visitam, que utilizam os estabelecimentos objeto do presente regulamento, querem continuar a ter a mesma qualidade e segurança a que estão habituados. Por outro lado, os habitantes e os que residem junto daqueles locais, querem ver salvaguardado o seu legítimo direito ao sossego, integridade e bem-estar.-----

Estamos em crer que todos estes pressupostos se encontram salvaguardados neste regulamento, pelo que votaremos favoravelmente a sua aprovação. Permita-me apenas, Senhor Presidente, embora já tenha respondido de uma forma sucinta, questionar as questões relacionadas com a correta aplicação deste regulamento, agradecendo que nos explique como vai ser feita a sua fiscalização, percebi mais ou menos, mas gostaria de enfim, de alguns pormenores, quer dos agentes económicos em geral, quer quanto à conduta individual de cada utente? Percebemos aqui já de algum discussão, a questão dos copos, das garrafas de cá e para lá, quem fiscaliza e em que momento?-----

Muito obrigado-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Calheiros.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS (CDS/PP):** Muito boa tarde. Reiterando os meus cumprimentos, vocês desculpem mas, esta fórmula do Senhor Presidente, não sei o que é que hei-de dizer, bem, isso para mim já não dá, não me diz nada. Chego de manhã digo a fórmula que sói dizer-se e depois acho que, temos de abreviar todos estes pormenores.



Bom, em relação à proposta da Câmara, o CDS vai votar favoravelmente, vai votar favoravelmente porque pensamos que realmente a função das entidades é de algum modo tentar arranjar consensos entre os diversos interesses, é evidente que nós temos aqui o interesse ao silêncio que os utentes, alguns querem ter, as pessoas que vivem lá, os moradores e tudo mais querem ter e por outro lado os interesses dos utentes utilizadores desses serviços e que portanto também querem ter o direito à atividade lúdica. Ora bem, nessa base, eu penso que o alargamento do período de abertura não tem o mínimo dos mínimos problemas, até porque, pronto, sendo uma atividade de algum modo sazonal poderíamos pensar, é pá, no inverno até às 4 da manhã? Claro que não se justifica porque os próprios empresários, é evidente que, se verificarem que a partir das duas horas não têm clientes, pois fecham, portanto, isso não se põe. Um problema que eu queria por aqui assim, sim, é o problema que levantou aqui o Dr. José António acerca da fiscalização. Isso é um problema gravíssimo, aliás, parece-me que de algum modo foi quase um tiro no pé que deu a governação portanto, na regulação desse “coiso” das bebidas alcoólicas e tudo mais porque eu não acredito que haja a possibilidade de isso ser verdadeiramente bem inspecionado, ou seja, estamos a fazer Leis para não serem cumpridas e isso de facto pode ser grave. Portanto, nós aprovamos, pensamos que haverá eventualmente um período de algum modo de experiência para verificar se de facto isto corre bem e depois estaremos aqui para eventualmente pensarmos de outra maneira, de qualquer dos modos eu acho que esse problema da fiscalização e da maneira como a coisa se terá de comportar, terá de ser muito bem pensado. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Solicita-nos o Executivo Camarário a análise e votação do Regulamento Municipal dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Viseu, repito, do Município de Viseu.-----

Procura a nota justificativa que abre este projeto, fundamentar a revisão do Regulamento existente, publicado em Diário da República a 12 de Agosto de 2013, (não é indiferente a data) com a publicação do Decreto-Lei nº10/2015 de 16 de Janeiro.-----

De facto, decorre daquela lei, a obrigatoriedade de adaptar os regulamentos municipais sobre esta matéria. No entanto, não vemos nos normativos, qualquer justificação para que haja uma alteração aos horários ainda em vigor neste concelho. Trata-se de uma opção.----

A ser verdade o que acabou de nos ser dito pelo Senhor Presidente, esta alteração resulta da discussão pública promovida pelo seu executivo, no estrito cumprimento da lei. É verdade que o projeto esteve em discussão pública durante o mês de Maio mas, ao contrário de outras matérias, não vi o executivo camarário empenhado em auscultar a população.-----

O documento que hoje estamos a apreciar, difere da proposta publicada em Diário da República a 30 de Abril de 2015 constante no *site* do município. O munícipe comum não teve acesso a esta versão no período de discussão. O munícipe comum não sabe, que a ser aprovado este regulamento, pode vir a ter à sua porta, seja em S. João de Lourosa ou em Cepões, em qualquer freguesia do concelho, uma esplanada a vender bebidas alcoólicas até às duas da manhã ou um clube noturno de portas abertas até às seis ou um bar até às quatro.-----

Se a alteração ao projeto inicial resulta das assinaturas no documento que vinha em anexo, pergunto se podemos considerar que cerca de 1000 assinaturas representam a opinião do concelho. Mediante que critério? Todos sabemos que essas assinaturas resultam da iniciativa dos proprietários de bares, restaurantes e similares do Centro Histórico de Viseu, repito Centro Histórico de Viseu. Disse o Senhor Presidente, que para elaborar o presente Regulamento foi ouvida a Comissão de acompanhamento do Viseu Viva. Pela

comunicação que me foi feita na sequência de um requerimento aqui apresentado de facto a comissão já aqui hoje referida, mantém-se como comissão de acompanhamento do Viseu Viva para o Centro Histórico depreenda-se. Mas nem a cidade nem o concelho são o Centro histórico. Ouvimos queixas de moradores de outras zonas da cidade, sabemos de orçamentos encomendados para insonorização de habitações junto a esplanadas. O resto da cidade e do concelho não contam para este regulamento? Trata-se de um fato cortado à medida de quem o encomendou?-----

Pergunto-me, o que podem valer assinaturas, como uma das constantes na página 83 do PDF a que tivemos acesso. *Folgo e muito em saber que o Sr. Jacinto, subscritor do referido abaixo-assinado ajudou a credibilizar a opinião expressa por estas assinaturas.*-----

E as assinaturas de lojistas e residentes do centro histórico enviadas ao Sr. Presidente, terão sido mesmo consideradas em pé de igualdade? Se disser que foram encaminhadas antes do decurso do período de discussão do presente regulamento, é bom que esse rigor seja também aplicado às assinaturas enviadas por correio eletrónico depois de expirado o prazo de discussão, por sinal enviadas para um endereço de *mail* privilegiado e particular, o que é muito elucidativo, da relação de proximidade entre os assessores do Município e os promotores do abaixo-assinado. Pergunto ainda se terão sido igualmente consideradas para a elaboração deste Regulamento as intervenções dos moradores nos debates promovidos sobre o Centro Histórico? O Senhor Presidente já aqui disse que sim, mas não nos parece que efetivamente assim seja.-----

Como se explica o misterioso desaparecimento do nº 2 do Artigo 6º, que integrava a redação do regulamento publicado ainda hoje no *site* do Município para discussão pública? Que razões justificam este desaparecimento? De facto ou de direito?-----

O regulamento em apreço, se vier a ser aprovado por esta Assembleia, entrará, em vigor a 1 de Julho. A fiscalização sobre as condições exigidas a alguns dos estabelecimentos nele referenciados, será implementada quatro meses depois, no regulamento estão 120 e não 180 dias Senhor Presidente, portanto, depreendo que sejam os quatro meses que aqui estão referidos. Quer isto dizer que os residentes, seja em Repeses ou em S. Pedro de France, vão estar sujeitos aos barulhos e demais inconvenientes decorrentes da aplicação deste Regulamento, sem que lhes fosse facultado o acesso às condições para aceder aos prometidos apoios para a insonorização das suas habitações. Não seria lógico e imperativo trazer hoje a esta Assembleia o regulamento que enquadrará esses apoios? Disse o Senhor Presidente que de facto há uma visão integrada, mas aquilo com que somos confrontados aqui é apenas um documento de alteração de horários, nada mais do que isso.-----

Como podem, os Deputados desta Assembleia votar informadamente se um instrumento como outros que aqui foram referidos tão relevante nesta decisão, ainda está no segredo dos deuses? Pode até dizer-se que o artigo 17º do Regulamento que estamos a discutir responde a essa questão. Em nossa opinião, o que lá está é manifestamente insuficiente, não é um regulamento. O que faria sentido, se a preocupação principal fosse a conciliação dos interesses comerciais com os do direito ao descanso dos moradores, é que as medidas de adaptação das habitações e bares, ocorressem antes da entrada em vigor do Regulamento e não depois. Isto por que o que temos verificado é que a fiscalização é de facto inoperante. Ao que sabemos, nenhuma penalização dela tem decorrido para o prevaricador, no Centro Histórico mas também fora dele. Uma pequena ronda pela cidade permite confirmar o que se adivinha: Grande parte dos estabelecimentos em causa não divulga o horário de funcionamento, desrespeitando o regulamento atualmente em vigor; alguns divulgam o encerramento às 4h ou às 6h em absoluto desrespeito pelo regulamento ainda em vigor; outros, apesar de afirmarem terem insonorizado os seus estabelecimentos, continuam a violar a lei do ruído, no Centro Histórico e fora dele. Os próprios infratores confirmam que a fiscalização tem sido ineficiente quando declaram que os novos horários que vêm contidos no presente Regulamento correspondem à prática de funcionamento destes bares e discotecas nos últimos anos, em flagrante violação do Regulamento em

vigor. Vai o Sr. Presidente nomear novos fiscais que tenham a tal “mão de ferro” que não existiu até hoje? Ninguém vai acreditar.-----

Quando assistimos a um processo de recuo de outras cidades nas decisões de alargamento dos horários, em Viseu avança-se em sentido contrário, no caminho da degradação da qualidade de vida de seres humanos,...-----

(ouvem-se palmas no espaço reservado ao público),-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém imediatamente dizendo:* Desculpem, o público não se pode manifestar, está bem?-----

- *A Senhora Deputada Municipal Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo:*... em Viseu avança-se em sentido contrário, no caminho da degradação da qualidade de vida de seres humanos, com direito inalienável ao descanso e à segurança. Direitos Humanos consagrados na nossa Constituição da República Portuguesa, para além de consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.----

A CDU, que fique bem claro, não tem nenhum preconceito em relação a este Regulamento, muito menos ao funcionamento noturno dos bares e outros estabelecimentos correlativos. Encara-o com toda a abertura e sem qualquer fundamentalismo. Respeitamos quem gosta da noite, para além de termos pequenos empresários de bares como amigos que ouvimos neste processo, ...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:* Senhora Deputada, 9 minutos.

- *A Senhora Deputada Municipal Maria Filomena de Matos Pires retoma a sua intervenção dizendo:*... obrigada, eu concluo já Senhor Presidente,...que ouvimos neste processo como se deve calcular. Mas entendemos que devia ser preocupação central do município conciliar o negócio da noite cujas pretensões são legítimas, com o direito ao repouso dos moradores. Em nosso entender não houve realmente qualquer esforço de conciliação de interesses. Claudicou-se perante os mais fortes. Venceu o interesse do “negócio” sobre os direitos dos cidadãos residentes.-----

Por último, gostaria ainda de saber se os sindicatos do setor da hotelaria e similares foram ouvidos na elaboração deste regulamento? Qual a opinião recolhida relativamente às implicações que esta proposta encerra, no tocante ao horário de trabalho, nos estabelecimentos mais visados pelas alterações propostas? Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

(ouvem-se novamente palmas no espaço reservado ao público) -----

Peço novamente ao público senão terei que pedir para saírem está bem? Tem que haver respeito por esta Assembleia e por todos os que estão aqui está bem? Pedia isso, senão pedia que calmamente saíssem da sala está bem?-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. A questão do ruído é uma questão de facto muito difícil de resolver, há uma negligência muito grande relativamente à poluição acústica, de todas as formas de poluição a poluição acústica é aquela que é mais negligenciada, pelos poderes públicos também, a prova disso é que por exemplo, eu já trouxe aqui mais do que uma vez o caso do Senhor Alberto Ferreira que mora ali na Rua Lino Rodrigues, perto da Praça de Goa e que anda a dezassete anos com um problema por causa do ruído de um supermercado que está no rés-do-chão, na cave e portanto, não dá sossego, aliás, já houve moradores que até venderam as casas e mudaram de residência por causa disso. Também admiro-me que o Senhor Presidente não tenha ouvido, disse agora, que nunca tinha ouvido a palavra sonómetro, o Bloco de Esquerda entre outras propostas, eu já defendi aqui recentemente a aplicação dos sonómetros como uma das formas de resolver este problema, se bem que, há dias a ler uma posição do Presidente da Câmara de Aveiro que acho que é correligionário da maioria, sobre este assunto parece

que ele receava que houvesse formas de se furtarem à eficácia dos sonómetros, de qualquer modo eu propus aqui os sonómetros porque à que salvaguardar não só os trabalhadores dos estabelecimentos noturnos, de restauração, bares, etc., que não têm culpa que os outros fumem e que os outros façam barulho, portanto, têm direito à segurança no trabalho, como também os frequentadores desses estabelecimentos que não são obrigados nem a respirar o fumo dos outros nem a ficar surdos, porque um estudo feito pela Universidade de Coimbra, provou que em Coimbra, uma grande percentagem, uma percentagem assustadora dos estudantes já estavam com problemas auditivos exatamente devido à frequência desses estabelecimentos. Também propusemos aqui que se adotassem, como sugestão, a estudar pela Câmara, medidas que foram adotadas na Ribeira do Porto por exemplo, em que os próprios comerciantes se ofereceram para ajudar a financiar o isolamento acústico dos moradores. Folgo em saber que os comerciantes de Viseu criaram ou propuseram um Código de Ética, talvez seja suficiente para evitar que continuem a deitar no vidrão as garrafas de vidro às tantas, portanto, às duas ou às três da manhã, para incomodar os moradores, mas neste caso gostaria de me deter sobre dois aspetos importante: É que, enfim, os moradores que estão contra este regulamento ou dos novos horários propostos, têm razão num ponto é que há pessoas que trabalham também às sextas, aos sábados e até aos domingos porque a maioria agora até quer que haja pessoas a trabalhar aos domingos ao reprovar a proposta que eu apresentei, portanto, essas pessoas também têm direito a descansar às quintas, sextas e sábados, é um argumento que acho que pesa nisto. Agora, o mais importante disto e eu já trouxe isto aqui por mais do que uma vez é a posição que já foi tomada pelo Senhor Provedor de Justiça que disse “que num caso de conflito entre direito dos comerciantes e de qualquer pessoa a exercer uma atividade comercial e o direito ao sossego dos moradores, tem que prevalecer o direito ao sossego dos moradores”, eu só daria o benefício da dúvida a esta proposta do executivo, porque o Senhor Presidente garante que vai haver tolerância zero às infrações ao regulamento e que até vai haver um reforço da PSP, porque o Senhor Presidente sabe, há aqui pessoas que sabem que eu participei em vários debates sobre o Centro Histórico, onde estiveram moradores do Centro histórico e comerciantes do Centro Histórico e eu sempre disse que o problema principal era de polícia, era um caso de polícia, porque a maior parte do barulho exerce-se efetivamente fora dos estabelecimentos e portanto, se não houver policiamento, pode haver todos os regulamentos que isto fica tudo furado. Agora, é evidente que ao reprovarem a proposta que eu trouxe aqui, não deixam ao Bloco de Esquerda outra alternativa senão votar contra este regulamento e portanto, nem sequer vos posso dar o benefício da dúvida, embora eu de facto tenha muitas dúvidas mas reconheço que houve um esforço para haver algum consenso, pelo menos para não prejudicar demasiado as duas partes, de qualquer modo, acho que a câmara e exorto o Senhor Presidente de facto a pôr acima de tudo, sempre à frente os interesses ou o direito ao sossego dos moradores, porque sem isso, nunca teremos o Centro Histórico habitado. Nessas reuniões sobre o Centro Histórico, muita gente, até a filha de um comerciante lá da praça diz que saiu porque tinha um filho pequenino e teve que sair, aliás, há pessoas jovens que frequentam os estabelecimentos noturnos e basta terem crianças para não poderem dormir, portanto, não é uma questão de preconceito contra os estabelecimentos noturnos, é uma questão de direito à saúde e ao sossego, nada mais. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Penso que não há mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu quando fiz esta apresentação e numa matéria tão sensível como esta, disse que tínhamos absoluta consciência de que esta era uma matéria sensível, porque é de facto, esta matéria é sensível, com todos os balizamentos que desde o início foram referidos, conciliar por um lado o direito ao descanso e é este o



esforço que estamos a fazer no sentido de intensificar o repovoamento do Centro Histórico, com o direito à atividade económica e com o direito ao exercício da atividade económica. Estes debates não se fazem com estados de alma, estes debates fazem-se com cabeça fria e procurando encontrar as soluções que efetivamente sejam as mais adequadas, sempre com a consciência de que qualquer decisão que seja tomada nunca será a decisão perfeita. Estes debates, não se fazem como temos visto, designadamente a Senhora Deputada, com constantes insinuações que até põem em causa a honorabilidade do Presidente da Câmara e dos seus serviços e de quem os acompanha, ninguém está aqui ao serviço de ninguém, eu estou aqui ao serviço do povo de Viseu, foi ele que me elegeu, que fique bem claro Senhora Deputada e quando tiver alguma questão que ache que está menos correta, faça uma denúncia imediata ao Ministério Público, faça-a, não hesite, eu estou e durmo de consciência tranquila todos os dias, agora, não aceito é que sistematicamente a Senhora venha aqui pôr em causa a honestidade das pessoas que estão à frente do município, nós estamos nisto com o mesmo sentido de dever com que seguramente os Senhores também estão, se acharem que cometemos alguma ilegalidade faça o favor de a fazer. Referir que esta comissão que foi criada, e aqui estou a defender todos os elementos do executivo, porque enfim, tenho esse dever, tenho esse dever, nós fomos eleitos e portanto, estamos a pôr na prática aquelas que são as nossas opiniões e com o respeito pela opinião do cidadão. Este regulamento que aqui vem hoje, não é um remédio miraculoso, não será seguramente, mas é equilibrado, procura compatibilizar aqui os diferentes interesses e há aqui da minha parte um compromisso, que é exatamente uma “mão de ferro” isto é, este regulamento tem que ser acompanhado e quer Senhor Deputado Gonçalo Calheiros, quer o Deputado António Lopes falaram sobre a fiscalização, o regulamento é claro, há aqui um reforço de contratação da PSP e o reforço também dos poderes da PSP e garanto-vos que darei instruções internas de que estes são os processos prioritários do ponto de vista de resolução, se tiver que mandar encerrar um estabelecimento não vou hesitar, portanto, este alarme que procurou ser criado aqui é comum, quer dizer, esta solução não merece a concordância da Senhora Deputada do Partido Comunista, mas qualquer outra solução também não mereceria a concordância, estaria sempre no contra, já estamos habituados, nem eu estou aqui para agradar à Senhora Deputada, estou aqui para tentar interpretar o sentir da generalidade dos cidadãos e portanto, o equilíbrio desta proposta estará exatamente na fiscalização, e quando se diz assim, vamos ter esplanadas ruidosas na Freguesia de Côta ou noutra Freguesia qualquer, nós podemos sempre ter esplanadas ruidosas em qualquer parte do concelho, agora, o que não era justo é que uns fechassem às quatro, outros fechassem às duas outros fechassem à meia-noite sem sabermos porque razões é que cada um fechava a essa hora ou não, eu não quero ter essa discricionarietà Senhora Deputada, eu não quero ter esse poder discricionário, eu quero Leis iguais para todos os cidadãos entende? E quero que os serviços juntamente com quem fiscaliza se tiverem que tirar a prerrogativa das pessoas fecharem a determinada hora porque se comportaram mal, vamos embora, o que eu não quero é que, o Presidente da Câmara não quer ter nas suas mãos essa tal prerrogativa que se calhar a Senhora era capaz de conseguir ter, de dizer, o “A” fecha e o “A” abre. Não, eu não quero nada disso, quero que os cidadãos sejam todos iguais perante a Lei, que fique bem claro. Estas medidas colaterais que tomámos, como eu disse este regulamento não pode ser só avaliado pelo regulamento dos horários, tem que ser visto na lógica do reforço do policiamento e obviamente que os proprietários dos bares é que vão pagar isto, porque no ato do pagamento das suas licenças, obviamente que esta receita vai permitir pagar estes custos acrescidos que o município vai ter, é legítimo, estão a exercer uma atividade económica que é lucrativa portanto é legítimo que esse equilíbrio seja encontrado, o reforço do policiamento mais a videovigilância será implantada em determinados pontos mais críticos da cidade, seguramente que vão permitir contornar este aspeto, o aspeto, aí sim deixa-se ao critério o estudo caso a caso, a insonorização, na

insonorização estaremos disponíveis, a autarquia estará disponível para analisar casos devidamente identificados e para podermos auxiliar as famílias a poderem fazer a insonorização das suas casas quando isso seja necessário, obviamente que sim, obviamente também que não vamos contrariar a Lei da República que diz que por exemplo a abertura de um bar num condomínio não pode ser feita sem a autorização prévia do condomínio, nós sabemos que isto existe, a Senhora é que tenta logo baralhar tudo que é para lançar suspeição nas pessoas, mas as pessoas conhecem-me sabe? As pessoas conhecem-me e sabem que eu estou convictamente nesta função que muito me orgulha e muita honra me dá, a procurar sempre interpretar o melhor sentido, sem estados de alma, entende? Pés assentes na terra, ponderadamente e sem estar a lançar poeira ou lama seja em cima de quem for. Por outro lado gostava de realçar outro aspeto, esta comissão que foi criada tem representantes dos bares, portanto da AHRESP, tem representantes da Associação Comercial, tem a presença do Senhor Presidente da Junta da Cidade, tem a participação de moradores, tem a participação de um representante da área dos serviços, portanto, procurou haver aqui um equilíbrio para esta e outras matérias, porque se repararem tem havido uma tendência sucessiva de medidas que trazemos aqui para o Centro Histórico, esta é mais uma, Centro Histórico e não só, porque de facto este regulamento aplica-se a todo o concelho. Portanto, isto para concluir, o debate público foi aberto, foi democrático, não foi feito à socapa Senhora Deputada, não foi feito à socapa, nada é feito à socapa naquela autarquia ok. É tudo feito de uma forma transparente e os cidadãos têm o direito a participar, já demos provas mais do que evidentes que estamos sempre disponíveis para ouvir os cidadãos, mas também não estamos disponíveis para aturar má educação, nem estamos disponíveis para aturar estados de alma, respeitamos as pessoas e também exigimos respeito e portanto, qualquer cidadão que exorbite um determinado patamar obviamente que não pode ter da parte do Presidente da Câmara um tratamento de respeitabilidade porque não merece ser respeitado e portanto passa a fazê-lo por escrito, porque o Presidente da Câmara fala com toda a gente que procura falar com ele, mas se as pessoas não merecem não fala, porque efetivamente há pessoas que querem “sol na eira e chuva no nabal” isto é queriam ter todos os privilégios e mais alguns “e o meu direito tem que ser salvaguardado”, só que há direitos de outras pessoas que têm que ser salvaguardados e portanto, que fique bem claro que eu não acho que isto seja milagroso, que vá resolver todos os problemas, acho é que este conjunto de medidas que estão junto com este regulamento são equilibradas, têm bom senso, a aplicação delas será acompanhada diretamente por mim, aliás, o Centro Histórico está sob a minha direta responsabilidade na atribuição de pelouros, nos pelouros que defini, o Centro Histórico e a Economia estão diretamente sob a responsabilidade do Presidente da Câmara e portanto acompanho diariamente, obviamente com o apoio de toda a minha equipa, mas é um assunto que chamei diretamente a mim, apoiado nas pessoas que estão no terreno e portanto estou em crer que é preferível ter um regulamento ajustado, equilibrado, com estas medidas todas que estão juntamente com este regulamento na implementação que iremos fazer no terreno e estou convicto que iremos fazer uma boa decisão e que se desenganem aqueles que julguem que não vai haver mão pesada, desenganem-se, isto é, se houver prevaricação, se tiver que encerrar um estabelecimento encerro-o, não tenham dúvidas sobre isso, não tenham mesmo dúvidas sobre isso, obviamente com o respetivo processo instruído, com o direito à defesa, tudo aquilo que são a salvaguarda dos interesses das pessoas, agora, seja ele quem for, seja o mais pintado, agora, se tivermos que aplicar aplicaremos e o regulamento contempla isso, agora, também estou convicto que ele é equilibrado e vai permitir conciliar o direito ao descanso, o direito ao povoamento e o direito à atividade económica e ao divertimento, todos nós gostamos imenso de ir ao Centro Histórico, beber um copo, de conversar com os amigos e participar nas múltiplas iniciativas que lá decorrem, e pronto, é importante que as pessoas possam participar de uma forma plena de acordo com este novo regulamento que esperamos que

seja hoje aprovado aqui pelas Senhoras Deputadas e pelos Senhores Deputados. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, foi aprovado com dois (2) votos contra e sete (7) abstenções. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 408/409).*-----

Eu agora proponha à Assembleia que atendendo à similitude e porque são dois regulamentos, se entendiam que discutíssemos em conjunto os Pontos 8 e 9 e certamente com votação separada, se assim o entendessem. Por isso, discussão conjunta, votação separada. Não há ninguém contra? Se o Senhor Presidente da Câmara também concordasse íamos juntar os Pontos 8 e 9 na apresentação.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Ia exatamente sugerir e o Senhor Presidente antecipou-se porque os dois regulamentos estão muito ligados e fazem sentido serem abordados em conjunto, quer o Ponto 8 quer o Ponto 9, porque um tem a ver mais com a vertente do abastecimento da água e o outro, mais com a vertente do serviço de drenagem de águas residuais do concelho. Tinha publicamente assumido que em 2015 iria rever o regulamento do serviço de distribuição de água no Concelho de Viseu com o intuito por um lado de o ajustar à legislação em vigor e às recomendações da ERSAR, nas também com o intuito de o ajustar a um conjunto de convicções que temos sobre esta matéria. A legislação em vigor que aprova o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, exige que as regras de prestação do serviço aos utilizadores constem de um Regulamento de Serviços, é uma exigência legal que honramos cumprindo a Lei. A Portaria 34/2011 vem estipular também o conteúdo mínimo do regulamento de Serviços, identificando um conjunto de matérias que neles devem estar regulamentados, por um lado a Lei dos Serviços Públicos Essenciais, a Lei das Finanças Locais, a Lei da Água, o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Águas Residuais, e portanto, na base deste conjunto de diplomas a ERSAR disponibilizou às Entidades Gestoras modelos de regulamentos de serviços, portanto, aqui no fundo estamos a ajustar este regulamento às novas normas da ERSAR que têm em linha de conta toda esta legislação existente e ao mesmo tempo introduzirmos aqui cunhos que são claramente opções da autarquia. Estes modelos do Regulamento reúnem e articulam todas as normas legais que são direta e indiretamente aplicáveis, que se encontram dispersas por diferentes diplomas bem como as recomendações que a ERSAR tem vindo a emitir e também, quisemos poupar aqui, fazemos uma alteração, recordam-se com certeza que houve uma altura que eu disse que estava em preparação mas ia aguardar pelo regulamento para não estarmos a fazer duas alterações ao nosso regulamento. Inclui a adaptação ao conteúdo do modelo de regulamentação do serviço de abastecimento público elaborado pela ERSAR e as alterações mais significativas prendem-se com a introdução e passo já agora a questões concretas do regulamento, a introdução de tarifário social para utilizadores finais domésticos com menores recursos económicos e ponho esta à cabeça, porque efetivamente este é claramente um regulamento que leva em linha de conta as pessoas que têm mais necessidades sociais, portanto, nunca ninguém deixará de ter o serviço mínimo do abastecimento de água por razões de ordem financeira ou de situação financeira, consagra-se aqui um princípio que foi vertido nas vinte medidas apresentadas de um tarifário amigo também das famílias numerosas incrementando em três metros cúbicos consoante, enfim, mais uma pessoa no agregado familiar e no tarifário da água a alteração do modelo de estrutura da tarifa de utilização, tarifa variável para os utilizadores domésticos atualmente constituídos por seis escalões por blocos, passando para quatro escalões e ao mesmo tempo a aplicação do consumo que é feito em cada escalão ao preço do respetivo escalão. Como sabem, este regulamento atual colocava, enfim os metros

cúbicos a serem faturados ao preço do escalão que era atingido, neste caso serão faturados em função do escalão onde o consumo foi efetuado. As alterações do número de níveis da tarifa de disponibilidade, portanto, de onze para seis níveis, no tarifário da drenagem e águas residuais, também a alteração do modelo da estrutura da tarifa de utilização, tarifa variável para os utilizadores domésticos atualmente constituídos um escalão passando para quatro escalões diferenciadores de forma progressiva mantendo-se o mesmo nível da tarifa de disponibilidade, portanto, a tarifa fixa., e antes que se procure especular sobre estas alterações, queria aqui afirmar aos Senhores e às Senhoras Deputadas que esta alteração na generalidade dos casos permitirá que sejam mantidos ou reduzidos o valor total da fatura por serviços de água e saneamento para consumos mensais até trinta metros cúbicos, porquê? Visa-se aqui estimular duas coisas, por um lado um consumo inteligente de água, é importante, a água é um bem escasso e que não pode ser utilizado indevidamente, ela não deve ser utilizada para encher piscinas, deve-se procurar evitar que a água seja utilizada por exemplo para fins de rega, seja ela qual for, e portanto, há aqui também esta preocupação. Eu diria que os primeiros 32 mil dos 37 mil clientes domésticos enquadram-se dentro deste princípio, obviamente que não reduziremos preço de água a quem a utilizar indevidamente, portanto, quem incrementar os consumos porque a está a utilizar indevidamente vai sentir depois o efeito na fatura, a mesma preocupação que presidiu às opções que permita manter ou diminuir a fatura da esmagadora maioria das famílias de Viseu foi tida com o assegurar da sustentabilidade dos serviços, pelo que se procurou uma solução que garante na globalidade valores dos proveitos próximos dos atuais. Portanto, houve aqui uma preocupação neste regulamento de não incrementar a receita dos Serviços Municipalizados, antes pelo contrário, ajustar este regulamento de tal maneira que não haja nenhum incremento, haja um equilíbrio sem que haver um incremento. O projeto de regulamento que aqui proponho além da aprovação na Câmara Municipal de Viseu, foi já submetido também a consulta pública, aliás, ele foi primeiro aprovado no Conselho de Administração dos SMAS, depois na Câmara, sujeito a consulta pública e depois outra vez aprovado em Reunião de Câmara e acabou por ser aprovado primeiro a 9 de abril e depois 18 de junho e portanto, proposto para que esta Assembleia Municipal fizesse a sua aprovação hoje aqui. Gostava também de referir que a ERSAR não emitiu qualquer parecer dentro do prazo, e as sugestões apresentadas não se enquadravam no objeto do protocolo, ou seja, falavam doutras coisas que não tarifários, portanto, a ERSAR no fundo por omissão deu o parecer favorável a este regulamento e, referir também aqui que houve uma preocupação de nas tarifas para as empresas ser-lhes fixados os termos definidos pela ERSAR, no terceiro escalão do doméstico o que impede que as empresas tenham tarifas mais baratas, há aqui uma preocupação de também haver um regulamento que seja equilibrado e que seja competitivo, o que também é importante aqui uma lógica de competitividade sob pena de empresas que utilizam água se poderem deslocalizar para outros locais. Fazendo a avaliação e olhando para este regulamento eu diria que no uso doméstico claramente damos aqui um incremento por esta situação portanto, de fazer digamos que, a faturação em função do escalão em que se está, esta questão das famílias numerosas é claramente uma inovação muito importante neste regulamento, o tarifário social é claramente também uma forma de posicionamento junto dos nossos cidadãos, havendo aqui também um tarifário social para usos não domésticos designadamente para as nossas IPSS que têm aqui também uma tarifa mais baixa do ponto de vista do preço da água. Globalmente depois nos outros serviços não há alteração, sendo que há sim, também uma redução no que diz respeito à, enfim, só uma questão prévia é que estas alterações têm como objetivo entrarem já em vigor, portanto, a partir do dia 1 de julho, sendo que, no que diz respeito às ligações do saneamento e águas residuais, por uma questão também de justiça, ela aplicar-se-á no dia 1 de janeiro do próximo ano, portanto, há uma redução de 0,48 para 0,40 sobre o valor patrimonial dos edifícios, há aqui uma redução de praticamente de



20%, mas obviamente que, se temos em curso uma campanha de combate aos ilegais e a fiscalização que está em curso aqueles que indevidamente gastam água ou fazem o tratamento dos seus resíduos sem ser legal, não faria sentido estarmos agora a beneficiar aqueles que prevaricaram, portanto, iremos concluir este processo até ao final do ano, entrando em vigor esta nova tabela logo no início do ano e portanto, diria que, é claramente também uma solução que julgamos equilibrada e incentivadora das famílias numerosas, amiga das famílias, muito virada também para o apoio social e portanto, são estes dois regulamentos que eu gostaria que merecessem da parte das Senhoras e dos Senhores Deputados a vossa avaliação positiva através de uma votação favorável para que efetivamente eles possam fazer o seu curso e que possam entrar em vigor já no início do próximo mês e ao mesmo tempo termos consciência que ficaremos com um regulamento que é equilibrado, que é amigo das famílias e dos mais carenciados e ao mesmo tempo é também já a antecipação de algo, que nós tínhamos um prazo para o fazer, porque o novo regulamento da ERSAR permitia-nos ter aqui um período para o fazer, mas já que estamos a mexer no regulamento já o adequamos exatamente aquilo que a ERSAR nos exige. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** temos aqui uma questão com que fomos agora confrontados, que é: O Deputado Carlos Vieira apresentou uma proposta de alteração, essa proposta foi recebida pela Mesa mas, estivemos aqui a analisar e a Mesa é obrigada a rejeitar a proposta de alteração, por não haver correspondência do seu teor com o Art.º 26 do regulamento que pretende alterar ou seja, a proposta quer alterar o Art.º 26, e estivemos a ver o Art.º 26 e por isso a Mesa recebeu a proposta mas rejeita a mesma porque não há correspondência nos artigos que pretende alterar. De qualquer maneira o Senhor Deputado tem toda a liberdade de usar da palavra e então expor qual era a ideia, mas, em termos de votação não colocaremos a proposta nem à apreciação nem à votação. Os Senhores Deputados que queiram intervir? Deputado Carlos Costa-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral, Comunicação Social.-----

Os atuais Regulamentos do Serviço de Distribuição de Água e o Regulamento do Serviço de Drenagem de Águas Residuais do Concelho de Viseu datam de 2003 e naturalmente carecem de ajustes à luz da atual legislação em vigor e também face às recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) como o Senhor Presidente também já disse. Neste sentido foram estudados e apresentados a consulta pública, novas Propostas de Regulamento, ou seja:-----

“REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU” e o “REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU”.-----

As propostas de alteração como também já foi dito, foram baseadas no modelo de regulamento proposto e sugerido pela própria entidade reguladora ou seja, pela ERSAR.--

As principais novidades ou alterações agora propostas realçar-se-iam a introdução de:-----

- Uma redução em cerca de 17% nas taxas de ligação a partir de 1 de Janeiro de 2016.-----
- A redução das taxas de ligação para entidades de cariz social, agregados familiares de menores recursos, famílias numerosas e aderentes de pacotes de benefícios lançados pela Câmara Municipal Viseu.-----
- Um tarifário social para utilizadores domésticos de menores recursos económicos,-----
- Um tarifário social para utilizadores institucionais,-----
- Um tarifário especial para famílias numerosas,-----

É de realçar aqui as duas vertentes das taxas, uma no campo das ligações e uma de tarifas fixas e outra de tarifas variáveis, diretamente relacionadas com o consumo.-----

Houve também a alteração da tarifa variável para os utilizadores domésticos passando a

existir escalões progressivos e pagando cada metro cúbico ao respetivo preço de consumo e não ao preço do metro cúbico final consumido, e não por blocos, como até aqui se passava. Portanto, globalmente, pode dizer-se que se introduz maior preocupação social, progressividade, e esta progressividade é sempre importante na aplicação das taxas, tarifas competitivas para o ramo industrial também, clarificação também da relação entre o município e a entidade gestora do serviço, tudo isto sem pôr em causa a sustentabilidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu ou das Águas de Viseu como agora se lhe chama. Portanto, parece-nos uma proposta equilibrada, que continua a colocar Viseu como um dos concelhos do País com tarifas mais competitivas, e que merecerá por isso o nosso apoio.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Então para abreviar, eu peço desculpa à Mesa e aos Senhores Deputados porque de facto enganei-me, não era o Art.º 26 era o Art.º 21. Acho que era uma alteração importante porque tem a ver com um direito humano fundamental que é o acesso à água, mas eu vou passar a ler a proposta:-----

Considerando que:-----

1 – O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de Julho de 2010.-----

2 – Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso a água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para tal a que os Estados e execução e tecnologia para aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento.-----

3 – Já em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou o seu comentário geral N.º 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações.-----

4 – Conforme referido em “The Right to Water – Factset n.º 35”, da autoria do Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, o preço direto e indireto dos serviços de água e saneamento não devem impedir ninguém de aceder a esses serviços e não devem comprometer a capacidade de gozo de outros Direitos Humanos, designadamente o direito à alimentação, à habitação e à saúde.-----

5 – Incumbe pois, aos Estados ou autoridades locais, promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água, que inclui o acesso a uma quantidade mínima essencial de água.-----

6 - Para tanto, deverão, de acordo com o Comentário Geral n.º 15 sobre a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, assegurar as medidas necessárias que deverão incluir políticas de preço adequadas, como tarifas *low cost* ou gratuitas.-----

7 - Pese embora o Direito à Água não obrigar, em absoluto, à disponibilização dos serviços a título gratuito, em certas circunstâncias, o acesso à água e ao saneamento pode ser gratuito atendendo à incapacidade económica do utente.-----

8 – A concretização do Direito à Água, na sua componente do acesso económico tem sido concretizada pelos vários Estados de diferentes formas, destacando-se a proibição da desconexão dos serviços por não pagamento, operada em Inglaterra e no País de Gales, na

Nova Zelândia, bem como a distribuição gratuita das quantidades essenciais de água para consumo doméstico, como é prática na África do Sul.-----

9 – É certo que surgem alguns inconvenientes na aplicação destas medidas, aliás expressos na obra citada de Catarina de Albuquerque, bem como a previsão da existência de tarifários sociais na Recomendação n.º 02/2010 da ERSAR, a utilização das medidas referidas em 8 afigura-se como o único método claro e eficaz de garantir a não exclusão, por razões económicas, do acesso ao direito à água e ao saneamento.-----

10 – A Organização Mundial de Saúde estima entre 50 e 100 litros diários por pessoa como valor suficiente para assegurar as necessidades mais básicas, com poucos riscos sanitários, concluindo ainda que entre 20 e 25 litros diários por pessoa são um mínimo, acarretando no entanto sérios riscos sanitários.-----

11 – O direito à água e ao saneamento, enquanto Direito Humano, exige de todas as autoridades públicas medidas com vista à sua efetivação, tendo ainda em conta que a água é um recurso natural, que deve ser de todos, e a todos deve ser acessível.-----

12 – Entendemos, por isso, que deve ser proibido o corte de fornecimento de água a utilizadores domésticos por não pagamento.-----

Nestes termos, o Deputado Municipal eleito pelo Bloco de Esquerda para a Assembleia Municipal de Viseu propõe que a Assembleia Municipal de Viseu delibere, aqui já não posso propor, mas aquilo que se propunha era que no Art.º 21 “Os SAMASV podem interromper o fornecimento de água, por motivos imputáveis ao utilizador nas seguintes situações:-----

“Alteração do ponto g) que passaria a ser Mora do utilizador não-doméstico, não-doméstico apenas no pagamento do fornecimento de água prestado”.-----

Eu acho que ficaria bem a este Município o respeito por um direito humano fundamental como aqui está dito e expresso por organizações internacionais como a ONU do acesso à água. Como não está contemplado na proposta que a Câmara acaba de apresentar naturalmente que terei que votar contra e exorto todos aqueles que respeitam os direitos humanos fundamentais a votarem contra também. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo, tem a palavra o Senhor Presidente.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Deixe-me só clarificar. Para já agradecer as duas intervenções e dizer que com este regulamento nós vamos manter a água ao mais baixo preço com a qualidade máxima e dizer ao Senhor Deputado Carlos Vieira que está enganado, olhe, só para ter uma ideia, para além do regulamento que nós estamos aqui a aprovar, nós temos uma política sempre amiga de quem precisa, por exemplo, nós todas as semanas ou de quinze em quinze dias que é quando reúne o Conselho de Administração aprovamos sempre uma dezena, uma dezena e meia de pagamentos a prestações, quando as pessoas comprovadamente dizem que não têm possibilidade de pagar nós aceitamos o pagamento em prestações e isenções também e só para lhe dar uma ideia, só neste período de 22/10/2013 a 22/06/2015, nós tivemos 272 requerentes nos ramais de águas e saneamentos participados pelos SMAS que solicitaram reduções, só nestes 272 requerentes dos ramais de águas nós tivemos uma comparticipação de 42.258 euros por parte dos SMAS, isto é, nós estamos sempre muito atentos a solicitações de redução, que a Lei nos permite e que o próprio regulamento também permite, e entra em linha de conta que, vai aos serviços sociais, os serviços sociais avaliam a situação da pessoa, e se a pessoa estiver na situação de risco ou de pobreza, ou que se prove que está até temporariamente em condições de não poder pagar, nós vamos ao encontro disso, é raríssimo haver uma situação de contencioso nos SMAS, isso gostava de o referir e já agora referir também em relação às IPSS, nós tivemos 34 instituições que neste mesmo período solicitaram isenções, olhe, a comparticipação foi 46.848 suportado pelo SMAS, portanto, quase 47 mil euros e as instituições só suportaram 5.200, portanto, há aqui uma clara preocupação social e nas tarifas a mesma coisa, obviamente que se

olharem para a tabela, nós dizemos assim, ok, a tarefa social para o uso doméstico tem um determinado escalão e verificamos que acima de 25 metros cúbicos há uma penalização, para não estar a estimular a que as pessoas de parques recursos depois entrem em processos excessivos de consumo de água, portanto, há sempre aqui uma preocupação de levar o consumo de água a estar ajustado ao agregado familiar e esses estudos estão feitos quer dizer, não vale a pena, esses indicadores estão estudados, e por outro lado estabelecer aqui uma relação que diga assim, quando houver situações de carência nós cá estamos, o regulamento prevê-o e podemos atuar, ninguém pode dizer que não tem a ligação da água porque não tem dinheiro para a fazer, porque em última análise nós podemos chegar ao ponto de subsidiar isso e isso está no regulamento, assim como a redução, e portanto, isso é um princípio que temos vindo a seguir, não há reunião nenhuma do Conselho de Administração dos SMAS que não tenha casos desses, obviamente previamente avaliados, também temos situações de abuso, também temos que atuar sobre elas como é normal, agora, só para tranquilizar o Senhor Deputado Carlos Vieira, que aquilo que foi ali dizer, o direito ao bem essencial está perfeitamente salvaguardado aqui, nem a ERSAR permitiria no seu regulamento que estes princípios não fossem acautelados, eles lá estão perfeitamente acautelados, aconselho-o a ler com mais atenção e acho que se ler com mais atenção vai verificar que o seu sentido de voto não tinha razão de ser, todos esses princípios estão devidamente acautelados. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação do Ponto Numero Oito, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Está aprovado o Regulamento do Serviço de Distribuição com sete (7) abstenções e dois (2) votos contra.* (**Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 410/411**).-----

Íamos agora ao Ponto Nove **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Está aprovado o Ponto Nove APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU, Aprovado com oito (8) abstenções e um (1) Voto contra.* (**Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 412/413**).-----

Íamos agora, porque muita gente está a pedir, íamos só fazer um intervalo de cinco minutos, porque as pessoas estão com calor e querem beber água, cinco minutos mesmo para retomarmos os trabalhos de imediato.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos recomendar, agradecemos aos Senhores Deputados que retomassem os lugares. Já temos quórum, íamos começar está bem? É o Ponto Numero Dez **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DOS “SMAS DE VISEU” PARA EMPRESA MUNICIPAL “AdV – ÁGUAS DE VISEU E.M.” E APROVAÇÃO DO “PROJETO DE ESTATUTOS”**, queria informar também a Assembleia que dois Deputados da Assembleia por questões éticas pediram escusa de intervir na discussão e votação da proposta pelo motivo de serem funcionários do SMAS e foi por motivos exclusivamente éticos que pediram não só para não intervirem na discussão como na votação. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Gostava que na apresentação que vou fazer desta proposta da passagem dos SMAS de Viseu para Empresa Municipal Águas de Viseu, dizer que o ponto dez e o ponto onze têm que ser vistos em conjunto, obviamente que eu vou apresentá-los separadamente porque são de facto dois documentos densos que implicam uma apresentação aprofundada, mas o facto de nós, no fundo hoje os SMAS são

um departamento da Câmara Municipal, ao passarem a ter este estatuto de Águas de Viseu Empresa Municipal obviamente que, sendo detidos como mais à frente me referirei 100% de capital da Câmara Municipal permitirá também esta reestruturação que a seguir apresentarei dos Serviços da Câmara Municipal, portanto, pedia-vos que avaliassem e fizessem essa avaliação nestes termos. Portanto, obviamente que houve uma Avaliação de Soluções Organizacionais - Modelos de Gestão, ouve Estudo de Viabilidade e Sustentabilidade Económico-Financeira e é com base neste dois estudos que se propõe a aprovação pela Assembleia da transformação institucional, mediante a adoção do modelo empresarial típico da “Empresa Municipal”, com o seu capital integralmente subscrito e realizado pela Autarquia instituidora, neste caso a Câmara Municipal de Viseu e também do projeto de estatutos que aqui propomos. A opção que preconizamos e que temos vindo a estudar de forma aprofundada, recaiu no modelo que assegura vários princípios, desde logo a defesa da sustentabilidade económica e financeira da Empresa Municipal a criar, a utilização racional dos meios e também dos recursos do município, a eficácia e eficiência da gestão e do funcionamento das Águas de Viseu e também, obviamente a salvaguarda do interesse público. Este caminho escolhido, podíamos ter escolhido outro, mas este caminho escolhido de Empresa Municipal concilia por um lado o cariz mais empresarial e simultaneamente uma maior capacidade de adaptação às crescentes exigências dos utilizadores e também da entidade reguladora e num momento em que cada vez mais se criam limitações à autonomia ou ao endividamento dos municípios, a solução que escolhemos, assegura a capacidade para realizar investimentos elevados com longos períodos de recuperação de capital e com uma significativa imobilização. De alguma maneira isto também permite preparar as Águas de Viseu para o investimento intermunicipal que temos previsto no plano e permitir também que com esta autonomia ela se possa financiar para esses investimentos. Com este novo enquadramento apostaremos na especialização e também na integração, por um lado especializaremos o trabalho da Águas de Viseu naquela que é a sua atividade central, por um lado o fornecimento de água e a drenagem de resíduos por outro, e articularemos as demais atividades que estão fora do negócio principal com a Câmara Municipal, designadamente através de uma unidade de serviços partilhados que será criada nos serviços da Câmara e que ao mesmo tempo vai prestar os serviços aos SMAS, portanto, desde compras, contratação, pessoal, apoio jurídico, enfim, muitos destes serviços vão ser prestados numa entidade de serviços partilhados, no fundo isto permitirá que as Águas de Viseu se concentrem especificamente naquele que é o seu objeto, que é, por um lado o fornecimento de água e a drenagem de resíduos e o tratamento das águas residuais, o que vai permitir uma maior racionalização da afetação de recursos e na criação também de massa crítica necessária para assegurar a sustentabilidade dos sistemas. Colocamos como primeira prioridade a defesa do interesse público a que queremos associar a implementação de um sistema de análise de *performance* que procure através de um processo de melhoria contínua elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços aos cidadãos e que potencie também a desburocratização, a simplificação, a modernização administrativa, aliás, de acordo com as exigências que a própria ERSAR cada vez mais coloca. No âmbito do estudo realizado entendemos que neste momento o modelo de gestão mais ajustado para os serviços de água e de saneamento numa relação de custo benefício que promova o aumento da sua operacionalidade e obtenção de economias de escala e de sinergias, passa exatamente pela criação de uma empresa municipal, E.M., e não quero que fiquem dúvidas de que se trata de qualquer privatização, tem havido aí uns rumores, a opção é a criação de uma Empresa Municipal Águas de Viseu, 100%, repito 100% detida pela Câmara Municipal de Viseu, que fique bem claro, aliás, na Reunião da Câmara Pública eu cheguei ao ponto de dizer que enquanto eu for Presidente da Câmara de Viseu vos garanto que não será nunca privatizada as Águas de Viseu, portanto, ela é subscrita a 100% pela Câmara Municipal e não há aqui nenhum intuito de privatizar seja o que for. Estamos a



preparar e é o passo seguinte, um contrato de gestão a celebrar entre o município e a futura empresa, incluindo as condições de arrendamento referente à exploração das infraestruturas, instalações e equipamentos afetos aos sistemas municipais de abastecimento de água e também de drenagem de águas residuais. A Empresa Municipal permitirá agilizar os serviços, melhorar a qualidade do serviço prestado aos munícipes e obter um maior nível de eficácia e de eficiência na utilização dos recursos municipais e atividades que têm claramente um cariz empresarial e se compararmos, enfim, a qualidade do nosso serviço com o resto que se passa no país verificamos que efetivamente vamos cumprindo esse desígnio bem na qualidade da água, no preço, que acabámos à bocado de aprovar, preço baixo com qualidade máxima e ao mesmo tempo agora uma preocupação também de eficácia na própria gestão desta estrutura, ou seja, para além desta agilização permitirá focar as atividades no negócio da água, dirigindo a atenção e os esforços para a excelência na prestação dos serviços, desenvolvimento empresarial, expansão da atividade e criação de conhecimento, e também aqui, abrindo um parentese, com um princípio que está definido logo à partida que é uma orientação estratégica, é que enquanto numa empresa de águas detida por entidades privadas os lucros são investidos para remunerar o capital dos acionistas, neste caso uma posição de princípio é que os lucros das Águas de Viseu são para ser reinvestidos também na qualidade do sistema, portanto, há aqui uma perspetiva também de equilíbrio da própria instituição, a autarquia não pode continuar a investir cinco ou seis milhões de euros por ano no serviço de águas e saneamento, e até face ao nível de serviço que hoje já praticamos, a lógica é que através de otimização os proveitos gerados sejam reinvestidos na melhoria da qualidade do serviço. Essa alteração ao modelo vigente deverá transmitir a todos os *Stakeholders* do SMAS de Viseu que não há uma rutura mas sim uma evolução no sentido de uma melhoria na capacidade de resposta aos desafios que são colocados aos Serviços de Água e Saneamento do Município de Viseu materializada na criação exatamente desta empresa municipal. O modelo de governança proposto garante, sem criar uma situação de rutura com o atual sistema de gestão, um maior nível de eficiência e eficácia na utilização dos recursos que é necessária à sustentabilidade económico-financeira, consolidando a atual saúde financeira dos Serviços Municipalizados, aliás, bem retratada nos documentos que vos foram distribuídos. Esta modificação operacional ou institucional permitirá no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recurso o novo Programa o POSEUR que é o antigo POVT, diferenciar de forma positiva em termos de exigibilidade as candidaturas apresentadas pela futura Águas de Viseu sozinha ou em parceria com outros municípios, designadamente para o investimento numa barragem que é necessária no nosso território, para o tratamento e adução a partir do Rio Vouga entre outros e para além das questões de tratamento de lamas e outros projetos que temos neste momento preparados para candidatar ao POSEUR no âmbito do novo quadro Portugal 2020. Esta tendência para a agregação horizontal e vertical dos serviços tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, mas tão ou mais importante é de facto a necessidade de continuar a promover um reforço de reorganização dos serviços, adequando o modelo de gestão aos desafios que hoje são colocados às entidades gestoras e também agora, salientar aqui um aspeto que é crítico e fundamental, antes de mais salientar que os trabalhadores dos SMAS de Viseu não irão perder direitos, aliás, no desenvolvimento deste processo serão garantidos todos os postos de trabalho bem como os vínculos laborais estabelecidos, só uma nota de roda pé, antes mesmo de levar este processo à Reunião de Câmara convoquei todos os trabalhadores dos SMAS e olhos nos olhos transmiti aos trabalhadores dos SMAS qual era o modelo que iríamos seguir no fundo procurando cativá-los para esta solução e para que fossem os primeiros a saber no que é que estávamos, e tive duas preocupações, garantir que 100% do capital desta empresa seria detido pela autarquia e a segunda questão, deixá-los tranquilos que efetivamente todos os direitos estão salvaguardados e no extremo, cada trabalhador será contactado e no extremo qualquer

trabalhador que não queira passar para as futuras Águas de Viseu ficará ao serviço da autarquia, aliás, só estou a cumprir a Lei, não estou a fazer nenhum tratamento de favor, estou só efetivamente a cumprir a Lei e portanto, sobre todos os fantasmas que muitas vezes se procuram alimentar, gostava de dizer que efetivamente tem sido este o caminho que temos seguido designadamente na relação com os trabalhadores e portanto, não percebo algumas situações artificiais que por vezes se procuram criar, aliás, já reunimos com o sindicato, aliás, o Senhor Vice-Presidente reuniu com o sindicato que achou muito correta toda a tramitação que estávamos a fazer disponibilizando-se inclusivamente para qualquer apoio necessário do ponto de vista de trabalho e portanto, respeitamos os direitos, respeitamos as pessoas como é normal. Obviamente que serão realizadas todas as audiências previstas no âmbito de acordos de cedência de emprego público que serão celebrados com todos os trabalhadores da Águas de Viseu, obviamente que todo este processo está a ser feito, ainda carece de mais uma fase, isto é, hoje, se de facto as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados aprovarem estes instrumentos que aqui são presentes, o próximo passo é enviar para o Tribunal de Contas e ao mesmo tempo para a ERSAR, portanto, estas duas entidades terão agora aqui uma palavra final de pronunciamento sobre a bondade ou não e eventualmente podem até suscitar uma ou outra correção, que se acontecerem terão que voltar aqui à Assembleia Municipal. Por outro lado referir que, sendo esta empresa futura municipal 100% detida, mesmo que não fosse, mas 100% detida, obviamente que nada diminui o processo de fiscalização quer por parte do Executivo, quer por parte da própria Assembleia Municipal porque está no universo, será tanto quanto acontece hoje por exemplo com a Habisolvis, com a própria SRU, portanto, estamos a falar de níveis exatamente iguais do ponto de vista de avaliação e portanto, estarão sujeitos ao controle daquele que será o acionista que é o município. Portanto, para concluir reafirmar duas ideias, trata-se de uma otimização dos serviços, trata-se de um processo que se encaixa na reestruturação dos serviços na perspetiva da melhoria da qualidade, quando apresentar a seguir a proposta do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara, perceberão que estes dois instrumentos que estão a ser trabalhados há muito tempo, este é um processo que está praticamente a ser trabalhado desde que assumimos funções na autarquia e sempre foi um desígnio melhorarmos drasticamente a qualidade do serviço prestado, estamos a fazê-lo por um lado na alteração destes instrumentos seja na criação das Águas de Viseu quer no regulamento dos serviços, estamos a fazê-lo na lógica da ligação aos cidadãos, designadamente através do VISEUNET, que 177 procedimentos ficarão desmaterializados até ao final do ano no VISEUNET exatamente nesta lógica de transparência e ao mesmo tempo de proximidade, os Senhores Presidentes de Junta têm estado a participar connosco neste processo porque nós queremos que as próprias Juntas de Freguesia tenham aqui um papel ativo na proximidade com os cidadãos, designadamente aqueles que não sabem utilizar estes mecanismos informáticos e vamos também conciliar toda esta reestruturação com os próprios balcões que vamos abrir no âmbito do Programa Aproximar celebrado com o Estado Central e com a utilização de uma carrinha móvel que irá passar pelos vários municípios que têm menos população a dias fixos para facilitar exatamente os vários serviços, sejam os serviços da Administração Central presentes hoje na Loja do Cidadão, sejam também os serviços da autarquia, portanto, há aqui uma perspetiva integrada de reestruturação a que se somará também a questão física das instalações, não se pode exigir que as pessoas prestem um bom trabalho se não estiverem adequadamente instaladas, portanto, a criação do novo edifício onde ficarão as Águas de Viseu cujo projeto está a ser preparado e já em fase adiantada pela SRU, permitirá deslocalizar os Serviços Municipalizados Águas de Viseu para a Rua do Comércio, cumprindo uma dupla função, criar melhores condições de trabalho e ao mesmo tempo é um serviço que vai ser também uma âncora do Centro Histórico, permitirá que o edifício hoje da autarquia seja utilizado para reafectar o seu espaço na totalidade aos diferentes trabalhadores criando melhores

condições de trabalho, se somarmos a isto o facto de a autarquia ser hoje já, enfim, a entidade que está diariamente com a responsabilidade do antigo Governo Civil, onde estão já os Serviços de Educação e também o NIC instalados para além da vertente da Proteção Civil, partilhando o espaço com os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, portanto há aqui claramente uma preocupação de criar boas condições e estando também nos planos a construção ou melhor, a ampliação do espaço onde hoje temos as oficinas para que tudo fique concentrado e podermos ter também um melhor controlo de toda a parte das oficinas, dos materiais, etc., etc., etc., portanto, isto tem que ser visto como o bolo global da reestruturação profunda que estamos a fazer no universo da autarquia sempre com duas preocupações, melhor qualidade do serviço, mas também com melhores condições de trabalho para quem diariamente, os cerca de mil trabalhadores que tem o universo da autarquia o fazem, portanto, é exatamente este o intuito e não outro que está na base desta proposta que estamos certos que vai colher a vossa aprovação e estamos convictos que é um passo muito sólido no sentido desta estratégia global de reestruturação dos próprios serviços e focalizando as Águas de Viseu naquilo que é o seu *Core Business* como se diz em inglês na sua atividade principal que é exatamente a água, qualidade da água e tratamento dos resíduos, ao mesmo tempo procurando sempre prestar este serviço ao preço mais baixo, e reparem que eu à bocado nem fiz comparações, não entrei na lógica de estar a comparar os preços praticados no Concelho de Viseu com os preços vizinhos, achei que não era correto da minha parte para enfatizar o aspeto positivo do nosso município estar aqui a atacar colegas que muitas vezes enfim, também têm os tarifários que têm porque não tiveram também a oportunidade de construir soluções tão consolidadas como as nossas, mas portanto, são estes os motivos que nos levam a criar as Águas de Viseu Empresa Municipal, que depois desta tramitação toda, espero que no início do próximo ano, enfim, não é fácil comprometer-me com uma data, porque estarei dependente da aprovação do Tribunal de Contas e estarei também dependente da ERSAR, mas obviamente que trataremos isto com toda a diligência com que tratamos todos os processos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **SESSENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Renovo os cumprimentos às entidades e começarei por dizer que, pelas mesmas razões e mais algumas que os nossos Vereadores votaram contra isto, nós também votaremos contra e votaremos contra porque isto é antes de mais uma posição ideológica. Não há nenhuma razão, rigorosamente nenhuma razão que nós possamos encontrar para a criação desta entidade, a não ser uma única, à semelhança do governo do país, a Câmara Municipal de Viseu ideologicamente cria uma empresa municipal. Qual é a vantagem visível para a criação de uma empresa municipal? À primeira vista a criação de dois administradores remunerados, nomeados pelo executivo. Melhorias? Os Serviços Municipalizados de Viseu geram lucros de mais de um milhão de euros por ano. Qual é a necessidade de criar uma empresa onde as despesas vão aumentar? Não vejo, verdadeiramente não vejo. O Senhor Presidente da Câmara fala num estudo, eu tive o cuidado de ler o estudo da SISAQUA, empresa que de resto conheço e, claramente que é minha opinião de que isto é um estudo encomendado, porque das quatro possibilidades de gestão de águas, escolheu exatamente aquela que o município queria. Na verdade, eu li-a só algumas passagens para as pessoas que eventualmente não terão lido o estudo, diz-se aqui que “a robustez financeira da empresa (nova empresa), evidenciada por os rácios económico-financeiros atualmente gerados pelos SMAS de Viseu, permitirá certamente um acesso à banca comercial em condições muito vantajosas”, a situação da Câmara Municipal de Viseu como todos nós sabemos é uma situação financeiramente boa, nunca teve nos últimos anos nem na gestão do Senhor Doutor Almeida Henriques qualquer dificuldade de acesso à banca, dizer que é porque há

um rácio económico-financeiro favorável atual que a nova empresa terá mais acesso à banca, portanto, à possibilidade de condições mais vantajosas de obter crédito é, salvo o devido respeito uma tautologia, então, os Serviços Municipalizados têm condições para isso e por causa disso é que a nova empresa vai ter, então para que é preciso uma nova empresa? Eu, verdadeiramente não consigo perceber. Por outro lado e é fundamental que se diga que o Senhor Presidente das Câmara disse uma coisa que, vai-me desculpar Senhor Presidente, não é verdade, o Senhor Presidente da Câmara disse que, se mantinha a fiscalização, não é verdade, não é verdade porque agora o orçamento dos Serviços Municipalizados vêm à aprovação desta Assembleia, nos termos daquilo que é proposto aqui, as Águas de Viseu informam a Assembleia daquilo que é a sua gestão, é completamente diferente uma informação ou submeter à Assembleia a aprovação do seu orçamento, portanto, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara está a dizer não corresponde aquilo que nos traz a esta Assembleia, não é a mesma coisa, e isso é fácil de ver, basta procurar o artigo onde isso diz, nem era preciso ir aí, nem era preciso ir ao próprio estatuto, basta o estudo que diz isso completamente, mas há mais. Entretanto diz que isto, também diz o estudo, “aguarda-se a aprovação dos diplomas, que vão proceder à extinção e agregação, dos atuais 19 sistemas multimunicipais do grupo Águas de Portugal, em cinco novas empresas”, isso já foi publicado, como eventualmente saberão já foi no mês de junho publicado, aliás, nós recebemos informação da Assembleia Municipal de que o Grupo Parlamentar na Assembleia da República do Partido Comunista Português levou o assunto à Assembleia da República discutindo a legalidade da criação dessas novas empresas. Entretanto, eu percebo mal também quando se vem criar uma empresa municipal que terá necessariamente, como aqui se diz autonomia financeira e essa autonomia financeira está desde logo condicionada por aquilo que senhores/nós acabámos por aprovar há momentos, o regulamento das Águas, as tarifas das Águas já foram aprovadas, onde é que está a autonomia financeira da nova empresa? Não tem autonomia, porque foi condicionada por aquilo que antes da criação foi aqui aprovado hoje, mas há bastante mais. “O orçamento e o relatório e contas da empresa municipal são aprovados na assembleia geral da empresa local (isto é na Câmara Municipal único proprietário) e, posteriormente são enviadas como informação à Câmara e à Assembleia Municipal”, como eu dizia, não existe qualquer fiscalização por parte desta Assembleia disso, é por mera informação, Senhor Presidente da Câmara, está aqui escrito, página 22 do estudo da SISAQUA mais concretamente. Mais, “a transformação dos SMAS de Viseu numa empresa municipal obrigará a faturar aos contribuintes IVA sobre o serviço de saneamento, à taxa reduzida de 6%” isto é, há desde logo uma taxa que vai ser aumentada 6% que agora nem existe, é fundamental que as pessoas percebam que até fiscalmente vão ser penalizadas, e vem-se dizer, 6% é pouco? Admito que sim, mas depois vem-se dizer, mas vai haver IRS e portanto isso acaba por entrar nas contas. Bom, não sei se sim! Mas quando o Senhor Presidente da Câmara vem dizer, (já falei na capacidade de captação de capitais, já vimos que a Câmara tem capacidade de captação, não tem nenhuma necessidade de haver uma empresa pública para isso, uma empresa municipal) dizer que os lucros são reinvestidos, então, mas a Câmara não pode reinvestir um milhão e tal de euros que recebe na melhoria dos serviços? Só uma empresa municipal é que pode? Eu peço desculpa mas não estou a ver aonde é que está a lógica disso. Depois vem dizer que isto tem em vista uma coisa que pretende criar que é um serviço intermunicipal, e eu pergunto, Vossa Excelência já falou com os restantes municípios no sentido de saber se eles querem também fazer empresas municipais para depois se associarem e em conjunto intermunicipal irem recorrer aos fundos do Portugal 2020? É que os fundos do Portugal 2020 têm que ser tratados agora, e tanto quanto eu sei, depois do Portugal 2020 não há mais nenhum, portanto, parece-me que este argumento não colhe. Eu poderia continuar aqui a encontrar toda uma série de razões para dizer que efetivamente nós não podemos aprovar isto, estamos a hipotecar a possibilidade da Câmara Municipal de ter como tem



uns excelentes serviços municipalizados, excelentes serviços municipalizados, nós pagamos pouco de água, o Senhor Presidente da Câmara disse-o e isso é verdade.....

- O Senhor Presidente da Câmara intervenção dizendo: Senhor Deputado, nove minutos.-----

- O Senhor Deputado Municipal António Augusto Espinho Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo o seguinte: Eu acabo, pagamos pouco de água e nada garante que com uma nova administração, até porque tem que gerar lucros para pagar a dois administradores, a gente não sabe quanto é que eles vão ganhar, nem sabe quem são, nem sabe quem são, atenção! A gente talvez até saibamos, isso é outro problema, logo veremos, logo veremos, quando o Tribunal de Contas aceitar isto não é? Em relação à nova localização e melhores condições, com serviços municipalizados ou com nova empresa, já há muito tempo que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que aquele edifício que pertenceu ao Dr. Seara, que a Câmara comprou, seria onde se iam instalar os serviços municipalizados, acho muito bem que os funcionários estejam muito bem localizados e tenham muito boas condições de trabalho. Finalmente, e só mesmo para acabar. Eu gostava de dizer uma coisa, o Senhor Presidente da Câmara disse que falou com os funcionários, eu não duvido que falou com os funcionários, longe de mim duvidar, agora há uma coisa que eu sei, é que eles não perceberam aquilo que o Senhor lhe disse, porque eles continuam a perguntar, mas qual é a minha situação? Qual é a minha situação? Quer dizer, eu agora aceito ir para os serviços municipalizados, depois acho que aquilo não é bom e regresso, imaginemos que eu regresso três anos depois e as pessoas que estavam no mesmo nível do que eu, já entretanto foram promovidos e eu já perdi três anos de serviço, ou por outro lado, obrigam-me agora a dizer, eu fico na Câmara, são funcionários municipais, e os que não ficam abrem vagas, vagas que vão ser preenchidas, quanto ao preenchimento de vagas eu não me pronuncio, nós evidentemente, as dúvidas são tantas e este processo francamente não leva a lado nenhum, não leva a lado nenhum, não é bom para o município, os senhores ficam com a responsabilidade de criar um “elefante branco”.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- SESSENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Quero antes de mais saudar a presença entre o público do Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais vulgo STAL e passo então a ler a minha intervenção.-----

À primeira vista e sem uma leitura atenta dos documentos que enformam este ponto da ordem de trabalhos ou fazendo fé nas declarações que têm sido produzidas pelos responsáveis do Executivo Municipal, a transformação dos “SMAS de Viseu” em Empresa Municipal “Águas de Viseu”, até poderá parecer uma simples e administrativa mudança de sigla, um qualquer fetiche de modernidade ligado à nomenclatura dos serviços de água e saneamento. Aliás, a utilização intensiva e indevida desde há meses da designação “Águas de Viseu”, nos carros, nas faturas da água, na publicidade, faziam supor que se tinha processado uma pacífica mudança de “SMAS”, para um nome mais arejado e consentâneo com a propaganda oficial. Puro engano. Trata-se, isso sim, de uma mudança radical do paradigma organizacional dos serviços de água e saneamento do município e do seu modelo de gestão, que abre caminho a uma futura privatização, total ou parcial deste “serviço público de carácter estrutural, essencial para o funcionamento do tecido social e económico”.-----

No volumoso estudo que as duas empresas consultoras, a SISAQUA, do grupo Consulgal e Excellence Pursuit, produziram para fundamentar a opção da maioria no Executivo Municipal sobre esta matéria, não se encontra nenhuma razão de fundo que sustente de forma clara e inequívoca ser a opção de constituição da Empresa Municipal para a gestão das águas e saneamento no Concelho de Viseu, melhor que a existência dos SMAS. Bem pelo contrário. Sobre os SMAS, nomeadamente os de Viseu, refere a SISAQUA no seu



relatório e cito: “Os serviços municipalizados, como os SMAS de Viseu, têm uma longa história de sucesso na administração pública portuguesa...”-----  
Quando os consultores elencam, diga-se em abono da verdade, sem convicção, os pontos fortes para a opção “empresa municipal”, facilmente constatamos que essas ditas “vantagens”, não o são de facto, porque integram já hoje a prática dos SMAS de Viseu. Senão vejamos: “Eficiência na gestão” – que melhor eficiência se pode exigir a um serviço, que cumpre as suas obrigações sociais com mérito e obtém consecutivamente resultados financeiros positivos no seu exercício? “Facilidade de investimento” – o avultado financiamento alocado à construção em curso da ETAR Viseu Sul (mais de 46 milhões de euros), não é a demonstração inequívoca de que não é necessária qualquer “empresa” para obter financiamento? “Resposta elevada às necessidades das populações”. O Relatório de Gerência dos SMAS que analisamos em Abril último nesta Assembleia, concluía que a resposta já de si substancial no alargamento da rede de saneamento e abastecimento de água no Concelho podia ainda ser mais eficaz e abrangente se os resultados do exercício fossem totalmente afetados a esse objetivo. No que concerne à “qualidade da água servida às populações”, a autarquia encarregou-se de divulgar a excelência do SMAS para obter “Água de primeira, a dobrar”-----  
Segundo a SISAQUA, as vantagens da “empresa municipal” em relação ao SMAS residem, para além de *“uma maior flexibilização na política de gestão de recursos humanos”*, na possibilidade desta poder recuperar o IVA dos “incobráveis”. Mas também afirma, que a “empresa” terá de pagar IRC sobre os seus lucros, o que, só no exercício de 2014, corresponderia a mais de 200 mil euros. Se juntarmos ao pagamento de impostos os salários de dois administradores executivos (nos SMAS os administradores não recebem remunerações), com salário equivalente a um vereador a tempo inteiro (prevista no Artigo 8º, nº 2, dos Estatutos da AdV, E.M), feitas as contas, nem por essa razão se justifica alienar o atual modelo.-----  
Então se não há vantagens palpáveis, “o que faz correr a Câmara” no sentido da criação da Empresa Águas de Viseu, E.M.? Razões político/ideológicas, sem dúvidas, que podemos encontrar no Decreto-Lei 92/2013, de 11 de Julho, referido na página 16 do estudo, que define a orientação do atual governo para a privatização direta do sector dos resíduos e a agregação do sector das águas para posterior concessão.-----  
Sendo verdade que os SMAS não são uma empresa multimunicipal, ficando por isso fora do âmbito do referido Decreto-Lei, que dizer da apreciação do estudo, inserto na página 38, quando concluiu, e cito: *“Outra vantagem da existência de empresas locais refere-se à maior facilidade de subcontratação de serviços e a adoção de estratégias de outsourcing, que permitem criar estruturas de custos mais flexíveis nas atividades municipais, o que não é possível conseguir no âmbito das Autarquias”*.-----  
“Gato escondido com o rabo de fora”. Não se privatiza formalmente, vão-se alienando serviços até inviabilizar a “empresa”. Chegados aí, invoca-se o Artigo 38º dos Estatutos da Águas de Viseu que referem textualmente: *“A alienação da totalidade ou parte do capital social da “Águas de Viseu” é deliberada sobre proposta da Câmara, pela Assembleia Municipal”*. O número 3 do mesmo Artigo admite a possibilidade de dissolução da Empresa. Está tudo previsto. Não se privatiza já, mas deixam-se abertas todas as portas para que isso possa acontecer um dia. Impossível? Veja-se o que aconteceu na Covilhã. Empresa Municipal criada, não passou um ano sem que tivesse sido vendida aos franceses. Por fim, a parte mais importante deste processo: o futuro dos atuais trabalhadores dos SMAS. De facto, a passagem dos SMAS a Empresa Municipal cria um mundo de incertezas aos trabalhadores em relação ao seu vínculo futuro, sabendo-se que as novas admissões perderão de imediato o vínculo público. Tal como os outros Grupos Municipais, recebi do STAL cópia de ofício endereçado à Presidência da Câmara Municipal de Viseu, onde se dá conta da reunião mantida por esta estrutura com o senhor Vice Presidente e das propostas que foram entregues nesse âmbito ao Município, nomeadamente o Protocolo

de Entendimento e o Acordo de Cedência de Interesse Público.-----  
Melhor do que ninguém o STAL aqui presente saberá e poderá defender os direitos dos trabalhadores dos SMAS que a Câmara quer transferir para a Empresa Águas de Viseu. Questiono por isso o Senhor Presidente da Câmara sobre que resposta pretende dar aos documentos apresentados pelo STAL? -----

Tanto quanto sei, até ao início desta Assembleia, ainda não havia nenhuma resposta. Sendo que o STAL invoca a Lei para salvaguardar os interesses dos trabalhadores, é necessário protocolar entre as partes questões essenciais como a receção pela Empresa de todos os trabalhadores que o desejarem independentemente do tipo ou duração do vínculo. A consagração para todos os trabalhadores do vínculo público. Consagração do princípio que, em caso de dissolução da “Empresa” o município assegurará a integração dos trabalhadores de regime de contrato individual de trabalho que o desejarem. Consagração para todos os trabalhadores do vínculo público e do princípio geral da manutenção de direitos.-----

Para concluir, a CDU, reconhecendo à Câmara Municipal legitimidade para a constituição da “Empresa Águas de Viseu” e para a extinção dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, vulgo SMAS, existentes, entende que tal alteração não serve nem os interesses do Município, nem os dos trabalhadores dos SMAS e muito menos os dos munícipes, por conter os ingredientes que poderão levar à privatização deste sector público, o que a acontecer porá em causa o princípio da universalidade no acesso, a equidade nos tarifários aplicados, o direito humano à água e ao saneamento como bens públicos. O nosso voto será, sem qualquer hesitação, contra. Disse.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- SESSENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Caros Deputados Colegas, Público em geral. Eu não vou repetir o argumentário já aqui trazido pelo Dr. Ribeiro de Carvalho e pela Dra. Filomena, mas gostaria de vos dar aqui algumas notas que me parecem pertinentes, e eu vou começar exatamente com o processo da transparência e da interligação entre partes. De facto o STAL remeteu ao município um documento datado de 25/6/2015 onde diz: “Tendo tomado conhecimento que o executivo camarário se prepara para levar à Assembleia Municipal de Viseu agendada para o próximo dia 29 de junho, segunda-feira, vimos lembrar que até à data não nos foi feita chegar qualquer documentação pelo que reiteramos a necessidade do seu envio com carácter de urgência para se poder realizar a discussão do processo de transição com bases sólidas e fundamentadas que salvaguardem os interesses quer da autarquia quer dos seus trabalhadores”. Eu poupo já eventuais críticas que venham aqui a ser apontadas ao Partido Socialista dizendo de ante mão que o Partido Socialista reuniu com o SINTAP e com o STAL, portanto, com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, portanto, nenhuma das informações que aqui trago é de cor, e nessas reuniões, nessas duas reuniões que promovemos, dizer-vos que de facto surgiram críticas no que toca à transparência e à interligação nomeadamente, não tiveram acesso ao regulamento, à proposta de estatutos a esse regulamento, portanto, e dizer-vos também que as preocupações que mais nos revelaram são as preocupações dos trabalhadores, da sua situação remuneratória, do seu vínculo laboral, o desconhecimento na transição para a empresa, será caso a caso, serão uns mais importantes do que outros, portanto, foi uma preocupação que nos foi demonstrada. Dizer-lhe Senhor Presidente que o Partido Socialista, repetindo o que já aqui foi dito vai votar claramente contra porque não reconhece nesta empresa municipal nenhuma boa razão, a maior eficácia e eficiência, mas que idiossincrasias estão na base deste pensamento, elas não foram trazidas aqui ao conhecimento, falou-se em eficácia e

eficiência, mas não se falou nas idiossincrasias, porque é que elas estão na base desta alteração, isso não foi aqui dito. Dizer-lhe por último, mas também que não é de somenos importância que nos preocupa muito os trezentos funcionários do SMAS e consequentemente as suas trezentas famílias que estão ligadas, é que, quer se queira quer não, o município acaba por ser o maior empregador da região, é do conhecimento público, todos nós o sabemos e portanto, há essa grande preocupação com essas famílias, depois dizer-lhe que Vossa Excelência não pode aqui salvaguardar que a Câmara terá 100% do capital porque como sabe há diplomas legais que possibilitam a disseminação do Capital Social e portanto a consequente privatização, Vossa Excelência quando muito poder-nos-á dar garantias de dois anos, portanto, até 2017 que é o do seu mandato, portanto, não pode salvaguardar para além disso. Por último, e talvez um esclarecimento aqui à Mesa porque eu não percebi há pouco, foi dito que dois elementos da Assembleia por razões éticas não participariam na discussão, bom, eu coloco aqui a questão, eu percebo essa questão ética, se calhar não só ética também, a questão do vínculo, a empregabilidade, uma situação de algum transtorno, de algum incómodo, eu gostaria de colocar aqui a questão, dizer-vos o seguinte: Eu percebo essa questão ética, percebo que não participem na discussão, mas creio que seria importante que eles também aqui trouxessem o seu conhecimento. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Elsa Lemos.-----

----- **SESSENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA ELSA MARIA DA COSTA LEMOS (CDS/PP):** Boa tarde a todos. Reitero os meus cumprimentos.-----

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu são um organismo público de interesse local, dotado de autonomia administrativa e financeira e explorado sob a forma empresarial.-----

O órgão máximo dos SMAS é o Conselho de Administração, constituído pelo Presidente e por dois vogais, nomeados pelo Executivo Camarário. O Conselho de Administração possui diversas atribuições competindo-lhe aprovar o Relatório de Contas, mais tarde sufragado em Assembleia Municipal, fixar tarifas e taxas, propor à Câmara a eventual contratualização de empréstimos, deliberar sobre gestão e a direção dos recursos humanos dos SMAS, incluindo o Diretor Delegado, fixar o mapa de pessoal e arbitrar-lhe a remuneração, de acordo com a legislação. Mediante este preâmbulo extraído do Regulamento dos SMAS facilmente se depreende que as principais decisões passam sempre pelo crivo do Conselho de Administração, sendo este e o executivo autárquico duas faces distintas de uma mesma moeda. Por outro lado, sabemos que a gestão financeira dos SMAS se encontra de boa saúde e recomenda-se, uma vez que, tem apresentado sucessivamente lucros superiores a um milhão de euros anuais, contribuindo com o seu bom desempenho para a sustentabilidade das contas públicas da autarquia, ou seja, face aos resultados obtidos os SMAS não se encontram em situação de défice, antes pelo contrário, são uma entidade bem gerida, com as contas em dia e aprovadas em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal. Não é, portanto, pelo domínio financeiro que temos problema, até porque este ano com a legalização de inúmeras ligações à rede pública, estamos certos de que os resultados financeiros serão igualmente muito positivos.-----

Mais, ao longo dos anos, os lucros obtidos pelos SMAS são reinvestidos na melhoria da rede pública de abastecimento e a cobertura de saneamento no concelho anda muito próxima dos 100% não havendo lugar, portanto, a mais despesa a não ser as provenientes de roturas e outras melhorias.-----

A água da rede pública é de confiança e embora haja problemas pontuais de falta de pressão em baixa distribuição, contudo, têm sido feitos alguns investimentos, como é o caso da Colina Verde, no sentido de melhorar o serviço prestado.-----

Voltando à qualidade da água a mesma foi premiada em 2013 e 2014 com o selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano atribuído pela Entidade

Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A propósito, ainda nos recordamos da Campanha Viseu é de Primeira Água a dobrar. Sobre estes prémios Vossa Excelência fez a seguinte declaração que passo a citar: “os SMAS entram no top nacional das melhores entidades gestoras de serviços de abastecimento público de água”.-----

Quanto ao preço da água cobrado pelos SMAS podemos referir que o mesmo é aceitável.-- A robustez financeira dos SMAS, permitiu ainda que V/Exa anunciasse um conjunto de medidas destinadas a baixar o preço pago pelos consumidores como é o caso das famílias numerosas que viram o seu plafond alargado em mais três metros cúbicos, ou ainda o auxílio a famílias carenciadas que consumam até 25 metros cúbicos mensais taxados pelo escalão mais baixo e isenção de taxas fixas.-----

Face ao exposto, e considerando que os SMAS ao passarem a Águas de Viseu continuarão na posse total da Autarquia cumpre-nos, antes de definirmos o nosso sentido de voto, colocar algumas das questões que por sinal o Senhor Presidente já foi respondendo quando fez a sua apresentação, mas passo então a fazer as questões:-----

- 1) - Já tem a autorização do Tribunal de Contas para proceder à referida alteração?-----
- 2) - Que razões invoca para esta mudança?-----
- 3) - Serão as Águas de Viseu administradas por um Conselho Administrativo apenas constituídos por elementos do executivo camarário?-----
- 4) - Manterão as Águas de Viseu a figura do Administrador Delegado?-----
- 5) - O que é que vai acontecer aos colaboradores que trabalham nos SMAS e pertencem aos seus quadros?-----
- 6) - A quem é que apresentará o relatório de contas as Águas de Viseu?-----

Apesar da abstenção e da existência de algumas dúvidas, a posição do Grupo Municipal do CDS/PP evoluiu por uma questão de precaução e vota contra este ponto.-----

Eu vou deixar à Mesa o Requerimento proposto pelo Grupo Municipal do CDS. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SETENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, para abreviar.-----

Pretende a Câmara Municipal de Viseu criar a empresa Águas de Viseu, EM, abandonando o modelo de gestão do sistema de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais através de serviços municipalizados.-----

As razões mais próximas para esta decisão encontram-se plasmadas no estudo que acompanha a proposta: a agilização de procedimentos, a contratação de pessoal em regime de contrato de trabalho e não no regime da função pública ou o recurso ao outsourcing e subcontratação de serviços (veja-se folhas 37 e 38).-----

Entendemos, desde logo, que esta pretensa “agilização” irá retirar uma maior controlo democrático sobre a atividade, desde logo pela redução de competências da Assembleia Municipal sobre a atividade, uma vez que a empresarialização promoverá a opacidade, não tendo os orçamentos, planos de investimento e prestação de contas de estar sujeitas ao controlo direto da Assembleia Municipal.-----

Por outro lado, recusamos nivelar por baixo as futuras relações laborais, sendo claro o intuito de precarização das relações laborais no futuro.-----

Acresce que os SMAS têm-se revelado eficientes e adequados à prestação do serviço no concelho, pelo que não se acompanha a necessidade de promover a alteração do modelo de gestão deste serviço público. Por outro lado, a opção por esta fórmula abre a porta à eventual futura privatização deste serviço público, o que condenamos de forma veemente. Analisado o mérito ou demérito da proposta, passemos à sua legalidade. Mais uma vez, a

Câmara Municipal de Viseu, bem como a consultora que elaborou a proposta demonstram a sua inequívoca ignorância sobre o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local.-----  
Compulsados os estatutos da empresa a criar, verifica-se que os mesmos violam a Lei n.º 50/2012, de 30 de Agosto. Com efeito, a empresa não assume a forma de sociedade comercial, conforme prescreve o artigo 19.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 30 de Agosto passasse a revestir a natureza de sociedade comercial, (devendo assumir a forma de uma sociedade de responsabilidade limitada artigo 19.º, n.º 6 da Lei n.º 50/2012), o que não sucedeu de forma clara, pois apenas se refere no artigo 22.º da proposta de estatutos a divisão do capital em ações, nunca no entanto se indicando, expressamente, a indicação da forma de sociedade anónima.-----

Deveriam constar dos estatutos os elementos exigidos pelo artigo 9.º do Código das Sociedades Comerciais, e pelo artigo 272.º do Código das Sociedades Comerciais, quanto a este último artigo pressupondo que se pretendia optar por uma sociedade anónima.-----

Sublinhe-se que a nova designação ou razão social deveria cumprir os requisitos do Código das Sociedades Comerciais (275.º do Código das Sociedades Comerciais, pressupondo que a intenção seria de adotar a forma de sociedade anónima), incluindo ainda a indicação da sua natureza municipal – EM-, nos termos do artigo 19.º, n.º 5 da Lei n.º 50/2012, de 30 de Agosto.-----

Já no período de adaptação dos estatutos das várias empresas ao novo Regime Jurídico do Sector Empresarial Local o Bloco de Esquerda tinha aqui prevenido para a necessidade de adaptar os estatutos da EXPOVIS, Lda., ao que o executivo de então, firme das suas convicções, fez orelhas moucas.-----

Confrontado com a inevitável dissolução da EXPOVIS, Lda., fruto da não adequação dos seus estatutos, o atual executivo veio criar uma associação para a substituir, não apresentando qualquer estudo de viabilidade para o efeito.-----

Novamente alertados pelo Bloco de Esquerda para essa necessidade e para a consequente ilegalidade da proposta, fizeram novamente ouvidos de mercador.-----

Em consequência subsiste uma EXPOVIS moribunda e da associação, sem surpresa, nada se sabe.-----

Desta vez, para bem de Viseu, ainda bem que os estatutos são ilegais: sempre impedirão a concretização desta medida aqui proposta. O que não se justifica são os custos destas propostas mal fundamentadas e elaboradas.-----

Por estas razões, de mérito e legalidade, votamos contra a proposta, requerendo que estas declarações que serão plasmadas em Declaração de Voto, sejam anexas à Proposta, nos termos da lei, e remetidas conjuntamente para o Tribunal de Contas.-----

Eu creio que ainda tenho dois minutos, eu não queria repetir aquilo que alguns companheiros das Bancadas do PS e da CDU já aqui exprimiram, e até a do CDS por incrível que pareça, mas os trabalhadores não estão nada tranquilos ao contrário do que o Senhor Presidente diz, de facto estão muito preocupados e têm razões para isso naturalmente como eu já disse. A gestão financeira de facto tem sido boa, os SMAS são autossustentáveis mas há problemas, é necessário de facto um investimento, quando a pressão aumenta nas condutas de luselite e já tem acontecido em Abraveses no Bairro de Santa Rita e noutros sítios que aliás, constam do historial das reclamações registadas no sistema de telegestão, há de facto problemas desses. Há necessidade de renovar o parque automóvel para haver mais rapidez no atendimento ao consumidor, há carinhas que já têm 30 anos, há necessidade de uma mini giratória, portanto, uma máquina para abrir valas e uma máquina de desentupir, a cisterna suga fossas foi já velha da Câmara Municipal para o SMAS e o motor já deu o “berro” permitam-me a expressão há poucos dias, portanto, apesar deste milhão de lucros de facto devia haver, devia já ter havido até um maior investimento nos meios humanos e materiais, de resto, até me dizem, eu nem quero acreditar, que há Vereadores da Câmara que vão encher os automóveis de gasolina ao SMAS, eu naturalmente que nem quero acreditar numa coisa destas, agora o que eu



não preciso de provas é que como já foi dito ali pelo Deputado Ribeiro de Carvalho o que está por trás disto são razões político ideológicas, porque à semelhança do Governo de facto pretende-se privatizar tudo o que dá lucro, reparem, eu acabo já Senhor Presidente, ainda hoje os jornais trazem a Resolução do Tribunal de Contas que dá conta da Parpública não ter acautelado as garantias de serviço público na privatização da EDP e da REN, por outro lado, sabe-se que a Visabeira já tem capacidade para gerir água, sabe-se que a empresa francesa, não sei se é a mesma da Covilhã, mas sabe-se que os chineses já compraram uma empresa francesa que já está a distribuir águas em vários municípios portugueses, portanto, fica aqui o alerta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **SETENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Membros da Assembleia.-----

Nos últimos anos temos assistido a uma mudança substantiva da nossa forma de viver, não se trata de uma mudança de hábitos e tradições mas fundamentalmente no que à vida pública diz respeito. Hoje, nenhuma decisão ou ação de um responsável político é indiferente ao cidadão comum, as dificuldades e os sacrifícios que tivemos que passar e fazer para cumprir o programa de ajustamento económico-financeiro negociado pelo Governo do Partido Socialista deixou marcas tão profundas que tão cedo não serão esquecidas, aliás, embora agora alguns procurem apresentar soluções eufemísticas para anunciar a panaceia, os portugueses mais informados e conscientes dos factos não estão disponíveis para regressar ao passado de irresponsabilidade que a prazo significa mais sacrifício e mais austeridade. Neste caminho de resiliência e sacrifício, muitas foram as decisões que se tomaram para que os portugueses conhecessem com verdade a real situação do país, nomeadamente a dívida. Nunca é de mais recordar que foi a razão dessa elevada dívida pública que a pressão dos mercados obrigou à intervenção externa, quando já não havia dinheiro para pagar ordenados aos funcionários públicos e as pensões aos reformados. As más práticas de governação fizeram com que durante anos se recorresse a práticas de desorçamentação com a criação de empresas públicas, fundações, institutos, com um único objetivo, contornar o controlo da dívida do estado. Com as novas regras da União Europeia, o Sistema Europeu de Contas, tivemos que contabilizar dívida de mais de seiscentas dessas entidades do estado, que há data não eram contabilizadas no défice, o que fez com que o exercício da dívida em 2011 subisse 15% para os 123%, isto são factos, e estes são os factos que o Partido Socialista não esclarece. Nestes quatro anos, o Governo travou uma luta feroz no combate ao desperdício ao prejuízo e à má gestão, disso, são muitos os exemplos de redução de custos no funcionamento dos gabinetes do Governo, de muitas instituições públicas com a fusão e extinção de institutos, empresas públicas e porque não lembrá-lo, com a extinção dos Governos Cívicos e de dezenas de fundações ou com a renegociação das rendas das PPP. No que concerne ao setor empresarial local, houve também um longo caminho percorrido até chegarmos à Lei 50 de 2012. Em novembro de 2011 foi publicada a Lei 55 de 2011 que estabeleceu regras imperativas de transparência e informação no funcionamento do setor empresarial local e suspendeu a criação de novas empresas municipais, intermunicipais, metropolitanas, bem como a aquisição de participações sociais por estas. No final desse mês de novembro de 2011 foi concluído o Livro do Setor Empresarial Local e em 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei 50 de 2012 que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, uma Lei bastante rigorosa desde logo obrigando a que a criação de empresas do sector empresarial local como esta de hoje seja precedida de estudos de viabilidade económica e de visto prévio do Tribunal de Contas, com efeito esta Lei exige que as empresas sejam autossustentáveis, obrigando inclusive à sua dissolução sempre que uma das seguintes condições não se encontre preenchida:-----

1 – As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;-----

2 – Quando se verificar que, nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das receitas;-----

3 – Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;- e por último, quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Com o resultado desta reforma, o Setor Empresarial Local sofreu uma profunda racionalização, determinando com isso uma redução de cerca de 40% das empresas municipais através de um processo integração, extinção, fusão ou alienação, e é assim com este quadro legal que hoje chegamos ao nosso ponto da Ordem de Trabalhos, com um enquadramento legal que nos dá garantias de rigor transparência e controlo da atividade do Setor Empresarial Local e nos garante igualmente que as futuras gerações nunca ficarão expostas a eventuais atos de má gestão, com esta reforma já não é possível andar a brincar com o dinheiro dos munícipes nem com o dinheiro dos contribuintes. Em 2013 os viseenses escolheram um novo projeto político para o concelho, um projeto que mereceu a confiança da maioria dos nossos concidadãos, passados quase vinte meses de mandato, é notória uma nova dinâmica e uma visão estratégica diferente e inovadora para o concelho. Se no passado foi tempo de aproveitar a oportunidade de projetar o concelho em matéria de infraestruturas, hoje, aproveitando toda essa capacidade instalada é necessária retirar dela o seu melhor, é nesse sentido que o PSD faz uma avaliação muito positiva da proposta da criação da Empresa Municipal Águas de Viseu, não desvalorizando todo o trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipalizados até agora e não caindo no maniqueísmo de pensar que a proposta agora apresentada é solução para tudo. Consideramos que este novo modelo de gestão a implementar é uma opção inteligente de gestão que tem no seu todo a ambição de ser um instrumento de melhoria da eficácia, da eficiência e economia em torno de uma resposta operacional à população. Não querendo dissecar todos os ganhos nos atos de gestão ou agilização de procedimentos que o Senhor Presidente fez questão aqui denotar e que estão expostos no estudo, quero realçar apenas alguns aspetos que me parecem mais relevantes do todo da proposta:-----

1 – O controlo acionista é 100% público. Isso para nós é determinante e fundamental.-----

2 – Os funcionários que aceitem ser transferidos, recorde e repito, que aceitem ser transferidos através de acordo de cedência de interesse público não perdem direitos ou regalias.-----

3 – A Lei em vigor garante que o processo da criação da empresa municipal é rigoroso, transparente e defensor do interesse público.-----

E, por último, que a fiscalização da atividade da empresa é feita pelo Tribunal de Contas, pela Inspeção Geral de Finanças, pela Direção Geral das Autarquias Locais, pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal. Comecei a minha intervenção falando dos tempos de mudança, hoje, iniciamos aqui um processo de mudança na gestão dos serviços de água e saneamento do concelho, e é também ela uma mudança substantiva, uma mudança por opção e não por imposição como aquelas que tivemos nos últimos quatro anos e como diz António Lobo Antunes, há duas coisas certas que as pessoas não suportam, e eu queria dizer aqui que a oposição aqui não suporta, uma é o êxito alheio e a outra é a inovação e a mudança. Há por um lado uma reação de agrado e de adesão pelo público e por outro lado uma reação de desagrado que tem a ver com o ciúme, com a inveja e com a competição. Senhor Presidente da Câmara, nós confiamos em si e na proposta que a Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia, este é certamente o tempo oportuno para proceder esta mudança. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Eu também estava inscrito e vou só fazer uma intervenção.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa dirige-se ao púlpito e na qualidade de Deputado Municipal*

fez a seguinte intervenção: Eu começaria por cumprimentar o Senhor Presidente, cumprimentar a Mesa, cumprimentar todos os Senhores Deputados e começaria por desmistificar um conceito de opção ideológica e penso que aqui não há nenhuma opção ideológica, o que aqui há, é uma opção por um modelo de gestão municipal novo, daquilo que todos temos que considerar que é um dos principais bens essenciais à vida humana que é a água, por isso este modelo de gestão municipal, eu compreendo que muitas vezes há alguma relutância em relação a novos modelos de gestão, muitas vezes o problema não está nos modelos, está na sua utilização e houve, e temos que assumir muitos maus exemplos de gestão pública pelo país, nomeadamente empresas públicas, de gastos supérfluos, de mordomias, de abusos, para não dizer outras situações. É óbvio que o problema não está no modelo, está muitas vezes nos utilizadores ou nos decisores que depois têm, e por isso é um modelo que entendemos que tem as suas potencialidades e começaria por dizer que é um modelo que mantém a gestão municipal e aqui temos que dar todos a confiança, temos que dar o benefício, se não querem dar a confiança pelo menos o benefício da dúvida ao Senhor Presidente que já afirmou duas coisas:----- Que a empresa é 100% detida por capitais públicos nomeadamente a Câmara e que, enquanto for Presidente não faz qualquer privatização. Estas são as duas situações que já dissemos. Por sua vez, também dizer que, também foi aqui assumido e não temos problemas em o assumir, e aflorou um eventual custo para os munícipes, é óbvio que está em causa o IVA em duas tarifas, gestão de resíduos sólidos e também na tarifa de saneamento, são 6% que não existem nos serviços municipalizados e que passam a existir numa empresa pública. Estamos a falar de 6% e estamos a falar também de um equilíbrio que já houve com os escalões em termos de pagamento de água, ou seja, há aqui um equilíbrio que foi feito entre esse IVA e os escalões que houve, por isso, o custo está, como se costuma dizer, para os munícipes controlados. Também foi dito que em termos de tarifa seriam aceitáveis sempre com o produto, a água, controlada e de boa qualidade, já foi também dito isto. O que está aqui em causa, no meu modesto ponto de vista é aquilo que se chama conseguir a obtenção de economias de escala e de sinergias que o estudo aponta, e, vou criticar o estudo num âmbito, “e suporte e de um ciclo de investimento futuro” e nomeadamente naquilo que é uma situação que nós temos que prever no futuro que é, esta empresa ter músculo nomeadamente na sua potencialidade de se tornar, de se desenvolver numa empresa intermunicipal, eu penso que aqui está um grande desafio para esta empresa pública no futuro e aquilo que eu dizia que, no estudo nós concordamos, com obtenção de economias de escala, um bom suporte, aquilo que o Dr. Ribeiro de Carvalho aqui disse e muito bem o reconhecimento da robustez financeira dos próprios serviços municipalizados, e isto também é um fator muito positivo conforme a intervenção que aqui foi feita em termos de uma criação de uma empresa municipal que não é fictícia, porque tem por trás dela uma robustez financeira, a agilização dos serviços e a melhoria também da qualidade dos serviços prestados. Agora, há aqui uma situação que eu vou desde já criticar e que não me revejo, é um pormenor, é uma parte do estudo mas não me revejo nisto, quando no estudo se diz, “considero uma vantagem para a empresa local”, eu aqui não vejo qual é a vantagem ao dispensar a aprovação da Câmara e da Assembleia, eu aqui não vejo nenhuma vantagem para a gestão, “agiliza significativamente as decisões de gestão relativamente à situação dos serviços”, esta é uma vantagem que eu sinceramente não vejo em que é que a aprovação da Câmara e da Assembleia pode interferir na agilização das decisões da empresa municipal em relação aos serviços municipalizados. Pronto, aqui é uma crítica minha que faço a este estudo. Uma outra situação que eu gostaria aqui, é que também foi aqui realçado e acho que isto era crucial, e foi aqui definido, o estudo afirma, mas o estudo vale o que vale, mas já foi também afirmado pelo Senhor Presidente da Câmara que todos os trabalhadores não têm perda de direitos e regalias, isto foi afirmado e é público e penso também que não podemos pôr em causa esta afirmação que já foi dita, agora, há aqui como é óbvio uma situação que eu também, as

decisões políticas também têm muito a ver com quem vai fazer a decisão política, uma coisa é o estudo dizer que poderá ter dois administradores, o Senhor Presidente não disse, (são três, mas dois remunerados), não disse ainda se são dois se é um ou se é zero, o estudo diz que pode ter dois administradores não remunerados, o Senhor Presidente ainda não disse nada sobre isso. Segundo, há aqui um aspeto que é importante, é quando se fala muitas vezes e toda a agente fala, eu tenho confiança total no Senhor Presidente da Câmara, mas muitas vezes também tenho algum cuidado, e algum cuidado que não tem a ver com o Senhor Presidente da Câmara ou com o Executivo Camarário de Viseu, mas quando às vezes leio muito palavra agilizar, eu muitas vezes, há uma coisa que eu nunca quero, é que muitas vezes há estudos, toda a gente está a falar no agilizar e há outra palavra, outro verbo que eu não gosto, eu pessoalmente não gosto, que é o aligeirar, e por isso a minha condenação em relação a esta visão a este pormenor que aqui está, agora, também já foi referido, nós estamos e todos temos que ter um Estado regulador, temos que ter um Estado fiscalizador e todos temos que ter um Estado também prestador, agora, estamos aqui num Governo Local e temos que ter também um Estado facilitador, e num Estado fiscalizador que somos todos, tenho aqui eu, pessoalmente, ao ler os estatutos, tenho a segurança para poder votar a favor sem problemas numa base de grande confiança em relação ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, que tem a ver com o escrutínio que para mim é fundamental, que está perfeitamente consagrado no artigo 14º, eu fico descansado, até inclusivamente para os próprios Vereadores da oposição, e por isso, o artigo 20º também tem, a fiscalização da empresa pelo Fiscal Único, no artigo 25º tem o controlo financeiro que para mim é fundamental do Tribunal de Contas e Inspecção Geral de Finanças e no artigo 38º e termino com este artigo 38º, a alienação do Capital Social que alguns aqui focaram, a alienação do capital Social, nós temos o compromisso do Senhor Presidente da Câmara de 100% e por isso, qualquer alienação do Capital Social e por isso foi aqui colocada, é deliberado pela Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara, ou seja, será sempre 100% a não ser que esta Assembleia ou outra no futuro entenda que não, e por isso, isso também é uma garantia em termos do futuro e por isso, as razões de eu considerar que não é uma questão ideológica, que não há aqui nada escondido e numa ótica de confiança eu voto a favor desta proposta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** O Dr. João Cotta também pediu a palavra.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Este é um tema politicamente sensível, e há momentos na política em que nós temos que fazer confiança nas pessoas. Eu considero este projeto, ou este estudo mal fundamentado, apesar de eu ser um fervoroso defensor da iniciativa privada, mas também não tenho o estigma de que o privado é bom e que público é mau e vice-versa, temos casos dos dois lados, portanto, considerando, respeitando e acreditando totalmente no princípio da eficiência que referiu o Senhor Presidente da Câmara, o princípio da transparência, do controlo e todas as razões que o Dr. Mota Faria apontou e sobretudo com uma enorme confiança política no Senhor Presidente da Câmara eu votarei favoravelmente embora considere mais uma vez que as razões da mudança não estão devidamente fundamentadas. Isto é um local de debate político, mas mais uma vez, também é um local de confiança política e obviamente que eu tenho uma confiança política e pessoal no Senhor Presidente da Câmara e portanto, irei votar favoravelmente, mas, sem estar com os dois pés num lado só. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, renovo os cumprimentos. É muito breve o que vou dizer e vou focar-me aqui só apenas numa questão que foi aqui dito e prezo muito a opinião do Senhor Presidente da Assembleia que é quanto à questão ideológica. Eu parto

do princípio e é sobre essa questão que vou aqui falar, que se por aquilo que ouvimos e ouvi com muita atenção, e posso dizer que, esperei ansiosamente por a justificação que o Senhor Presidente trouxe aqui e eu ouvi com atenção e acredito naquilo que ele disse e nos fundamentos que trouxe do ponto de vista da gestão, mas eu não posso deixar de salientar aqui e ficaria mal com a minha consciência se não dissesse porque é que eu acho que é ideológico. É ideológico porque, vivemos um tempo, até para ir aqui ao encontro do que foi aqui dito, em que, quer queiramos quer não, vivemos um tempo em que há um preconceito ideológico contra aquilo que é administrado publicamente, Administração Pública. Eu não posso de maneira nenhuma concordar quando aqui, com argumentos do género de que, passando isto digamos que, a uma gestão como a que é aqui proposta, o modelo que é aqui proposto, que ela será mais eficiente e sobretudo que ela será melhor para o município e que será melhor para os munícipes. Eu quanto à eficiência, posso balançar, melhor para os munícipes e melhor para o município, eu tenho as minhas dúvidas, e onde está o princípio ideológico? É o preconceito e eu aqui penso que posso dizer alguma coisa, o preconceito de que a gestão privada é melhor do que a gestão pública, isso é um preconceito que existe hoje e é dominante, e eu digo que é errado, completamente errado, até porque qualquer gestão pública hoje é uma gestão profissional e como aqui foi dito, com erros dos dois lados. Eu deixo só aqui uma pequena questão ao Senhor Presidente e para a reflexão de todos, foi aqui dito que à Assembleia não lhe são retiradas, quer dizer, são-lhe retiradas, mas há aqui algumas, digamos que, prerrogativas neste regulamento que, faz com que a Assembleia Municipal possa ter digamos que, alguma ação sobre isso, mas eu faço uma pergunta muito simples. Poderá a Assembleia Municipal no modelo que se segue, votar aqui como votámos hoje as tarifas da água? Votar e dizer se não ou se sim? Desculpe Senhor Presidente, o que vai aqui acontecer é que a empresa municipal delibera, aumenta a água, diminui, faz o que muito bem quiser, eu já sei porque é que foram aqui aprovados estes..., já para criar alguma regra, mas se a água for aumentada no futuro porque está a dar prejuízo a empresa, e é uma justificação muito simples, na Assembleia Municipal a única coisa que nós temos é conhecimento desse aumento, não temos nenhuma forma de dizermos não aprovamos este tarifário. Como? É mentira? Então pronto, então se é mentira depois o Senhor Presidente há-de dizer-me como é que isso é feito do ponto de vista de uma empresa com o modelo que é proposto. Esse é um problema, o outro problema é, embora nós confiando como foi aqui dito, naquilo que o Senhor Presidente disse, o outro problema é, digamos que, na possibilidade de subconcessões, na possibilidade do ponto de vista da gestão se ir fazendo de algum modo um caminho que torne num caso ou noutro, completamente inevitável determinado tipo de alienações, e é sempre muito fácil dizer, não é a privatização, porque a privatização é quando se fala numa privatização em 51 %, portanto, mas independentemente disso o que está aqui a meu ver em causa é, ouvindo e lendo o que foi escrito sobre o fundamento para esta mudança, e ouvindo o Senhor Presidente da Câmara com muita atenção, eu continuo com a minha dúvida, qual a razão de fundo, qual a razão de fundo, a não ser que o Senhor Presidente possa explicar isso melhor, qual a razão de fundo que leva a que se mude uma gestão por todos considerada ainda à tão pouco tempo, por todos considerada eficiente e boa para o munícipe, quer na qualidade da água, quer na qualidade da gestão, etc., eu bem sei, o Senhor Presidente pode estar a meter-se, (não precisa dos meus conselhos para nada) mas pode estar a meter-se numa mudança de tal forma tão revolucionário, que aliás, a reestruturação que ali é proposta, é sem dúvida nenhuma na grande medida, de tal forma revolucionária numa coisa que funciona bem, que espero muito bem, espero muito bem, não lhe desejo isso, não tenho nenhuma inveja, não lhe desejo isso, que isto não possa correr digamos que, de um modo que, pretendendo uma coisa possa não vir a acontecer verdadeiramente isso. Isso é o que eu desejo que não aconteça. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Não havendo mais nenhuma



intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Antes de mais queria dizer ao Senhor Deputado Carlos Vieira que não há bombas de gasolina na Câmara. Queria dizer-lhe que todo o abastecimento de combustíveis na autarquia é feito com um cartão, em que cada pessoa que abastece tem que dizer que quilómetros tinha o carro cada vez que abastece, portanto, essa informação que trouxe aqui, que não gostei, sinceramente, acho que não corresponde com a sua forma de estar e com a forma como se tem comportado nesta Assembleia, acho que isto de pôr aí uma suspeição no ar, sobre um pretendo Vereador que pode abastecer o seu carro do ponto de vista privado, é feio, é feio porque efetivamente nenhum Vereador nem ninguém abastece indevidamente os seus carros na autarquia, é que a autarquia não tem bombas de gasolina, abastece nas bombas públicas que são escolhidas por concurso público, portanto espero que isto clarifique porque fala-se de muita coisa, há tempos também o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho também veio aqui dizer que eu que tinha pretensamente admitido um motorista sem concurso, acontece é que eu andei com um motorista por impossibilidade do atual que por acaso é dos serviços, enfim, não se fiem no que dizem, é melhor perguntarem que é para não caírem nessas esparrelas está bem? Que fique bem claro que estas questões de honestidade gosto muito de as tratar da forma que têm que ser tratadas e portanto, agradeço que, nesse tipo de insinuações, pensei que eram só apanágio de uma outra Deputada, mas pelos vistos o senhor desta vez também se distraiu. -----

Segundo aspeto, eu quero agradecer muito penhoradamente, aliás, os meus colegas de administração do SMAS, eu sou o Presidente do Conselho de Administração, estão aqui os dois Administradores e queremos agradecer os elogios rasgados que todas as bancadas nos fizeram hoje, eu fico muito satisfeito por de uma à outra virem dizer exemplar gestão dos Serviços Municipalizados, virem referir o excelente preço da água, até aquela campanha que parecia que era má, afinal já é elogiada, portanto, a campanha da água já é elogiada, portanto, eu folgo muito, eu folgo muito em que hoje, ainda bem que isto é tudo gravado e que fica tudo em Ata, porque para memória futura que conste que estes vinte meses de gestão deste Conselho de Administração, foram amplamente elogiados e já agora dizer-vos, o SMAS já tem um Administrador Delegado, não sei se sabiam, mas convinha informarem-se, o Administrador Delegado não é nada mais, nada menos, do que um Administrador, portanto, é um Administrador com competências próprias para a gestão do dia a dia, portanto, não há nada de novo, o SMAS também já tem um Administrador Delegado, mas portanto, folgo muito, enfim, com este elogio que tivemos hoje aqui, e já agora dizer uma coisa, a gestão não é ideológica, eu fiquei muito surpreendido que venham aqui dizer, nós vamos votar contra por questões ideológicas, a gestão não é ideológica, a gestão ou é boa ou é má, portanto, a gestão pode ser pública e ser muito boa, como nós pelos vistos fizemos ao longo de vinte meses, muito obrigado Senhor Engenheiro, muito obrigado Senhor Doutor pela ajuda que me deram, e muito obrigado aos trabalhadores que têm sido incansáveis no apoio que têm dado a este Conselho de Administração e já agora dizer-vos, estes três senhores que aqui estão serão os futuros Administradores desta Águas de Viseu, portanto, fiquem tranquilos, equipa que ganha, e então depois de hoje, deste voto de confiança, equipa que ganha não vamos mexer seguramente, depois do voto de confiança que os senhores hoje me deram, eu mesmo que estivesse a pensar em fazer alguma mexida, que não estava, tenho aqui a certeza que se trouxesse aqui à Assembleia Municipal seríamos votados por unanimidade, portanto, que fique bem claro. Passando agora também a algumas questões que foram referidas aqui. A questão da transparência, eu queria elogiar a intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves, pôs muito bem aqui a questão. Reparem, vocês algum dia se queixaram da transparência da gestão da Habisolvis? Algum dia vos ouvi queixarem-se da transparência da gestão da Viseu Novo? Nunca ouvi até agora, são exatamente sujeitas aos mesmos

princípios de controlo que vai ter as Águas de Viseu. Olhe, tem que fechar contas três em três meses, de três em três meses, quando atualmente o SMAS não são obrigados, passa a ser fiscalizada nos termos da Lei que o Senhor Deputado aqui trouxe, duplamente Deputado, porque é da Assembleia e da Assembleia da República, passa a ser fiscalizada pela DGAL, passa a ser fiscalizada pelo Tesouro e passa a ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas com esta periodicidade, para além disso, tudo isto tem que ser presente à Administração da Câmara, com as contas trimestrais devidamente fechadas. Meus caros amigos, acham que isto é menos controlo de gestão do que o que existe atualmente? É menos transparente? Por amor de Deus, não falemos em transparência, agora, também percebo que há opções de gestão, eu disse desde o início o seguinte: Esta reestruturação das Águas que está em curso, reparem, nós temos vindo a fazer uma série de alterações profundíssimas na gestão das Águas e algumas até mereceram da parte de alguns dos Senhores Deputados reservas, públicas até, mas agora elogiam, é fantástico, a política é fantástica, como é que uma coisa num dia é má e passado uns meses porque dá jeito, mas aqui neste caso, azar, azar porque efetivamente o elogio que fazem está vertido em Ata, há uma garantia que vos dou, este Conselho de Administração que aqui está, que será o próximo Conselho de Administração das Águas de Viseu vão manter exatamente o mesmo rigor que têm mantido até aqui, com um instrumento muito mais eficaz, porque reparem, nós temos sobretudo razões de focalização, estas Águas de Viseu hoje são vistas um bocado como quase um Departamento de Obras da Câmara, mais um Departamento de Obras e portanto, vão ser focalizadas, por um lado na água, no tratamento da água que é o seu *Core*, portanto, a sua função principal e também no tratamento dos resíduos, há aqui uma clara focalização, esqueceram-se de um aspeto que eu vos referi, é que é criada uma Unidade de Serviços Partilhados na Câmara, há uma quantidade de serviços que hoje são prestados, que até isso vos devia dar garantia, aos Senhores Deputados, é que há uma série de serviços que hoje são feitos com autonomia do SMAS que deixam de ser feitos no SMAS, passam para a Câmara, reparem, a contratação passa para a Câmara, a gestão do pessoal passa para a Câmara, a contração de empréstimos e de tratamento direto com a banca passa para a Câmara, os Serviços Jurídicos passam para a Câmara, é que esqueceram-se de ler o ponto a seguir, é que a criação das Águas de Viseu, têm que ser vista em articulação com a reestruturação de serviços que é apresentadas no documento seguinte, mais garantia do que isto? De transparência? De que a Câmara estará presente na gestão do dia-a-dia do SMAS? Todos estes serviços passam a ser prestados pela Unidade de Serviços Partilhados, sabem com que intuito? De agilização e de poupança, porque não faz sentido ter em cada um, nas Águas de Viseu, na Habisolvis, na SRU e na Câmara termos serviços que estão quadruplicados, passa a haver um só, um só Serviço Jurídico, um só Serviço de Compras, um só Serviço de Fiscalização de Contratos, isto chama-se aproveitar, poupar, e por outro lado vai permitir outra coisa, desde um simples serviço, por exemplo de abastecimento de combustíveis que foi referido, à contratação de serviços de telecomunicações, passa a ser feito para o universo total, o que vai permitir seguramente que haja aqui uma poupanças de meios globais, portanto, acho que vos estou a dar garantias de que efetivamente até há uma limitação, há uma focalização da mesma maneira que a seguir quando trataremos da reestruturação Orgânica da Câmara, também há uma lógica de especialização, verificarão que na reestruturação orgânica, há aqui, isto não é feito à toa, há um pensamento, mas não é ideologia, isto não tem nada de ideológico, tem a ver com o modelo da organização dos serviços e tem a ver com o modelo mais sofisticado e mais eficaz de preparação dos serviços, é disso que estamos a falar e não é de mais nada, agora, fiquemos conversados, quando alguém diz, e foi praticamente comum a todas as bancadas que é por razões ideológicas, estamos conversados, então votem contra, à vontade, porque razões ideológicas, eu nunca quero ter a mesma ideologia que algumas pessoas que aqui estão, não quero, recuso-me, ainda posso ter aqui alguma afinidade porque sou Social-democrata e reformista, ainda podemos ter aqui alguma afinidade, mas

há pessoas que não posso de maneira nenhuma comungar da sua ideologia e portanto, ainda bem que votam contra do ponto de vista ideológico. Respondendo a algumas questões que foram aqui colocadas e já fui respondendo a algumas delas, há aqui também uma lógica de investimento futuro, reparem, um dos grandes desafios Senhoras e Senhores Deputados que nós temos pela frente, é ver como é que nós podemos melhorar ainda mais o nosso serviço neste quadro comunitário de apoio que agora se inicia, e há aqui um posicionamento das Águas de Viseu, desta nova entidade para trabalhar mais intensamente com os municípios vizinhos, isto é um posicionamento de princípio, isto é, há aqui investimentos intermunicipais que a Câmara não tem capacidade para os fazer sozinhos, quando falamos de uma barragem estamos a falar de 50 milhões de investimento, eu não posso arriscar sozinho na gestão da autarquia um investimento de 50 milhões de euros, (não sei se vai ser abordado se não vai), sozinho, tenho que estabelecer aqui parcerias com municípios vizinhos com desígnios comuns para procurarmos ver se em conjunto temos ou não capacidade, agora, este modelo que estamos a utilizar para as Águas de Viseu permitem outra agilização na forma como nos vamos relacionar com os municípios vizinhos que efetivamente têm interesses comuns, já agora dizer, nós já fornecemos alguns serviços aos municípios vizinhos, mas pretendemos ainda vir a fornecer mais, nós hoje já fornecemos a água a Mangualde, quando se diz que a água é de qualidade, também é de qualidade em Mangualde, também é de qualidade em Nelas, e também é de qualidade numa parte de Penalva fornecida pelos nossos serviços e produzida aqui, naquela tal barragem que parece que está suja, não é? Às vezes levantam-se assim umas coisas para tentar lançar areia para os olhos, como se a captação de água fosse feita à superfície e não fosse feita no mínimo a dez metros de profundidade, e como se não houvesse deposição de detritos, não podemos andar a lavar a barragem todos os dias, por exemplo, só a lavagem do Pavia que está neste momento em curso, que se faz uma vez por ano, custa 50 mil euros ao erário público, não podemos fazer duas lavagens por ano, até porque temos que deixar consolidar os sedimentos para depois os retirar, para eles não apodrecerem e não provocarem maus cheiros, eu até já vou percebendo umas coisas disto, porque efetivamente tenho estudado bem o dossiê. Portanto, dizer que, alguém falou em “elefante branco”? Isto não vai ter gestão Socialista Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, vai ter gestão Social-Democrata, vai ter gestão Social-Democrata e isso é também uma garantia para o Senhor Deputado, portanto, vai ser uma gestão equilibrada, sustentável, portanto, não vamos criar aqui nenhum “elefante branco”, e dizer também que obviamente não venham desvirtuar a relação com os trabalhadores, e o Senhor Vice-Presidente recebeu o STAL, ora bem, nós só podemos passar à fase seguinte depois de aprovado na Assembleia, não faz sentido nenhum mandar seja que instrumento seja, a Assembleia pode hoje soberanamente reprovar e portanto, o processo volta ao início, fica exatamente como estava, portanto, nunca nenhum executivo sério como nós pretendemos ser começaria a enviar documentos fosse a quem fosse sem a aprovação desta Assembleia Municipal, seriam os Senhores que agora me estavam a atacar, “porque o Senhor Presidente já mandou aos sindicatos e nós nem ainda aprovámos”, de facto isto é “ser preso por ter cão e preso por não ter”, mas também já estou habituado, e obviamente que nós depois de aprovarmos aqui, com todo o gosto, aliás os documentos são todos públicos, transparência? Mais transparência? Os documentos são todos públicos Senhoras e Senhores Deputados, está lá tudo escrito, até o Senhor Presidente se deu ao luxo de criticar um parágrafo que é transparente, da mesma maneira que é transparente o comportamento dos dois Deputados que estão aqui, e achei de muito mau tom pôr em causa algo que é uma atitude de uma seriedade extrema, sabe Senhora Deputada, já agora para si, aprenda isto, sabe que nós temos entre nós um princípio que a Lei exige, quando há algum assunto que venham à votação em que nós possamos ter uma réstia de dúvida de que tenhamos conflito de interesses, devemos dizê-lo de imediato, isto é, já todos nós usámos isto no executivo, alertados até por mim, dizer assim, quando vocês tiverem na

dúvida digam que há conflito de interesses e não participem nem na decisão nem na votação, para evitar problemas futuros, hoje estamos nestas funções, amanhã não estaremos, isto é efémero, tudo passa na vida e temos que ter noção de que as coisas são assim, e de hoje para amanhã podemos estar a fazer a nossa vida de cidadãos normais e a receber uma notificação em casa, não é Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho? A receber uma notificação em casa a dizer, olhe esta atitude, a decisão que tomou no dia tantos do tal, agora venha ao tribunal explicar porque é que a fez, acontece isso não é? E portanto, nós prudentemente fazemos. Os Senhores dois Presidentes de Junta, estimados amigos que aqui estão tiveram uma atitude de grande nível, foi dizer assim, como nós somos também funcionários dos Serviços Municipalizados queremos-nos demitir de participar porque não queremos de hoje para amanhã criar até um problema a este órgão, que poderia ser a nulidade do ato por terem participado num dossiê que são interessados, portanto, felicitos-os, aliás, eu sei que todos os Senhores Presidentes de Junta são pessoas honestas, clarividentes e que sabem distinguir coisas, coisas que às vezes algumas outras pessoas não sabem, procuram é logo lançar areia, já estavam aqui a insinuar que os Senhores dois Deputados, aqui nessa qualidade, estariam contra o processo que o Presidente da Câmara está a fazer e portanto, aqui era preciso dizer “olhem que eles estão em desacordo, mas têm medo porque depois não fazem uns contratozitos lá para a freguesia não é?” Não, eu não me relaciono assim com os Senhores Presidentes de Junta e estão aqui os Presidentes de Junta eleitos por partidos da oposição que são os primeiros a dizerem que nunca foram tão bem tratados e com tanta transparência como são hoje em dia, e eu gosto muito de ouvir isto, porque de facto eu sou o Presidente de todos os viseenses, não sou o Presidente só de alguns, também sou vosso, embora não tenham votado em mim, mas trato-os em igualdade de circunstância, mas ainda tenho esperança, enfim, ainda tenho esperança porque eu acho que às vezes o tempo ajuda a corrigir a pontaria, isto para concluir que, eu se não tivesse a convicção extrema, se não tivéssemos a convicção extrema de que estamos a dar os passos certos, e reparem, e foi este estudo que sustentou a nossa decisão, não foi o contrário, reparem, nós tivemos esse cuidado, e dissemos isso até nas reuniões do executivo, nós vamos encomendar um estudo a uma entidade autónoma, portanto, isenta, nós podíamos ter feito isto tudo internamente, nós podíamos ter feito isto, mas quisemos ouvir a opinião de alguém externo, que nos pusesse os vários caminhos e que nos dissesse o melhor caminho é este ou é aquele, e de facto este é o melhor caminho para agilizarmos, focalizarmos, para podermos ter esta gestão, para podermos fazer os investimentos futuros, para nos relacionarmos melhor com os outros municípios à volta e até eventualmente poder estar aqui um embrião de uma boa empresa intermunicipal, quem sabe no futuro, porque a verdade é que, e eu não vou fazer juízos de valor sobre outras empresas existentes aqui à volta, nem vou fazer juízos de valor sobre o preço a que alguns pagam a água, agora há uma garantia que eu tenho, é que com a nossa gestão a água vai continuar a ser de qualidade e vai continuar a ser uma água barata, e obviamente que esta Assembleia continuará a pronunciar-se Senhor Deputado, sobre essa vertente, olhe, a Associação Nacional dos Municípios ainda recentemente tomou uma posição que, a competência para a fixação dos preços da água continua a ser dos municípios ok? Está bem? Portanto, os tais parceiros que às vezes servem ao contrário, aqui também servem para dar justeza à minha justificação, a Associação Nacional de Municípios ainda há dias num parecer que eu também votei favoravelmente diz que independentemente de ser privado ou público a competência é municipal e não abdicamos dela, e nós aqui também não abdicaremos ela, portanto, Senhor Deputado, leia, esclareça-se sobre as situações porque as coisas não podem servir para um lado e depois não servir para outro. Bem, eu tenho a expectativa Senhora Deputada do CDS/PP, que como não é por questões ideológicas, pelo menos foi a única pessoa que não argumentou aqui questões ideológica, o Senhor Presidente da Assembleia também não as argumentou embora eu saiba que ele é a favor da gestão pública, enfim, nós também provamos que é possível fazer a gestão pública



com competência não é? Não é uma questão ideológica, espero que tenha desfeito todas as suas dúvidas e que enfim, que possa rever o sentido de voto, porque, os trabalhadores estão perfeitamente assegurados, a negociação vai ser feita trabalhador a trabalhador, obviamente que respeitamos muito os sindicatos e continuaremos a ouvi-los e interligados mas, há uma coisa que nós ainda respeitamos mais que são os trabalhadores e vamos ouvi-los um a um, um a um ok? Porque tem que ser, tem que ser assim e se as pessoas quiserem vão, quem não quiser fica na Câmara, portanto, não restem dúvidas, todos os trabalhadores vão ser ouvidos, um a um durante este processo, é trabalhoso? É sim senhor, mas eu prefiro um processo bem feito e trabalhoso, eu não tenho qualquer problemas de trabalhar de sol a sol, todos nós felizmente temos uma boa capacidade de trabalho e aguentamo-nos aqui com sete dias por semana e eu como tenho necessidade de dormir pouco estou perfeitamente, o Professor Marcelo bate-me um bocado nessa questão das horas, mas eu mesmo assim, com cinco horitas estou perfeitamente bem para o dia seguinte, e portanto, deixar-vos bem claro que efetivamente nós iremos salvaguardar todos os direitos dos trabalhadores até porque a própria Lei não nos permitiria, mesmo que nós quiséssemos e não queremos, a própria Lei não nos permitiria. Por outro lado e por último, para finalizar a minha garantia. É pá, obviamente que eu não posso responder por um Presidente que daqui a dez anos venha a presidir ao município de Viseu não é? Se os nossos concidadãos nos derem a confiança, não acabou de me ouvir Senhor Deputado, ó Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, deixe-me acabar porque eu estava no meio da frase, se os nossos concidadão nos derem a confiança nas próximas duas eleições, é que faltava esse pormenor, portanto, se daqui a dez anos, vier para este lugar nestes pressupostos não é, que são democráticos, alguém que pense de maneira diferente deste humilde servidor do concelho e do país, isso aí não será com certeza responsabilidade minha, mas não deixarei de enquanto cidadão de também ter a minha opinião, portanto, esta é uma garantia séria e honesta de que este é um caminho de opção de gestão, de modernização, e a seguir quando apresentar a reestruturação orgânica da Câmara melhor se perceberá, porque eu também com esta opção das Águas de Viseu, para além do todo que está subjacente, permite-me no fundo criar três departamentos operacionais na Câmara e passar a ter um departamento operacional para todo o universo da Câmara Municipal e isso acho que têm que reconhecer que há aqui digamos que, uma boa dose de trabalho, de inspiração e de trabalho para dotar a autarquia dos melhores instrumentos de gestão para servirmos melhor os nossos munícipes, e portanto, obviamente que respeitarei a votação, mas vou sempre à luta e apresento ao argumentos até ao fim, estou absolutamente convicto do caminho que estamos a seguir e acho que não nos vamos arrepender dos passos que estamos a dar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dr. Ribeiro de Carvalho, três minutos, é o direito, são três minutos.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Os meus cumprimentos habituais. Havia três pequenas questões que eu gostaria de colocar. A primeira é que quando se fala em ideologia, é a opção que é ideológica, é isso que eu disse, a opção. A segunda questão que eu queria colocar é, para minha surpresa uma das justificações que a SISAQUA dá é de que, o mandato dos membros do Conselho de Administração não é remunerado e coincide com o respetivo mandato como membros da Câmara Municipal, não é em relação ao SMAS, ora, prevendo-se a possibilidade de haver remuneração, dizendo Vossa excelência aqui hoje, que os membros novos são o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador, isso tem a ver com remunerações? Era a segunda questão. A terceira, eu peço desculpa, há uma coisa que eu aprendi desde pequenino, perguntar não ofende, ofende é dizer coisas que as pessoas resguardam no bolso, eu sou completamente leal a fazer perguntas, isto é ponto de honra, e a terceira pergunta, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se quando falou em gestão PS se estava a falar ao Dr. Oliveira e Costa ou ao Dr. Dias



Loureiro?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Mais alguma questão? O Senhor Presidente da Câmara quer responder.-----

----- **SETENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Só tranquilizar o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. Como sabe, mesmo que nós quiséssemos, e não quereríamos, nós até prestaríamos este serviço público sem remuneração pelo prazer de estar ao serviço dos cidadãos, mas como sabe não é possível acumular remunerações, sabe disso não sabe? Estes três humildes servidores são Administradores do SMAS como serão das Águas de Viseu sem qualquer remuneração, seja senha de presença seja o que for, agora, temos um Diretor Delegado não invalida que venhamos a ter um Administrador Delegado como opção de serviço da própria empresa, mas já hoje temos, não há nada de novo, não é assim Senhor Deputado? Já agora, em relação a matérias, eu fiz parte da comissão do BPN no Parlamento, acompanhei “de fio a pavio”, olhe, o Senhor Deputado Pedro Alves agora fez parte da comissão do BES, olhe, encontramos lá, desculpe a expressão “filhos de muitas mães” e não vamos falar em questões ideológicas, porque a honestidade não é uma questão ideológica, há pessoas honestas no Partido Comunista, no Partido do Bloco de Esquerda, no Partido Socialista, no PSD, no CDS e até em alguns partidos que pululam, e há pessoas desonestas, e portanto, as desonestas devem ir para a cadeia, pronto, tão simples como isso, tão simples como isso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então colocar à votação o Ponto Dez APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DOS “SMAS DE VISEU” PARA EMPRESA MUNICIPAL “AdV – ÁGUAS DE VISEU E.M.” E APROVAÇÃO DO “PROJETO DE ESTATUTOS”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foi aprovado com onze (11) votos contra. (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 414/415).*-----

Íamos então passar ao Ponto onze APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Complementando no fundo a apresentação que fiz e procurando ser rápido, o que nós aqui estamos a apresentar é uma proposta de regulamento dos serviços municipais da Câmara, na tal perspetiva da modernização que se pretende e tendo na sua base os objetivos de políticas consagradas no Viseu Primeiro designadamente no desenvolvimento económico, no desenvolvimento urbano, na coesão territorial e a coesão social e qualidade de vida. Esta reestruturação assenta em princípios que passam pela eficácia, planeamento, coordenação e cooperação, transparência, controlo e responsabilização, qualidade, inovação e modernização, gestão por objetivos e também o dever de informação, e obviamente que adequaremos os recursos humanos e os espaços à nova orgânica e prioridades e assumiremos o munícipe como um elemento central da nossa atuação, aliás, só faz sentido fazer uma reestruturação tendo na base um melhor serviço ao munícipe. Desde logo gostava de realçar a criação do Provedor do Município, será um dos gabinetes que passará a ocupar um lugar na estrutura orgânica dos serviços Municipais da Câmara Municipal de Viseu, é um aspeto que eu acho que é um grande salto do ponto de vista de termos alguém que efetivamente é destinatário de algumas questões que os municípios possam levantar, por outro lado será uma estrutura mista composta por uma estrutura hierarquizada, constituída por quatro unidades orgânicas nucleares, portanto, quatro Departamentos, a saber: O Departamento de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida, O Departamento de Ambiente Sustentabilidade e Inteligência Urbana, O Departamento de Desenvolvimento Económico e Ordenamento do Território e o tal falado Departamento de Serviços Partilhados que é instrumental para todo o universo da autarquia. Dezasseis unidades flexíveis, Divisões Municipais, três cargos de direção intermédia de 3º grau e sete Gabinetes. Estrutura

Matricial também constituída por duas equipas multidisciplinares, o NIC e o Património e no Departamento de Serviços Partilhados teremos uma Unidade Orgânica de Administração, a Divisão de Tecnologias de Informação e Comunicação, que é outro serviço que passa a ser partilhado para todo o universo, a Divisão dos Recursos Humanos, a Divisão Financeira e de Logística, Divisão de Serviços Jurídicos que inclui uma unidade operativa de contratação pública que se percebe que cada vez mais é importante termos uma garantia que a contratação pública é feita nos termos de toda a Lei que está em vigor, até para nossa defesa e em nome da transparência. No Departamento de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida, teremos a Divisão de Turismo, Cultura, Museus, Arquivo Municipal e Biblioteca, portanto, a Divisão de Cultura concentrada naquilo que é a sua área de ação, o Desporto e Juventude que estavam insertos nesta estrutura passam a ser uma divisão autónoma, aliás, há aqui um aspeto, por exemplo as Piscinas Municipais com esta reestruturação passarão a ser geridas pela Divisão de Desporto e Juventude. A Divisão de Educação e o Gabinete de Coesão Social. No Departamento de Ambiente Sustentabilidade e Inteligência Urbana, obviamente que estas designações denotam bem o objetivo que pretendemos atingir, ficará a Divisão de Ambiente e Jardins, a Divisão de Mobilidade, a Divisão de Fiscalização de Obras Municipais e Vistorias e a Divisão de Estudos e Projetos. No Departamento de Desenvolvimento Económico e Ordenamento do Território, claramente aqui uma lógica de autonomizar tudo o que tem a ver com o licenciamento, com as empresas, com tudo o que tem a ver com a economia, criando-se aqui este Departamento com esse objetivo, teremos a Divisão de Licenciamento, Industrial, Empreendedorismo e Desenvolvimento Rural, a Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território e a Divisão de Gestão Urbanística e Licenciamentos. Na dependência do Presidente da Câmara ficarão a Estrutura de Missão UNESCO, a Proteção Civil, Aeródromo, Bombeiros, Polícia Municipal, o Gabinete das Freguesias, o Gabinete do Investidor, o Gabinete de Fundos Comunitários o Gabinete de Auditoria Interna, o Provedor Municipal e obviamente o Gabinete de Apoio à Presidência. O regulamento que apresentámos a esta Assembleia detalha aprofundadamente as competências de cada uma das unidades e subunidades orgânicas que referi, seguramente que leram com atenção, vou os dispensar de estar aqui a elencar todas essas questões e portanto, esta alteração a este regulamento que se propõe, em última análise o que se visa, e penso que agora ficará mais perceptível enfim, toda a lógica da criação das Águas de Viseu, vai permitir refocalizar, portanto, três áreas principais e depois uma área de serviços partilhados que se assumirá como um departamento que prestará serviço a todo o universo da autarquia, portanto, com isso otimizar recursos e ao mesmo tempo permitir focalizar nas várias Divisões e Departamentos os vários serviços da autarquia, permitindo mais uma vez aqui que alguns trabalhadores municipais possam até mudar de serviço, isso é importante, as pessoas às vezes adquirem outras competências e estão muito mais confortáveis num serviço do que noutro, esta também será uma oportunidade de nós podermos permitir que alguns trabalhadores municipais que estejam alocados, hoje há trabalhadores municipais que estão a fazer serviço que não estão exatamente dentro daquilo que são as suas capacitações, é uma forma também de o poderem fazer. Portanto, é esta alteração que também vos deixo aqui na tal linha da exposição inicial que fiz, portanto, reestruturação orgânica, na reestruturação orgânica a criação das Águas de Viseu, a questão das infraestruturas físicas para que as pessoas possam produzir melhor e ter melhores condições de trabalho e ao mesmo tempo o VISEUNET que vai permitir agilizar processos, torná-los mais transparentes, nada é mais transparente do que um processo que possa ser fiscalizado por um cidadão, se eu meter um processo de licenciamento de uma unifamiliar e com a minha *password* puder acompanhar as várias fases, nós no fundo estamos a permitir que o próprio cidadão seja juntamente connosco um fiscalizador da eficácia dos serviços e da transparência, para além da figura do Provedor que também será aqui um elemento de recurso do cidadão quando alguma coisa não esteja a correr da

melhor maneira, e portanto, penso que este é também um passo muito positivo que damos na reestruturação dos nossos serviços. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado Rafael Amaro.-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS):** Senhor Presidente, renovo os cumprimentos e muito rapidamente dizer o seguinte: Já vimos que a grande reestruturação dos serviços discutimo-la à pouco, olhando para esta organização é legítimo que o Senhor Presidente faça as mudanças, parecem-me por aquilo que eu posso apreciar e não é muito porque não conheço obviamente os serviços e não vou tecer grandes comentários, parece-me digamos que, uma organização que tem princípio meio e fim. Já agora o que eu gostava e vou-me deter apenas num ponto, que é congratular-me pela figura do Provedor, foi algo que eu já aqui tinha dito, não é por eu ter aqui dito que o Senhor Presidente fez isso porque também estava no programa que sufragou, tal como estava no programa do PS, e portanto, de qualquer maneira, é o Senhor Presidente que o traz aqui e eu congratulo-me com isso, agora, eu gostaria só de duas notas sobre isso se o Senhor Presidente me permitir, que eram, mais uma vez não precisa de qualquer conselho sobre isso, é no seu direito e é legítimo que faça a nomeação que muito bem entender dessa mesma pessoa, mas eu, a única coisa que recomendaria talvez, é de que, a pessoa que vai escolher tendo em conta este cargo que eu reputo da maior importância, o pudesse fazer de uma forma o mais consensual possível e portanto, quando eu digo consensual, com certeza que será alguém, será uma figura acima de toda..., digamos que, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, mas que já agora o pudesse fazer, sei que tem a maioria, aprova o que muito bem entender, etc., mas que o pudesse fazer, digamos que, de uma forma consensual, mas deixarei a metodologia para o Senhor Presidente, faça-o como muito bem entender, mas eu acho que seria muito importante, muito importante, digamos que, que esta figura nascesse bem. O conhecimento que eu tenho desta figura nos municípios onde existe, e alguns até existem em municípios onde é da Câmara e do próprio SMAS, digamos assim e portanto, é uma figura da maior importância, mas também conheço casos onde deu alguns problemas e estragou-se a ideia à partida porque a opção pela pessoa escolhida não foi a melhor. Nem sequer vou perguntar, obviamente que é um cargo sem remuneração, é uma figura que tem que sentir uma grande apetência para este serviço público, mas deixarei depois ao Senhor Presidente o que muito bem entender, mas esta é a minha sugestão. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Joana.-----

----- **SETENTA E NOVE: – A SENHORA DEPUTADA JOANA PATRICIA DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social, Público presente.-----

A Câmara Municipal de Viseu tem como objetivo fazer um trabalho de excelência para com os visenses, procurando de uma forma progressiva e com o esforço e dedicação de todos os colaboradores da autarquia, contribuir para a satisfação dos munícipes, desenvolver a relação munícipe/município, responder aos desafios da próxima década e assim contribuir para a construção de um concelho melhor.-----

O novo Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da CMV será uma ferramenta importante para a concretização deste objetivo. Os serviços municipais irão assegurar a preparação e a execução das decisões dos órgãos municipais, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, e a prossecução das

atribuições e competências do município de Viseu, no respeito pelos princípios gerais e constitucionais que regulam a atividade administrativa.-----

Estes serviços irão funcionar segundo os princípios da eficácia, do planeamento, da coordenação e cooperação, da transparência, do controlo e responsabilização, da qualidade, da inovação e modernização, da gestão por objetivos e dever de informação.

É de salientar que no novo Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da CMV e da nova orgânica que o mesmo revela, as funções municipais relacionadas com a promoção da qualidade de vida, a coesão social e o desenvolvimento económico serão potenciadas/reforçadas, revelando a preocupação que este executivo dedica desde sempre a esta temática. Nesse sentido, este regulamento irá comportar um departamento dedicado ao desenvolvimento humano e à qualidade de vida que irá reforçar as funções sociais do Município.-----

Os serviços municipais relacionados com a educação, o apoio à família e à inclusão, a coesão e a solidariedade social, a juventude e o desporto, assim como de desenvolvimento cultural estão também incluídos neste novo Regulamento.-----

A economia, mais concretamente no departamento do desenvolvimento económico e ordenamento do território terá igualmente uma importância fortalecida nesta nova orgânica.-----

O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais da CMV irá consagrar ainda a figura do “Provedor do Município”, já aqui falado pelo Senhor Presidente, este, terá como função a defesa e a prossecução dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos perante os órgãos e serviços municipais.-----

É com certeza desejo deste executivo que este regulamento seja mais um passo para a modernização da estrutura, promova ferramentas para a melhoria contínua dos serviços prestados e assegure a continuidade da qualidade do serviço público. Assim, o Grupo Municipal do PSD votará a favor da proposta do Regulamento dos Serviços Municipais da CMV. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente se assim o entender.-----

----- **OITENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente, muito rapidamente, por um lado para agradecer a intervenção da Senhora Deputada Joana Ferreira que interpretou muito bem tudo aquilo que está previsto neste novo regulamento e obviamente dizer que, em resposta ao Senhor Deputado que me disse que tinha um assunto urgente para tratar, mas não deixando de responder, os princípios da escolha de pessoas, estão plasmados na Lei não é? Portanto, todas as pessoas têm que ser escolhidas nos termos que a Lei define e que seguramente que o iremos fazer, não está só em causa o Provedor do Município, está em causa outras questões de chefias nesta nova orgânica, portanto, seguramente que iremos fazê-lo nos termos da Lei, e sendo o Provedor do Município uma figura tão relevante e um fator de novidade muito grande na nossa orgânica, não deixaremos de escolher uma figura enfim, uma figura que seja reconhecida por todos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação, por isso íamos iniciar o processo de votação. Por isso, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**, quem vota contra? Quem se abstém? *Por isso foi aprovado com dois (2) votos contra e seis (6) abstenções. (Anexo 13 – Registo nominal das votações, páginas 416/417).*-----

Eu agora propunha que os Pontos do 12º ao 20º, atendendo à matéria fossem discutidos em conjunto, propunha quer à Assembleia, quer ao Senhor Presidente da Câmara, que fossem discutidos em conjunto embora votados separadamente. Da parte do Senhor Presidente da Câmara não há nenhum problema? Da parte da Assembleia também?

Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **OITENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Basicamente estes pontos estão muito em linha com aquilo que tinha sido um compromisso assumido aqui, que depois de ultrapassada a Lei que hoje restringe a contratação, trazer aqui algumas situações, desde logo referir, os pontos estão todos muito interligados, no caso dos Bombeiros a criação de dois postos novos de trabalho na categoria de Bombeiro, aproveitando até para neste concurso que está neste momento a decorrer passarmos de seis para oito, aproveitando o concurso que está a decorrer para podermos contratar mais duas pessoas, também a criação de um novo posto de trabalho de Técnico Superior na Área do Turismo, no Mapa de Pessoal, que acrescerá a um já existente, a abertura de procedimento concursal para a ocupação de dois postos de trabalho de Técnico Superior de Turismo em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e também a criação de um posto de trabalho na Carreira de Técnico Superior de Ambiente e abertura do respetivo procedimento concursal. Depois, a seguir basicamente são pontos que têm a ver com isto que eu estive agora a referir, portanto, com a criação destas vagas para estes concursos, depois o 16º é a Apreciação e Votação da Proposta de Renovação da Autorização de Abertura de Procedimento Concursal para 3 Postos de Trabalho na Categoria/Carreira de Assistente Operacional dos SMAS Viseu, portanto, é suscitar à Assembleia um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal que já está em fase adiantada, aliás, a prova de conhecimentos já foi feita e estima-se que em três meses se concluirá o processo, mas obviamente que esta autorização tem que ser dada, depois a seguir, temos os dois postos de trabalho na Carreira/Categoria de Técnico Superior – Área de Engenharia Civil, também solicitar à Assembleia um prazo de seis meses para a conclusão do procedimento concursal, portanto, também já é um procedimento que está em curso, e por fim, nestes três últimos pontos, num caso, portanto, é a Autorização de Cessação de Procedimento Concursal Comum para Preenchimento de um Número Máximo de 1 Posto de Trabalho na Carreira/Categoria de Técnico na Área de Direito, a seguir também a Cessação do Procedimento de um Trabalhador na Categoria da Área da Psicologia, e também no Posto de Trabalho de Carreira/Categoria de Técnico Superior, portanto, tem a ver com ajustamentos na própria estrutura, por outro lado referir que está em curso ainda o procedimento do PEPAL, nós estamos neste momento a recrutar 18 jovens através do PEPAL em competências diversas, sabemos também que vai ser alargado, aliás, já foi alargado a mais quatro, portanto, em vez de termos 18 passaremos a ter 22 jovens admitidos neste concurso, e obviamente que, como sabem, um jovem que entre no PEPAL que venha a demonstrar uma capacidade ao longo dos doze meses do exercício da função, num concurso que venha a ser aberto pela autarquia pode ter aí um procedimento de vantagem, isso obviamente que é importante porque vimos, enfim, no estágio a competência. Portanto, tudo isto que aqui vem acaba por ser procedimentos que visam dotar cada vez mais a autarquia das competências técnicas que muitas vezes lhe faltam e portanto, é isto que se me oferece apresentar nestes vários pontos, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Alguém quer intervir? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires?-----

----- **OITENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** No que diz respeito à criação de postos de trabalho e ao procedimento das contratações naturalmente que votaremos a favor, trata-se, enfim, de medidas que, justamente porque criam postos de trabalho não poderíamos de forma nenhuma deixar de estar de acordo. Voltamos aqui a insistir em que ouvidos os Bombeiros de facto isto continua a ser insuficiente, eles queixam-se dos horários que trabalham e queixam-se da insuficiência de efetivos que têm para o trabalho que há de facto a realizar. Já relativamente à cessação de contratação, não podemos de maneira nenhuma votar a favor



perante este pedido que a Câmara nos faz, e, é até com alguma perplexidade que encaramos isto, quer dizer, a questão que aqui se coloca é: Mas afinal, há ou não há necessidade de contratar os profissionais? É que, ao que sabemos, um estágio destina-se a alguém que ainda não está preparado para realizar o trabalho especializado que pode vir a desenvolver. Um estagiário precisa naturalmente de um efetivo que o acompanhe, a quem vai ser atribuída a responsabilidade de integrar e acompanhar estes estagiários? Aquilo que aqui vemos é cessar três postos de trabalho para integrar três estagiários que verdadeiramente não são trabalhadores de pleno direito, substitui-se afinal um posto de trabalho efetivo por um não posto de trabalho. Precariza-se um vínculo laboral e com isso a CDU não pode em circunstância alguma estar de acordo, por isso votaremos contra.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais alguma intervenção? Não havendo iríamos proceder à votação.-----

Ponto Número Doze **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2015 – 2.ª ALTERAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 14 – Registo nominal das votações, páginas 418/419).-----

Ponto Número Treze, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE TURISMO, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 15 – Registo nominal das votações, páginas 420/421).-----

Ponto 14º, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE AMBIENTE, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 16 – Registo nominal das votações, páginas 422/423).-----

Ponto 15º, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA DE BOMBEIRO RECRUTA DA CARREIRA DE BOMBEIRO MUNICIPAL, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA CONSTITUÍDA NO SEGUIMENTO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA A MESMA CARREIRA E CATEGORIA, ABERTO ATRAVÉS DO AVISO N.º 14080/2014, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA II SÉRIE, N.º 242 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 17 – Registo nominal das votações, páginas 424/425).-----

Ponto 16º, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 3 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DOS SMAS VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 18 – Registo nominal das votações, páginas 426/427).-----

Ponto 17º, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por Unanimidade.* (Anexo 19 – Registo nominal das votações, páginas 428/429).-----

Ponto 18º, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE**

**CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE DIREITO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com dois (2) votos contra. (Anexo 20 – Registo nominal das votações, páginas 430/431).*-----

**Ponto 19º, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com dois (2) votos contra. (Anexo 21 – Registo nominal das votações, páginas 432/433).*-----

**Último Ponto, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com dois (2) votos contra. (Anexo 22 – Registo nominal das votações, páginas 434/435).*-----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, abre-se agora o Período de Intervenção do Público conforme previsto no Regimento. Temos dois cidadãos inscritos que são o Senhor Francisco dos Santos Brás e o Senhor Manuel António Pereira. Por isso dava a palavra ao Senhor Francisco dos Santos Brás, de acordo com o Regimento tem cinco minutos para a intervenção.-----

----- **OITENTA E TRÊS – O SENHOR FRANCISCO DOS SANTOS BRÁS:** Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e a todos em geral muito boa tarde. Em primeiro lugar queria registar com esta curvazinha que finalmente tivemos o prazer de reunir com a Câmara de Viseu, o finalmente é porque já vínhamos insistindo nisso há muito tempo. Nós considerámos na altura e dissemo-lo que era uma reunião que previsivelmente podia e devia ter sido útil, esperámos que a Câmara de Viseu nos enviasse, digamos, os documentos que estava a preparar na sua legitimidade no sentido de transformar os serviços numa empresa, não os recebemos e portanto, o primeiro apelo é que nós possamos emendar este caminho, por nós estamos empenhados em fazê-lo. Em segundo lugar, eu queria lembrar que é verdade que a vida tem tido muitas mudanças, mas os trabalhadores e o povo mais desfavorecido a noção que tenho é que não são mudanças, são recuos, porque acho que é uma coisa diferente, e, com a situação que se vive no país, em que aos trabalhadores é pedido tudo, que mudem, que tenham confiança, que se preparem, que isto é inócuo eles sabem é que, recebem hoje menos, têm menos direitos e têm uma preocupação tremenda o que é que vai ser amanhã. Como é que é o emprego, como é que é a mudança, e é uma preocupação legítima, e eu queria dizer uma coisa que é: Não há nenhuma mudança, não há nenhuma decisão política, que tenha como objetivo ter resultados se os resultados não forem as pessoas, ou seja, as políticas podem e devem ser ótimas mas, ninguém espera que uma boa Administração Pública faça boas casas se não forem para as pessoas lá morarem, que tenha uma otimização na distribuição de água se não for para as pessoas terem acesso, a sua gestão tem que ter o ser humano como principal objetivo, e não há ser humano nenhum tão valioso como aqueles que todos os dias trabalham, que são os trabalhadores, e portanto, nós queríamos aqui apelar a que esta política tivesse os trabalhadores no centro das suas preocupações, e, ouvimos o Senhor Presidente da Câmara dizer que vão falar com cada um dos trabalhadores, mas o direito na Europa, a relação de trabalho, empregador/trabalhador têm como princípio que os trabalhadores têm a sua organização, em Portugal é possível sindicatos, os trabalhadores têm os seus sindicatos, eu acho que não é possível considerar que se dialoga, que se respeita os trabalhadores se não se falar com os seus sindicatos, porque uma coisa é eu

chamar ao Gabinete do Presidente, ou até de um Encarregado a dizer, então mas gostas disto ou não gostas? E ele pensar três vezes qual é que vai ser o seu futuro, se disser que não... Isto não é possível, não é uma boa relação, e já agora algumas questões que gostaríamos de colocar. Os trabalhadores que optarem por ficar na Câmara têm condições para isso, nós registámos, valorizámos exatamente essa afirmação e vamos transmiti-la, mas temos uma preocupação, então, por exemplo, os trabalhadores das Estações Elevatórias ou das Estações de Tratamento de Águas Residuais têm lugar na Câmara? A sua função, a função para a qual se prepararam não é essa. Segunda questão, os trabalhadores com vínculo privado, que são vários, têm lugar na Câmara? Ou estão obrigados a? Como é que vai ser com os trabalhadores que estão contratados? E uma preocupação que eu não poderia deixar é, algumas largas dezenas de trabalhadores desempregados, normalmente usados como, chama-lhe CEI, (Contrato de Emprego de Inserção), que não são inseridos em coisa nenhuma e portanto, que vêm laborando, como é que vamos resolver essas situações? Eu queria ainda transmitir que, a opção, a Câmara é legítima, mas o Sindicato pode ter opinião, ou seja, uma coisa que o 25 de Abril trouxe aos portugueses, foi o direito de ter opinião e de a manifestar, porque direito a tê-la tiveram sempre, não podiam era manifestá-la, nesta situação nós diríamos, a Câmara optou por uma empresa, mas nós dizemos que o que distingue o serviço público da empresa, não é, nem a boa nem a má gestão, porque também foi aqui afirmado que existem nas duas situações, o que define uma e outra são os resultados, enquanto nos serviços públicos a boa gestão define em primeiro lugar a otimização da qualidade do serviço prestado aos cidadãos, numa empresa o resultado, é, incluindo o Resultado Líquido da Empresa e portanto, deixa de ser a pessoa humana que está no objetivo desse processo. Naturalmente que não é meu direito nem o farei, vir aqui dizer que esse é o objetivo, mas aquilo que conhecemos das empresas todas ao longo do país, sito aqui Braga por ser uma coisa curiosa recente, que “empresarializou” depois vendeu 49% e já agora o que destinge quem é que gere a empresa, não é se tem 51 ou se tem 49, porque eles lá têm 49 mas quem gere a empresa é o setor privado não é, naturalmente pelas relações diversas que se cruzam neste processo, e agora, eu trouxe-a porque curiosamente Braga, os Tribunais Cíveis, não o Tribunal de Contas, os Tribunais Cíveis decidiram que a empresa tinha que pagar aos trabalhadores uma parte do subsídio que lhe retirou, porque esse subsídio retirado era para pagar a crise e estava a resultar nos lucros dos investidores dos 49%. Portanto, está aqui o exemplo claro de que uma coisa é o serviço municipal outra é os serviços. Eu tenho pouco tempo e não quero abusar.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: É só para dizer que já terminou.....

- O Senhor Francisco dos Santos Brás prossegue dizendo: Vou só pegar numa outra questão que me parece extremamente importante para terminar. Foi também aprovado o Regulamento dos Serviços Municipais, para nós teria sido bom que o tivéssemos conhecido, acho que a Lei impõe mesmo que no mínimo sejamos ouvidos, se for questões económicas e questões laborais é obrigatório a negociação, mas no mínimo ouvidos, não fomos, e eu notei na intervenção uma falta que considero extremamente grave e faço uma sugestão para que a emendemos rapidamente, não ouvi falar em Serviços de Saúde Ocupacional, e uma Câmara da dimensão de Viseu tem obrigação de ter inclusive Serviços Médicos, Serviços de Saúde Ocupacional, e como sabem nós temo-nos empenhado ultimamente em alterar a situação porque as condições de trabalho são muito más, e o desafio que aqui deixo, é exatamente este, nós podemos ter uma relação de diálogo profícua mas para isso temos que perceber que não é, recebem-nos, cumprimentamo-nos e somos ambos simpáticos e depois vamos em sentidos contrários. Não, precisamos de nos ouvir, transmitir as experiências, as preocupações e tanto quanto possível fazer um melhor caminho. Muito obrigado.....

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Agradeço a intervenção do Senhor Francisco dos Santos Brás. Dava agora a palavra ao cidadão Manuel António Pereira.

Senhor Manuel António tem 5 minutos, está bem?-----

**----- OITENTA E QUATRO – O SENHOR MANUEL ANTÓNIO DE OLIVEIRA PEREIRA:** Boa tarde a todos. Antes de mais quero agradecer desde já ao Senhor Vereador das obras, o Senhor João Paulo pela sua disponibilidade e responsabilidade pelos assuntos que discuti sobre obras públicas na Freguesia de Cepões. Estou triste porque não vejo aqui o nosso Presidente da Freguesia de Cepões e penso que ele até se enganou talvez na Freguesia. Simplesmente, não vou trazer mapas das nossas obras, mas vou trazer esta Revista Municipal. O nosso Presidente devia-se ter enganado de Freguesia, porque diz assim: O que distingue Barreiros e Cepões das outras Freguesias de Viseu? Diz aqui que: “O que nos diferencia é o empreendedorismo jovem que se tem afirmado nos últimos tempos”. Eu diria: Faz amanhã um ano que eu estive nesta Assembleia onde discuti alguns problemas sobre estes assuntos da nossa Freguesia, sobre o mal viver da nossa Freguesia, onde denunciei...-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** Senhor Manuel, só para dizer, fez referência ao Senhor Presidente da Junta, é para saber que ele sentiu-se mal por uma questão de doença, sentiu-se mal e saiu, não foi por outro motivo, foi porque sentiu-se mal está bem? É só isso, ele esteve cá todo o tempo, é só para às vezes não haver nenhuma interpretação errada, está bem?-----

- ***O Senhor Manuel António de Almeida Pereira prossegue a sua intervenção dizendo:*** ... onde denunciei alguns desastres ambientais da Freguesia Barreiros Cepões, roubo ao território da Freguesia de duas centenas de hectares, tudo na mesma nada foi feito, passou um ano. Quero deixar um grito ao socorro, façam alguma coisa por favor! O executivo anterior estava doente, este executivo está avariado, página 1622, novo acordo ortográfico 2010, apresento a prova que este executivo está completamente avariado com o apoio desta revista que não vou exibir outra vez, desta primeira edição de abril/junho de 2015 diz o Senhor Presidente da Freguesia António Tavares: “O que distingue Barreiros e Cepões das outras Freguesias de Viseu é o empreendedorismo jovem”. Digo eu: Não temos Parque Infantil, não temos Biblioteca, não temos Ponto Internet, não temos Parque Lazer, não temos Desporto, tudo isto, e viro-me para o Executivo da Câmara, é da responsabilidade do Executivo da Câmara e do Executivo da Junta de Freguesia porque foi pedido em 23/04/2013 a Escola de Aviújes que foi pedida com um encargo de obras sem custo para Junta de Freguesia nem Câmara Municipal, atualmente tem aula para os ratos, esta escola é frequentada pelos ratos, ao contrário da Freguesia de Cavernães, talvez o Senhor Presidente compreendesse que até era Presidente da Freguesia de Cavernães, Cavernães entregou a Escola dos Passos, uma escola que estava desativada entregou-a a uma associação, a da Aviújes foi pedida por uma associação com competências para investir sem qualquer custo à comunidade, “seremos nós mais importantes ratos estudantes?” Podem vir a ser Professores, Engenheiro, Advogados, vendedores de quilos de arroz e outros. Diz o Senhor Presidente da Junta: “Estamos a trabalhar um mini parque para instalação de empresas”. É pá, ele está mesmo avariado! É que em Cepões não se está a fazer nada, eu sou Membro da Assembleia, para quê, se todos os trabalhos da Freguesia são dados a fazer a empresas já instaladas noutras Freguesias mesmo com custos mais elevados, se não fosse a prova que uma empresa chinesa, atualmente temos uma empresa chinesa a trabalhar, uma empresa chinesa que anda a fazer um regadio e passeio na estrada camarária que liga Aviújes a Cepões, que tinha sido começada por uma equipe de choque, orientada por um senhor vendedor de quilos de açúcar, nada vai ficar com qualidade. Como sabem eu era técnico da construção civil em França, e obras públicas. Além disso diz também nesta revista, que é triste a revista, diz também nesta revista: “Além disso o apoio dado à agricultura é uma marca nossa”. Digo eu: Como nós? Não houve apoio desde os tempos que estou em Aviújes, Freguesia de Cepões, só se o facto de dar um terreno de um cemitério a um membro da sua lista, PSD claro, seja um apoio à agricultura, no valor de três mil euros. Diz o Senhor Presidente aos turistas que vêm à

nossa Freguesia, Freguesia que é um espetáculo porque nós podemos dizer que tínhamos as minas de estanho, temos ponte romana, temos moinhos, temos o rio (que se falará depois). Diz o senhor Presidente: Que visita sugeria a um turista? Sugeriria eu, que visitasse a Freguesia, um passeio junto ao Rio Vouga para visitar todos os “resíduos” (eu queria falar em português, mas se eu falar em francês sou muito criticado), todos os resíduos da ETAR que nela descargam, não esquecendo a Ribeira do Seixal que...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa volta intervém dizendo:* Senhor Manuel António, já tem que terminar está bem? Agradeço.-----

- *O Senhor Manuel António de Almeida Pereira continua a sua intervenção dizendo:*... é dois minutos só, o Monte de Santa Eufêmia que é tal e qual o Monte da Senhora da Penha, eu que visitei o Monte da Senhora da Penha. Para provar que essas pessoas confiam em mim, o Senhor Presidente devia fazer um referendo e veria que nem obtinha nem sequer 15%, é isto que nos diferencia das outras Freguesias? Enquanto não for feita uma lavagem ao cérebro dos nossos governantes em Cepões é um caos. Estou de acordo com uma frase do Senhor Presidente da Junta António Tavares que diz: Nós, PSD somos como os do Coito, entra por um ouvido e sai pelo outro. Obrigado e boa tarde. Mas queria...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém mais uma vez dizendo:* Pronto Senhor António, pode terminar, tem que terminar mesmo está bem? Tem que terminar mesmo.-----

- *O Senhor Manuel António de Almeida Pereira continua a sua intervenção dizendo:* Só duas palavras, queria, queria terminar, posso terminar? Pronto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradeço a sua presença Senhor Manuel António. Agradeço também a presença e a colaboração de todos. Muito obrigado, estão encerrados os trabalhos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e nove de junho de dois mil e quinze quando eram dezanove horas e trinta e nove minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 43 páginas anexas que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

(José Manuel Henriques Mota Faria)





# ANEXOS

## ANEXO 1



## SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 22/JUNHO/2015

	€		€
Saldo Inicial	23.625.217,32	Despesas Correntes	14.387.568,68
Receitas Correntes	20.975.144,41	Despesas Capital	4.911.662,68
Receitas Capital	2.149.538,23	Total das Despesas	19.299.231,36
Total das Receitas	23.124.682,64	Saldo Actual	27.450.668,60

Fonte: Contabilizado da Câmara Municipal de Viseu.

## SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 22 de JUNHO de 2015

	€
Fornecedores	1.390.021,25
Outros devedores e credores	4.047.922,26
<b>Total</b>	<b>5.437.943,51</b>

Fonte: Contabilizado da Câmara Municipal de Viseu.

## OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 22 de JUNHO de 2015

	€
Empréstimos obtidos	19.234.077,97
Estado e outros entes públicos	121.351,22
<b>Total</b>	<b>19.355.439,19</b>

Fonte: Contabilizado da Câmara Municipal de Viseu.

## ANEXO 2



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar com 24 votos  
 a favor e 5 (cinco)  
 abstenções  
 - Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MLINDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 2



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprouver com 41 votos a favor e 5 (cinco) abstenções

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍLE VILA CHÁ SA	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos				X	
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros				X	
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	41	0	5	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 3



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouva por unanimidade*

*Viseu, 29/06/2015*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 3



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO DE PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO POVT – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua atual redação

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Apresentar por unanimidade*

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Bala Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Mudesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	46	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 4



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE INCENTIVOS À RECUPERAÇÃO DE EDÍFICIOS NA ARU DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas b), c) e g) do artigo 25.º do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Apoiar por unanimidade a proposta.

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragosa		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 4



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE INCENTIVOS À RECUPERAÇÃO DE EDÍFÍCIOS NA ARU DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas b), c) e g) do artigo 25.º do n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Apoiar por unanimidade  
 Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COITO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	46	0	0	2

a) Declaração de voto

NUCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 5



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LISTA DE "JUÍZES SOCIAIS – TRIBUNAIS DE MENORES – ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURA, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 36.º do Decreto-lei n.º 156/78 de 30 de junho

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouver por unanimidade*

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 5



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 **VOTAÇÕES**

PONTO 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LISTA DE "JUIZES SOCIAIS – TRIBUNAIS DE MENORES – ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURA, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 36.º do Decreto-lei n.º 156/78 de 30 de junho

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprouva por unanimidade

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	46	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 6



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONIMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouver por unanimidade*

*Viseu, 29/06/2015*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 6



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONIMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouva por unanimidade*

*Viseu, 29/06/2015*

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COLITO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍLE VILA CHÃ SA	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRÁVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	46	0	0	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 7



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Proposta de Alteração n.º 1 - BE

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Rejeitar com 35 votos Contra, 1 (um) voto a favor e 10 abstenções - Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria			X		
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta			X		
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes			X		
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques			X		
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves			X		
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes			X		
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira			X		
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva			X		
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira			X		
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes			X		
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo			X		
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa			X		
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira			X		
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira			X		
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes			X		
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima			X		
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins			X		
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca			X		
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves			X		
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDAO	António de Oliveira Carragoso			X		
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso			X		
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes			X		
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes			X		
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira			X		
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues			X		
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida			X		

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 7



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Proposta de Alteração n.º 1 - BE

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

Rejeitar com 35 votos  
Couto, 1 (um) voto a favor  
e 10 abstenções

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida			X		
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares				X	
33 PPD/PSD	U. F. RFPSES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho			X		
34 PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço			X		
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos			X		
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X	
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
39 PS		Carlos do Vale Martins				X	
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota			X		
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo			X		
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X		
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros			X		
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida			X		
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses				X	
52							
Resultado			4	1	35	10	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 8



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Proposta de Alteração n.º 2 — PS

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Rejeitar com 31 votos contra 11 votos o projeto e 4 abstenções  
Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria			X		
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta			X		
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes			X		
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques			X		
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves			X		
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes			X		
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira			X		
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva			X		
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira			X		
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes			X		
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo			X		
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa			X		
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira			X		
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira			X		
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes			X		
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima			X		
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca				X	
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves			X		
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso			X		
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso			X		
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes			X		
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes			X		
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira			X		
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues			X		
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida			X		

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 8



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Proposta de Alteração n.º 2 - PS

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Rejeitar com 31 votos Contra, 11 votos a favor e 4 abstenções —  
— Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida			X		
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares			X		
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho			X		
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço			X		
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos			X		
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAIL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X		
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros			X		
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida				X	
Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
52							
Resultado			4	11	31	4	2

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 9



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar, com 36 votos  
 a favor, 2 (dois) votos  
 contra e 7 (sete) abstenções  
 Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira		X			
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 9



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS PERÍODOS DE ABERTURA E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar, com 36 votos  
 Adversos, 2 (dois) votos  
 Contra, 2 (sete) abstenções  
 - Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X	
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
39	PS		Carlos do Vale Martins				X	
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41	PS		Pedro A. S. Bala Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BODALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	36	2	7	3

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 **VOTAÇÕES**

PONTO 8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar, por 35 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 7 (sete) abstenções —  
Viseu, 29/06/2015  
*[Assinatura]*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 10



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar, com 35 votos  
 a favor, 2 (dois) votos  
 contra e 4 (quatro) abstenções  
 Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VILSOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amarel dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X	
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
39 PS		Carlos do Vale Martins				X	
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	35	2	7	4

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 11



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

Aprouva com 35 votos favor, 1 (um) voto contra e 8 (oito) absteuções -  
Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 11



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou aprovar por 35 votos a favor, 1 (um) voto contra e 8 (oito) abstenções - Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X	
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro				X	
39	PS		Carlos do Vale Martins				X	
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41	PS		Pedro A. S. Bala Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues				X	
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	35	1	8	4

a) Declaração de voto

NUCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 12



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DOS "SMAS DE VISEU" PARA EMPRESA MUNICIPAL "Adv - ÁGUAS DE VISEU E.M." E APROVAÇÃO DO "PROJETO DE ESTATUTOS", nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou aprovar com 30 votos a favor e 11 votos contra

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		b)	b)	b)	
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		b)	b)	b)	
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVUS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROÇA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 12



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DOS "SMAS DE VISEU" PARA EMPRESA MUNICIPAL "Adv - ÁGUAS DE VISEU E.M." E APROVAÇÃO DO "PROJETO DE ESTATUTOS", nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar com 30 votos a favor, 11 votos contra

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X		
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
39 PS		Carlos do Vale Martins			X		
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca			X		
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X		
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X		
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X		
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros			X		
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			Xa)		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	30	11	0	5

a) Declaração de voto

b) Apresentação de proposta de intervenção no processo de transformação dos SMAS de Viseu.

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 13



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CMV, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do Decreto Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e alínea m) do n.º 1 ao art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar com 34 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 6 (seis) abstenções -  
 Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 13



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DA CMV, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do Decreto Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto e alínea m) do n.º 1 ao art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar com 34 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 6 (seis) abstenções

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U. F. REFESES S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho				X	
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva				X	
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro					X
39	PS		Carlos do Vale Martins				X	
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca				X	
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves				X	
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	34	2	6	6

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 **VOTAÇÕES**

PONTO 12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA O ANO 2015 – 2.ª ALTERAÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aplicar por unanimidade*

*Acordo*

— Viseu, 29/06/2015

*Pinheiro*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 14



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 12. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu para o ano 2015 – 2.ª Alteração, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouva por unanimidade*

*Viseu, 29/06/2015*

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	43	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 15



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 13. Apreciação e votação da proposta de autorização de abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um número máximo de 2 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – área de turismo, com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado – Artigo 64.º da LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou  
 Aprovar por unanimidade  
 Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÂES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVUS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 15



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE TURISMO, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar por unanimidade

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	43	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 16



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 14. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE AMBIENTE, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouva por unanimidade*

*Viseu, 29/06/2015*

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 16



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 14. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE AMBIENTE, COM RECURSO À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou aprovar por unanimidade a proposta de abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um número máximo de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – área de ambiente, com recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – artigo 64.º da LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto					
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÁ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
52		Resultado	4	43	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

### Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 15. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA DE BOMBEIRO RECRUTA DA CARREIRA DE BOMBEIRO MUNICIPAL, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA CONSTITUÍDA NO SEGUIMENTO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA A MESMA CARREIRA E CATEGORIA, ABERTO ATRAVÉS DO AVISO N.º 14080/2014, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA II SÉRIE, N.º 242 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia  
Municipal de Viseu do dia 29 de  
junho de 2015, que deliberou

Aprovou por unanimidade

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragosa		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 17



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

## VOTAÇÕES

PONTO 15. APECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA DE BOMBEIRO RECRUTA DA CARREIRA DE BOMBEIRO MUNICIPAL, COM RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA CONSTITUIDA NO SEGUIMENTO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA A MESMA CARREIRA E CATEGORIA, ABERTO ATRAVÉS DO AVISO N.º 14080/2014, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA II SÉRIE, N.º 242 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Apresentar a Licitação*

*Viseu, 29/06/2015*

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
24	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	43	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 **VOTAÇÕES**

PONTO 16. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 3 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DOS SMAS VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Renovar por unanimidade*

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patricia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÓTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



# **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU** **Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015** **VOTAÇÕES**

**PONTO 16. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 3 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DOS SMAS VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro**

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

*Aprouver por unanimidade*

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>4</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 19



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 17. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar por unanimidade

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NUCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 19



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 17. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 2 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL – ARTIGO 64.º DA LOE 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou:

*Aprovar por unanimidade*

Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U. F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U. F. S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SA	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferrelra Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				4	43	0	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 **VOTAÇÕES**

PONTO 18. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE DIREITO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar com 21 votos a favor e 2 (dois) votos contra

— Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

### Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

**PONTO 18. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE DIREITO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro**

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar com 41 votos a favor e 2 (dois) votos contra  
Viseu, 29/06/2015

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31	PPD/PSD	U. F. COITO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39	PS		Carlos do Vale Martins		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48	CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não Integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>4</b>	<b>41</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 21



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 19. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145 A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou aprovar a proposta de autorização e 2 (dois) votos contra.

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 21



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015 VOTAÇÕES

PONTO 19. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE PSICOLOGIA nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145/A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar a proposta de 21 votos a favor e 2 (dois) votos contra

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COITO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍLE VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	41	2	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## ANEXO 22



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 20. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou

Aprouver a proposta de autorização de cessação de procedimento concursal comum para o preenchimento de um número máximo de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior – área de serviço social, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta		X			
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes		X			
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		José Ernesto Pereira da Silva		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires					X
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BÓDIOA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca		X			
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia	X				
22 PPD/PSD	MUNDÃO	António de Oliveira Carragoso		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 22



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 29 de junho de 2015

### VOTAÇÕES

PONTO 20. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 1 POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o disposto no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

Referente à Sessão da Assembleia Municipal de Viseu do dia 29 de junho de 2015, que deliberou Aprovar a proposta de 21 votos favor e 2 (dois) votos contra  
Viseu, 29/06/2015

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado	X				
31 PPD/PSD	U. F. COLITO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares					X
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos					X
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
39 PS		Carlos do Vale Martins		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	X				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota		X			
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
46 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X				
47 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
48 CDS/PP		Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			4	41	2	0	5

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL